

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FÁBIO RUELA DE OLIVEIRA

TRAJETÓRIAS INTELLECTUAIS NO EXÍLIO:
ADOLFO CASAS MONTEIRO, JORGE DE SENA E VÍTOR RAMOS
(1954-1974)

NITERÓI/RJ
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FÁBIO RUELA DE OLIVEIRA

TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS NO EXÍLIO:
ADOLFO CASAIS MONTEIRO, JORGE DE SENA E VÍTOR RAMOS
(1954-1974)

Tese de Doutorado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação
em História, da Universidade
Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção
do Grau de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a.
ADRIANA FACINA

NITERÓI/RJ
2010

Para Ângela e nossa filha Luiza

Sumário

Introdução	09
1. Trajetórias Intelectuais no Século XX: As presenças de Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos – Biografia, História e Literatura.....	21
1.1. Adolfo Casais Monteiro.....	27
1.2. Jorge de Sena.....	37
1.3. Vítor Ramos.....	54
2. O Salazarismo e a Oposição no Brasil: a militância de Monteiro, Sena e Ramos no <i>Portugal Democrático</i> – Exílio e Política.....	64
2.1. O salazarismo.....	67
2.2. A oposição antissalazarista no Brasil.....	78
2.3. Os artigos de Vítor Ramos no jornal oposicionista.....	97
2.4. A presença de Jorge de Sena no <i>Portugal Democrático</i>	115
2.5. A intervenção de Casais Monteiro no <i>Portugal Democrático</i>	123
3. Os ensaios de Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos: Crítica Literária e marxismo.....	139
3.1. A presença de Lukács nos ensaios de Casais Monteiro.....	145
3.2. Jorge de Sena, um intelectual amador.....	165
3.3. Os “clássicos esquecidos” na crítica literária de Vítor Ramos.....	189
4. Reflexões sobre o Exílio: o Brasil e a Poesia nas obras de Sena, Casais e Ramos.....	211
4.1. O Exílio nas obras de Sena, Casais e Ramos.....	218
4.2. A Poesia de Jorge de Sena e Adolfo Casais Monteiro.....	234
Considerações Finais.....	250
Referências Bibliográficas.....	254
Documentação e Fontes.....	264

Resumo

OLIVEIRA, Fábio Ruela de. **Trajetórias intelectuais no exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1974)**. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2010.

Esse estudo analisa a trajetória intelectual de três professores e críticos literários portugueses antissalazaristas que se exilaram no Brasil entre 1954 e 1974. A atuação de Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos foi significativa no âmbito das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLs) públicas paulistas, no grupo de oposição ao fascismo português e no “Suplemento Literário” do jornal *O Estado de S. Paulo*. Além de exercerem as atividades de professores, ensaístas e poetas, reuniram-se e militaram no jornal *Portugal Democrático*, destacado instrumento de luta contra o salazarismo – a ditadura mais longa do século XX. A tese de que foram “intelectuais orgânicos” (GRAMSCI) contra hegemônicos se fundamenta a partir da biografia de militantes antifascistas e por seus ensaios e livros, que igualmente configuraram um canal de difusão do marxismo na crítica literária de língua portuguesa. A situação e a experiência do exílio propiciaram-lhes as condições para a elaboração de suas obras e para a militância antissalazarista e anticapitalista. Quanto ao material consultado para esse trabalho destaca-se a Coleção *Portugal Democrático* (1956-1975 / 205 edições), os depoimentos orais e as obras de cada um dos três, cujas trajetórias constituem um capítulo da história intelectual e cultural coetâneas de Brasil e Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: intelectuais; história; exilados portugueses; Adolfo Casais Monteiro; Jorge de Sena; Vítor Ramos.

Abstract

OLIVEIRA, Fábio Ruela de. “Trajetórias Intelectuais no Exílio” / **Intellectual trajectories in the exile: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena and Vítor Ramos (1954-1974)**. PhD. Dissertation (PhD. in History) Graduation Syllabus in History, Rio de Janeiro Federal University (UFF), Rio de Janeiro, 2010.

This study analyzes the intellectual trajectory of three Portuguese professors and anti-Salazar literary critics, who had exiled in Brazil between 1954 and 1974. The performance of Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena and Vítor Ramos was significant in the Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLs), as in the opposition group to Portuguese fascism and in the “Suplemento Literário”/Literary Supplement of the newspaper *O Estado de S. Paulo*. Besides the activities as teachers, essayists and poets, they congregated and influenced the newspaper *Portugal Democrático*, an important weapon against the Salazar’s political system, the longest dictatorship of 20th century. The thesis that they were socially organized intellectuals against hegemonicals is based on their antifascist militancy biographies and on their essays and books that equally configured a channel of diffusion of Marxism in the Portuguese literary criticism. The situation and the exile experience propitiated them the conditions for the elaboration of their work and their antisalazarism and anticapitalism militancy. The most important information used as reference is the Collection “*Portugal Democrático*” (205 issues 1956-1975), as well as their oral statements and work of each of the three intellectuals, whose trajectories constitutes a chapter in the contemporary intellectual and cultural history between Brazil and Portugal.

Key-words: intellectuals; history; Portuguese exiled; Adolfo Casais Monteiro; Jorge de Sena; Vítor Ramos.

Apresentação e Agradecimentos

A presente tese de doutorado é o resultado de quatro anos de trabalho, iniciados com a elaboração do projeto em nível de doutorado, intitulado *O exílio de Adolfo, Jorge e Vítor: portugueses antissalazaristas na formação da universidade brasileira*, apresentado à orientadora Dr^a. Adriana Facina, em 2006 em substituição à proposta anterior, *Dos Institutos Isolados à UNESP: A Trajetória das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (1964-1976)*, aprovada no processo de seleção do Convênio de Doutorado Interinstitucional (DINTER – UFF/RJ com UNICENTRO/PR), no primeiro semestre de 2005.

Nesse período, um tanto atribulado, além das atividades relativas ao trabalho de doutorado, exerci constantemente minhas funções como docente nas universidades estaduais do Paraná, com as aulas da graduação, as orientações de TCC e as supervisões de estágios. Em meio a tais ocupações, nesse tempo ainda prestei um teste seletivo e dois concursos para docente universitário, sendo classificado em todos, e aprovado em primeiro lugar no último concurso de fins de 2007, que assumi e estou atualmente efetivado na UNIOESTE/PR – Campus de Marechal Cândido Rondon desde meados de 2008. Após a efetivação, no início de 2009, acumulei a coordenação do Laboratório de Ensino de História e passei a frequentar as reuniões mensais do Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras (CCHEL), enquanto representante docente do Colegiado de História.

Durante o desenvolvimento do trabalho de doutorado, os resultados parciais da pesquisa foram igualmente apresentados através de comunicações e resumos, em congressos e eventos da área de história, de abrangência nacional e regional.

Pode se dizer que a gênese desse trabalho está situada no ano de 1998, quando, no âmbito do Grupo de Pesquisas “Experiência Intelectual Brasileira”, da UNESP/Assis-SP – coordenado pelo Prof. Carlos Eduardo

Jordão Machado –, iniciei a pesquisa concretizada com dissertação de mestrado *História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (1958-1964): Memória da formação de um Instituto Superior no interior paulista* (2002), processo através do qual tomei contato com estes três intelectuais. É necessária a nota que a primeira vez que ouvi falar do “grande poeta português Jorge de Sena”, foi pelo Prof. Sérgio Augusto Queiróz Norte (UNESP/Assis-SP), ainda na graduação.

A intenção central dessa tese é destacar o papel de Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos enquanto militantes e engajados, ou seja, "intelectuais orgânicos" em luta, organizados no setor da crítica literária e na oposição ao salazarismo durante o exílio do Brasil. Tais intelectuais foram contra a hegemonia de Salazar, contra a especialização capitalista nos estudos literários e nas ciências humanas, contra a crítica literária de inspiração metodológica orientada pelo marxismo vulgar da URSS e contra o estruturalismo francês. Essas últimas duas correntes teóricas hegemônicas e de inserção na época em que produzem sua crítica literária no Brasil.

Pelo fato de esse ser um aspecto inovador na discussão da obra desses autores – conhecidos no campo das Letras e da crítica literária universitária –, esse trabalho apresentou enormes dificuldades, mas a profundidade do elemento político que se procurou perscrutar lhe atribui a devida originalidade.

Para o processo de pesquisa foram visitadas muitas instituições, arquivos e centros de pesquisas, entre eles a Casa de Portugal – Av. Liberdade / São Paulo – SP, o Centro Cultural 25 de Abril, Butantã, São Paulo/SP, as Bibliotecas e os Departamentos de Pessoal / Setor Administrativo dos Campi de Assis e Araraquara da Universidade Estadual Paulista (UNESP), o Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM/UNESP-SP, o Arquivo Nacional – RJ, a Biblioteca do Campus de Gragoatá da UFF, as Bibliotecas da UNICENTRO/PR e UNIOESTE/PR, a cujos atendentes agradeço imensamente pela presteza com que me auxiliaram.

A maior parte desse trabalho envolveu recursos próprios e não contou com afastamento para dedicação exclusiva à pesquisa. No entanto, agradeço à UNICENTRO/PR e à Fundação Araucária/PR pelo apoio financeiro durante a realização das minhas pesquisas de campo, agradeço ao Departamento de História da UNICENTRO/PR e ao Colegiado de História da UNIOESTE/PR.

Estendo meu agradecimento a muitas outras pessoas, grupos e instituições, que também colaboraram para a elaboração dessa tese:

à Prof^a. Dr^a. Adriana Facina, orientadora, pela acolhida, aceite da proposta, leituras e sugestões e liberdade de pesquisa;

aos Professores Dr. Renato Lemos e Dr^a. Magali Engel, membros da banca de qualificação, pela leitura e observações pertinentes;

às secretárias do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Inez, Stela e Silvana;

aos funcionários responsáveis pelo Setor de Pesquisa e Pós-Graduação da UNICENTRO/PR;

à Prof^a. Dr^a. Beatriz Anselmo Olinto, coordenadora na universidade paranaense do DINTER - UFF/UNICENTRO;

ao Grupo de Pesquisa “História, Estado e Poder” da UNIOESTE/PR, Campus de Marechal Candido Rondon;

aos Professores do Colegiado de História da UNIOESTE/PR, Campus de Marechal Candido Rondon;

à alguns alunos do mestrado e da graduação de História da UNIOESTE/PR, Campus de Marechal Candido Rondon;

à Sr^a. Ema (“D. Mamy”), pelo apoio nas traduções do francês;

aos amigos Suilei Monteiro Giavara e Eduardo, pela revisão e apoio na edição da tese.

aos meus pais Jovenil e Leotilha e ao meu irmão Márcio;

e, agradeço especialmente à Ângela Moraes Teixeira, minha companheira e à nossa filha Luiza T. de Oliveira, nascida no decorrer dessa jornada.

Introdução

Esta investigação apresenta e discute a trajetória intelectual e a contribuição política e cultural de três portugueses antissalazaristas, exilados no Brasil entre os decênios de 1950 e 1970: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos. A atuação deles – sem desconsiderar outros companheiros de luta omitidos aqui – foi decisiva na oposição ao salazarismo organizada no Brasil e também no âmbito das Letras e da Crítica Literária brasileira.

Alguns estudos sobre o grupo de exilados antissalazaristas vêm sendo produzidos nos últimos 10 anos. Num deles, intitulado *Missão Portuguesa* (2003), – obra organizada com vários autores – o prefácio de Antonio Candido dá algumas pistas e aponta perspectivas:

No entanto quando pensamos na atuação de tantos intelectuais portugueses no Brasil, como os que são estudados neste livro, vem logo a ideia de que eles constituíram ao longo dos anos um agrupamento virtual de grande importância, que pesou mais do que se pensa em muitos setores: Jornalismo; Artes Plásticas; Política; Ensino Universitário de Letras, História, Filosofia, Matemática. Se concebemos essa ampla atividade como emanada de um conjunto não sistemático nem cronologicamente concentrado de pessoas, veremos que ela abrangeu boa parte do país e contribuiu para o adensamento de nossa cultura. Daí o rótulo que propus de “missão portuguesa” para designar essa atuação. (CANDIDO, 2003, p.15)

Esta tese analisa uma pequena parte dessa chamada “missão portuguesa”, por meio da trajetória de três intelectuais desse grupo que, além de trabalharem no jornalismo – em colaborações ao “Suplemento Literário” de *O Estado de S. Paulo* – também atuaram no ensino universitário de Letras, bem como estiveram presentes no processo de formação do sistema de ensino superior paulista, dos chamados Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (IIEESP), com as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLs), na década de 1950, posteriormente

reunidas na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em 1976. Especificamente, Casais Monteiro trabalhou na faculdade de Araraquara, Jorge de Sena nas de Assis e Araraquara e Vítor Ramos também em Assis e depois na USP.

O presente trabalho sustenta a tese de que esses homens foram “intelectuais orgânicos contra hegemônicos” e tal argumento está fundamentado em suas biografias de militantes antifascistas por meio de seus ensaios e livros, tornados um canal de difusão do marxismo na crítica literária de língua portuguesa. É necessário acrescentar que foi todo o contexto do exílio que propiciou as condições para a elaboração de tais obras e para a militância antissalazarista e anticapitalista. Suas trajetórias, talvez as mais expressivas entre o grupo de exilados, constituem assim um capítulo da história intelectual e cultural contemporânea entre Brasil e Portugal.

Para atingir os objetivos da tese, tentamos, no decorrer do trabalho, responder algumas das seguintes questões: Qual foi a trajetória destes intelectuais antes do exílio, ainda em Portugal? Como se deu o processo de exílio e a vinda para o Brasil? Como estes professores exilados refletiram sobre a universidade brasileira que ajudavam a formar? Quais as correntes intelectuais e teóricas difundidas por eles e com as quais estavam engajados? Quais foram suas produções bibliográficas no período de exílio no Brasil? Como encararam a implantação de uma ditadura brasileira em 1964, quando aqui já estavam exilados da portuguesa? Qual o significado destes intelectuais para a pesquisa e o ensino de letras nas universidades brasileiras? E por outro lado, qual o significado da universidade brasileira para as carreiras acadêmicas desses intelectuais?

Quanto ao material consultado na pesquisa, relacionamos as bibliografias sobre os intelectuais portugueses no Brasil, sobre o tema dos intelectuais em geral, sobre o regime salazarista e a oposição a Salazar e sobre o exílio intelectual. Destacam-se também entre as fontes primárias, a

Coleção *Portugal Democrático* (1956-1975 / 205 números)¹, alguns depoimentos orais, os currículos e as respectivas obras de cada um dos três intelectuais. O complexo processo de catalogação e análise das obras de Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos, a maioria em edições esgotadas e dispersas pode atribuir um valor historiográfico específico ao trabalho. Entretanto, é preciso relatar que a consulta e análise desse volume de material, num curto período, resultou obviamente num obstáculo intransponível. Esta é talvez uma das maiores dificuldades na pesquisa sobre os intelectuais, tanto que o historiador Jean-François Sirinelli, num ensaio sobre o método já adverte:

A abundância da documentação também é própria do campo estudado e constitui um obstáculo extra. Quem trabalha com a história dos intelectuais é ameaçado pelo que se poderia chamar de síndrome do mineiro, de tal forma a abundância do material a ser tratado torna atuais estas frases de Tocqueville: “Eu era como o minerador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado: estava esmagado sob o peso de minhas notas e não sabia mais como sair dali com meu tesouro.” E mesmo que consiga retornar à superfície com as notas, o pesquisador que trabalha com os intelectuais corre o risco de ver seu estudo sufocado, mais que recheado, pelo que Thibaudet chamava de uma “filoxera das fichas”, fichas estas suscitadas por um grupo social onde todos têm, em essência, a pena sempre alerta. (...) A imagem pode variar, do peso das notas e da praga das fichas à onda gigantesca das cartas e missivas, mas o essencial permanece: a amplitude e a diversidade das fontes, que requerem um historiador papívoro. (SIRINELLI, 2003, p.244-245)

Portanto, que o leitor não se surpreenda com o aspecto inacabado do trabalho, pois foi o obstáculo do material que, muitas vezes, sufocou e recheou o texto com as fichas. Porém, destaca-se o rico conteúdo desse material produzido por homens que tinham a pena sempre alerta, além de afiada e crítica.

A tese constitui-se dessa introdução e de mais quatro capítulos, dos quais o primeiro discorre sobre o debate teórico acerca da produção historiográfica de biografias e trajetórias, apresentando na sequência a

¹ Foram fotografadas cerca de 120 páginas dessa coleção, buscando essencialmente os artigos assinados dos três autores aqui tratados e as referências a eles e aos intelectuais brasileiros que apoiavam suas lutas.

história de vida e os dados biográficos de cada um dos três personagens aqui estudados. O segundo capítulo trata da caracterização do regime salazarista e da sua oposição no Brasil, especialmente no jornal *Portugal Democrático* e nos artigos que Monteiro, Sena e Ramos publicaram nesse veículo. O terceiro discorre sobre a formação e a contribuição dos três intelectuais no âmbito da crítica literária, destacando o diálogo que estabeleceram com o marxismo neste setor. O quarto e último capítulo apresenta as discussões teóricas sobre o exílio intelectual e procura observar como a experiência do exílio está presente nas obras dos três autores, destacando também suas respectivas reflexões sobre o Brasil.

Na medida do possível, partindo da noção de Antonio Gramsci de que os intelectuais estão intimamente ligados a classes e grupos da sociedade civil, formando uma parte orgânica desses segmentos, procurei seguir as indicações metodológicas de seus *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais* (1932), nos quais o italiano indica que “os critérios de distinção entre os intelectuais deve ser buscado no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais.” (GRAMSCI, 2001, p.18) Portanto, uma história dos intelectuais, composta da relação entre os sujeitos e seus grupos, também pode se desdobrar numa espécie de sociologia da literatura, ou seja, a própria criação literária dos intelectuais torna-se objeto de investigação. Pode-se dizer que a presente pesquisa se aproxima dos vários caminhos possíveis de se trabalhar com a literatura no campo das ciências sociais, de acordo com Adriana Facina, que seriam:

... o estudo de movimentos literários, a análise de instituições de literatos (como as Academias Letras), a história de obras específicas (sua produção e/ou recepção), a investigação de redes de escritores, o estudo da trajetória de um determinado autor e suas obras, de temas específicos em um ou mais autores (por exemplo as relações de gênero na dramaturgia de Nelson Rodrigues ou nos romances de José de Alencar), entre outros. (FACINA, 2004, a, p.44)

Sobre a intelectualidade brasileira existem muitos trabalhos, dos quais podemos relacionar alguns. Adriana Facina, autora do fragmento acima, empreendeu pesquisa de fôlego, analisando toda a obra e a vida de Nelson Rodrigues, sob um olhar antropológico. (FACINA, 2004, b) Também Sérgio Miceli dedicou boa parte de suas investigações para observar a inserção dos intelectuais no setor público federal no período de 1930-1945, por meio das memórias e biografias dos intelectuais. Além desses escritos, Miceli também fez uma síntese de 25 anos (1970-1995) da produção de obras a respeito dos intelectuais brasileiros. (MICELI, 2001, pp.369-400)

Um dos enfoques deste trabalho recai na descrição e na compreensão das utopias, das causas e lutas nas quais estiveram envolvidos e sobre as quais sempre se manifestaram, muitas vezes publicamente.

Entendo que tais movimentos e manifestações intelectuais públicas e a crítica da cultura – como a de cinema, a literária e a de arte – vivem hoje uma tendência de empobrecimento ou crise, cujos indícios são apontados a seguir. Portanto, recolocar escritores e críticos de cultura no cenário da história é resistir a essa situação e lembrar às novas gerações a importância das perspectivas que moviam os intelectuais num passado muito próximo.

Hoje, a leitura de ficção está prejudicada por uma formação estritamente de especialistas em literatura ou críticos, para os quais os romancistas contemporâneos parecem escrever. Observa-se que até os anos 1950, através da figura de Erich Auerbach, ainda se acreditava na literatura como uma espécie de poder, mas hoje, com o excesso e quantidade de volumes produzidos de várias literaturas, os leitores amoleceram suas exigências. (*Carta Capital*, edições de 24/10/2007, p.54; 28/11/2007, p.62 e 05/03/2008, p.54)

Outros elementos que contribuem para essa constatação são oriundos de apontamentos do crítico de teatro Sábato Magaldi, na revista *Piauí*:

Até na ditadura havia mais subsídio para a arte. Esse desgraçado do neoliberalismo acabou com tudo, só enriquece os ricos, o Brasil só está piorando. O teatro foi subsidiado em Roma, na Grécia; a cultura nos Estados Unidos vive das fundações, a Alemanha subsidia 85% das produções. É estupidez, político não vai ao teatro. Um ministro da ditadura, Ney Braga, adorava teatro, e Jânio Quadros também. Mas

nunca vi Lula na platéia. Fernando Henrique, pouco. Qualquer país civilizado tem preocupação com a cultura. Aqui é uma porcaria lamentável. Esperava outra coisa de um governo popular. Não mudou nada, me desinteressei da política. (MAGALDI, *apud* COURI, 2008, p. 59)

Sábato Magaldi conviveu com os três intelectuais portugueses, no Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo* e também com outros expressivos nomes da cultura brasileira e internacional dos anos 1950 até hoje. Muito do que ele coloca é perturbador, como por exemplo, as afirmações: “na ditadura havia mais subsídio para arte”; “no país não há preocupação com a cultura” e “me desinteressei de política”. São afirmações fortes sobre as quais deveríamos refletir. As declarações de Sábato Magaldi, são de uma entrevista convertida em artigo e assinado por Norma Couri da revista *Piauí*. A matéria, intitulada *O último crítico*, apresenta comentários de Magaldi, em conversa junto a atrizes e artistas no Rio, aos quais ele rebate com vigor rejeitando a tese da superioridade dos intelectuais paulistas. Magaldi afirma: “Devo ser um deles, não é? E contesto.” A autora conclui o artigo, afirmando que:

Na recém-lançada coletânea de ensaios *Teatro em Foco*, da Editora Perspectiva, Sábato Magaldi retoma no prefácio o tema da nostalgia, dessa vez de um ponto de vista político em relação ao teatro. “Abro esse novo livro tomado de profunda melancolia”, ele escreveu. Ataca a seguir “o neoliberalismo, preocupado sobretudo em enriquecer mais os milionários”, e sustenta que a ideologia “prossegue no suposto regime popular de nossos dias”. O crítico encerra o texto sustentando que, se não houver uma “mudança radical”, o teatro correrá o risco de ser lembrado como um passatempo de nossa velhice. E “adquirirá o sabor nostálgico de uma riqueza que se perdeu.” (COURI, 2008, p.60)

Na mesma direção dos apontamentos do crítico de teatro, no final de uma conversa entre Décio de Almeida Prado, Gilda de Melo e Souza e Antonio Candido, em 1993, a reflexão de Candido pode ser constatada: “E agora, com a crise do socialismo na Rússia, tenho a impressão de que a era das utopias se fechou. Como é que um homem pode viver sem utopias? A gente não sabe. De modo que eu não sou capaz de dizer nada.” Na continuação, Décio faz uma intervenção que é corroborada por Gilda e

Candido, de que talvez eles tivessem uma crença um pouco ingênua na revolução. (CANDIDO, 1993, p.127) Entretanto, Candido continua a refletir sobre a situação preocupante da atualidade e afirma:

É o fim das utopias. Nós estamos agora vivendo esta coisa duríssima, o fim das utopias, que gera um quadro muito estranho... A utopia cria o homem superior, faz você subir acima de você mesmo. Agora, nós estamos numa era de homens inferiores. Não existem mais grandes homens. Eu costumo dizer que quando éramos moços havia uma quantidade de grandes homens, para o bem e para o mal. Em política, havia Stálin e Mão-Tsé Tung, Mussolini e Ho-Chi-Minh, Hitler e Churchill, Roosevelt, De Gaulle... Franco... No Brasil, Getúlio! São homens de uma envergadura que agora não existe... Você compara o Getúlio com nossos presidentes atuais! É claro que não estou elogiando Hitler nem Franco, mas apenas constatando que, para o mal, eram homens de extraordinária estatura! Hoje é a mediania. Eu atribuo isso, em parte, à crise das utopias. Não há no que acreditar. De modo que o século XXI, visto de agora, é extremamente melancólico. Mas eu sou otimista por natureza! Eu acho que o homem sempre conseguiu resolver seus problemas. (CANDIDO, 1993, p. 127-128)

É instigante a intervenção de Antonio Candido, pois provoca nossa geração do final do século XX, mas é necessário criticar parte de suas palavras. Primeiramente Candido foi um pouco infeliz quando relacionou os nomes “para o mal”, ou seja, os líderes fascistas que praticaram genocídios já bem discutidos e provados pela história, que construíram suas “extraordinárias estaturas” a partir de uma massa populacional extremamente pobre e arrasada pela primeira guerra mundial, também lançando mão de uma forte repressão que sempre calou suas oposições. Certamente existiram outros homens de envergadura no século XX, por exemplo, os três intelectuais portugueses tratados aqui e que se construíram pela inteligência e espírito carismático e humanista.

É importante frisar que as afirmações de Antonio Candido foram proferidas em uma conversa informal, na qual a liberdade de reflexão inerente a essa condição pode levar a tais deslizes. O início do século XXI pode ser melancólico, como ele diz, mas por outro lado apresenta uma série de realizações, conquistas de direitos e liberdades que o século XX não viu, mas que foi o palco das lutas em prol dessas conquistas. Talvez Candido

tenha razão quando comunica sobre “o homem superior” ou sobre um espírito de inteligência e liderança de um tipo singular que estaria rareando hoje. De fato, tantos recursos de informação, pesquisa e computadores superpotentes não tornaram o homem mais engajado nas lutas sociais ou escrevendo muito mais e melhor do que os da geração de Antonio Candido. Assim, estaria faltando para a nossa geração de intelectuais o envolvimento coletivo nas utopias, nas grandes causas e lutas.

Outro crítico literário dessa mesma geração é o paraense Benedito Nunes que, numa entrevista ao jornalista Eduardo FONSECA da revista *Cult* /nº. 141 / Nov. 2009, indica um cenário semelhante ao apontado por Magaldi, afirmando que a situação cultural hoje se encontra num momento muito difícil e menciona a decadência da figura do crítico cultural. Segundo Nunes:

A figura do crítico cultural também passou a ser secundária. Os críticos já não escrevem tanto para os jornais e, com isso, perdem sua autoridade fora do cerco universitário. “Sem espaço para a crítica, criou-se uma espécie de não-literatura. Há muito lixo. E quem vai selecionar isso? Quem se interessa em editar isso? A voz do crítico perdeu ressonância. O papel dele era refletir sobre o texto e levá-lo ao conhecimento dos outros, gerando discussão. Agora, não há mais ninguém para ordenar esse diálogo.” (NUNES, *apud* FONSECA, 2009)

Aqui, Benedito Nunes fornece uma análise muito próxima das emitidas, no início dessa discussão, pelos jornalistas da revista *Carta Capital* sobre um grande volume de literatura que não passa mais pelo debate crítico.

Mais jovem que todos os críticos citados acima, mas formado na mesma tradição, o crítico literário Roberto Schwarz, em seu ensaio *Fim de Século* (1990), discute a trajetória político-cultural brasileira dos anos 1960 aos 1990 e concorda sobre a irrelevância da cultura no Brasil contemporâneo. Sobre os anos 1960 em contraposição a hoje, o crítico afirma:

Como se vê, foi um momento forte de tomada de consciência contemporânea, nacional e de classe, que se traduziu por uma notável desprovincianização do pensamento. Não foi por acaso

que o Cinema Novo, a Teoria da Dependência ou a obra de Celso Furtado tiveram a repercussão internacional que tiveram. À guisa de contraprova, note-se como a perda desse dinamismo devolveu a cultura do país à sua irrelevância tradicional, da qual hoje todos sofremos. (SCHWARZ, 1999, p.158)

Para completar tal debate, relacionei também as ideias de György Lukács – marxista húngaro e orientador intelectual dos nomes acima – que tratou sobre o tema da crise da literatura e da arte em seu ensaio *Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels*, originalmente redigido como prefácio para uma edição húngara dos escritos estéticos dos fundadores do marxismo, publicada em 1945. Nesse ensaio, Lukács, que teve acesso aos manuscritos inéditos de Marx e Engels em sua pesquisa, afirma:

Sem dúvida, o sistema de produção capitalista representa o grau econômico mais elevado no quadro do processo evolutivo das sociedades divididas em classe. Mas também não há dúvida de que, para Marx, tal sistema de produção é essencialmente desfavorável ao desenvolvimento da literatura e da arte. Marx não é o primeiro e nem o único a dar conta do fato e descrevê-lo. Somente com ele, porém, as causas efetivas do fenômeno aparecem em sua integralidade efetiva. O fato é que somente com uma concepção abrangente, dinâmica e dialética, como é o marxismo, pode proporcionar o quadro exato dessa situação. (LUKÁCS, 2009, p.95)

Hostilizar a literatura e a arte parece ser um impulso intrínseco do capitalismo ao que se soma outro aspecto: a elaboração e a estruturação de uma cultura homogênea.

Em tal processo de uniformizar a cultura, percebe-se que “a tirania da informação não é apenas da mídia, mas das escolas e universidades, que cada vez mais difundem um pensamento único e com isso observamos a ameaça do divórcio entre a função de ensinar e o papel do intelectual.” (SANTOS, 2001, p.5) Isto quer dizer que estaríamos presenciando “o silêncio dos intelectuais”, ou talvez uma neutralização das polêmicas intelectuais públicas. Esse tema sobre o silêncio dos intelectuais é tão evidente hoje, que foram organizadas duas volumosas obras a respeito, com depoimentos e artigos de vários intelectuais: a primeira é *Combates e Utopias: os intelectuais num mundo em crise* (Dênis de Moraes – Org –, RJ: Editora

Record, 2004) e o segundo é *O Silêncio dos Intelectuais* (Adauto Novaes – Org – SP: Cia. das Letras, 2006), elaborado a partir de um ciclo de debates, ocorrido em 2005.

Portanto, esse apagamento das manifestações dos intelectuais rompe com a tradição contemporânea de intervenção em assuntos públicos, iniciada mais precisamente no século XIX, quando o termo intelectual passa a ganhar um sentido mais crítico, referindo-se essencialmente a escritores, pensadores e formadores de opinião que exercem uma função social quando participam de debates públicos relativos a temas coletivos e políticos. Em síntese, os intelectuais a partir do século XIX são definidos como homens que, além de cultivarem a instrução, unem-se ao engajamento nos debates públicos, constituindo-se uma categoria social. (FACINA, 2004 a, p.34)

O Caso Dreyfuss, em 1894, talvez seja o fato desencadeador do novo sentido dos intelectuais. De fato, quando vários escritores assinaram um manifesto (publicado em centenas de milhares de exemplares) em defesa da revisão do processo de Alfred Dreyfuss – um capitão judeu do exército francês condenado à prisão perpétua e submetido à humilhação pública, num tempo de forte antissemitismo, em que setores da sociedade ligados à velha França faziam dos judeus alvos de campanhas difamatórias – a vitória dos intelectuais colocou-os numa outra posição dentro da sociedade francesa. (Idem, p.37) Seguindo a tradição dos “dreyfussards”, no início do século XX, outros, como Julien Benda na sua obra *La trahison des clercs* (1927), já identificavam o sentido de autonomia dos intelectuais, reivindicando que a função histórica dos intelectuais, torna-se, assim, a luta contra o fascismo. (BOBBIO, 2002, p.640)

Consequentemente, os vários indícios acima não são apenas discurso dos jornalistas da hegemonia vigente sobre o fim da cultura, nem reflexões motivadas pela melancolia e pela nostalgia de velhos críticos teatrais e literários, mas sim um dos problemas mais sérios para os homens de cultura da atualidade.

A ideia de o capitalismo ser desfavorável à literatura, à arte e à crítica remonta a Hegel e a Marx, que presenciaram o instante das revoluções burguesas, mas isso não significa um argumento conformista. Paulo Arantes

afirma que Roberto Schwarz é um “ensaísta que ainda considera a experiência artística o sismógrafo mais idôneo da história”, e concorda com Schwarz no pessimismo sobre a cultura brasileira da atualidade. Entretanto, quando Arantes faz essa afirmação, debatendo com Schwarz sobre o citado ensaio *Fim de Século*, elabora reflexões sobre o fim do Período da Arte em Hegel. Segundo ele:

De fato, quando Hegel afirmou que a arte havia se tornado uma coisa do passado, não quis dizer evidentemente que não haveria mais obras de arte, pelo contrário, acrescentou no mesmo passo, que a partir de então, num movimento sempre recomeçado de auto-reflexão, ela adiaria o seu ponto final graças a uma crescente e exaustiva meditação sobre seus meios e fins. (ARANTES, 2004, p.29)

De acordo com tais reflexões a presente tese também caminha no sentido de meditar as contribuições desses intelectuais para a crítica cultural contemporânea para, igualmente, adiar seu ponto final ou ressaltar e manter vivas suas contribuições críticas.

Da mesma forma, é preciso distinguir o discurso hegemônico em voga, presente nas muitas afirmações sobre a crise da cultura e da arte com o claro intuito de difundir a ideologia do “fim da história” ou o “fim das utopias”. As reflexões feitas neste texto estão distantes daquilo que se propõe ao “fim das utopias”, pois este também é o discurso conformista e desmobilizador da hegemonia do capitalismo hoje. A leitura crítica sobre o fenômeno e inclusive sobre os vários autores que apresentamos acima coloca a questão num prisma problematizante e não conformista, com a maioria deles recuperando uma perspectiva de otimismo fundamentada em Antonio Gramsci,

que em sua teoria política da luta pela hegemonia deu a essa disputa um lugar central na política moderna e explica o lema (tirado de Romain Rolland) que deu ao seu periódico *L'Ordine Nuovo*: ‘pessimismo da inteligência, otimismo da vontade’. Contudo, por mais preocupante que seja uma situação, cabe à pessoa que defende a causa tomar a decisão final, manter a iniciativa, reter a prerrogativa. (SAID, 2003, p.276)

Assim, compartilho com esses críticos e com Gramsci da ideia que, ao lançar uma perspectiva pessimista sobre a situação da crítica cultural hoje, não significa considerá-la como causa perdida. É possível, através da reconstituição histórica de trajetórias intelectuais, encontrar orientações para enfrentar com otimismo esse debate e colocar em pauta a crítica cultural e a militância antifascista.

Essa perspectiva pode ser sustentada uma vez que, nos escritos de Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos, são encontrados elementos sobre tais problemáticas, pois eles também mantiveram a iniciativa de defender a arte e proceder à crítica cultural e estavam inseridos na difusão do marxismo, na militância da causa nacional popular do ensino de literatura e na irradiação cultural e artística. De outra forma, militaram vigorosamente na oposição ao salazarismo e podem ser considerados “intelectuais orgânicos” na adesão aos grupos subalternos e oprimidos por essa ditadura. Viveram um exílio político, engajado e contra-hegemônico e as provas dessa atuação são encontradas nos capítulos a seguir.

1. Trajetórias Intelectuais no Século XX: As presenças de Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos – Biografia, História e Literatura.

Qual o significado da observação dos dados biográficos produzidos sobre esses três professores e intelectuais? O presente capítulo ocupa-se do debate teórico sobre a produção biográfica em geral, bem como observa como os próprios escritores aqui tratados pensam a respeito, pois enquanto críticos literários investigaram as vidas dos escritores e se depararam com as discussões biográficas no universo da crítica literária. Para chegar a uma possível resposta para a questão lançada, a análise da relação de suas vidas com a todo o contexto de lutas sociais dos meados do século XX, é necessária, com atenção para os grupos e as redes aos quais se vincularam, bem como aos campos intelectuais em que transitaram.

Embora as biografias e trajetórias de vida venham sendo há muito tempo produzidas, só recentemente alguns estudiosos, como nos informa Giovanni Levi, vêm buscando “utilizar a biografia como instrumento de conhecimento histórico e substituir a tradicional biografia linear e factual, que mesmo assim continua a existir e vai bem.” (LEVI, 2006, p.179) No ensaio, *Usos da Biografia*, publicado nos *Annales*, em 1989, Giovanni Levi situa os vários problemas ligados a este gênero e, apoiado em Arnaldo Momigliano, destaca que “em história a biografia assume um papel ambíguo, podendo ser um instrumento da pesquisa social ou, ao contrário, propor uma forma de evitá-la”. Levi ainda afirma que:

... a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referente aos limites e da liberdade e da racionalidade humanas. (Idem, p.168)

Complementando essas reflexões, Levi apresenta e discute possibilidades metodológicas para o uso da biografia, porém apresenta aspectos que, segundo ele, são indispensáveis ao se trabalhar com

trajetórias. Um primeiro ponto significativo a se considerar é a relação muito estreita entre a biografia e a literatura, uma vez que, embora carecendo de fontes documentais, esta pode auxiliar a história na construção de uma biografia e também o fato de este gênero ser característico entre romancistas e filósofos que fizeram suas próprias biografias ou de outros escritores. Outro ponto ressaltado por Levi são as, segundo ele, acertadas colocações de Pierre Bourdieu no texto *Ilusão Biográfica* (1986), ao considerar “indispensável reconstruir o contexto, a *superfície social* em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos a cada instante.” (Idem, p.169) Afirma ainda que, em meio “a complexidade irresoluta da perspectiva biográfica”, as novas abordagens podem colaborar na análise de temas ainda inexplorados como, “por exemplo, a consciência de classe ou a solidariedade de grupo, ou ainda os limites da dominação e do poder”. (Idem)

Observando o texto de Pierre Bourdieu mencionado por Levi, é possível verificar que o sociólogo francês critica a produção da história de vida enquanto uma narrativa no sentido da sucessão dos acontecimentos históricos. Bourdieu destaca e questiona o papel do investigador, o biógrafo, na criação artificial de um sentido para a vida do biografado, quando seleciona e estabelece conexões para lhes dar coerência. (BOURDIEU, 2006, p.185) Relacionando também os estudos biográficos com a literatura, Bourdieu afirma que, de um lado, é a “conformação de uma tradição literária que não deixou e não deixa de reforçar a história de vida como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção”, por outro lado é também “significativo que o abandono da estrutura do romance como relato linear tenha coincidido com o questionamento da visão da vida como existência dotada de sentido, no duplo sentido de significação e de direção.” (Idem)

Numa resenha de jornal, referente a uma obra biográfica cujo personagem é o Padre Antônio Vieira, destacamos o seguinte fragmento: “o narrador de *Biografia de Tadeo Isidoro Cruz (1829-74)*, um dos contos de Jorge Luís Borges no livro *O Aleph*, diz existir um momento decisivo no destino de todo o indivíduo no qual ele sabe para sempre quem é, e ‘que todo homem deve acatar o que traz dentro de si.’ (PIRES, 2008) Esse

apontamento tende a ser refutado por Bourdieu, pois ele até considera a noção sartriana de “projeto original” e de intuição, entretanto é essencialmente na trama das relações sociais que a história de vida se constrói, ela não é estática nem determinada *a priori*. (BOURDIEU, 2006, p.184)

A historiadora Teresa Maria Malatian, num artigo que trata das relações entre biografia e história traz outros elementos, como o fato do “gênero sedutor da biografia trazer consigo uma multissecular desconfiança”, e que apesar de muito criticado, apresenta ainda possibilidades. Segundo ela, de 1987 a 1994, o crescimento das obras biográficas em catálogo foi de 55%. A autora traça o estatuto da biografia na história, ou seja, a presença do gênero biográfico, desde Tucídides e Políbio, passando por Plutarco, Suetônio, Voltaire e Carlyle, até Michelet e Karl Marx que “mesmo reduzindo o papel dos indivíduos no discurso histórico, ainda se ocupou dele pontualmente, como em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.” (MALATIAN, 2007) A historiadora destaca também o movimento dos *Annales* francês como o principal reformador e impulsionador do gênero biográfico, cujo

crescimento remonta ao século XIX, quando preenchia funções definidas de educação de si, interiorização de normas de convivência em determinados meios sociais, além de satisfazer à fome de intimidade e privacidade que acompanhou a implantação da ordem burguesa. Hoje, se os diários íntimos e as cartas perderam espaço na vida cotidiana, a busca de histórias de vida afirma o predomínio da subjetividade e do individualismo a que corresponde o fracasso do *welfare state* e dos regimes socialistas. O encolhimento do espaço público, a fragmentação da subjetividade em diversos espaços, a busca identitária exacerbada constituem o contraponto ao esvaziamento dos projetos coletivos e ao desencantamento do mundo nas últimas quatro décadas. (MALATIAN, 2007, p.23)

Na passagem, além de tentar explicar um pouco desse retorno do interesse biográfico e seus desdobramentos nos dois últimos séculos, a autora critica aquele tipo de relato biográfico composto por uma série de anedotas e procura também classificar metodologicamente esse interesse pelo gênero, além de escrever no mesmo tom melancólico e crítico ao

esvaziamento dos projetos coletivos, que discutimos na introdução deste trabalho.

Identificado com o período moderno, o historiador Robert Darnton, no ensaio *Os esqueletos no armário: como os historiadores brincam de ser Deus* – breve estudo biográfico de Jacques-Pierre Brissot, o líder dos girondinos durante a revolução francesa – orienta sobre o complexo trabalho de biografar. Nos apontamentos metodológicos, no início desse texto, ele faz a seguinte advertência:

Os biógrafos podem ainda gostar de metáforas como escavar nos arquivos, mas quem acredita na descoberta e extração de pepitas de realidade? Palavras como “fatos” e “verdade” criam constrangimento e dão vontade de correr em busca de abrigo. Se você está escrevendo uma biografia, comece-a com pedidos de desculpas. Uma introdução deve rodear o objeto com um alerta: nunca poderemos conhecer a “verdadeira” Virgínia Woolf ou o “verdadeiro” Teddy Roosevelt, e qualquer leitor que suspeite que o escritor seja ingênuo deve ser levado a entrar no livro através de um discurso sobre o método. (DARNTON, 2005, p.179)

De acordo com o alerta acima, a tese foi orientada por esse viés metodológico, uma vez que este trabalho não trata de uma biografia estrita, mas apresenta o resultado da pesquisa de alguns traços mais gerais de suas trajetórias de vida e de como interferiram na urdidura social em que estavam inseridos e também como eles foram abarcados por esta.

Na mesma direção, os próprios autores aqui estudados manifestaram críticas ao biografismo nos estudos literários, como o fez Casais Monteiro e de Jorge de Sena. O primeiro, por exemplo, no ensaio *Vida e Obra*, reunido em *Clareza e Mistério da Crítica* (MONTEIRO, 1961, p.129-134), escreve de forma contundente contra o uso da biografia para explicar as obras literárias, pois essa prática, também condenada por Marcel Proust, tende a ressaltar o gosto pela história anedótica e coloca em evidência um caráter de *progresso* dentro dos estudos literários, que segundo ele não existe. No fragmento da crítica ao prefácio de André Billy – adepto do uso biográfico para a interpretação das obras literárias – à edição das *Obras Poéticas de Apollinaire (Bibliothèque de la Pléiade)*, Monteiro diz:

(...) Que faz André Billy? Desvia o assunto, porque esquece a diferença entre *bem compreender a obra e aprofundar o pensamento e as intenções do poeta*. Esquece, sobretudo, que embora haja, indiscutivelmente, essa *estreita relação de semelhança entre aquilo que fazemos e aquilo que somos*, o valor daquilo que fazemos não depende daquilo que somos, sob o ponto de vista exclusivamente biográfico – senão anedótico – sob o qual André Billy concebe o *ser* do escritor. (MONTEIRO, 1961, p.131; grifos do autor)

Ao reconhecer que “se não pode deixar de haver aquela semelhança, ela é o mais das vezes tão difícil de apreender que continuamos ainda às cegas nessa matéria”, Monteiro concorda que há uma semelhança entre a vida e a obra de um escritor, mas que a apreensão dessa relação está distante e a insistência nessa relação é criar a noção de progresso e coerência, a qual nega ser possível. (Idem)

De outro lado, Jorge de Sena, nos ensaios “Amor da Literatura” (1961) e “Sobre a coerência com o cristianismo como exemplo” (1957), ambos reunidos no volume *O Reino da Estupidez* (1961), obra carregada de ironia crítica ao ambiente intelectual lusitano de meados dos anos 1950, reflete brevemente sobre o biografar e sobre a coerência, conforme atestam os respectivos fragmentos:

O mesmo sucede com a objetividade que, ao falar-se de literatura, se obtém referindo todos os nossos juízos à pessoa que somos, àquilo que pretendemos, àquilo que, para cada qual a vida é. Como se obtém então uma tal objetividade? Fazendo de cada vez uma análise confessional, um exame de consciência, uma profissão de fé? Reportando-nos constantemente a quanto, ao longo do tempo, acaso tenhamos dito sobre o assunto em questão? De modo algum. Se falássemos expositivamente de nós mesmos, se biografássemos o curso das nossas ideias, de cada vez que quiséssemos julgar fosse o que fosse, nunca começaríamos; e teríamos mesmo tempo de morrer, antes de começarmos. O que importa é darmos a entender que somos *nós*, com todas as nossas limitações, quem julga, e que, dadas elas, o nosso juízo é provisório, condicionado, localizado e datado. (SENA, 1961, p.97)

E do ensaio sobre a coerência:

A mim não me aflige nunca que as pessoas mudem de ideias, desde que a mudança corresponda a um esclarecimento, um

aprofundamento, uma iluminação súbita. Mudar assim de ideias é sempre sintoma de energia espiritual e de sã honestidade do intelecto. Quem obstinadamente não vê, ou depois de ter visto recusa continuar a ver, dá provas iniludíveis de inferioridade mental, ou, o que é mais grave, de cobardia para consigo próprio e para com os outros, quando as não dá, mais flagrantes ainda, em favor das teses que pressupõem os complexos ideológicos inteiramente subordinados às condições materiais. Que as pessoas mudem de ideias, que as pessoas sejam capazes de criticar-se em público, que sejam o que vulgarmente se chama incoerentes, não é incoerência alguma, se a mudança se processa no tempo, em função de um trabalho de libertação da consciência, que só é possível desde que parta de aprofundarem-se até as últimas consequências os postulados de uma ideologia, e parta da análise constante das contradições implícitas entre a idealidade desses postulados e a realidade das circunstâncias que aceitamos ou repudiamos. Tudo o que não seja assim é que é, de facto, incoerência, para não dizer pior. (...)

Ora, a verdade é que aos homens se deve exigir, para que o sejam digna e plenamente, coerência. Não a coerência no tempo, que só era possível quando os “tempos” não mudavam na vida de uma pessoa, e podia nascer-se e morrer-se com alguma dignidade, na convicção de ter-se estado num mundo inalterável que era, para mais, o melhor dos mundos possíveis. Não essa coerência, mas uma coerência íntima, quase de cada instante e, sobretudo de cada situação concreta. Porque é nesta noção de tempo social e de adequação a ele (muito mais do que no reconhecimento, por parte dos outros e de nós próprios, de uma *duração* bergsoniana) que reside a maior parte das questões que encobrem as numerosas e ridículas incoerências do mundo actual. (Idem, 1961, p.149-151)

No primeiro, do ensaio “Amor da Literatura” originalmente publicado no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo* de 29/01/1961 e escrito a partir de uma aula magna que proferiu na FFCL de Assis/SP, o autor critica a perspectiva de análise da literatura a partir da relação e da referência “...à pessoa que somos,...”. Sena destaca a transitoriedade de nossos juízos, que é provisório e datado. No segundo fragmento, do artigo publicado originalmente no *Diário Popular* (Lisboa) de 07/02/1957, o teor é muito difícil, cifrado, irônico, numa vertente iluminista, cuja crítica é dirigida à cobrança de uma determinada coerência congelada, tradicionalista e burocrática, provável exigência da conjuntura salazarista em Portugal. Sena se identifica com uma incoerência esclarecedora.

O crítico não acreditava numa análise da literatura pela observação da trajetória de vida e sua coerência e, mais uma vez, no ensaio “Maquiavel e ‘O Príncipe’” manifesta tal posição.² No artigo sobre a vida e a obra do escritor florentino, Sena faz uma crítica, também irônica, às análises que relacionam vida e obra. Segundo ele:

Por outro lado, o valor de um pensamento não se mede pela adequação que ofereça com a vida do seu autor; se assim fosse, a vida pregressa de muitos santos, jamais permitiria que tivessem assento conspícuo no Reino dos Céus... (SENA, 1974 a, p.29)

A partir do conhecimento do ponto de vista desses dois autores sobre o trabalho com biografias, o trabalho de reconstituir momentos da história de vida dos três intelectuais em foco implica em dificuldades, uma vez que ambos são críticos sobre o uso biográfico nas interpretações literárias. Constata-se, portanto, o tortuoso caminho para o estudo de trajetórias de vidas intelectuais, especialmente quando se trata de escritores de intensa produção.

A história de vida de cada um deles – Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos –, apresentada a seguir, permite presumir que se tenha sucumbido aos pecados do linear e da atribuição de coerência, já que foram utilizadas as suas biografias. Entretanto, destacam-se elementos dessa tendência nos seus biógrafos.

1.1. Adolfo Casais Monteiro

Filho de Adolfo de Paiva Monteiro e Vitorina de S. C. Monteiro, Adolfo Vítor Casais Monteiro nasceu na cidade do Porto em 04 de julho de 1908. A família de origem camponesa, mas que prezava os valores da cultura, estimulou-o às atividades intelectuais e artísticas. Coursou os estudos primários, secundários e superiores em sua cidade natal, obtendo, pela Faculdade de Letras do Porto, a licenciatura em história e filosofia, aos 21 anos.

² Ensaio originalmente publicado no volume organizado *Livros que abalaram o Mundo* Ed. Cultrix, SP, 1963; e posteriormente reunido no livro de Jorge de Sena *Maquiavel e Outros Estudos*, Livraria Paisagem, Porto, 1974.

O início de sua carreira literária, em 1929 – com o volume de versos *Confusão* – está ligado à sua aproximação com José Régio e o grupo coimbrão da revista *Presença*, fundada em 1927. Em 1930, tornou-se membro da direção, cargo que manteve até 1940, quando ocorreu a extinção da revista por divergências internas. Desde esse período manteve uma carreira poética regular e intensa, até 1969, data de *O estrangeiro definitivo*, seu último livro de poemas publicado em vida, pois faleceu em São Paulo, em 24 de julho de 1972. (MONTEIRO, 1964, p.11; MONTEIRO, 1993, p.221; GOTLIB, 2002, p.111)³

Em 1934, depois de ter cursado Ciências Pedagógicas na Faculdade de Letras de Coimbra e feito o exame de Estado no Liceu Normal, foi nomeado como professor do Liceu Rodrigues de Freitas (hoje Liceu Dom Manuel II), no Pôrto. Entretanto, Casais Monteiro só exerceu o magistério por dois anos, sendo demitido e preso em 1936. O cárcere político foi uma consequência inevitável de suas atitudes de oposição ao regime salazarista e lhe acarretou, além da perda da liberdade, a proibição de ensinar oficial ou particularmente e de dirigir periódicos.

No mesmo ano de 1934, casou-se com a escritora Alice Pereira Gomes e desse casamento nasceu em 1938 seu único filho, João Paulo Gomes Monteiro. João Paulo foi professor de Filosofia em universidades portuguesas e brasileiras. Especialista em David Hume, também dedicou muita atenção à obra do pai. (MONTEIRO, 1964, p.12 e MONTEIRO, 1993, p.221)

Outros pesquisadores da biografia de Casais destacam a situação angustiante que viveu em Portugal nos anos 1930, acrescentando que, embora sendo um homem de esquerda, ele não era um comunista de partido. Sua prisão juntamente com Alice Gomes em 1936, estaria relacionada à militância de ambos em levantar fundos para o apoio aos republicanos na Guerra Civil Espanhola. (GALVÃO, 2003, p.24) Por seu antagonismo ao Estado Novo, sofreu outras detenções na década de 1940, “entre as quais teve grande repercussão pública a verificada em 1949, decorrente de uma atitude de solidariedade para com Rodrigues Lapa,

³ Os nomes dos pais de Casais Monteiro foram obtidos por meio da sua “Ficha Funcional”, encontrada nos arquivos administrativos permanentes do Campus da UNESP de Araraquara/SP.

também preso por uma afirmação feita no decorrer da campanha eleitoral naquele ano.” (MONTEIRO, 1993, p.222)

Libertado em 1938, Casais Monteiro passou a residir em Lisboa onde viveu de uma intensa atividade de tradutor e ligou-se estreitamente ao jornalista Eduardo Salgueiro, que acabara de fundar a Editorial Inquérito, casa que formou um centro de cultura livre, em oposição aos métodos e tentativas de literatura dirigida do Estado Novo português. Nessa editora, também publicou vários dos seus trabalhos de crítica e ensaio, entre os quais se destacam: *Sobre o Romance Contemporâneo* (1940); *De Pés Fincados na Terra* (1941); *Manuel Bandeira* (1944); *Fernando Pessoa e a Crítica* (1952); *Fernando Pessoa, Insincero Verídico* (1954) e o volume *Versos*. Aliás, a crítica literária e o ensaio foram atividades que Monteiro sempre desenvolveu e sua primeira obra ensaística, o livro *Considerações Pessoais*, publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, data de 1933, reunindo textos de 1931 e 1932. (MONTEIRO, 1964, p.12 e MONTEIRO, 2004).

É de 1939 o início da amizade, que se estenderia por toda a vida, com Jorge de Sena, primeiramente com contato por cartas, tendo Monteiro marcado um encontro com Sena no Café Chave de Ouro, no Rossio. Segundo Jorge de Sena, tal Café não existe mais, porém naquele momento era uma espécie de quartel-general das vanguardas literárias. Sena narra que ambos fizeram muito contra o fascismo: quando “nos anos difíceis de Segunda Guerra Mundial, quando tudo o que fosse a favor dos ‘aliados’ era ferozmente perseguido, editamos um jornal que servia de capa a França Livre, *O Globo*.” (SENA, 1974 b, p.55-56 & GALVÃO, 2003, p.23-24)

Assim como Jorge de Sena, Casais Monteiro frequentou a boêmia portuguesa, especialmente nos Cafés de Lisboa. Inclusive o impacto dessa experiência na obra poética de Monteiro já mereceu a atenção de um artigo de Nádía Battella Gotlib, apontando que “pertence à tradição portuguesa o hábito de frequentar os ‘cafés’ em horas costumeiras e pertence à tradição literária portuguesa o registro do encontro de autores e grupos de autores nos cafés de Lisboa.” (GOTLIB, 1981, p.49) Para Nádía B. Gotlib “os Cafés, cenário da vida intelectual, (...), passam a figurar nos poemas do grupo modernista (também o Modernismo anterior ao grupo da *Presença*) como

sede de uma experiência estética, ou espaço de discussão e crítica de projeto e realizações literárias.” (Idem, p.50)

É muito provável que Adolfo Casais tenha se encontrado pessoalmente com Fernando Pessoa num desses Cafés de Lisboa, entre os anos 1920 e 1930. Essa informação, embora especulativa, é de conhecimento de um de seus biógrafos, João Rui de Sousa, que aponta que Monteiro e Pessoa “trocaram valiosíssima correspondência, com destaque, muito especial, para a famosa carta de 13 de janeiro de 1935”, ano da morte de Fernando Pessoa, em que o maior poeta português contemporâneo, “desenvolvidamente clarifica a gênese dos seus heterônimos.” Posteriormente a esse período, Casais Monteiro produz e organiza vários volumes do poeta e de trabalhos sobre ele; atividade sobre a qual se debruçou durante toda sua vida, tornando-se um difusor e autoridade sobre a obra de Pessoa. (MONTEIRO, 1993, p.222 & GALVÃO, 2003, p.24)

Mesmo proibido de dirigir periódicos em Portugal, Casais Monteiro esteve à frente do Semanário *Mundo Literário* entre 1946 e 1947, que estava sob a direção nominal de Jaime Cortesão Casimiro, outro destacado intelectual português que se exilou no Brasil. Jorge de Sena também colaborou com Monteiro nesse empreendimento e afirmou que *Mundo Literário* “marcou época em Portugal, em um tempo que escasseavam as revistas de cultura.” (GALVÃO, 2003, p.24 & SENA, 1974 b, p.56)

Entre as décadas de 1930 e 1940 seus interesses não ficaram restritos à literatura e à poesia, igualmente mereceram sua atenção a música, o cinema e o teatro, em conferências ou colaborações nos variados periódicos literários e suplementos de crítica e de arte. (MONTEIRO, 1964, p.12) Quanto a esses suplementos de arte nos quais Casais colaborava, pode-se atribuir “à censura do Estado Novo e ao seu horror obsessivo aos livros considerados ‘subversivos’ a quantidade de outras formas de publicação, como folhetos, cadernos, fascículos, que poderiam, com mais facilidade, ludibriar os caminhos censórios.” (GOTLIB, 2002, p.127)

É unânime entre os investigadores da obra de Casais Monteiro o registro do seu interesse pela cultura brasileira bem antes do seu período de exílio. Esse primeiro contato ocorre no início do decênio 1930, quando

“guiado pelas mãos amigas do poeta e diplomata Ribeiro Couto, Casais leu numerosos escritores brasileiros e fez publicar, na *Presença*, Cecília Meireles, Jorge de Lima, Manuel Bandeira e outros.” (PERRONE-MOISÉS, 2003, p.56 & GOTLIB, 2002, p.115-121) Monteiro também elaborou estudos mais aprofundados sobre os escritores brasileiros, incluindo a obra do próprio Ribeiro Couto. A respeito desse contato e do interesse em difundir os brasileiros em Portugal escreveu num ensaio reunido em *Clareza e Mistério da Crítica*, livro publicado no Brasil em 1961. Nesse artigo, menciona o fato de “a nova literatura brasileira constituir, a partir de 1930, um apoio, digamos assim, para os escritores portugueses que lutavam contra o isolacionismo cultural e político em que a ditadura se empenhava.” (MONTEIRO, 1961, p.148 & PERRONE-MOISÉS, 2003, p.56) Portanto, para o crítico, a culpa pelo desconhecimento das literaturas entre os dois países pode ser atribuída ao regime salazarista. É também neste tempo que Monteiro toma contato com a obra de “Manuel Bandeira, Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade e dos romancistas brasileiros dos anos 30: Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado.” Posteriormente, abriga em sua atenção crítica a prosa de Guimarães Rosa e de “autores menos conhecidos pela crítica, como Octávio de Faria, Mário Palmério e Osório Alves de Castro.” (GOTLIB, 2002, p.119 e p.127)

O poeta Carlos Drummond Andrade, em seu artigo *Casais Monteiro e o Brasil*, originalmente publicado na página 3 do *Shopping News*, de São Paulo, em 06/08/1972, em virtude da morte do poeta português, aponta que foi Monteiro, “em 1943, o autor do primeiro e, por muito tempo, único estudo, em português, da poesia de Manuel Bandeira.” (ANDRADE, 1981, p.18) Identificado com o modernismo português, Casais Monteiro

defendeu firmemente as conquistas do modernismo de 1922 contra as tendências regressivas na poesia, na ficção, e na avaliação crítica daquele movimento. O crítico brasileiro com o qual ele mais se identificou foi, não por acaso, o poeta-crítico modernista Mário de Andrade. (PERRONE-MOISÉS, 2003, p.55)⁴

⁴ Sobre o destaque à crítica literária de Mário de Andrade por Casais Monteiro confira o ensaio “Criação e Crítica”, reunido em *Clareza e Mistério da Crítica*. (MONTEIRO, 1961, p.82)

O Brasil acolheu o exilado Casais Monteiro em 1954, por meio de um convite para participar do Congresso Internacional de Escritores, ocorrido no mesmo ano, sob a presidência de Paulo Duarte, com o duplo patrocínio da UNESCO e da Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. As circunstâncias do convite foram curiosas, pois quem o contactou e combinou sua vinda definitiva foi o intelectual e crítico de artes plásticas Paulo Mendes de Almeida, emissário da Comissão do IV Centenário ao exterior para realizar contatos e efetuar convites. Porém, para as autoridades portuguesas ele viria apenas para o Congresso. Primeiramente “a Comissão tinha mandado convidar dois escritores de oposição, Miguel Torga e Adolfo Casais, entretanto o governo português reagira, condicionando a permissão para a saída de ambos à formulação de convites a ‘dois dos nossos’, no caso o conde de Aurora, ou José de Sá Pereira Coutinho e o professor de Literatura Álvaro da Costa Pimpão.” (GALVÃO, 2003, p.23)

A organização do congresso se planejou para que Casais Monteiro tivesse grande visibilidade e o realce de sua presença pode ser verificado nos *Anais* do evento, em que apresentou a primeira tese logo na primeira sessão e foi o único a quem foram solicitadas duas teses. A de abertura do Congresso foi “Problemas da Crítica de Arte”, que depois se tornaria um pequeno livro, *Uma tese e algumas notas sobre arte moderna*, publicado pelo Ministério da Educação, em 1956. A segunda foi apresentada no encerramento do evento, na seção de poesia, intitulada “Fernando Pessoa – o insincero verídico”, que integraria posteriormente os *Estudos sobre a poesia de Fernando Pessoa*, publicado pela Editora Agir, em 1958. (Idem, p.24)

A pesquisadora Walnice Nogueira Galvão, que analisou os *Anais* desse congresso internacional de 1954, acrescenta que ocorreram debates calorosos entre Casais Monteiro e o conde de Aurora, da delegação do governo português. Entre os temas desse enfrentamento público estava o nacionalismo, a sujeição ao regime autoritário e a censura em Portugal, todos defendidos pelo conde de Aurora e refutados por Monteiro. (Idem, p.26) Nos *Anais*, também é explícito o apoio dos brasileiros aos opositoristas

portugueses, como se percebe pelo discurso de Paulo Duarte na sessão de encerramento, quando estende seus agradecimentos

a Casais Monteiro, a Rodrigues Lapa, a Miguel Torga, a Jaime Cortesão, a Agostinho da Silva, a Sarmiento Pimentel, nossos irmãos gêmeos no nosso anseio de intelectuais livres; e também as figuras simpáticas e cordiais de Costa Pimpão e do conde Aurora, da representação oficial portuguesa. (ANAIS DO CONGRESSO, p.233, *apud* GALVÃO, 2003, p.25)

Estabelecido aqui, Monteiro desenvolveu muitos trabalhos editoriais, entretanto o mais significativo talvez tenha sido sua militância de crítica literária semanal na imprensa brasileira, no *O Estado de São Paulo*, entre 1956 até o fim de sua vida, em 1972, porém nestes últimos anos não semanalmente. O espaço do *Suplemento Literário* também foi ocupado por Jorge de Sena e outros intelectuais lusitanos refugiados entre as décadas de 1950 e 1970. (GALVÃO, 2003, p.26 & GOTLIB, 2002, p.123) Todos os textos da intensa produção de Casais Monteiro para o *Suplemento Literário* foram reunidos em dois volumes, organizados por suas antigas alunas de Araraquara.⁵ Convém enfatizar que tal obra necessita de maior atenção editorial, ou seja, uma reedição, pois consiste em documentação de crítica literária riquíssima, com 186 artigos no total, publicados em 14 anos de colaboração para o suplemento.

A partir de 1956, passou a colaborar para o jornal oposicionista *Portugal Democrático*, sediado em São Paulo, no qual republicou alguns artigos feitos para o *Suplemento Literário*. Entretanto, publica no jornal antissalazarista até o ano de 1962, quando dele se desliga, junto com outros como Jorge de Sena, por divergências internas. É por meio da observação dos textos e aparições de Casais neste órgão que vislumbramos um pouco mais de sua face política, sobre a qual Antonio Candido afirma que ele “foi desde sempre um oposicionista político; não pró-forma, nem longe; mas com

⁵ GONÇALVES, M.M.T., AQUINO, Z.M.T., BELLODI, Z.M. (ORGS.) *Artigos de Adolfo Casais Monteiro publicados no Suplemento Literário de “O Estado de São Paulo”*. *Cadernos de Teoria e Crítica Literária*, n°. 12 (especial); 2 vols., Unesp: Campus de Araraquara/SP, 1983. (Edição Mimeografada). Alguns destes ensaios encontram-se reunidos também em edições portuguesas recentes, do projeto “Obras Completas de Casais Monteiro”, como os livros *Melancolia do Progresso* (Lisboa, 2003) e *O País do Absurdo* (2007).

o sacrifício de sua carreira em Portugal e um assombro inflexível.” (CANDIDO, 1974, p.31)

Também no Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo* Casais Monteiro foi certamente um dos redatores do caderno que mais deu destaque a visita de Sartre e Simone de Beauvoir ao Brasil, em 1960, publicando três artigos, no mesmo ano, nos quais discute a presença do existencialista no país.⁶

No primeiro artigo, *Sartre no Recife*, de 03/09/1960 – caderno temático do Suplemento Literário sobre o intelectual francês – ele afirma: “Como era de prever, a imprensa noticiou pouco e mal este acontecimento.” Entretanto, ele escrevia no calor da hora e não notou que a visita de Sartre ao Brasil produzia muitas notas e artigos nos pequenos e grandes jornais da época. Casais estaria certo se a cobertura foi “mal”, ou seja, sem profundidade, sem qualidade, mas a quantidade foi significativa, inclusive seus próprios artigos constituem fontes de qualidade sobre o evento e são utilizadas em pesquisas sobre a passagem do filósofo aqui. Alguns desses estudos embarcam sem crítica na afirmação de Casais Monteiro, como é o caso de Elisabeth LORENZOTTI (2007, p.138) e Luís Antônio Contatori ROMANO (2002, p.283). Contraditoriamente, a pesquisa deste último traz a informação de Annie Cohen-Solal – biógrafa de Sartre – de que a visita teve grande repercussão, negativa e positiva, na imprensa brasileira, afirmando que só na imprensa de São Paulo apareceram mais de 250 artigos. (COHEN-SOLAL, 1986, p.518, *apud* ROMANO, 2002, p.175 e 178). Na própria relação de periódicos da tese de Luís Antônio C. Romano, podem ser encontrados aproximadamente 102 (cento e duas) referências da imprensa brasileira sobre a viagem do casal existencialista, a maioria de 1960 e outras das décadas de 1980 e 1990. (ROMANO, 2002, p.363-368) Portanto, parece haver aqui um problema historiográfico relativo ao trabalho com as fontes.

⁶ *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário: Edições n°. 197, de 03/09/1960 – Sartre no Recife; n°. 198, de 10/09/1960 – Ainda Sartre e n°. 204, de 22/10/1960 – Literatura e Povo. Nestes artigos observamos toda a erudição do crítico, que demonstra conhecer a obra de Sartre, bem como o marxismo e o existencialismo. O interesse de Casais Monteiro pela filosofia existencialista pode ser datado de 1936, quando traduziu para o português, pela Livraria Tavares Martins, Porto, a obra *O Desespero Humano (Doença até a morte)*, do dinamarquês Søren Kierkegaard, considerado um dos precursores do existencialismo no século XIX. (KIERKEGAARD, 1957)

Em 1959, Casais Monteiro percorreu algumas Faculdades brasileiras, como conferencista, um desses lugares foi Santa Catarina e depois passou mais tempo na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, em Salvador.

Foi intensa a produção jornalística de Casais Monteiro no Brasil, especialmente entre os anos de 1957 e 1959, quando também passou pelo Rio de Janeiro, onde ocupou um apartamento no Leme, com Raquel Moacyr (antiga atriz do Teatro Brasileiro de Comédia, que representou entre 1950 e 1953).⁷ Não obstante, esse foi um período de muitas dificuldades de sobrevivência para Casais devido à falta de trabalho regular. (SILVA, 1974, p.23; SENA, 1974 b, p.57; VASQUES, 2002, p.252 & GOTLIB, 2002, p.124)

A partir de 1962, Casais se fixou na cadeira de Teoria da Literatura da FFCL de Araraquara (atual campus da UNESP), onde permaneceu a maior parte do tempo em que viveu no Brasil. Essa vaga em Araraquara foi conquistada por intermédio de Jorge de Sena - que lá chegou um pouco antes - e contou com o apoio do então diretor Prof. Paulo Guimarães da Fonseca, que concordou com a nomeação de Monteiro, a partir de 1962. (GOTLIB, 2002, p.124 & SENA, 1974 b, p.57)

Em 1963, obteve a cidadania brasileira e continuou publicando livros no Brasil. Além dos dois livros citados acima, relacionados à suas teses no Congresso Internacional de Escritores de 1954, também publicou *Clareza e Mistério da Crítica*, pela Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, em junho de 1961 e *Romance (Teoria e Crítica)*, pela Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, em novembro de 1964. Essas duas obras da maturidade intelectual de Casais Monteiro, reúnem textos dos anos 1950 e esclarecem suas principais preocupações teóricas sobre a crítica literária, especialmente a influência lukacsiana, que será discutida no terceiro capítulo deste trabalho.

A permanência no Brasil foi interrompida por um período de atividades em universidades dos Estados Unidos, trabalhando como professor-visitante na Universidade de Wisconsin - em Madison -, em 1968/1969, e na

⁷ Casais Monteiro separou-se de Alice Gomes nos primeiros anos de Brasil e passou a viver com Raquel Moacyr. (LEONE, 2005, p.10)

Universidade Vanderbilt - em Nashville, Tennessee -, em 1969. Ao retornar ao Brasil, ministra curso de férias na Universidade de São Paulo, seu local de trabalho na década de 1970. (GOTLIB, 2002, p.124). Sobre este período de exílio nos Estados Unidos, seu camarada Jorge de Sena explica que foi ele, estando lá desde 1965, que arranhou uma vaga de professor visitante na Universidade de Wisconsin, para que Casais Monteiro o substituísse, num semestre em que Sena se licenciou para realizar estudos na Europa. Jorge de Sena conta que, nessa ocasião, Monteiro já estava muito doente e ele mesmo o levou a um médico, em Madison, que diagnosticou um enfisema que havia de matá-lo. Sena relata também que Casais Monteiro, um fumante obstinado, se irritou com a ordem médica para parar de fumar. (SENA, 1974 b, p.58)

Antes de sair para os Estados Unidos, conquistou o título de livre-docente pela Universidade de São Paulo com a tese *Estrutura e autenticidade como problemas da teoria e da crítica literária*, de 1968, posteriormente editada em livro. Em 1970, quando voltou do exílio estadunidense e depois de já ter lecionado cursos de curta duração na USP, manifestou seu desejo de trabalhar com Antonio Candido na Teoria Literária e Literatura comparada. Tal anseio foi acatado com prazer pelo crítico brasileiro, que logo se organizou e procurou regularizar a situação do português para que ele começasse já em agosto de 1972, o que não ocorreu devido à morte de Casais, alguns dias antes. (CANDIDO, 1974, p.29 & CANDIDO, 2002, p.25)

Todos os trabalhos que mencionam a vida e a trajetória intelectual de Adolfo Casais Monteiro, juntamente com os testemunhos de Jorge de Sena e Antonio Candido – convivas dele - fazem questão de frisar sua independência de juízos e a sua coragem nas opiniões. Todos ressaltam a personalidade polêmica de Monteiro que se recusava a embarcar ligeiramente nas modas intelectuais e prezava sempre pelos clássicos e pela autonomia do estudo da literatura e da arte, características que podem ser claramente percebidas em suas obras de crítica literária, poesias e em seus artigos para o *Portugal Democrático*.

1.2. Jorge de Sena

Escrever ou falar sobre Jorge de Sena é tarefa difícil, pois este homem é, sem dúvida, uma grande manifestação da cultura portuguesa contemporânea e, portanto, qualquer texto sobre ele apresentará lacunas ou excessivo enaltecimento. Talvez o mais conhecido dos tratados aqui, foi merecedor de alguns documentários produzidos pela TV portuguesa, de fácil acesso pela “internet”. Assim, convém ressaltar o traço comum do que é apresentado a frente, pois é apenas uma síntese da trajetória deste autor, cujas informações foram encontradas em textos produzidos nas últimas décadas por estudiosos dele, em testemunhos de alguns intelectuais que conviveram com ele e em informações do próprio autor sobre si, manifestadas em algumas de suas obras.

O entrelaçamento de biografia e história revela-se pertinente no estudo deste autor porque ele sempre conceituou sua produção, especialmente a poesia, como testemunho, de si e do mundo. (SANTOS, 1997, p.229 & SENA, 1977, p.26)

Filho único de Maria da Luz Teles Grilo – natural da Covilhã – e de Augusto Raposo de Sena, comandante da Marinha Mercante – de Ponta Delgada (Açores), Jorge Cândido de Sena nasceu em Lisboa, em 2 de novembro de 1919 e teve como figura tutelar da sua infância e juventude a avó materna Isabel dos Anjos Alves Rodrigues Teles Grilo.

Começou a ler muito cedo, por volta dos 3 anos de idade e escreveu seu primeiro bilhete aos 4 anos. Sua formação inicial, na qual era intenso leitor, deu-se a partir do Colégio Vasco da Gama (Lisboa), de 1926 em diante, e, posteriormente, em 1932, transferiu-se para o Liceu de Camões, onde foi aluno de Rómulo de Carvalho – o poeta António Gedeão. Concluiu seus estudos básicos em julho de 1936 e começa neste último ano de liceu a escrever poesia e ficção. Também estudou piano, de 1929 até meados da década de 1930, graças à teimosia de sua mãe, de modo que a música sempre foi sua companheira, pois viveu e trabalhou envolto em música e, de

certa forma, isso foi determinante para seu destino de poeta e seu fazer poético. (LOURENÇO, 2003, p.135-136 & SENA, 1999, p.267) ⁸

Outros episódios da infância e juventude merecem destaque. Em 1933 cruzou, sem disso ter consciência, com Fernando Pessoa, que frequentava a casa de sua tia-avó Virgínia Sena Pereira. (SENA, 1999, p.267) O despertar da consciência de Jorge de Sena se dá sob o Salazarismo, de modo que, assim como outros jovens de sua época, sua educação foi permeada por valores patrióticos. A decisão de Sena ingressar em setembro de 1937 na Escola Naval, para uma carreira na Marinha de Guerra, apresenta um componente de patriotismo, além de também ter sido esse o desejo de seu pai. Em outubro do mesmo ano, iniciou o cadete Jorge de Sena “uma viagem de instrução no navio-escola *Sagres*, que lhe proporciona o primeiro contato com a África (Cabo-Verde, Angola, São Tomé, Senegal), o Brasil (Santos e São Paulo), as Canárias e, acima de tudo com o mar.” Em março de 1938, Sena e mais três colegas são desligados da marinha, provavelmente por conta de seu inconformismo com a disciplina militar, posição germinada durante essa viagem, que também contribuiu para o amadurecimento de sua consciência política contra as injustiças e arbitrariedades dos regimes ditatoriais como o que dominava Portugal. (SANTOS, 1997, p.230; LOURENÇO, 2003, p.135 & SENA, 1999, p.268)

Acompanhando um período de perturbações na Europa do século XX - ascensão do fascismo e da Segunda Guerra Mundial - entre os anos de 1938 e 1948, dá-se o período de maiores agitações em sua vida. Entretanto, esses anos são também os de consolidação do poeta e do escritor, pois começa a

⁸ Da referência SENA, 1999; trata-se da cronologia biográfica *Vita Brevis* (elaborada por Jorge Fazenda Lourenço com a contribuição de Eugénia Vasques), entre as páginas 267 e 281, no final do volume *Antologia Poética de Jorge de Sena*, editado e organizado por Jorge Fazenda Lourenço. As demais informações biográficas abaixo, acompanhadas desta referência, são desta cronologia. Também o artigo de Jorge Fazenda Lourenço (LOURENÇO, 2003, p. 135-152) compõe o que consideramos as duas fontes mais completas sobre a vida de Jorge de Sena. As informações sobre a infância até que são interessantes, porém para a biografia de um escritor a nota de que ele aprendeu a ler com três anos e a escrever com quatro tendem a manter a ideia de coerência, de um sentido de direção para a vida do biografado. Essa informação confirma a tendência de permanência desse tipo de composição biográfica, que discutimos anteriormente acerca da “ilusão biográfica” de Pierre Bourdieu, que indica que são os biógrafos que selecionam os dados e elaboram uma narrativa linear e coerente. (BOURDIEU, 2006)

produzir intensamente: publica, faz conferências e participa de círculos intelectuais.

Depois de cursar os preparatórios na Faculdade de Ciências de Lisboa (Escola Politécnica), em 1938, passa a frequentar o curso de Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia do Porto, no qual se licenciou em 1944, passando por dificuldades financeiras e contando com auxílio de amigos para concluir o curso. Em 1944, morrem seu pai e sua avó materna, Isabel. Entre 1942 e 1945, enfrentou uma série de doenças graves e prestou um atribulado serviço militar no Exército – o que, por um lado, fez com que prorrogasse o término do seu curso de Engenharia para dezembro de 1946, e, de outro, lhe proporcionou novamente uma viagem marítima, aos Açores paternos. Nesse período, ainda como oficial miliciano, Jorge de Sena aumenta seu envolvimento político e subscreve listas públicas reivindicando eleições livres, sendo por isso quase deportado para o Tarrafal⁹, do que escapou por conta da intervenção de Ribeiro Couto.

Em novembro de 1948, depois de trabalhar de forma precária para o Ministério das Obras Públicas, entra para a Junta Autônoma de Estradas, permanecendo até 1959, quando vai para o exílio no Brasil. O trabalho no departamento de estradas fez com que o poeta realizasse constantes viagens pelo interior de Portugal, conhecendo a realidade de seu país e adquirisse sua estabilidade econômica. Em 1949, casou-se com a filha do compositor e folclorista Armando Leça, a Maria Mécia de Freitas Lopes – ou Mécia de Sena – a qual ele havia conhecido em 1940 e se correspondia desde 1944. Ambos constituíram uma numerosa família de nove filhos, sendo sete nascidos em Portugal e dois nascidos no Brasil. (LOURENÇO, 2003, p.136 & SENA, 1999, p.269)

No período da Faculdade de Engenharia integrou o grupo de intelectuais, composto por José Blanc de Portugal, Adolfo Casais Monteiro, Ruy Cinatti e Tomaz Kim, entre outros, que se reunia nos cafés, para fazer poemas, participar de tertúlias e adensar as críticas ao Portugal salazarista. (SANTOS, 1997, p.232) É também deste período seus primeiros trabalhos

⁹ Na época era o Campo de Concentração de presos políticos portugueses, criado pelo Estado Novo em 1936, na Ilha de Santiago, do arquipélago de Cabo Verde.

publicados - os livros de poemas *Perseguição* (1942) e *Coroa da Terra* (1946) - e as primeiras conferências de crítica literária - sobre Rimbaud, em 1941 e sobre Camões, em 1948; além do ensaio *Florbela Espanca ou a Expressão do Feminino na Poesia Portuguesa* (1947) e a organização com seleção, prefácio e notas do volume *Páginas de Doutrina Estética*, de Fernando Pessoa (1946). Sua crescente atividade de poeta e crítico literário, nesse período, pode ser comprovada nas principais revistas literárias portuguesas da época, nas quais publicou suas poesias, ensaios e também a tradução de poetas ingleses. Sua estréia literária se deu nas páginas do “quinzenário universitário” *Movimento* (1939) e no último número da *Presença* (1940), ainda sob o pseudônimo Teles de Abreu. Colaborou também nas revistas *Aventura*, *Cadernos de Poesia*, *Gazeta Musical e de Todas as Artes*, *Litoral*, *Mundo Literário*, *Portucale*, a série *Unicórnio a Pentacórnio*, *Variante*, *Seara Nova* e também nas páginas e suplementos literários dos jornais de Portugal, como *Primeiro de Janeiro*, *O Globo* e *Diário Popular*. Entre os trabalhos publicados nas revistas e jornais citados já se nota o entusiasmo de Jorge de Sena pelo surrealismo, confirmado pelo próprio autor em obras posteriores. (LOURENÇO, 2003, p.136; SENA, 1999 & SENA, 1977, p.13-14)¹⁰

Os anos 1950 são também de produção intensa e de combates mais duros. Enquanto engenheiro atuante da Junta Autônoma de Estradas, somada a condição de eminente poeta contemporâneo português¹¹, o espírito irrequieto e independente de Sena foi alvo das

mais diversas perfídias literatas, que, entre outros avatares, o poeta zurzirá em numerosas prosas e poemas, nalgumas crônicas de *O Reino da Estupidez* (1961, v.I; 1978, v.II) ou, concentradamente nos poemas de *Dedicácias* (1999), dando continuidade àquela veia satírica de escárnio e mal-dizer, das letras portuguesas, apesar de quantas, e quantas interiorizadas, inquisições e censuras prévias tem havido. (LOURENÇO, 2003, p.136)

¹⁰ Segundo a cronologia biográfica *Vita Brevis* (SENA, 1999, p.270-271) a tragédia em verso *O Indesejado* começou a ser escrita em Dezembro de 1944, foi concluída em novembro de 1945 e começou a ser publicada em Maio de 1949. Trata-se de teatro que apresenta elementos críticos ao Regime salazarista.

¹¹ “Figurou na antologia de Cecília Meireles, *Poetas Novos de Portugal*. Rio de Janeiro, 1944.” (SENA, 1999, p.270)

O decênio de 50 marca as difíceis sequelas do poeta na relação com a intelectualidade portuguesa. A pesquisadora Gilda Santos, que localizou um diário elaborado por Jorge de Sena entre agosto de 1953 e outubro de 1954, destaca alguns trechos que explicitam a angústia do escritor:

Pela manhã, fui votar pela primeira vez na minha vida – apenas para fazer o número que será necessário falsificar a esta tropa fandanga... para ganharem, ora essa! (8/11/53)
Dia exaustivo, de perder a paciência (...) Vinte vezes, desesperado, desejei mandar à merda esta corja de alarves que são sapientes, ilustres, etc. mas alarves. (3/3/54) (SANTOS, 1997, p.232)

De acordo com a pesquisadora, o diário parecia ser o único confidente de Sena, que se sentia “exilado em sua própria terra, inadaptado em relação ao seu tempo, incompreendido e inconformado com sua exclusão.” (Idem, p.233) O próprio autor - no prefácio escrito em 1960 para o volume *Poesia I*, que reúne os seus cinco primeiros livros de poesia -, ao refletir sobre sua produção poética nos anos 1940 e 1950, não deixa de mencionar as perseguições sofridas e criticar a intelectualidade portuguesa. Segundo as palavras de Jorge de Sena,

Não foram, pois, os meus versos que se tornaram mais inteligíveis, foram os críticos que se tornaram mais inteligentes deles. (...) Alguns cresceram e fizeram-se gente; outros cultivaram-se; outros que a injustiça agora persegue sentem-se irmãos da injustiça com que me perseguiram; muitos outros me julgam mais correligionário deles do que nunca fui, outros se amarguram com supor que o era e se arriscavam a perder-me. Enfim, ao fim de muitos anos de magistério crítico, tornei-me, em resumo, um valor de troca, uma moeda, e há que comprar-me os versos, para comprar-me a crítica. Tudo isso seria triste, se não fosse exactamente Portugal. Ou se não fosse, melhor, humanidade, naquela peculiar subdesenvolvida forma que é uma aberração chamada intelectualidade portuguesa. Nesta selecta sociedade, sempre acrescentada de novos sábios juvenis, eu, como alguns outros, fui sempre uma excrescência extravagante e, paradoxalmente, um produto dela. (SENA, 1977, p.24)

Em 1977, num outro prefácio para o mesmo volume *Poesia I*, Jorge de Sena fala a respeito da censura à publicação do seu livro de poesias

Evidências, em 1955. Fato que parece ter sido o ponto máximo de descontentamento do poeta com o regime vigente em Portugal. Segundo ele:

O livrinho ficou impresso nos primeiros dias de Janeiro de 1955, foi logo apreendido pela PIDE que assaltou então o dito Centro, e só pôde ser distribuído um mês depois de repetidas visitas à Censura, para onde se entrava por uma portinha da Calçada da Glória, embora os censores estivessem realmente instalados no Palácio Foz ocupado pelo SNP ou SNI, ou lá como se chamava a altura. O livro era, além de subversivo, pornográfico, segundo me repetia sistematicamente, com um sorriso ameno e algum sarcasmo nos olhos pontilhados de ramela branca por trás de uns óculos de aro finamente metálico, suponho que o subdirector que era um major ou tenente-coronel. Eu contestava que o livro, ora essa, não era nem uma coisa, nem outra, e ele, dando-me palmadinhas no joelho mais próximo, dizia: – Ora, ora... nós sabemos –. Ao fim de um mês destas periódicas sessões, o livro foi libertado, e para dizer a pura verdade *evidente*, era realmente subversivo e, se não propriamente pornográfico, sem dúvida que respeitosa e obsceno. (SENA, 1977, p.18)

Nessa resposta aos seus críticos e censores, reproduzida por sua memória e escrita só depois do fim da ditadura portuguesa, é notável a associação que ele próprio faz entre a sua “subversão” poética enquanto *evidência* de sua posição antifascista.

Além do livro *Evidências* (1955), mais outros dois compõem a produção poética de Jorge de Sena nos anos 1950: os volumes *Pedra Filosofal* (1950) e *Fidelidade* (1958), este último reunido posteriormente no volume *Poesia II* (1978).

Ainda dos anos 1950 destacam-se outras atividades de Jorge de Sena, como a intensificação de sua diligência para o teatro, adaptando textos para apresentação radiofônica no Rádio Clube Português e também militando na crítica de teatro. Mais além, flertou com o cinema, “como colaborador das ‘Terças-feiras Clássicas’, organizadas pelo Jardim Universitário de Belas-Artes, no cinema Tivoli, comentando filmes até 1955.” Nesse período, também desenvolveu um intenso trabalho de tradutor, sobretudo de poesia, a qual Jorge de Sena considerava como uma extensão do seu próprio diálogo poético. Centrado essencialmente em autores de língua inglesa, suas traduções abriam novos horizontes para a criação poética portuguesa, muito

influenciada pela tradição francesa. A Inglaterra, país que visitou pela primeira vez em 1952, para um estágio de engenharia, sempre exerceu enorme fascínio sobre Sena, o que pode ser percebido em toda sua obra e em alguns estudos como a tradução dos poemas ingleses de Fernando Pessoa, a partir de 1952; o volume póstumo *Inglaterra Revisitada* (1986); o *História da Literatura Inglesa* (1960); *A Literatura Inglesa* (São Paulo, 1963); e nos ensaios sobre Shakespeare, Keats e Wordsworth. (LOURENÇO, 2003, p.136 & SENA, 1999)

Jorge de Sena foi consolidando sua rede de sociabilidade intelectual em Portugal e posteriormente no Brasil, através de uma relação de compadrio, adquirida pelo batismo de seus filhos, o que para ele seria talvez uma forma de gratidão para com os muitos intelectuais que o auxiliaram em sua trajetória.)

Os cinco primeiros filhos, nascidos no Porto, bem como os outros quatro, nascidos respectivamente em Lisboa e Araraquara – Brasil - tiveram como padrinhos nomes importantes da intelectualidade. A primeira filha, Isabel Maria (dezembro de 1949) teve como padrinho Ruy Cinatti; o de Pedro Augusto, segundo filho, (novembro de 1950) foi Óscar Lopes; de Maria Joana, terceira, (dezembro de 1951) foi Adolfo Casais Monteiro; Maria Manuela (maio de 1953) teve como padrinho Alberto Lacerda; Mariana (dezembro de 1956), já em Lisboa, José Blanc de Portugal; Paulo Jorge (dezembro de 1957) e Vasco Manuel (maio de 1959), sexto e sétimo filhos, foram batizados pelo Padre Manuel Antunes; já no Brasil, Maria José (dezembro de 1961), a oitava, é batizada por Antonio Candido de Mello e Souza; e o nono e último filho, Nuno Afonso (dezembro de 1962), por Antônio Soares Amora. Note-se que a maioria dos nomes é de escritores, professores e intelectuais do campo da poesia e crítica literária e de arte, marcados por um traço antissalazarista e socialista.

Em março de 1959, Jorge de Sena esteve envolvido na frustrada “Conspiração da Sé”, chamada assim pelo fato de o Largo da Sé de Lisboa ser o local de reuniões dos numerosos conspiradores civis, provenientes de diversas correntes oposicionistas. O golpe estava planejado para ocorrer no dia 12 de março e, além dos civis, contava com o apoio do Movimento Militar

Independente, ligado ao General Humberto Delgado, tendo como cúmplices alguns setores de alto nível das Forças Armadas Portuguesas. Entretanto a insurreição foi descoberta e desarticulada pela PIDE que, já na véspera, começou a prender os civis e militares envolvidos. (SANTOS, 1997, p.233)

Sobre esta tentativa revolucionária, a professora Gilda Santos recupera uma entrevista de Mário Soares, na qual ele lembra que tal evento já não constituía uma conspiração de velhos republicanos, mas se tratava de algo com outros contornos e gerações. Soares, um socialista que depois de 1974 tornou-se primeiro ministro e presidente de Portugal, afirma que também se envolveu apaixonadamente na Revolta da Sé e que, entre os civis envolvidos, reconheceu a presença ativa de Jorge de Sena. (AVILEZ, 1996, p.132 *apud* SANTOS, 1997, p.233-234)¹²

Os perigos oriundos dessa fracassada revolução, aliados aos desenganos e angústias nas quais vivia Portugal desde fins da década de 1930, acabaram por condicionar Jorge de Sena a um exílio voluntário. Então, aceita o convite para participar do 4º. Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, ocorrido entre 10 e 21 de Agosto de 1959, em Salvador/BA e vem para o Brasil. Dois amigos de Sena, Adolfo Casais Monteiro e Eduardo Lourenço estavam entre os organizadores do evento e decidiram convidá-lo, encaminhando o pedido ao Reitor da Universidade Federal da Bahia, que assinou o convite oficial e possibilitou o visto para Jorge de Sena sair de Portugal. (SANTOS, 1997, p.235)

Durante o colóquio bahiano Sena recebeu vários convites de trabalho e decidiu permanecer no Brasil. Sua família veio depois, em outubro de 1959. Após o evento passa um tempo no Rio de Janeiro, no Leme, sendo hóspede de Adolfo Casais Monteiro e de Raquel Moacyr. Após vários convites de trabalho - alguns recusados, como o de lecionar na Universidade do Ceará - aceita o convite do Prof. Antonio Augusto Soares Amora, para lecionar na nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. (VASQUES, 2002, p.252)

¹² A referência completa dessa obra citada por Gilda Santos é: AVILLEZ, Maria João. *Soares – Ditadura e Revolução*. (Entrevistas) Lisboa: 1996.

Jorge de Sena foi o último professor da 1ª. turma de docentes da FFCL de Assis a ser contratado. Muitas de suas produções inclusive estavam em preparação quando foi para Faculdade de Assis.¹³ Instala-se na cidade com sua família em fins de 1959 e em 1960 começa a lecionar as disciplinas de Teoria da Literatura e Introdução aos Estudos Literários, sendo o primeiro a lecionar a disciplina de Teoria no Estado de São Paulo. (CANDIDO, 2002, p.26)¹⁴ Em Assis, permaneceu até agosto de 1961, transferindo-se depois para a FFCL de Araraquara para lecionar Literatura Portuguesa, lá permanecendo até 1965, onde fez seu doutoramento e sua livre-docência, nos quais recebeu a mais alta menção.

Antes disso, entretanto, passou por dificuldades para consolidar seu processo de titulação acadêmica no Brasil. Primeiro tentou a inscrição para o doutoramento em Letras na Faculdade de Filosofia de São Paulo e não conseguiu por não possuir uma licenciatura correspondente. Como alternativa tentou fazer o doutoramento em Economia Política ou em Estatística, mas desistiu por não poder freqüentar, “a centenas de quilômetros e com obrigações de professor”, um curso de especialização exigido. Inscreve-se depois na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, para o doutoramento, mas o seu processo fica bloqueado. (VASQUES, 2002, p. 255)

Outra tentativa que malogrou temporariamente foi em 1962, quando escreveu a tese *O soneto de Camões e o soneto quinhentista peninsular*, sobre o escritor português ao qual se dedicou durante toda sua vida, para prestar as provas de livre docência na Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte, porém não realizou por questões burocráticas relacionadas com sua naturalização brasileira. (SENA, 1999, p.275) Ainda sobre este episódio, Antonio Candido afirma ter sido ele quem encaminhou a situação de Sena para o Diretor da Faculdade de Filosofia da universidade mineira, que se dispôs a resolver a situação, mas na última hora a Congregação da

¹³ Arquivo Permanente da FCL/UNESP-Assis/SP, processo n°. 84/60. Sobre sua produção até 1960 há várias referências no Currículo de Jorge de Sena, anexado a este processo, quando ingressou na faculdade.

¹⁴ Antonio Candido lembra em entrevista que a Cadeira de Teoria Literária foi criada em Assis, em 1960, para Jorge de Sena. Segundo ele, isso era pioneiro, pois só havia a mesma cadeira no Rio de Janeiro, na Faculdade Federal de Letras, ocupada por Alceu Amoroso Lima e Afrânio Coutinho, e depois em 1961 foi criada na USP a Teoria Literária e Literatura Comparada, assumida por ele, Antonio Candido. (CANDIDO, 1993, p.114)

Faculdade negou o pedido. Mais tarde, porém, em outubro de 1964, essa mesma tese sobre Camões foi defendida no Instituto Isolado de Araraquara, onde Jorge de Sena já era professor, sendo ele o primeiro livre-docente do sistema de Institutos Isolados do Estado de São Paulo, contando na sua banca examinadora, com os seguintes professores: Antonio Candido, Antonio Soares Amora, Ayres da Mata Machado Filho, Carlos Aldrovandi, Hélio Gomes Simões e José Carlos Lisboa. (CANDIDO, 2002, p. 29 e 31)¹⁵

Antonio Candido dedica algumas páginas de sua memória descritiva à personalidade de Sena. Além de confirmar algumas informações acima, acrescenta que ambos fizeram seus treinamentos de professor de literatura em Assis, pois até então exerciam outras atividades. Na experiência do interior, foram companheiros no Departamento de Letras Vernáculas, onde durante o ano de 1960 tinham um convívio diário. Em 1961 Antonio Candido retornou a São Paulo, mas manteve o contato com Sena por correspondência regular e afirma que “as cartas de Jorge de Sena eram longas e vibrantes, cartas de uma qualidade que as tornavam verdadeiros textos literários.” Segundo Candido, Sena se caracterizava por sua veemência, manifestada nas cartas e na forma “pé de vento” como entrava todas as manhãs na sala que dividiam no departamento de Assis. O crítico brasileiro lembra que soube do próprio Sena, numa conversa bem humorada, que ele havia escrito um livro, muito usado na época em Portugal, sobre anatomia patológica, em colaboração com um colega especialista da matéria que não tinha o dom da escrita. Candido aponta a enorme capacidade de leitura e memória de Jorge de Sena e se impressionava com a sua boa vontade e espírito de cooperação junto a estudantes e professores da faculdade, mesmo com muitos trabalhos para fazer e com uma família numerosa para dar atenção. Destaca também a

¹⁵ Em *Uma Canção de Camões* (publicada pela primeira vez em Lisboa em 1966, obtendo a 2ª. Edição, por Edições 70/Lisboa, em 1984) existe uma longa dedicatória a Antonio Candido, assinada pelo autor, de novembro de 1964, na qual Sena reconhece com júbilo o “entusiasmo e empenho que Antonio Candido depositou nele para que adquirisse um título oficial e universitário de Letrado, que dourasse e profissionalmente lhe garantisse sua dedicação ao ensino.” (SENA, 1984, p.9) Com essa dedicatória Jorge de Sena expressa toda sua gratidão ao crítico brasileiro e o seu reconhecimento das ótimas condições de trabalho do Brasil que lhe proporcionaram sua titulação de livre-docente, que na época trazia implícito o doutorado.

versatilidade de Sena, mas que nele não era superficial, pois “ela se associava ao aprofundamento de tudo o que sua grande inteligência tocava”. Antonio Candido relata que “havia nele uma faísca de gênio”, e que “sua versatilidade e seu talento, servidos por uma rara força de expressão, eram movidos pela paixão do saber.” Como já citado anteriormente, Candido confirma que Jorge de Sena apresentava uma formação “diferente da maioria da geração daquela época, pois enquanto os círculos de Portugal e Brasil eram de inclinação francesa, ele era de uma orientação mais inglesa, como, aliás, era o caso também de Fernando Pessoa”. Os dois se encontraram pela última vez em 1968, nos Estados Unidos, quando Candido estava de passagem pela Universidade de Yale e foi convidado por Jorge de Sena, que trabalhava na Universidade de Wisconsin, para lá fazer uma conferência sobre Machado de Assis. (CANDIDO, 2002, p.26-30 & CANDIDO, 2004, p.79-83)

Em agosto de 1960, participou do 1º. Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, realizado no Recife/PE, em que apresentou o *Ensaio de uma tipologia literária*, texto reunido posteriormente na *Revista de Letras da FFCL de Assis* (1960) e no volume *Dialécticas da Literatura* (SENA, 1973). Nesta ocasião, o casal Sena também estabeleceu contato com Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir que, vindos de Cuba para esse congresso do Recife, passaram três meses no Brasil. Jorge de Sena também foi o secretário-geral do 2º Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, realizado na FFCL de Assis, em 1961.¹⁶

Sobre este, Antonio Candido, também um dos organizadores, em depoimento oral, aponta que ele, Jorge de Sena, Wilson Martins e Soares Amora foram importantes na organização. Segundo Candido, eles se reuniram em São Paulo, numa sala do 4º. Andar da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antonia, em fins de 1960 e traçaram os temas do 2º Congresso. Na reunião, Jorge de Sena seria determinante em dois momentos: quando propôs uma homenagem a Álvaro Lins – o que acabou

¹⁶ CONGRESSO BRASILEIRO DE CRÍTICA E HISTÓRIA LITERÁRIA, 1º. 1960, Recife/PE. *Anais...* Recife: Universidade do Recife, 1960. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1964. 318p. & CONGRESSO BRASILEIRO DE CRÍTICA E HISTÓRIA LITERÁRIA, 2º. 1961, Assis/SP. *Anais...* Assis: IIESESP – FFCL, 1963. 663 p.

não ocorrendo - e quando endossou a ideia de que fossem convidados os poetas concretistas.¹⁷ Ainda de acordo com Fazenda Lourenço, Jorge de Sena se aproximou do concretismo, não como filiação, mas a título de experimentalismo poético e publicou na revista *Invenção* nº 02, dos concretistas de São Paulo, em 1962. (LOURENÇO, 2003, p.147)

Talvez o trabalho editorial que tenha lhe dado mais visibilidade entre os leitores brasileiros, tenha sido a sua direção, conjunta com Alceu Amoroso Lima e Roberto Alvim Corrêa, da seção portuguesa da *Coleção Nossos Clássicos* (Livraria Agir, Editora do Rio de Janeiro), uma enorme coleção de bolso com capa cinza. Tal obra contava com a colaboração de vários outros intelectuais e críticos literários, portugueses e brasileiros, que organizavam volumes bem caprichados, com dados biográficos do autor clássico da Língua Portuguesa e uma apresentação do contexto histórico de produção dos fragmentos ou textos integrais da obra de cada autor. Adolfo Casais Monteiro e Vítor Ramos também organizaram volumes e o próprio Jorge de Sena organizou o título *Teixeira de Pascoaes – Poesias* (1965).

Em março de 1963, tornou-se oficialmente cidadão brasileiro, fato que começou a facilitar sua situação no Brasil. (SENA, 1999, p. 275) Entretanto, em 1964, a atmosfera outra vez fica turva para Jorge de Sena. Gilda Santos, no artigo em que recupera as correspondências de Sena a José Régio, de julho e outubro, destaca fragmentos de um Jorge de Sena angustiado no Brasil. Em tais missivas Sena relata a prisão de cerca de catorze professores universitários das Faculdades de São José do Rio Preto e de Araraquara e sua demissão por telefone da Faculdade de Rio Preto, conveniada com Araraquara, onde prestava o mesmo serviço enquanto funcionário público do Estado de São Paulo. Afirma na carta que só não foi preso em Araraquara graças à coragem de seu diretor e a firmeza esclarecida do chefe de polícia local. Nas linhas finais da correspondência de outubro, desenhando sua situação, Sena escreve que os últimos meses foram sinistros para ele, “que se manteve sempre à margem da política brasileira, e nunca fez, nem faria jamais, propaganda ideológica em aula ou nos corredores.” Concluiu a carta

¹⁷ CANDIDO, A. Antonio Candido de M. e Souza: depoimento [nov. 2001]. Entrevista e transcrição: Fábio Ruela de Oliveira, São Paulo/SP. 2 fitas cassete. Entrevista concedida ao autor.

afirmando que “está pensando com Mécia e com amigos próximos e distantes, que pelos tempos futuros não há como não ir para outro país, e que já tem em vista os Estados Unidos”, relatando que a situação no Brasil parece ser pior do que em Portugal, “embora haja a vantagem de não estar expressamente instituída ainda a censura”. (SANTOS, 1997, p.236) As perseguições vividas em Portugal manifestam-se para Jorge de Sena e o “ainda”, expresso na frase acima, mostra a experiência do escritor com ditaduras, pois parece prever que a censura ocorreria brevemente.

Em outubro de 1965, a convite de acadêmicos, muda-se com a família para os Estados Unidos para lecionar nas universidades. Fixou-se primeiro em Madison, na Universidade de Wisconsin e depois, em 1970, vai para Santa Bárbara, na Califórnia, onde implanta a cadeira de Português. (Idem & SENA, 1999, p.276) Segundo depoimento de Antonio Candido, nessa época a Universidade de Wisconsin era o segundo ou terceiro maior centro norteamericano de estudos luso-brasileiros. (CANDIDO, 2002, p.29)

O período de exílio nos Estados Unidos foi também muito produtivo, pois Sena pôde organizar e publicar vários de seus estudos, além de compor outros. Muitos escritos do autor continuam inéditos até hoje e têm sido organizados e editados por sua viúva, Mécia de Sena, que continua morando lá, onde Jorge de Sena faleceu aos 58 anos, vítima de câncer, em 4 de junho de 1978.

Frederick G. WILLIAMS (2002, p.57-69), seu aluno em Madison e colega de departamento em Santa Bárbara, elaborou um testemunho sobre este convívio, sobretudo como aluno do português. Ele destaca, entre outros elementos, a atenção especial no atendimento a ele e aos demais alunos e colegas no escritório de sua casa - local onde mais trabalhava, mesmo tendo uma sala na universidade - e as calorosas recepções da família Sena a portugueses e brasileiros que os visitavam. Frederick informa que ficou impressionado ao conhecer a enorme biblioteca de Sena, que se espalhava pela casa e a excelente qualidade de suas aulas (envolvidas em muita fumaça, já que Sena era um fumante inveterado), nas quais o professor, sempre entusiasmado, levava muitos livros, anotações e fazia muitas citações de memória. O ex-aluno lembra que Sena escrevia e publicava

muito nessa época, principalmente para revista literária *Ocidente*, de Lisboa. Relata que, em 1968, quando Jorge de Sena saiu para usufruir de licença sabática e viajou para a Europa, indicou Adolfo Casais Monteiro que o substituiu. De acordo com Frederick Willians, as impressões de Jorge de Sena sobre Wisconsin estão parcialmente registradas na coleção de poemas *América, América I love you*, publicado postumamente. A parte *Estados Unidos da América*, incluída no livro *Peregrinatio ad Loca Infecta* (1969), constitui, da mesma forma, impressões sobre o exílio estadunidense.

Outro documento precioso sobre a experiência de Sena nos Estados Unidos é a reunião da correspondência entre Jorge e Mécia de Sena com Dante e Miriam Moreira Leite, entre 1965 e 1978. (LEITE & SENA, 1996) Essa obra, organizada por Mécia de Sena e Ruy Moreira Leite (filho de Dante e Miriam), contém os “registros de uma convivência intelectual”. Nela constata-se algumas trivialidades cotidianas e outras informações mais sérias correspondentes ao contexto histórico daquele momento. Da leitura superficial deste documento, destacamos alguns pontos, como: as queixas que Sena apresenta contra Alceu Amoroso Lima e Roberto Alvim, da editora Agir (Idem, p.22); as reclamações sobre falta de tempo em março de 1966, ainda em adaptação nos Estados Unidos (Idem, p.29) e o fato de ter recepcionado, em Madison, o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. (Idem, p.32) Numa carta de agosto de 1966, Sena descreve suas impressões sobre a Universidade Wisconsin para Dante:

Madison é uma bela cidade, os alunos são muito agradáveis, mas o Centro Luso-Brasileiro é um mito tão emperrado em rotina e velharia como o Instituto de Estudos Portugueses de São Paulo, ou coisa parecida, em que tudo depara com uma resistência passiva inamovível. (Idem, p.50)

Como se observa, o poeta errante, sempre inconformado, parece dar as primeiras mostras de descontentamento, que contrariam a opinião emitida anteriormente por Antonio Candido sobre o departamento estadunidense. Na sequência dessa passagem ele ainda anuncia que se recebesse outra proposta, estaria disposto a refletir seriamente, pois percebe o quão desagradável é o clima de Vietnams e que o espectro do autoritarismo é

crescente, mesmo com a popularidade do senador Robert Kennedy, ídolo liberal local. (Idem, p.50) Ainda nos anos 1970, simpatizou-se com a agitação política estudantil, contra a guerra do Vietnã, na Universidade do Wisconsin. (SENA, 1999, p.278)

Durante o tempo em que permaneceu nos Estados Unidos Jorge de Sena fez várias viagens a Europa, realizando investigações e fazendo conferências. Na primeira, iniciada em setembro de 1968, passou por Inglaterra, Escócia, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Alemanha, França, Áustria, Suíça, Itália, Espanha e Portugal, aonde chegou na véspera do Natal. Nessa chegada a Portugal, a primeira desde que deixou o país em 1959, foi detido por 24 horas pela PIDE, em Valência de Alcântara, porém, após conversações telefônicas, nomeadamente de José Blanc de Portugal, com o chefe de governo, Marcelo Caetano, o visto de entrada foi concedido. Em Portugal, realizou encontros e entrevistas e regressou aos Estados Unidos em fevereiro de 1969. Entre 1971 e 1974 as viagens a Europa são mais constantes e, nesse período, visita também Moçambique e Luanda. São viagens de intensa atividade acadêmica, para proferir palestras e conferências, motivadas principalmente pelo IV Centenário dos *Lusíadas* no ano de 1972. Destaca-se em março de 1972 a crônica sobre os seiscentos anos da Aliança Inglesa, para a BBC de Londres (SENA, 1999, p.277-278)

Sena partiu muito eufórico para seu país natal, em agosto de 1974, logo após a Revolução dos Cravos, entretanto retornou em setembro do mesmo ano para a Califórnia, uma semana antes do previsto e muito transtornado. Segundo Mécia de Sena, seu esposo voltou dizendo: “A Revolução acabou. Só há ódio naquele país.” Para ela, a partir daquele momento nunca mais ele fora o mesmo. Já estava doente, mas, depois de 1974, ficou ainda mais abatido, em estado depressivo e de desânimo. (SANTOS, 1997, p.237)

Voltando ao período entre 1959 e 1965, Mécia de Sena afirma, “sem receios de exagero, que o Brasil proporcionou a Jorge de Sena os seus anos de máxima produtividade.” (SENA, 1988, p.10) Alguns dos artigos publicados no *Suplemento Literário* de *O Estado de São Paulo* e dos textos reunidos na obra póstuma *Estudos de Cultura e Literatura Brasileira*

(Edições 70, Lisboa, 1988) são apresentados e analisados mais a frente. Além dessa produção ensaística e livre, também assistiu a muito teatro, trabalhou com crítica e iniciou projetos nesta área.

A pesquisadora do teatro de Jorge de Sena, Eugênia Vasques, disserta sobre o período de Sena no Brasil, e apresenta uma longa lista de espetáculos que ele e Mécia de Sena assistiram aqui, tentando estabelecer a influência que tal experiência tem em suas peças e em sua atividade de crítico de teatro. Segundo ela, “o período de estada de Jorge de Sena no Brasil corresponde ao período de evolução assumidamente nacionalista e de mais radical politização do teatro brasileiro.” (VASQUES, 2002, p.254) Ainda,

De acordo com uma análise sistemática das peças em um acto de Jorge de Sena – aquelas escritas ainda em Portugal, em 1948 (*Amparo de Mãe* e *Ulisséia Adúltera*) e as escritas em 1964 no Brasil – existe uma clara evolução no desenho do realismo que começa por ser expressionista-surrealista (*Amparo de Mãe*) e surrealista-farsesco (*Ulisséia Adúltera*) para se metamorfosear num realismo de contornos nitidamente menos ligados ao referente poético e mais a um experimentalismo cuja referencialidade é mais claramente – pois agora sem censura – a cena político-social e a cena teatral politizada do momento. (Idem, p.258)

Entre os fascículos teatrais de Sena, escritos no Brasil em 1964, a autora relaciona *Império do Oriente*, *A demolição* e *A morte do papa*. E o próprio Jorge de Sena, na nota final do volume *Amparo de Mãe e mais 5 peças em um acto* (Lisboa, Plátano Editora, 1974), assinada de Fevereiro de 1971, esclarece um pouco de sua passagem pelo Brasil sob o prisma teatral. Segundo ele:

E, em 1959, quando havia um par de anos que recomeçara (na *Gazeta Musical*) a crítica de teatro, tendo tido a oportunidade de entrar na carreira universitária ficando no Brasil (aonde vi furiosamente teatro e convivi o que pude com gente dele) encontrei-me estrangeiro num país estrangeiro, o que por certo não é, até que a gente se refaça, a situação ideal de um dramaturgo, sobretudo se ele se viu privado sempre do incentivo do palco, que, mesmo de longe, o alimentasse. Por alquimias estranhas, as peças de 1964, no Brasil escritas, foram reacção aos acontecimentos que se precipitaram em 1º. de Abril desse ano. (SENA, 1974 c, p.154)

Observe como Sena enfatiza o 1º de Abril de 1964, afirmando que tais acontecimentos estão presentes em sua obra.

Paralelamente, Jorge de Sena continuou escrevendo e organizando sua obra poética durante o período brasileiro. Reuniu, em *Poesia I* - publicado em Lisboa, em 1961 - seus primeiros cinco livros de poesias: os quatro já citados acima e o inédito *Post-Scriptum* de 1960, com poemas escritos entre as décadas de 1940 e 1950. Escreveu também vários dos poemas que foram reunidos nos livros *Metamorfoses*, seguido de *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómene* (1963), *Arte de Música* (1968) e *Peregrinatio ad Loca Infecta* (1969), todos publicados em Lisboa. (SENA, 1999, p.282) Este último livro é talvez o que mais desenvolve o tema do exílio e apresenta suas peregrinações por vários países.

Quanto às obras de ficção que Sena desenvolveu no Brasil, relaciona-se primeiramente a organização dos volumes de contos *Andanças do Demônio* (Lisboa, 1960 - cujo prefácio é assinado em Agosto de 1960, em Assis/SP) - e o *A Noite que Fora de Natal* (Lisboa, 1961), nos quais o autor reuniu contos escritos nas décadas anteriores. Em 1964, escreveu a novela *O Físico Prodigioso*, publicada somente em 1977, e iniciou a redação do romance que ficaria inacabado, *Sinais de Fogo*, publicado postumamente em 1979. (SENA, 1999) Tal romance, talvez o mais significativo de sua obra ficcional, pretendia cobrir, através das experiências de um protagonista/narrador, poeta e de nome Jorge, a vida portuguesa entre 1936 a 1959. Trata-se de uma história amarrada pela tomada de consciência do personagem principal sob três aspectos: a política, a amorosa e a descoberta da poesia. Mécia de Sena, na introdução das primeiras edições, aponta que o recorte é balizado por grandes marcos na biografia do autor, sendo 1936 o ano em que começa a escrever poesia e também o período inicial da Guerra Civil Espanhola - que exerceu enorme fascínio sobre o autor - e 1959 - ano que embarca para o Brasil. Essa obra, adaptada para o cinema por Luís Felipe da Rocha e lançado em 1995, é considerada pelos estudiosos um *Bildungsroman* ou romance de formação português. (AMORIM, 2002, p. 263-272; LOURENÇO, 2002, p.223-236 & SANTOS, 2002, p.71-82)

Jorge de Sena manteve sua militância antissalazarista no Brasil com mais liberdade do que em Portugal. Aqui, logo se engajou no jornal oposicionista ao Estado Novo português, o *Portugal Democrático*, integrando o Conselho de Redação entre 1959 e 1962, onde também publicou alguns artigos e manteve militância política.

1.3. Vítor Ramos

Convém lembrar que esta síntese biográfica foi realizada a partir dos currículos elaborados pelo autor, por alguns depoimentos orais, por artigos disponíveis sobre ele e por sua obra publicada.

Embora presente, como Jorge de Sena e Adolfo Casais Monteiro, ambos com obra vasta, o interesse pela literatura brasileira nos seus anos de exílio, Vítor Ramos é o mais modesto, obscuro, menos conhecido, mais jovem e também o mais atuante como militante comunista português. Foi muito interessado em história, engajado membro do Partido Comunista Português (PCP) e empenhado numa missão de integração cultural entre Brasil, Portugal e França.

Vítor de Almeida Ramos nasceu em Lisboa no dia 25 de abril, de 1920, filho de Maria de Lourdes de Almeida e de Domingos Ferreira Ramos. Com 54 anos, faleceu em São Paulo, falando ao telefone com Antonio Candido, na tarde de 03 de maio de 1974, curiosamente dias após 25 de Abril e da Revolução Portuguesa, que estabeleceu a nova república e a liberdade naquele país, pela qual tanto lutou durante toda a vida. Na sua curta existência, vivida quase toda sob a ditadura Salazar, este português, também cidadão do mundo como Sena e Casais, sempre se preocupou com a restauração da liberdade em Portugal.

Toda a formação acadêmica de Vítor Ramos deu-se em Lisboa, onde cursou o primário na Escola nº 42 – entre 1926/30 –, o secundário no Liceu Central de Gil Vicente – entre 1930/37 – e o superior de Licenciatura em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa – entre 1945/50.¹⁸ A tese de sua Licenciatura foi *O substrato rural na novela camiliana*, texto que

¹⁸ Currículo de Vítor Ramos (SP, 1962). Folha 15 do processo nº. 23/58 (Sua contratação para reger a cadeira de Língua e Literatura Francesa na FFCL de Assis) do Arquivo Permanente da FCL/UNESP-Assis/SP.

seria reunido posteriormente, com outro título, no seu livro *Estudos em três planos* (1966). O doutoramento de Vítor Ramos foi na Sorbonne, entre 1952 e 1954. Neste período francês, que já significava um exílio para ele, elaborou a tese com o tema: “Études sur l’Amusement Periodique du Chevalier d’Oliveyra”, publicando parte desse trabalho logo depois, como “*Um article du Chevalier d’Olyveira dans lê Journal Encyclpodedique*” (opúsculo em francês, Livraria Bertrand, Lisboa – 1955).¹⁹

Vítor Ramos – casado com Dulce, brasileira que conheceu em Paris – era o contato do Partido Comunista Português com os jovens que vinham de Portugal e do Brasil ao Festival da Juventude Comunista, em 1953, na França. Na época, Dulce Ramos era estudante do 1º. Ano de História da USP. Juntos tiveram três filhos: Fernão Vítor (professor da Unicamp), Maria Guiomar (professora da FAAP) e Nuno Ramos (formado em filosofia pela USP em 1982, renomado artista plástico brasileiro, que também escreveu livros de ficção e ensaios de crítica literária e musical).²⁰ Em depoimento oral, Dulce Ramos, que forneceu tais informações, afirma ainda que vieram juntos para o Brasil em 1955, movidos pelo mesmo sonho que os uniu por toda a vida: um mundo socialista. Segundo ela, nesse tempo Vítor Ramos nem pensava em vir para o Brasil, pois era estudante da Sorbonne e realizava seus estudos sobre o *Cavaleiro de Oliveira* e ainda era correspondente da Agence France Press, em Paris. De acordo com Dulce Ramos, a habilidade de escrever com agilidade e o seu viés jornalístico eram frutos de sua experiência acumulada na Agence France Press.²¹

Segundo Douglas Mansur da Silva, que pesquisou a ficha de Vítor Ramos nos arquivos da PIDE em Portugal, ele era redator da France Press desde 1938 e havia trabalhado na adolescência na Junta Nacional do Vinho.

¹⁹ Idem.

²⁰ Na revista *Piauí* n°. 40, de Janeiro de 2010 (p.48-53), há o texto “O disforme”, assinado pelo jornalista Bruno Moreschi, tratando da trajetória do artista plástico Nuno Ramos. No artigo também encontramos a confirmação de muitas informações biográficas sobre Vítor Ramos e sua esposa Dulce.

²¹ Depoimento de Dulce Ramos em Abr/2003, anexado em apêndice no mestrado da PUC/SP; RAMOS, 2004. Segundo a folha n°. 16 do Currículo de Vítor Ramos (SP, 1962), do processo n°. 23/58 (Sua contratação para reger a cadeira de Língua e Literatura Francesa na FFCL de Assis), guardado no Arquivo Permanente da FCL/UNESP-Assis/SP, o período de sua atuação como correspondente na Imprensa Estrangeira pela Agence France Press foi: em Lisboa entre 1948 e 1950 e Paris entre 1951 e 1955.

Silva aponta também que, em 1940, Vítor Ramos entrou para o PCP e pertenceu ao MUD juvenil, aonde exerceu intensa atividade no movimento estudantil, através de reuniões, palestras, projeções de filmes e distribuição de manifestos. Ainda em 1947, foi um dos signatários de um manifesto “contra a prisão de estudantes e recente expulsão das Universidades de diversos professores.” (SILVA, 2007, p.108)

No testemunho oral da viúva de Vítor Ramos, sua memória pessoal e coletiva, voltada para as relações intelectuais e políticas que viveram no Brasil, pode ser observada. Ela destaca primeiramente o seu próprio ambiente familiar, imprescindível para sua formação política jovem, pois, por meio de seu pai Samuel Pessoa e de sua mãe Jovina, a casa respirava política. Os pais de Dulce Ramos foram para uma frente da Coréia, e estiveram lá na Guerra da Coréia; ele, como cientista, foi convidado por Julie Courie, para a missão científica a fim de provar que os americanos estavam usando arma bacteriológica na Coréia.

Das lembranças de sua formação em História, Dulce recorda a presença do Prof. Eduardo de Oliveira França - seu professor ainda no ginásio, quando tinha 12 anos, e depois na USP, quando já estava um pouco mais distante das movimentações políticas. É provável que Dulce Ramos tenha feito parte das primeiras turmas autônomas de um curso de História no Brasil ou tenha estudado no momento dessa transição, considerando a história dessa disciplina enquanto curso superior no Brasil. (IGLÉSIAS, 1979, p.284) Assim, menciona também o convívio com os professores Aziz Ab'Saber e Eurípedes Simões de Paula. Dos colegas da geração posterior à sua, dos anos 1960, lembra-se de Carlos Guilherme Motta, Fernando Novais e Emília Viotti da Costa, comentando sobre o episódio que resultou na cassação desta, em 1968, junto com outros, como Florestan Fernandes, os quais iam formando uma frente de luta contra a ditadura no Brasil. Esses e outros intelectuais, como Antonio Candido e Paulo Duarte, também apoiaram a oposição portuguesa no Brasil.²²

²² Depoimento de Dulce Ramos em Abr/2003, anexado em apêndice no mestrado da PUC/SP, RAMOS, 2004. Existem mais referências a esses intelectuais assinando manifestos de apoio aos exilados políticos lusitanos nas páginas do *Portugal Democrático*.

Dulce Ramos aponta que sua casa em São Paulo era local de reuniões importantes do Partido Comunista Português e também da oposição portuguesa que engendrava o *Portugal Democrático*. Afirma desconhecer os temas das reuniões, mas destaca que Vítor Ramos era figura central nas organizações, junto com outros exilados igualmente importantes na organização oposicionista, como João Sarmento Pimentel e Joaquim Barradas de Carvalho. Descreve, a partir das muitas cartas existentes, a forte amizade e a afinidade intelectual com Jorge de Sena. No entanto tais cartas eram endereçadas também a Casais Monteiro, Sidônio Muralha, Castro Soromenho, Carlos Maria de Araújo, Rodrigues Lapa, Fidelino Figueiredo, a maioria delas ligadas ao *Portugal Democrático*. No período inicial do trabalho de Vítor Ramos no jornal oposicionista – de 1956 a 1959 – ela também conta que, “as vezes Vítor chegava com os dedos sujos de tinta, pois ele fazia também a diagramação do jornal, sabia trabalhar naquilo, a partir da experiência adquirida em Portugal, da sua época de ilegalidade, porque ele ficou muito tempo entre a legalidade e a ilegalidade.”²³

Sobre o período em Assis/SP, a depoente conta que Vítor Ramos escreveu pouco, entretanto a análise de suas obras mostra o contrário, que trabalhou muito nos cursos da Cadeira de Língua e Literatura Francesa da FFCL e ali produziu trabalhos que foram publicados posteriormente. Tinha em 1958, ao ingressar na FFCL de Assis, mais de 20 trabalhos significativos entre publicações, traduções, conferências e muitas outras atividades relacionadas ao jornalismo e as culturas portuguesa e francesa.²⁴ Outras pessoas, representantes da sociabilidade que possibilitou o ingresso de Vítor Ramos na FFCL de Assis, estão presentes na lembrança de sua esposa, como apoiadores da democracia portuguesa e participantes das atividades do Centro Cultural 25 de Abril, criado no Brasil depois de 1974. Entre eles destacam-se as figuras de Antonio Soares Amora, o 1º. Diretor da Faculdade de Assis e professor da USP; Maria Aparecida Santilli, professora da USP na área de Português e esposa do deputado estadual José Santilli Sobrinho,

²³ Depoimento de Dulce Ramos em Abr/2003, anexado em apêndice no mestrado da PUC/SP, RAMOS, 2004.

²⁴ Currículo de Vítor Ramos (SP, 1962). Cf. fls. 16 do processo nº. 23/58 (Sua contratação para reger a cadeira de Língua e Literatura Francesa na FFCL de Assis), guardado no Arquivo Permanente da FCL/UNESP-Assis/SP.

autor do projeto de criação da faculdade assisense. Vítor e Dulce estavam engajados nesses círculos intelectuais e políticos desde os anos 1960.²⁵

Entre as atividades no Instituto Isolado, Vítor Ramos – professor em Assis entre 1958 e 1964 – fez parte da Comissão de Redação da *Revista de Letras* e nela publicou o ensaio *Chateaubriand: o episódio da graciosa*²⁶, reunido posteriormente no livro *Estudos em três planos*. Na Cadeira de Língua e Literatura Francesa da FFCL de Assis, ministrou cursos sobre “os problemas da tradução”, “a expressão estilística do teatro barroco francês” e a “estilística comparada do francês e do português”. Já em São Paulo, na USP, também assumiu os cursos de Língua e Literatura Francesa, período em que publicou mais dois trabalhos: *Estudos em Três Planos*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1966 e *Routrou: um universo equívoco*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971. Ficou na USP até o fim de sua vida, no entanto, entre 1969 e 1971 esteve na Universidade da Califórnia, em Davis, assim como Jorge de Sena e Casais Monteiro, perfazendo uma trajetória americana, num novo exílio, decorrente do endurecimento da ditadura no Brasil em 1968.

Antonio Candido, apresentando informações complementares, diz que Vítor Ramos conheceu uma brasileira na França, com quem se casou em 1955 e passou a morar em São Paulo. Aqui, ajustou-se bem a cultura paulista e trabalhou na Difusão Européia do Livro (DIFEL) onde empreendeu iniciativas importantes como o plano de antologia das presenças, das quais vingaram apenas *Presença da Literatura Portuguesa*, em cinco volumes, e *Presença da Literatura Brasileira*, em três, em 1964. Estavam projetadas a espanhola, a francesa, a inglesa, etc. (CANDIDO, 2004, p.75-76)

Em 1961, doutorou-se na FFCL da USP, com a tese “*L’Expression de la Vérité Humaine dans La Mort d’ Agrippine de Cyrano de Bergerac*”, que mais tarde em 1966, publicaria pela FFCL de Assis, na Coleção de Estudos e Ensaio. Essa coleção, que publicou muitos títulos, era dirigida pelos professores dessa instituição e publicava seus trabalhos, com financiamento do Governo do Estado de São Paulo. O volume sobre a obra de Cyrano foi

²⁵ Depoimento de Dulce Ramos em Abr/2003, anexado em apêndice no mestrado da PUC/SP, RAMOS, 2004.

²⁶ Revista de Letras (ASSIS), n.1, pp. 53-71, 1960.

editado todo no original em francês, como foi escrito²⁷ e até hoje não foi feita uma reedição traduzida para o português.

Além dos textos elaborados em Assis e das atividades editoriais na DIFEL, Vítor Ramos também foi diretor da coleção *Clássicos Garnier*, a partir de 1957, organizando a publicação de quinze títulos de obras clássicas da literatura universal até 1962.²⁸

Segundo Antonio Candido, Vítor Ramos saiu de Assis em decorrência do golpe de estado de 1964, onde quase foi preso, indo posteriormente para a USP. Num depoimento oral de Candido, comentando os efeitos dos episódios de 1964 para a Faculdade de Assis, ele destaca:

Foi uma calamidade. E, em primeiro lugar por causa da perseguição, não é? Assis mesmo perdeu bons professores por causa de 64. O Prof. Vítor Ramos não foi preso por acaso, o delegado foi prendê-lo, deram ordem de prisão para ele, mas ele tinha vindo para São Paulo, avisaram ele, e por acaso ele não foi preso. Tinha um delegado feroz lá em Assis, era um sujeito terrível. Ele deteve o “Pradinho”, o [Antônio Lázaro de] Almeida Prado, ele deteve o Onosor [Fonseca]. O [Antonio] Dimas também foi preso.²⁹

A condição de militante comunista português obrigou Ramos a ir novamente para São Paulo. Os professores e Dimas, aluno na época, foram presos temporariamente, o que expressa o quanto o golpe de 1964 foi contundente, mesmo nas cidades médias do interior do país.

Em São Paulo, Vítor Ramos teve iniciativas editoriais importantes, mas sua função docente foi imprescindível para a intelectualidade, como destaca uma de suas antigas alunas e estudiosa de sua obra, Maria Cecília de Moraes Pinto, num artigo depoimento, em homenagem a Vítor Ramos, no qual ela ressalta algumas faces do professor que corroboram muitos aspectos lembrados por Dulce Ramos. Segundo Maria Cecília, Vítor Ramos

²⁷ RAMOS, Vítor. *Cyrano auter tragique: L'expression de la verité humaine dans "La Mort d'Agrippine"*. (todo em francês) Publicações da FFCL de Assis (Governo do Estado de São Paulo): SP, 1966. Coleção estudos e ensaios.

²⁸ Currículo de Vítor Ramos (SP, 1962). Folha 16 do processo n°. 23/58 (Sua contratação para reger a cadeira de Língua e Literatura Francesa na FFCL de Assis) do Arquivo Permanente da FCL/UNESP-Assis/SP.

²⁹ CANDIDO, A. Antonio Candido de M. e Souza: depoimento [nov. 2001]. Entrevista e transcrição: Fábio Ruela de Oliveira, São Paulo/SP. 2 fitas cassete. Entrevista concedida ao autor. Cf. também CANDIDO, 2002, p.22.

participou de um período de mudanças no Curso de Língua e Literatura Francesa da USP, tornando-se em 1972 o primeiro titular desse curso. (PINTO, 2003, p.167) Em 1961, ainda na Faculdade de Assis/SP, defendera sua tese de doutorado, sob orientação de Alfred Bonzon, catedrático posteriormente substituído pelo professor Albert Audubert, que em 1966 faria parte da banca examinadora do concurso de livre-docência de Vítor Ramos. (Idem)

O depoimento da aluna de Ramos também descreve algumas características da postura do seu professor à frente do Curso de Letras. De acordo com ela:

Durante os curtos dois anos em que Vítor Ramos dirigiu a ex-cátedra, impôs-se sua generosa disponibilidade, sempre ajudando, jamais encerrado nas alturas do posto que chegara. As convicções políticas de homem perseguido pela ditadura salazarista auxiliavam-no na compreensão das dificuldades que enfrentávamos. (...) Esses traços de um perfil no qual sobressaíam a retidão, a firmeza, o claro sentimento de compromisso com o outro, excluindo sectarismos, completavam-se na rotina das tarefas docentes e administrativas. Planejou o curso de tradução para Letras, além de promover, em 1973, um Colóquio de Francofonia que seria o primeiro a congregar os departamentos franceses da América Latina. Na ocasião, Vítor Ramos enfatizou o que isso significava também para os contatos com os outros povos de Língua Francesa, entre eles os da África. (...) Relações com o Quebec e a Martinica esboçariam pouco a pouco os contornos de uma participação na universalidade do francês tendo como centros irradiadores múltiplos focos, inclusive a própria França. (...) ...colega [Vítor Ramos] que distribuía tarefas respeitando preferências, estimulando pesquisas individuais, mostrando com os olhos voltados para o mundo que a verdadeira universidade se efetiva na produção de todos e no concerto de muitas vozes – depois dele seria impossível retroceder aos esquemas do passado. (PINTO, 2003, p.168-169)

O relato enaltecido corresponde à profundidade dos ensaios críticos de Vítor Ramos observados nos capítulos seguintes. Neste artigo não há menção a obra política, ou seja, aos escritos de Ramos para o *Portugal Democrático*, mas a autora procura esgotar as características intelectuais de Vítor Ramos, apontando que:

...seus textos reúnem a sensibilidade, a erudição do intelectual, a suas mais íntimas convicções e toda uma maneira de ser. (...)...Vitor Ramos sempre soube inter-relacionar tendências políticas pessoais e objetivos estéticos. (...) A observação de pormenores revela a agudeza dos comentários de Vitor Ramos. Foi especialista do grande século XVII francês. Mas soube tratá-lo a sua maneira, desviando o enfoque para autores pouco lembrados, aqueles que escapavam as convenções da época. (...) Esquecidos, exilados, rebeldes, desiludidos – por esses autores perpassa o olhar arguto do crítico, sempre a perscrutar nas palavras a carga passional, o contraditório, a irreverência, o desconcerto, até atingir o cerne em que se aloja a complexidade comovente do homem. (Idem, p.169-170)³⁰

Outra menção a Vitor Ramos vem de Carlos Guilherme Mota, comentando que o comunista português nutria um interesse apaixonado pela cultura francesa, no prefácio ao livro de Regina Salgado CAMPOS (1996, p.10), intitulado *Gide e Montaigne na obra de Sérgio Milliet*.

Entre algumas traduções realizadas por Vitor Ramos, cuja contribuição é inestimável para os estudos de história moderna, estão os volumes da coleção *História Geral das Civilizações*, organizados pela Difel, São Paulo, entre os anos 1957-1958. Os volumes traduzidos por Ramos em conjunto com outros tradutores são: o vol. VII - *O Período da Europa Feudal*, Edouard Perroy (em colaboração); o vol. IX - *Os Progressos da Civilização Européia*, por Roland Mousnier (em colaboração); o vol. XI - *O último século do Antigo Regime*, por Roland Mousnier e Ernest Labrousse; o vol. XII - *A sociedade do século XVIII perante a Revolução*. Da série em três volumes *A época contemporânea*, de Maurice Crouzet, traduziu o volume 1 – *O Declínio da Europa / O Mundo Soviético*, com Jacó Ginsburg.³¹

Por tais trabalhos fica nítido o interesse deste intelectual pela cultura francesa do período moderno. Vitor Ramos traduziu os historiadores

³⁰ Cf. KUNDMAN (1994), apontando que: “Em 1974, Vitor Ramos, intelectual de atitudes liberais e progressistas, assume a direção da área e imprime ao curso características que lhe mudam a configuração. Com sua morte prematura, a regência passa a Ítalo Caroni (1974-1983). (...) Inicia-se uma nova etapa no Curso de Francês, com o ano de 1974 estabelecendo um marco de relevância.”

³¹ Referência encontrada no Fundo Digital de Pesquisas do Arquivo Nacional e também no currículo de Vitor Ramos, anexado ao processo n.º. 23/58 (Sua contratação para reger a cadeira de Língua e Literatura Francesa), guardado no Arquivo Permanente da FCL/UNESP-Assis/SP. Confira também as traduções nesses respectivos volumes da coleção.

franceses que lhe eram contemporâneos, Roland Mousnier e Ernest Labrousse, também próximos de Fernand Braudel, orientadores de muitas teses voltadas para a metodologia quantitativa, a qual entrava em evidência com a chamada “2ª. Geração dos *Annales*” francesa, que se tornou um movimento historiográfico reconhecido e de grande interesse “pela análise social do antigo regime, suas ‘ordens’ e ‘classes’”. Sobre essa geração de historiadores franceses Peter BURKE (1990, p.67-74) dedica várias páginas ao que ele considera “o nascimento da história quantitativa”, dentro da parte relativa aos “destinos coletivos e tendências gerais do movimento dos *Annales* entre 1950 e 1970.”

Burke também aponta que o historiador econômico Ernest Labrousse se interessava por Revolução Francesa e foi o precursor do marxismo dentro dos *Annales*. Quanto a Roland Mousnier, professor da Sorbonne, o inglês o considera mais distante do núcleo dos *Annales*, mas que, mesmo sendo *persona non grata* a Braudel, desenvolveu seriamente a abordagem comparativa proposta por Marc Bloch. Mousnier deu pouca atenção a Marx, mas usou extensamente a teoria social de Max Weber e do americano Talcott Parsons. Apesar de visão política mais a direita colaborou num estudo sobre o século XVIII com o esquerdista Labrousse. “Os trabalhos de Mousnier e seus discípulos davam mais atenção à política do que à economia e levavam mais a sério os critérios legais do que os econômicos em suas análises da estrutura social.” (BURKE, 1990, p.74)

É importante destacar que Vítor Ramos traduziu as obras da corrente historiográfica francesa no mesmo momento em que eram lançadas na Europa. Esses autores investigavam o recorte temporal entre os séculos XVII e XVIII, o mesmo período de interesse do crítico e tradutor exilado comunista. Existe a probabilidade de que Ramos, aluno da Sorbonne em meados do decênio de 1950, acompanhou com alguma proximidade o trabalho desses historiadores dos *Annales*.

Na morte de Vítor Ramos, em 1974, muitas homenagens lhe foram prestadas, como na matéria intitulada “Recordando Vítor Ramos”, publicada no n.º. 187 do *Portugal Democrático*, (jun./jul. 1974, p. 6), que trata da cobertura das homenagens ao comunista português ocorridas em Portugal,

na Universidade de São Paulo e na Faculdade de Assis/SP, nas semanas após sua morte. Primeiramente, há o relato de que Miguel Urbano Rodrigues e Joaquim Barradas de Carvalho lhe prestaram as homenagens ao regressarem a Lisboa. Segundo seus dois companheiros “seu nome foi citado e aplaudido nos grandes comícios de maio e junho e durante a recepção oferecida pela Sociedade Portuguesa de Escritores aos intelectuais portugueses regressados do exílio.” A maior parte dessa matéria do jornal oposicionista é o depoimento que Onosor Fonseca, antigo aluno de Vítor Ramos no Curso de Letras de Assis, que se pronunciou na homenagem dedicada ao militante português, ocorrida na Faculdade de Assis, coordenada por ele e pelo professor Antônio Lázaro de Almeida Prado, que leu uma poesia de sua autoria sobre o colega Vítor Ramos, um dos fundadores daquela faculdade. Destaca-se um trecho que resume de forma geral o texto de Onosor, quando ele fala sobre as homenagens que ocorreram na USP e sobre o episódio de um estudante que não se conteve e gritou durante a assembléia: “o democrata, o lutador antissalazarista!”; Onosor diz que toda a assembléia aplaudiu ao grito do estudante, e segundo ele

Aplaudiu porque a homenagem que lhe prestava endereçava mais precisamente a essa faceta de sua personalidade multiforme, rica: ao soldado da liberdade, ao lutador antissalazarista, que cala, de certo modo, vitimado pela mais tenaz ditadura fascista que este século conheceu. No alvorecer da liberdade em Portugal, ele sucumbiu às intensas emoções dessa vitória longamente, ardorosamente esperada. (*Portugal Democrático*, n.º. 187, meses de junho/julho de 1974, p. 6)

Talvez o aspecto mais significativo da trajetória de Vítor Ramos seja sua militância política, pois, desde muito jovem, ele se engajou na luta contra o salazarismo. No Brasil, como se verá no próximo capítulo, foi Vítor Ramos que reuniu os antissalazaristas existentes em São Paulo e organizou a oposição através do jornal *Portugal Democrático*.

2. O Salazarismo e a Oposição no Brasil: a militância de Monteiro, Sena e Ramos no *Portugal Democrático* – Exílio e Política

A presença da ditadura de Oliveira Salazar nas histórias de vida de Sena, Monteiro, e Vítor Ramos, como se constatou no capítulo anterior, foi marcante. Portanto, é necessário esclarecer melhor a história desse regime e a conjuntura do Estado Novo Português, tanto quando eles partem para o exílio quanto depois.

Este capítulo, além de tratar do regime de Salazar, apresenta sucintamente a situação do fascismo na atualidade. Na segunda parte, será examinada a história da oposição salazarista desenvolvida no Brasil, por meio do jornal *Portugal Democrático* e os artigos publicados por eles no jornal oposicionista.

Não será demais lembrar a história dos regimes autoritários conservadores e fascistas, tal como o salazarismo, que também deixaram marcas profundas de repressão, tortura, censura e exílio na história contemporânea de Portugal. Esse terror de estado, também praticado pela ditadura civil-militar brasileira de 1964-1984, ainda espera em muitos casos o acerto de contas da história, através da devida investigação dos crimes praticados pelo regime e do reconhecimento e ressarcimentos das vítimas.

O fascismo continua a intrigar os historiadores, principalmente porque existe sempre o perigo de aglutinação fascista, movida principalmente por movimentos conservadores. Segundo Fernand Braudel: “A história nada mais é do que uma constante indagação dos tempos passados em nome dos problemas e curiosidades – ou mesmo das inquietações e das angústias – do tempo presente que nos cerca e assedia.” (BRAUDEL, 1988) Portanto, o problema do fascismo e dos regimes autoritários, embora camuflado, continua presente; primeiro, pelo movimento dos parentes das vítimas que lutam para esclarecer os crimes cometidos e enterrar seus mortos; e, em segundo, pelos fortes indícios existentes hoje de um movimento neoconservador e revisionista. Este segundo aspecto, que parece ser uma afirmação paranóica, acaba se confirmando com uma leitura atenta dos

principais jornais e revistas destes últimos anos, especialmente dos últimos dias, nos quais a ocorrência de alguns fenômenos e eventos que lembram um passado próximo, de intolerância, repressão e xenofobia podem ser notados.

Primeiro, nota-se o clima policial que vem crescendo nos últimos tempos. O badalado filme *Tropa de Elite* (BRA/2007) polarizou grupos e opiniões que apostam no programa de “tolerância zero”, personificado na figura do Capitão Nascimento. Outra manifestação explícita da atmosfera repressiva foi o caso USP, nos meses de maio e junho de 2008, em que a Polícia Militar permaneceu na Universidade de São Paulo após dispersar violentamente os manifestantes: estudantes, funcionários e professores a mando da reitora, Suely Vilela e do governador José Serra. Historicamente, um enfrentamento desse porte ocorreu em 1968, quando a ditadura civil-militar brasileira entrava em sua fase mais violenta e sombria.

No plano internacional, manifestações desse viés também podem ser vistas, como as ações permanentes de opressão bélica aos palestinos, aos afegãos e aos iraquianos, operadas por israelenses e estadunidenses. Na Rússia, de Putin e Medvedev “multiplicam-se os grupos que pregam o expansionismo sob um regime ultranacionalista ou neofascista” (*Carta Capital*, nº. 547, p.78-81). As principais potências européias como França, Itália e Espanha reeditam políticas de xenofobia com apoio de amplos setores da população, tanto que há uma tendência de ampliação das cadeiras de centrodireita no Parlamento Europeu.³² Completando tal cenário, temos o radicalismo conservador do atual Papa Joseph Ratzinger, o Bento XVI, que nos anos 1940 foi membro da juventude hitlerista e na estrutura da Igreja foi líder da “Congregação para a Doutrina da Fé”, ou a antiga Inquisição. Além de intensificar o conservadorismo característico desta instituição religiosa, Ratzinger reabilitou bispos lefebvrianos que negam a ocorrência do holocausto judeu.

Na América Latina, também há casos de guinada conservadora no ano de 2009: na Bolívia, o governo de Evo Morales (primeiro índio eleito como

³² Sobre manifestações de xenofobia na Itália veja também a revista *Carta Capital*, edição nº. 579 de 20/01/2010, p.14.

Chefe de Estado) foi desestabilizado e quase derrubado por setores da elite econômica da província de Santa Cruz. No Peru, o governo de Alan Garcia empreendeu uma ofensiva policial contra os manifestantes indígenas peruanos que se organizavam contra as políticas de privatização dos recursos naturais daquele país.

Também não deve ser esquecida a polêmica levantada no editorial de fevereiro/2009, da *Folha de São Paulo*, referente ao período de ditadura como “ditabranda” que reacendeu os ânimos de revisionistas e neoconservadores, como o do historiador da UFSCAR/SP, Marco Antonio Villa. No artigo intitulado “Ditadura à Brasileira”, neste mesmo jornal no dia 05/03/2009, Villa, ao minimizar os efeitos da ditadura brasileira em comparação com outras ditaduras latinoamericanas, simplesmente nega a história recente do país e ainda afirma que as características da ditadura brasileira são independentes do processo da Guerra Fria. Ou seja, este historiador e intelectual orgânico deste jornal conservador parece querer fazer distinção entre as ditaduras latinoamericanas e ocultar o já provado interesse dos Estados Unidos no regime que se instaurou aqui em 1964.

Uma análise que vai ao encontro dessa constatação de perigo fascista pode ser observada numa entrevista da historiadora e professora Virgínia Fontes (UFF), para a revista *Caros Amigos* de Setembro/2009, na qual a entrevistadora, Lúcia Rodrigues, ao citar Paulo Arantes, afirma que este acha que o mundo caminha para a fascistização, ideia prontamente aceita por Virgínia, que responde da seguinte forma:

Essa fascistização está presente, ela está latente, se isso se desdobra para uma fascistização, e se a gente tem condições de lutar contra isso, é outro cenário. Você pega a televisão brasileira, é uma televisão que o tempo todo atua criminalizando setores populares de maneira absolutamente falsificada. É uma falsificação brutal do que vem a ser as lutas populares, tanto no caso das mulheres, do racismo, quando do caso dos sindicatos e do conjunto de luta de classes. Essa falsificação abre espaço para um profascismo que vai expressando, aglomerando, amalgamando coisas contraditórias e fazendo uma espécie de defesa de todos, a partir do esmagamento de qualquer contestação. E isso é latente, não só no Brasil, está latente-larvar nos Estados Unidos e na Europa. O risco de fascismo é um risco presente. (FONTES, 2009, p.15)

As especulações de Paulo Arantes e Virginia Fontes encontram eco na atmosfera atual de monopólio da mídia, de expansão de condomínios fechados, clima de insegurança e câmeras de monitoramento em muitos ambientes públicos, ou seja, a concretização daquilo que talvez fosse o sonho totalitário de muitos líderes fascistas.

Outro pensador marxista contemporâneo que também reflete essa situação de fascistização hoje é o indiano Aijaz Ahmad. De acordo com ele:

Creio que tantos nacionalismos de nossa época se tornaram tão revanchistas e agressivos, até mesmo fascistas, exatamente na medida em que se renunciou ao sonho de uma civilização igualitária, multicultural e universal. (...) O que também significa que, na medida em que as forças progressistas da democracia socialista são derrotadas ou então entram em declínio, na mesma medida é provável que os nacionalismos se tornem retrógrados e fascistas. (...) Permita-me simplesmente observar que naturalmente estão surgindo fascismos em muitos lugares do mundo hoje, mas o perigo dos fascismos que ressurgem é particularmente grande em países onde importantes lutas antifascistas foram travadas ao longo da Segunda Guerra Mundial. Parece que aquelas velhas contas têm de ser acertadas novamente. Em grandes partes da ex-Iugoslávia, o fascismo parece estar decidido a alterar o veredicto de meio século atrás. (AHMAD, 2002, p.224)

Portanto, a percepção dessa nuance conservadora e nacionalista ocorre através do estudo da história. É importante lembrar, que no passado, em momentos de crise econômica, foram os conservadores e os fascistas com suas análises equivocadas que conduziram a catástrofes e atrasos na construção de uma democracia ampla, como no caso de Portugal. Para discutir o salazarismo, é necessário esse breve exercício de partir do presente, ou seja, da observação das investidas fascistas hoje, para melhor se entender as características de tal regime.

2.1. O Salazarismo

Os 48 anos de regime fascista em Portugal, sem dúvida o mais longo do século XX, foram orientados pelo ex-professor de economia da Universidade de Coimbra, Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970), que governou ditatorialmente de 1932 a 1968. O Golpe Militar de 28 de maio de

1926, que favoreceu a ascensão do catolicismo social de Salazar ao poder, encontrou apoio não somente nos militantes do Centro Católico Português – CCP, fundado em 1917 (cuja principal figura seria Salazar), mas também nas dissidências republicanas. Consolidada a ditadura em 1926, enfrentou as reações de 1927 e a revolta da Madeira em 1931.

O general Oscar Carmona assumiu o primeiro governo como presidente, saindo somente após sua morte em abril de 1951. Oliveira Salazar, nomeado ministro das Finanças, colocou em prática um controverso projeto econômico, que usou principalmente de estratégias de monopólio de capital, incentivou a exploração colonial e criou um plano de deportação de parte da população portuguesa para equilibrar as altas taxas de desemprego no país. Essas medidas convenceram muitos segmentos da sociedade portuguesa e, com a criação do Estado Novo Português, foi nomeado presidente do Conselho de Ministros em 1932. (PASCHKES, 1985)

Em 1968, Salazar literalmente caiu da cadeira, fato que o deixou num estado vegetativo do qual nunca se recuperou, vindo a falecer dois anos depois, aos 81 anos. O poder foi assumido por outro professor, Marcello Caetano, especialista em Direito Administrativo, que, visto como liberal, despertou, até em setores de esquerda como socialistas e comunistas, um apoio inicial e a esperança de uma “primavera marcellista”. Entretanto, tal esperança logo foi frustrada, pois Caetano manteve as mesmas diretrizes de Salazar. Continuou com os altos investimentos na Guerra Colonial (1961-1974), ampliando a crise econômica para o País que já estava sendo derrotado pelos fortes movimentos de guerrilhas das colônias africanas, criando também o descontentamento de setores do exército português. Caetano não alterou quase nada no regime de ditadura, mantendo a imprensa amordaçada, os jornalistas perseguidos e os opositores políticos censurados, presos e torturados pela temida PIDE (Policia Internacional e de Defesa do Estado) que, no seu governo, passou a se chamar DGS (Direção Geral de Segurança).

Esse período, também chamado de “salazarismo sem Salazar”, vigorou de 1968 até o dia 25 de Abril de 1974, data da Revolução dos Cravos, na qual os militares e, especificamente, os capitães se destacaram. (SECCO,

2005) Tal revolução foi motivada principalmente pelo esgotamento interno do regime e também pelos altos custos da Guerra Colonial, já fracassada no início da década de 1970. A insistência de Salazar, na manutenção das colônias africanas de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, configurou o que poderíamos chamar de o derradeiro suspiro do Império Português, o último dos impérios nos moldes do imperialismo fundado no século XIX.

O advento do salazarismo, além da relação direta com os fascismos desencadeados após a Primeira Guerra Mundial e a depressão de 1929, também apresenta conexão estreita com a instabilidade dos movimentos republicanos de Portugal no século XIX e início do XX.³³

A revolução republicana, ocorrida em Portugal em 05 de outubro de 1910, foi um movimento apoiado por muitos civis e carbonários recrutados entre os marujos, os sargentos, os caixeiros e os populares dos bairros pobres da capital. Entretanto, a precária unidade interna dos vencedores republicanos degenerara facilmente em divisionismo e em desenfreada luta pelo poder. (SILVA, 2003, p.58-59)

As crises econômicas oriundas da 1ª. Guerra Mundial criaram pretexto para acirrar os conflitos entre os republicanos – o Partido Democrático, com Afonso Costa; o Partido Evolucionista, liderado por Antônio José de Almeida; e o Partido Unionista, de Brito de Camacho. Essas lutas atingiram também os partidos rivais, tanto os de tendência anarquista – a Carbonária, a Legião Vermelha, a Formiga Branca e outros – quanto aqueles de direita – a Causa

³³ O republicanismo português do século XIX tem suas raízes com a influência dos liberais da chamada “revolução vintista, quando Portugal era apenas o despojo de uma Corte em fuga para o Brasil e matéria coletável das legiões napoleônicas, primeiro, e das voracidades britânicas, depois.” Tal movimento deixou suas marcas na Constituição Portuguesa de 1822. (HOMEM, 2003, p.15-16) Mais tarde, o movimento revolucionário europeu de 1848 repercutiu em Portugal, influenciando uma prática republicana associada à cultura do socialismo romântico francês. Tal manifestação engrossa a revolução regeneradora de 1851, que inicia um ciclo histórico menos convulsivo do liberalismo. A regeneração, no entanto, recorre ao expediente do agravamento contínuo da carga fiscal, aumentando a cobrança de impostos e gerando um descontentamento de vastas camadas urbanas, das pequenas e médias burguesias e dos trabalhadores autônomos. Estes segmentos penalizados serviram de suporte para a fundação do Partido Socialista em 1875 e do Partido Republicano entre 1876 e 1883. O republicanismo desenvolvido entre 1870 e 1890 se mostrou mais dinâmico que as gerações republicanas anteriores, avançou várias questões no parlamento e também era progressista, muito apegado ao positivismo francês, respeitando o ritmo próprio da evolução histórica. (Idem, p.19, 21 e 25) “A conjuntura de 1890 a 1910 foi de crise política e social, mas também foi de crescimento demográfico e de desenvolvimento econômico e cultural.” (SILVA, 2003, p.50)

Monárquica, a Junta Central do Integralismo Lusitano e o Partido Nacionalista, extinto em 1911 e substituído pelo CCP de Salazar em 1917. A ditadura personalista de Sidônio Pais (1917-1918) pouco mudou dentro do quadro político conturbado da 1^a. República Portuguesa. (PASCHKES, 1985, p.10) Maria Luisa PASCHKES afirmou então que as mudanças no período de república foram poucas, porém, é necessário destacar que foi nesse cenário que se desenvolveram os movimentos que levariam ao surgimento do Partido Comunista Português (PCP), conforme se verifica na obra de outro pesquisador da história contemporânea portuguesa, José Paulo Netto,

...a relativa democratização da vida política desbasta o caminho para uma crescente mobilização e organização do movimento popular, que ganha maior radicalidade com a entrada de Portugal na guerra: à inflação, à carestia, a classe operária responde com reivindicações e greves. Instaura-se a breve ditadura de Sidônio Pais, mas a onda grevista não reflui e desemboca em paralisações gerais em 1919 e 1920. A curto prazo, na intercorrência destas lutas com a definição de um sólido movimento sindical, surge o Partido Comunista Português (PCP). (NETTO, 1986, p.17)

Esse contexto mundial, também chamado por Eric Hobsbawm de “queda do liberalismo”, originou-se nos anos 1920 e acometeu muitos outros países. Tal movimento também atingiu a jovem e precária república portuguesa, favorecendo a ascensão dos antiparlamentaristas e pró-ditadura do CCP, com o apoio de alguns intelectuais da revista *Seara Nova* (fundada em 1921). O golpe militar de maio de 1926 corresponde à trajetória de ascensão das doutrinas católica, corporativa e nacionalista. (PASCHKES, 1985, p.9-10)

A orientação teórica do salazarismo, mais especificamente do *Estado Novo* português iniciado em 1932, está relacionada a um tipo de direita política do início do século XX, que produziu o chamado “estatismo orgânico”, um modelo de regime autoritário conservador que, não defendia tanto a ordem tradicional, mas tentava recriar alguns de seus princípios como forma de resistir ao individualismo liberal e à ameaça do trabalhismo e do socialismo. (HOBSBAWM, 1995, p.117) Os regimes autoritários de *estatismo orgânico*, cujo mais típico exemplo foi o salazarismo,

...são caracterizados pelo ordenamento hierárquico de uma pluralidade não competitiva de grupos que representam diversos interesses e categorias econômicas e sociais, bem como por um certo grau de mobilização controlada da população em formas 'orgânicas'. Existe também um partido único, com papel mais ou menos relevante, ao mesmo tempo que a perspectiva ideológica do regime assenta uma certa visão do corporativismo. (BOBBIO, 2002, p.118)

A tendência de “Estado corporativo” apresentou outros exemplos mais acabados em países católicos, como na Itália fascista, na Espanha franquista e em alguns países da América Latina. (HOBSBAWM, 1995, p.118) No entanto, não foi diferente em Portugal, onde a Igreja Católica teve papel de destaque na estrutura corporativa e na difusão do regime, criando uma base de apoio social ao salazarismo. Segundo Lincoln Secco, a “Igreja católica difundia a ideologia da ordem, do *status quo*, da noção de dilatação da fé e do império como fatos coligados e indissociáveis; e num país camponês quase economicamente estagnado, o salazarismo recorria frequentemente à sanção religiosa do seu poder.” (SECCO, 2004, p.56 & PASCHKES, 1985, p.29)

Entre outras características do corporativismo associativo de Salazar, implantado por volta de 1930 – quando também constituiu a União Nacional, partido único, a partir da base do CCP – observa-se que visava principalmente o bloqueio ao desenvolvimento da livre concorrência. Na base desse corporativismo associativo havia os *Grêmios* (patronato), os *Sindicatos Nacionais* (para trabalhadores urbanos), as *Casas do Povo* (para os trabalhadores rurais), as *Casas dos Pescadores* (para os assalariados da pesca) e as *Ordens* (para médicos, advogados e engenheiros). Esta base se desdobrava num enorme organograma coroado com a *Câmara Corporativa*, órgão máximo que deveria ter uma função consultiva junto a Assembleia Nacional, mas se revelava como órgão máximo de controle da vida nacional, orientada principalmente para a eliminação da luta de classes no plano político-ideológico e para o fortalecimento monopolista português no plano econômico. (PASCHKES, 1985, p.21-39)

As várias descrições sobre o regime salazarista apresentam essas mesmas características, mas algumas informações para tentar dirimir a base da hegemonia do regime podem ser destacadas, como sugere a caracterização de Kenneth Maxwell citada abaixo:

O regime salazarista, portanto, era movido por uma engrenagem composta de intelectuais conservadores e semifascistas, uma brutal polícia política e um punhado de grandes empresas familiares monopolistas. No país como um todo, o regime buscava o apoio da Igreja católica, dos pequenos camponeses do Sul e dos funcionários subalternos que dominavam a burocracia e suas numerosas repartições. Salazar proporcionava ordem, equilibrava o orçamento, desfavorecia a industrialização e engenhosamente jogava as grandes potências umas contra as outras. (MAXWELL, 2006, p.36)

Não usando a expressão hegemonia, acrescenta ainda que o regime rejeitava a industrialização e “glorificava a tradição folclórica e camponesa depurada” e via a família como o elemento central da ideologia do Estado Novo português. Depois de 1936 – quando o próprio Salazar declarou-se contra o liberalismo, o internacionalismo, o comunismo, o socialismo e o sindicalismo – as dívidas do país aumentavam, mas seu apoio popular ainda era considerável. De acordo com K. Maxwell:

Ele alicerçara seu regime nas realidades sociais portuguesas o suficiente para conseguir alguma aprovação popular. A Igreja e os pequenos proprietários de terra do Norte fervorosamente católico apoiavam-no, tanto quanto os latifundiários das regiões centrais e meridionais, que temiam perder suas terras se a esquerda tomasse o poder. (O clandestino Partido Comunista Português, formado em 1921, era especialmente forte no Sul.) Outros partidários eram os conglomerados financeiros e industriais interligados de Portugal. A Companhia União Fabril (CUF), da família Melo, dominava o comércio na Guiné e controlava 70% do mercado português de tabaco. O grupo Champalimaud praticamente detinha o monopólio da produção de cimento. (Idem, p.38)³⁴

³⁴ Nicos Poulantzas, que estudou as classes dominantes das ditaduras na Grécia, Espanha e Portugal, sob a perspectiva de uma hegemonia, discute que esta oscilava entre o que ele chama de uma *burguesia interna* (interessada no desenvolvimento industrial, porém avessa ao capital estrangeiro e simpática a uma intervenção estatal), mais fraca politicamente; e uma *burguesia compradora* (que seriam os grupos arrolados acima por K. Maxwell, cujos interesses estão subordinados aos do capital estrangeiro e constituem uma ponte intermediária direta para a implantação e a reprodução do capital estrangeiro nestes países), mais preponderante no jogo político. Segundo Poulantzas: “em Portugal, nos

Existiram outras frentes de cunho fascista que propagavam a ideologia do regime. Entre elas, destaca-se a “Legião Portuguesa” – criada nos moldes dos *Fasci* em setembro de 1936 – milícia de camisa verde e continência romana, organizada para combater ao lado de Franco durante a Guerra Civil Espanhola; e a “Mocidade Portuguesa”, em outubro do mesmo ano, nos moldes dos *Balila*. (ALMADA, 1994; SECCO, 2005, p.10 & MAXWELL, 2006, p.35) Essas duas forças paramilitares são criadas com objetivos antiliberais e anticomunistas e, no ano de eclosão da Guerra Civil Espanhola, Salazar rompe relações com o governo republicano de esquerda eleito. Posteriormente, em 1939, Salazar assina o Pacto Ibérico com o general Franco. “Salazar alegou também, em 1940, que ele e Hitler estavam ‘ligados’ pela mesma ideologia”. (HOBSBAWM, 1995, p.120)

O programa de cultura e os critérios de produção cultural no salazarismo eram ditados por António Ferro, que esteve à frente do “Secretariado da Propaganda Nacional” (SPN). A partir de 1933, as produções de artistas e escritores foram submetidas à vigilância do SPN. (RAMOS do Ó, 1992, p.398)

No entanto, a partir de 1950, Salazar começa a se voltar para o capital externo e principalmente para os Estados Unidos e é “a partir de 1960, aproximadamente, que a penetração de vultosos capitais estrangeiros se acelera, processo correlato ao da expansão industrial.” (POULANTZAS, 1976, p.15 e 21) A ditadura portuguesa e especialmente o projeto colonialista português na África iam ao encontro de muitos interesses imperialistas dos Estados Unidos, que assim, contraditoriamente, passaram a colaborar com Portugal, visando aumentar sua influência na Europa e no continente africano. O distanciamento dessa relação também foi percebido em curtos períodos, como no governo Kennedy, que era contra a colonização da África e

poucos grupos importantes (CUF, Espírito Santo, Borges e Irmão, Portugueses do Atlântico etc.) que, com predominância bancária e controlando uma grande parte da produção autóctone, estão ao mesmo tempo orientados para a exploração das colônias africanas. São grupos estreitamente ligados aos capitais estrangeiros em Portugal e nas colônias.” (POULANTZAS, 1976, p.36 e 37) O marxista grego também lembra que, mesmo que num processo orientado pela esquerda, como foi o caso da Revolução dos Cravos, esta *burguesia compradora* teve um papel mais importante do que a *burguesia interna* no processo de retomada democrática, entre 1974 e 1975. (POULANTZAS, 1976, p.53-54)

inclusive ajudou os nacionalistas antiportugueses em Angola e Moçambique. (MAXWELL, 2006, p.73, 80 e 101)

Dois aspectos dessa relação entre Portugal e os EUA devem ser mencionados: o primeiro é a pressão que os aliados exerceram sobre Salazar para tomar a base militar dos Açores durante a Segunda Guerra, tendo os EUA alcançado esse objetivo em 1943, sob a égide da aliança britânico-portuguesa e sob as negociações de Humberto Delgado do lado português. O segundo – já conhecido dos comunistas portugueses, mas evidente com os documentos revelados após abril de 1974 – foi a intensa colaboração da inteligência americana, a CIA, com a PIDE, inclusive no que tange ao treinamento dos agentes torturadores portugueses. (MAXWELL, 2006, p.77 e 103; SECCO, 2004, p.255 & POULANTZAS, 1976, p.31)

Não há unanimidade na historiografia quanto ao emprego do termo fascismo para o regime do Estado Novo português e tais discrepâncias estão ligadas a um complexo debate. Porém, existem dois grupos de estudiosos, aqueles que mencionam a expressão e aqueles que a omitem.

O historiador Eric Hobsbawm, por exemplo, em nenhum momento do seu livro *Era dos Extremos*, denomina como fascista o regime de Salazar. Também Ubirajara Bernini Ramos, no primeiro capítulo de sua dissertação de mestrado sobre os antissalazaristas portugueses no Brasil, organiza esse debate sobre as relações entre o salazarismo e o fascismo, mas, amparado em José Chasin e Stanley G. Payne, conclui que “fascismo e salazarismo se põem como objetivações distintas.” (RAMOS, 2004, p.79)³⁵ Numa resenha sobre o livro *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal* (SP: Cia. das Letras, 2006), de Kenneth Maxwell, o historiador brasileiro Waldir Rampinelli elabora dura crítica ao livro, afirmando que, no aspecto geral, o autor estadunidense parte “de uma perspectiva teórica conservadora” e aponta que a análise do regime feita por Maxwell “não considera o período

³⁵ Ubirajara Ramos sintetiza sua definição de salazarismo no seguinte parágrafo: “Homem do antigo regime no plano ideológico, contra revolucionário convicto, Salazar encarna, através do Estado Novo, uma ditadura clássica, reacionária e conservadora. Assim, embora tenha sido coevo ao fascismo, e deste tenha recebido algumas influências, como de resto de outras ditaduras da mesma época, inclusive a do Estado Novo no Brasil, o salazarismo foi um fenômeno específico português.” (RAMOS, 2004, p.80)

salazarista como fascista, definindo-o como ‘regime autoritário católico’. (RAMPINELLI, 2007, p.210-213)

Já Lincoln Secco, sob uma perspectiva braudeliana e marxista, em seu livro *A Revolução dos Cravos* (SP: Alameda, 2004), examina as muitas características do Estado Novo português, chamando o de “fascismo lusitano”. (SECCO, 2004, p.55) Também Douglas Mansur da Silva, num livro sobre o jornal *Portugal Democrático*, cria um debate com Stanley G. Payne e Roger Griffin, os quais discordam da atribuição do termo fascismo para o regime de Salazar, entretanto Silva refuta tais autores ao apontar a ideologia corporativista do regime, a mentalidade hegemônica do ultra-nacionalismo imperialista conservador e tradicional e o ruralismo como características desse movimento. (SILVA, 2006, p.39-44) Fernando Rosas, talvez o melhor analista da história contemporânea de Portugal, não condena o uso do termo fascismo, entretanto, seus trabalhos são econômicos quanto ao emprego do conceito, preferindo explicitar Estado Novo. (ROSAS, 1994) Neste trabalho, mesmo usando todas as referências acima, o emprego da expressão fascismo foi mantido, pelas caracterizações do regime apresentadas neste capítulo e pelo fato dos personagens estudados também terem usado o termo muitas vezes em seus textos.

O período da longa ditadura salazarista que mais se relaciona ao processo de exílio e migração está situado entre 1950-1974, um bloco que também é chamado por Fernando Rosas de o “longo processo de agonia do regime”. E, segundo o historiador português, neste período se distinguiram três momentos principais:

Nos anos 50, período de aparente regresso ao “viver habitualmente”, que começam a registrar-se importantes transformações na estrutura económico-social do País e na sua vida política, apesar de a respectiva visibilidade e desenvolvimento serem prejudicados pelo retorno as formas de crispação político-ideológicas no aparelho e no discurso do regime, sob influência da “guerra fria”. A campanha delgadista nas eleições presidenciais de 1958 vem evidenciar essa contradição entre um país e um mundo em mudança e um Estado cada vez menos novo. Com a onda de choque que o delgadismo virá a provocar nos anos seguintes se inicia a arrastada crise final do regime, agravada, ao longo dos anos 60, pela generalização das guerras coloniais e pela divisão

interna acerca dos caminhos do futuro. O marcelismo, ensaio tardio e frustrado de uma transição por via reformista, viria a ser o último degrau a caminho da queda. (ROSAS, 1994, p.12)

O historiador Fernando Rosas acrescenta que, depois dos anos 1950, Salazar, pressentindo o perigo, passa todo seu esforço doutrinário e ideológico pelo cunho defensivo e da reafirmação de velhas ideias e princípios e passa “a insistir no grande desenho da sua estratégia colonial.” (Idem, p.513 e 516)

Entretanto, é nessa época que o bispo D. António Ferreira Gomes, um membro da alta cúpula da Igreja católica portuguesa, “em julho de 1958, no rescaldo das eleições presidenciais, ousou, pela primeira vez na história do Estado Novo, manifestar-se contra a perversão autoritária do corporativismo, contra as injustiças sociais e a ausência de liberdades.” Essa atitude representou um marco decisivo da intervenção de setores católicos na oposição ao regime e também provocou o exílio do bispo no mesmo ano. (Idem, p.521 e 528)

Desde de 1932, com a implantação do Estado Novo, Salazar sempre buscou mascarar suas instituições políticas com uma fachada democrática. (RAMOS, 2004, p.44) E foi muitas vezes em torno das eleições que as oposições se organizavam. Assim também, o período posterior a 1950 foi marcado pelas reorganizações da oposição não-comunista – representada por António Sérgio, Mário de Azevedo e Jaime Cortesão (após seu retorno do exílio, em 1952) e também da oposição comunista – representada pelo líder Álvaro Cunhal que estava preso. Entretanto, a aproximação das duas frentes não foi tão simples, em razão do anticomunismo de vários setores do também chamado “Directório Democrato-Social” e pela tendência de sectarismo em que vivia o destroçado e clandestino Partido Comunista Português nos anos 1950. (Idem, 518-523) Contudo, mesmo sem o apoio unânime no interior de ambos os lados, essa unificação se concretizou em 1958, com a escolha do general oposicionista Humberto Delgado nas eleições presidenciais daquele ano. Delgado, um militar ligado ao Estado Novo até meados dos anos 1950, entrou em progressiva ruptura com o regime devido ao contato que manteve com a sociedade dos Estados Unidos, pois foi o

representante de Portugal junto a OTAN e também por manter estreito contato com Henrique Galvão – outro militar que havia rompido com o regime de Salazar em meados dos anos 1940 – que estava preso naquele momento e contribuindo para as organizações oposicionistas. Posteriormente, Delgado foi assassinado em fevereiro de 1965, numa emboscada da PIDE. (Idem)

Portanto, a candidatura de Humberto Delgado em 1958 abalou o regime Salazarista que, por sua vez, desenvolveu uma reação ainda mais repressiva aos movimentos oposicionistas. Delgado foi derrotado pelas costumeiras fraudes nas eleições do regime, entretanto continuou desencadeando um maior descontentamento da população, tanto que no cenário que vai de 1958 até 1962, registra-se uma grande manifestação grevista dos estudantes em Portugal, porém, nas várias ocasiões em que se deram tais greves, elas foram duramente reprimidas.³⁶

O aumento do fluxo de exilados nesse período está diretamente relacionado ao recrudescimento da repressão em Portugal. De fato, desde os primeiros anos do Estado Novo português, verifica-se que a movimentação migratória de exilados era voltada para a França e para o Brasil. Inclusive já existem trabalhos mais detalhados que discutem a “imigração política portuguesa em França entre 1927-1940”. (CLÍMACO, 1995) É necessário acrescentar que, juntamente com o processo de fuga e exílio, o período entre 1950 e 1965 corresponde a um grande êxodo migratório de cunho legal, também para o Brasil e para a França, e esse movimento era incentivado pelo governo português, que acabava por formar nesses países a também conhecida “colônia oficial”. (RAMOS, 2004, p.9 e 30 & PAULO, 2007)

As oposições na França e no Brasil ao regime autoritário português exerceram papel significativo no processo de tencionar o seu fim, pois, como os três tratados aqui, muitos intelectuais portugueses estavam engajados em tal oposição, entretanto, em alguns trabalhos historiográficos sobre a

³⁶ Fernando Rosas indica que nesse período entre 1958-1962, que ele chama de “rescaldo do delgadismo”, se caracterizou pela “eclosão de um revolucionarismo militar” e também “pelas fortes articulações no plano civil de uma agitação política e social de massas, crescentemente influenciada pelo Partido Comunista Português.” (ROSAS, 1994, p.531-532)

Revolução Portuguesa de 1974, eles nem são mencionados ou o são de forma breve.

Como intelectuais orgânicos da trama que resultou no Abril de 1974, os intelectuais portugueses exilados no Brasil merecem uma observação mais apurada (MAXWELL, 2006 & SECCO, 2004)³⁷, o que será feito no próximo item sobre a organização dos grupos oposicionistas no Brasil, suas relações com os brasileiros e os enfrentamentos com a migração oficial.

2.2. A oposição antissalazarista no Brasil

A oposição ao salazarismo desenvolvida no Brasil constitui um elemento central nas trajetórias de Jorge de Sena, Casais Monteiro e Vítor Ramos, pois eles estiveram diretamente ligados aos grupos oposicionistas durante o período de exílio.

O movimento de oposição portuguesa no Brasil iniciou-se logo em 1927, com a vinda do capitão João Sarmento Pimentel – personagem de destaque na Proclamação da República Portuguesa em 05 de outubro de 1910 –, que aqui se associou ao Centro Republicano Português (fundado em 1908, em São Paulo) e editou a *Revista Portuguesa* entre 1930 e 1945. Pimentel também apoiou a iniciativa dos oposicionistas do Rio de Janeiro, no Centro Republicano Dr. Afonso Costa, que editava o *Portugal Republicano*. Esses dois centros marcaram essa primeira fase de atividades no Brasil e configuraram-se como uma oposição republicana liberal. Entre 1945 e 1955, existiram poucas atividades de oposição ao Estado Novo por parte da comunidade portuguesa no Brasil. (SILVA, 2006, p.32)

A desinformação sobre o Estado Novo de Salazar era muito generalizada no Brasil e assim surgiram outras tentativas de esclarecimento, logo após a ditadura de Vargas, como a fundação do Comitê Anti-Fascista no Rio de Janeiro, em abril de 1945, do qual faziam parte o matemático Antonio Aniceto Monteiro e o jornalista Roberto das Neves e que recebeu imediata

³⁷ Lincoln Secco menciona Casais Monteiro e seu poema “Europa” (p.191) e arrola o *Portugal Democrático* entre suas fontes. Secco e Maxwell falam brevemente do historiador Jaime Cortesão e do filósofo António Sérgio, como lideranças da oposição. Porém, em ambos os trabalhos, não há nenhuma menção mais objetiva ou mesmo discussão sobre a oposição antissalazarista no Brasil.

adesão de vários trabalhadores, editou boletins e tentou estabelecer ações comuns com um grupo de exilados residentes no Rio constituído por Jaime Cortesão, Jaime Moraes e Moura Pinto. Em outubro do mesmo ano, um grupo de intelectuais brasileiros – entre eles Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Drummond Andrade, Gilberto Freyre³⁸, Graciliano Ramos, Vinícius de Moraes, José Lins do Rego e muitos outros – encabeçou um manifesto, com milhares de assinaturas fundando a Sociedade Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa (SBADP), denunciando o regime salazarista e editando alguns números do semanário *Libertação* até 1947, ano em que a repressão voltou com o governo Dutra e essas duas instituições foram fechadas. (RODRIGUES, 2003, p.183)

A retomada do movimento oposicionista português no Brasil ocorre mais intensamente entre 1956 e 1974, com os organizadores do jornal *Portugal Democrático*, fundado em julho de 1956 por um grupo de antifascistas portugueses radicado em São Paulo que reunia pessoas de diferentes quadrantes políticos em torno de uma plataforma unitária. A principal meta do jornal era ser um órgão de informação aos brasileiros e portugueses interessados em Portugal e em saber com objetividade, com verdade e honestidade a real situação do país. (RODRIGUES, 2003, p.183)³⁹

O militante do Partido Comunista Português, Vítor Ramos, teve papel de destaque como fundador do *Portugal Democrático*, juntamente com outro companheiro de partido, Manuel Ferreira Moura – um técnico que fora

³⁸ O nome de Gilberto Freyre entre os nomes acima causa estranhamento. Os estudos apontam que o historiador pernambucano sempre teve simpatia pelo governo de Salazar e que suas teses sobre o “lusotropicalismo” contribuíram na construção e manutenção do projeto colonialista português. Seus textos teriam sido usados nos cursos de formação de militares que iam para as missões nas guerras coloniais da África, entre 1961 e 1974. Entre 1951 e 1952 Gilberto Freyre realizou uma viagem a Portugal e as *províncias ultramarinas*, a convite do ministro do Ultramar Sarmiento Rodrigues, e posteriormente, em 1953, Freyre escreveu dois livros, *Aventura e Rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*. “Nessas obras usa pela primeira vez o conceito lusotropicalista e legitima a política colonial portuguesa.” Por este vínculo com a ditadura salazarista Gilberto Freyre foi duramente criticado dentro do Brasil, um exemplo foi Raquel de Queirós em 1952. (RAMPINELLI, 2004, p. 61, 64, 68, SECCO, 2004, p.229 e 249 & RAMOS, 2004, p.64)

³⁹ Os depoimentos de João Alves das Neves (2004) e de Fernando Lemos (2003) In: Apêndice RAMOS, 2004; confirmam esse aspecto sobre “os diferentes quadrantes políticos” de que fala Rodrigues, pois eles se recordam que entre eles, além da maioria comunista, também havia a presença de alguns intelectuais que eram anti-comunistas.

operário em Soda Póvoa, da Póvoa de Santa Iria – pois ambos tiveram a iniciativa de reunir os vários antissalazaristas dispersos na cidade de São Paulo. (SILVA, 2006, p.32) Ao longo de dezoito anos de circulação, o *Portugal Democrático* aglutinou um grande número de colaboradores nas páginas do jornal, a maioria exilados, entre eles, o escritor e jornalista Miguel Urbano Rodrigues, que elabora a lista transcrita abaixo:

João Sarmento Pimentel e seu irmão Francisco Pimentel, os engenheiros João dos Santos Baleizão, Carlos Cruz, Manuel Myre Dores, Jorge Fidelino de Figueiredo, Álvaro Veiga de Oliveira e Francisco Vidal, o ex-diplomata Pedroso de Lima, os irmãos Abílio e Manuel Rodrigues da Silva, Francisco Lopes, o advogado Manuel Sertório, Lenine de Jesus, Carlos Assunção Neves, Joaquim Duarte Baptista, Henrique Pereira Santo, José Portela, Jacinto Rodrigues, Lemos de Figueiredo, Humberto Silva, Fernando Correia da Silva, Alexandre Leal Dias, Fernando Ramos, Armando Correia Pinto, Manuel Rocheta, Luis Taborda Botelho, Maria Irolinda Roque, José Fonseca Martins, Mendes André, Raul Círico da Cunha, Pedro Rocha, Helander Gomes, João Rino, os escritores Carlos Maria de Araújo, Castro Soromenho, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Maria Archer, Mário Bodas, Manuel Soares, Idelfonso Garcia, Manuel Algôdres, Antonio Baia, Gil Clemente, Carlos Seabra, os jornalistas Paulo de Castro, Vitor da Cunha Rego, Sant’Anna Mota⁴⁰ e João Alves das Neves, o economista e jornalista Jorge Galvão Figueiredo, o pintor Fernando Lemos, os poetas Sidônio Muralha, Veiga Leitão e Mário Henrique Leiria, o ator Fernando Muralha, Manuela Gouveia Antunes, Maria Antonia Fiadeiro, Augusto dos Santos Abranches. (RODRIGUES, 2003, p.183)

Os primeiros números do *Portugal Democrático* foram bem recebidos pela comunidade portuguesa e entre os meios progressistas brasileiros, no entanto, sua abrangência foi limitada, pois a desinformação sobre a natureza do fascismo português era generalizada no Brasil e era muito difundida uma falsa imagem sobre o regime. (Idem)

⁴⁰ Observamos algumas contradições entre essa lista de nomes arrolada por Miguel Urbano Rodrigues e outras referências sobre esse grupo. Portanto, a memória que se constrói sobre esses opositoristas é um tanto incongruente, uma vez que provavelmente alguns deles tinham ligações com o regime autoritário português. O jornalista Cláudio Abramo, por exemplo, questiona a identificação política de Sant’Anna Mota. Segundo ele: “Na época o Dr. Julinho importou vários portugueses (ele dizia que brasileiro não sabe escrever, no que tinha razão), como Miguel Urbano Rodrigues, Sant’Anna Mota, que se declarava anarquista mas de fato era salazarista, Victor Cunha Rego, uma das pessoas mais neuróticas que conheço. Mas como jornalistas eram gente muito boa.” (ABRAMO, 1988, p.34)

A partir dos anos 1960, a denúncia da guerra colonial foi constante em suas páginas e uma posição de princípio que contribuiu para aceitação do *Portugal Democrático* entre os Movimentos de Libertação. O jornal chegou a estabelecer contatos diretos com destacados dirigentes desses movimentos e debatia e analisava criticamente as notícias que chegavam da guerra. (Idem, p.184)

Com tiragens do *Portugal Democrático* de cerca de 3000 exemplares, uma parte significativa era expedida pelo correio para núcleos ativos de oposição democrática formados em vários países: Canadá (Toronto e Montreal), Venezuela, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra, França, Holanda, Bélgica e Tchecoslováquia. Outra parte ia para as capitais e outras principais cidades brasileiras, onde existiam núcleos oposicionistas.⁴¹ Em Portugal, o jornal também chegava clandestinamente. (RAMOS, 2004, p.89; RODRIGUES, 2003, p.184-5 & SILVA, 2006, p.76)

A coleção do *Portugal Democrático* constitui um precioso arquivo para os historiadores que estudam as guerras coloniais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, pois, a partir dos anos 1960, a denúncia da guerra colonial em suas páginas foi uma constante. Este jornal “movimento político” foi o grande organizador e dinamizador de campanhas pela democracia, pela anistia e pelo apoio financeiro aos presos políticos de Portugal. (RODRIGUES, 2003)

Entre os principais temas, ao longo de seus 19 anos de atividade, destacam-se a seguir alguns mais representativos para o movimento de luta antissalazarista no Brasil. Um deles é a cobertura sobre a prisão dos intelectuais em Portugal – sendo eles Jaime Cortesão, Antonio Sérgio, Azevedo Gomes e Vieira de Almeida –, com a nota de apoio do brasileiro Hernani Silva Bruno ao colega historiador Jaime Cortesão que figura nas páginas da edição n°. 19, 12/1958. A comunicação da visita e apoio de Sartre e Simone de Beauvoir, bem como a publicação da carta manifesto dos democratas portugueses dirigidas ao presidente de então, Juscelino Kubitschek, expressando a contrariedade pelo fato de Juscelino ter visitado

⁴¹ Rio de Janeiro, Porto Alegre, Fortaleza, Salvador, Recife, Curitiba, Niterói, Duque de Caxias, Pelotas/RS e Londrina/PR.

o ditador português naqueles meses. (*Portugal Democrático*, n.º. 41, 10/1960) Destaca-se também a edição especial de cobertura do caso do seqüestro do navio Santa Maria, numa estratégia política de Henrique Galvão. (*Portugal Democrático*, n.º. 45, 02/1961) Outra presença que chama a atenção em algumas edições do veículo oposicionista é o anúncio e as vezes as transcrições do jornal do PCP chamado *Avante!*. (*Portugal Democrático*, n.º. 55, 12/1961) Muitos livros que tratavam dos temas debatidos no jornal, eram amplamente divulgados em suas páginas à medida que eram lançados, como no caso do anúncio da obra *Portugal e o fim do Ultracolonialismo*, do historiador britânico Perry Anderson, traduzido e editado pela Ed. Civilização Brasileira. (*Portugal Democrático*, n.º. 96, 07/1965) Entre 1968 e 1969 não encontramos nenhuma menção direta ao AI-5 brasileiro, porém algumas notas indicam a situação de aumento da repressão como a matéria sobre a viagem de pesquisa do comunista Joaquim Barradas de Carvalho, que havia ido para a França em fins de 1968, naquilo que seria um provável exílio. (*Portugal Democrático*, n.º. 147, Jan./Fev. 1970)

Merecem destaque ainda duas edições do ano de 1968 relativas aos movimentos e manifestações dos brasileiros contrários à deportação do socialista Mário Soares. (*Portugal Democrático*, n.º.s 128 e 129, 04 e 05/1968) A reprodução da análise do Caetanismo feita pelo sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, no jantar do 05 de outubro de 1972, bem como sua entrevista publicada no jornal e também a entrevista concedida pela D. Heloisa Lins, viúva do diplomata Álvaro Lins, sobre o Caso Delgado, encerram as principais matérias relevantes a este trabalho que foram veiculadas pelo jornal. (*Portugal Democrático*, n.º.s 173, 11/1972; 196, 11-12/1974 e 204, 02-03/1975.)

Depois de 31 de março de 1964 a pressão exercida sobre o jornal aumentou e a decisão de prosseguir com a publicação envolveu riscos, mas foi correta, segundo Miguel Urbano Rodrigues – integrante do conselho de redação após 1964, período de intensa repressão, junto com outros como Antonio Bidarra da Fonseca, Augusto Aragão, Vítor Ramos e o historiador da USP e também comunista Joaquim Barradas de Carvalho. Para Urbano, o

Portugal Democrático se destacou até em comparação com a imprensa de esquerda brasileira, pois:

Durante anos o *Portugal Democrático* foi no Brasil o único jornal – fora do âmbito da imprensa clandestina – em que se fazia apologia do socialismo e de movimentos de libertação nacional que recorriam à guerrilha. Marx e Lênin eram citados elogiosamente nas suas colunas. Nas universidades, dizia-se com bom humor, que era português o único jornal de esquerda do Brasil. (RODRIGUES, 2003, p.185)

Naquele período foi necessária muita coragem, firmeza de caráter e um espírito de solidariedade muito forte para oferecer a este grupo antifascista uma cobertura legal.

Graças ao apoio dos brasileiros, a circulação do jornal antissalazarista continuou, sob o argumento de que o governo brasileiro não poderia censurar um veículo de oposição ao colonialismo e favorável a autodeterminação dos povos, manifestação compartilhada e instituída pela ONU e por vários países no período. Entre os brasileiros solidários, que endossavam esse posicionamento, também considerados amigos do *Portugal Democrático*, destaca-se o intelectual Álvaro Lins, embaixador do Brasil em Portugal, entre 1956 e 1959. (Idem, p.186) Lins também escreveu um livro intitulado *Missão em Portugal*. RJ: Civilização Brasileira, 1960; no qual relata essa experiência diplomática e denuncia o autoritarismo do Estado Novo português.

Assim, o coletivo *Portugal Democrático* continuou a circular por mais um ano e meio depois do 25 de Abril de 1974, com o objetivo de levar os desdobramentos da Revolução dos Cravos às comunidades luso-brasileiras que sempre haviam apoiado a luta contra o fascismo e o colonialismo. O periódico cumpriu no Brasil um papel significativo, sendo “a voz no exílio do Portugal insubmisso, criador, progressista, revolucionário e também um elo importante na ligação entre os núcleos antifascistas radicados em vários países.” (RODRIGUES, 2003, p.189)

Não obstante, alguns pesquisadores do salazarismo sempre exaltaram as atividades do jornal opositor. Um deles afirma que:

Com efeito, nos anos cinqüenta e sessenta, o Brasil era dos países onde melhor se conhecia o conjunto das lutas do povo português. A presença, entre nós, não só de um grande contingente de democratas emigrados, mas ainda de destacados nomes da cultura antifascista lusa (dentre muitos, Rui Luís Gomes, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Joaquim Barradas de Carvalho, Vítor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues), facilitava a divulgação do movimento real da sociedade portuguesa, inclusive através de imprensa própria, como o jornal *Portugal Democrático*. (NETTO, 1986, p.10)

O fragmento acima, de José Paulo Netto, é de meados dos anos 1980, entretanto esse entusiasmo acerca do periódico oposicionista também se manifesta em trabalhos posteriores. Há ainda quem destaque a “*pertinácia* dos militantes ‘antissalazaristas’ exilados no Brasil e reunidos em torno do *Portugal Democrático*.” (SILVA, 2006, p.145)

Antonio Candido, que apoiou a luta da oposição portuguesa, lembra de Vítor Ramos e também exalta a importância do jornal e de seu respectivo grupo num depoimento oral. Segundo Candido:

...o Vítor era um homem de oposição, ele era do Partido Comunista Português. Havia um grupo de oposição em São Paulo, que tanto a parte que eu conheci, era reunida em torno do Comandante (João) Sarmiento Pimentel, que era um Oficial Português que saiu de Portugal quando Salazar foi ao poder e viveu sempre no Brasil. Morreu aqui com mais de 90 anos. (...) O Comandante Sarmiento Pimentel foi na inauguração da Faculdade de Assis (1958). Ele era muito amigo do [Antônio Soares] Amora, através do Prof. Fidelino de Figueiredo, que era sogro do Amora. Em torno desse homem organizaram-se várias facções de oposição, inclusive os comunistas como o Vítor Ramos. Então esse grupo, liberais, socialistas, comunistas, tinham um jornal chamado *Portugal Democrático*, no qual colaboravam o Casais Monteiro, o Jorge de Sena, o Vítor Ramos. Era um jornal pequeno, às vezes de oito páginas, periodicidade caprichosa, mas muito vigoroso contra o salazarismo. (...) E eles faziam todo ano, no dia 05 de outubro, uma comemoração, porque 05 de outubro é a Proclamação da República Portuguesa de 1910. Então o grande sinal de vida da oposição portuguesa eram os jantares de 05 de outubro. Havia então sempre um orador brasileiro, num ano eu fiz um discurso, o Florestan Fernandes, o Ruy Coelho, o Paulo Duarte também, esses eu me lembro. E aí reunia-se a oposição portuguesa. Estava sempre lá o Casais Monteiro, o Jorge de Sena, o Vítor Ramos, o Fernando Lemos.⁴²

⁴² CANDIDO, A. Antonio Candido de M. e Souza: depoimento [nov. 2001]. Entrevista e transcrição: Fábio Ruela de Oliveira, São Paulo/SP. 2 fitas cassete. Entrevista concedida ao

Neste depoimento, são encontradas menções ao apoio dos brasileiros, o que também é recorrente nas páginas do jornal oposicionista. Candido, um militante socialista, enfatiza em sua fala a presença dos comunistas. O pesquisador Douglas Silva também destaca a importância da inserção de militantes do Partido Comunista Português (PCP) no jornal, pois foi através deles que se intensificaram as redes de trocas da oposição, que atuava em vários âmbitos da sociedade civil, como sindicatos, universidades, empresas, partidos, setores culturais e artísticos. Essas redes de sociabilidade intelectual formadas em torno do *Portugal Democrático* e, em sua maioria, identificadas pela tendência de esquerda socialista compreendia muitos intelectuais brasileiros. (SILVA, 2006)⁴³

Entretanto, é necessário relatar que também foram os comunistas os principais responsáveis pela crise da unidade interna do grupo oposicionista do *Portugal Democrático*. No início dos anos 1960, os debates em torno da unidade interna desse grupo foram intensos, tanto que Adolfo Casais, Jorge de Sena e Vítor Ramos, que até 1962 estiveram juntos no conselho editorial do jornal, também escreveram artigos sobre esse tema. (Edições do *Portugal Democrático* & SILVA, 2006)

Dois aspectos são marcantes no que se refere à discussão da unidade interna do grupo: o primeiro foi a criação de outro jornal oposicionista, o *Portugal Livre*, que aglutinava principalmente intelectuais liberais e constituiu uma dissidência do *Portugal Democrático* decorrente das divergências com os comunistas do grupo. O *Portugal Livre* circulou por pouco tempo – entre novembro de 1959 e novembro de 1960, com apenas 13 edições – tendo como jornalistas Paulo de Castro, João Alves das Neves, Victor da Cunha Rêgo, João Santana Mota e Miguel Urbano Rodrigues. Esse outro jornal também lutava pela liberdade de expressão, pela democracia em Portugal, pela anistia dos presos políticos e contra a censura. Entretanto,

autor. O discurso que Antonio Candido fala aqui foi publicado sob o título “Vossa Vitória se Aproxima” no *Portugal Democrático* n°. 145, p. 2 de Novembro de 1969.

⁴³ Fernando Rosas aponta que na segunda metade do decênio de 1950 o Partido Comunista Português também foi muito importante no apoio aos movimentos de libertação africanos, tendo contribuído para a criação do Partido Comunista de Angola. (ROSAS, 1994, p.515)

segundo Douglas Silva, a ausência dos comunistas era notória no *Portugal Livre* e alguns dos artigos faziam críticas diretas aos comunistas. Entre as razões da extinção desse jornal estão a falta de apoio e inserção entre os imigrantes portugueses e as dissidências internas. (SILVA, 2006, p.93-94)⁴⁴ O segundo aspecto, relacionado à unidade interna do *Portugal Democrático*, foi a criação da “Unidade Democrática Portuguesa” (UDP), em 1961, que contou com o apoio do PCP e tinha como principal objetivo manter a unidade do grupo. Entre as lideranças da UDP estavam João Sarmento Pimentel, Casais Monteiro, Jorge de Sena e Paulo de Castro, que eram secretariados por Augusto Aragão (comunista) e Manuel Tito de Morais e Manuel Sertório (socialistas). A UDP existiu até 1974, entretanto, esse quadro inicial foi desfalcado e ainda não se conseguiu promover completamente a unidade que se almejava durante seu período de existência. (SILVA, 2007, p.181-183)

Ainda sobre a UDP, Douglas Silva afirma que a aproximação do movimento antissalazarista com setores da esquerda brasileira gerou discordâncias quanto às decisões internas sobre linhas e políticas editoriais do jornal. Não obstante, segundo esse pesquisador:

De fato, a crescente influência do PCP e do PCB sobre o jornal parece ter lugar após 1961, adquirindo orientações partidárias que são sutilmente denunciadas por Jorge de Sena, em um artigo de 1962, intitulado “A Unidade”, no qual se referia à oposição como “pequeno burguesa” e sem espírito democrático, por querer tornar “sua” a Revolução e não do Povo. No depoimento que nos foi concedido por João dos Santos Baleizão, este fez uma denúncia dos vetos a artigos que não expressassem a opinião do Partido Comunista. No entanto, não é possível afirmar com todas as letras se há uma relação direta entre as críticas de Sena e as denúncias de censura dirigidas aos comunistas, uma vez que o autor não faz menções a esta ou aquela corrente da oposição. (SILVA, 2007, p.185)

Fundamentado em outras pesquisas e depoimentos que confirmam as denúncias sobre os vetos pelos comunistas, ele acrescenta também que em março de 1963, Casais Monteiro e Jorge de Sena, juntamente com outros

⁴⁴ Segundo este mesmo autor, o *Portugal Democrático* também teve pouco apoio e inserção, mas o que contribuiu para seu longo período de publicação foi a colaboração das redes e núcleos internacionais e também as conexões do Brasil. (SILVA, 2006, p.94)

intelectuais da UDP, entre eles Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos e Paulo de Castro saíram do “Conselho de Redação” do *Portugal Democrático* por meio de um manifesto publicado na edição nº. 70 do jornal. (SILVA, 2007, p.186 & RAMOS, 2004, p.113-114)⁴⁵

Silva acrescenta que posteriormente Casais Monteiro voltou a manter contato com o veículo oposicionista, entretanto, nas pesquisas sobre os textos que Casais Monteiro assinou no *Portugal Democrático* verifica-se que o último artigo que ele publicou data de fevereiro de 1962, na edição nº 57.

Quanto à questão das denúncias de censura interna promovida pelos comunistas, é muito provável que isso tenha ocorrido e que exista sim uma relação direta entre as críticas do artigo de Sena e o depoimento de Baleizão recuperado por Douglas Silva. O Partido Comunista Português estava na clandestinidade desde 1926 e, portanto, suas ações contra Salazar sempre se deram nesse âmbito. Assim, é preciso considerar a postura de sectarismo desse grupo, relatada anteriormente por Fernando Rosas e confirmada por outros pesquisadores. De acordo com Lincoln Secco:

Portugal possuía o Partido Comunista mais ortodoxo, em termos doutrinários, da Europa Ocidental, adepto de um modelo de tomada do poder que partidos comunistas como o italiano, o espanhol e o francês, tinham abandonado havia muito tempo. (...) Em menor medida, mas não para seus militantes, o partido carregava a mística dos “santos” e “mártires” tombados na luta contra a ditadura. Nenhum grupo político sofreu tantas perdas quanto o PCP. (SECCO, 2004, p.124)

A relevância das características do PCP acima está no fato de elas esclarecerem parte das críticas ao comportamento dos comunistas nas atividades do *Portugal Democrático*. Posteriormente, durante a Revolução dos Cravos, Lincoln Secco afirma que o PCP estaria se modificando, mas mantendo suas principais características. Sobre o Partido Comunista Português em 1975, Secco afirma que: “Tratava-se de um partido em transição, ideologicamente circunscrito ao bolchevismo, forjado na militância

⁴⁵ De alguma forma esse divisionismo entre os democratas portugueses está ligado a uma característica bem presente na história do republicanismo português, como observado numa nota anterior.

clandestina e politicamente modificado pela irrupção das massas de proletários rurais do Alentejo na sua estrutura organizativa.” (Idem, p.142)⁴⁶

Portanto, essa tendência ortodoxa do Partido Comunista Português explica em grande parte a questão das disputas internas da oposição do *Portugal Democrático*, nas quais os militantes comunistas, que seguiam provavelmente uma orientação externa, acabaram por desagradar aqueles que não eram do partido ou ainda eram de outras correntes, como a liberal e a socialista. Nas trajetórias de Adolfo Casais e Jorge de Sena observa-se claramente o traço socialista, pois eles foram leitores de Marx e dos marxistas, simpatizantes das causas socialistas e condenadores do anticomunismo. Mesmo que não filiados ao Partido Comunista Português e ainda críticos do “realismo socialista” e do marxismo vulgar, Casais e Sena escreveram numa perspectiva mais eclética e distante de classificações, porém o traço da teoria crítica marxista dos anos 1960 é nítido em seus escritos. Quanto a Vítor Ramos, mesmo que membro do PCP, não se observa em sua trajetória os traços de sectarismo, inclusive sua obra de crítica literária confirma o diálogo estabelecido com outras correntes que não necessariamente marxistas.

Além dos problemas internos de unidade da oposição antissalazarista, uma ocorrência externa que prejudicou os trabalhos da oposição e a inserção do *Portugal Democrático* junto à comunidade portuguesa no Brasil foi certo obstáculo oferecido pela “colônia oficial”, ou seja, os imigrantes pró-Salazar que também estavam aqui. É necessário fazer tal distinção, pois havia basicamente duas formas de expulsão dos que aqui chegavam: primeiro por questões políticas e segundo por questões econômicas. A maioria dos portugueses ligados ao *Portugal Democrático*, ou mesmo seus leitores e colaboradores, não formava uma colônia, mas uma diáspora, eles eram exilados, refugiados; não imigrantes econômicos, mas imigrantes políticos. (SILVA, 2006, p.54)

⁴⁶ Fernando Rosas aponta que após 1957, o PCP é marcado por um “desvio de direita”. O partido revê posições e tende a apoiar o movimento da unidade ampla de todos os descontentes com Salazar, defendendo a ida às urnas e mudando sua estratégia para a “possibilidade da solução pacífica”. (ROSAS, 1994, p.522)

A colônia oficial portuguesa causou certo desconforto para o processo de organização da oposição, pois, no Brasil, também produzia e editava periódicos que defendiam e exaltavam o regime de Salazar. Entre estes pode se relatar o *Pátria Portuguesa*, criado em 1925 e que, a partir de 1936, se alinha ao programa do Estado Novo; e o *Mundo Português*, que alcançou popularidade nas décadas de 1950 e 1960, sendo mantido pelas casas comerciais da colônia e cujos diretores estavam ligados às associações portuguesas no Brasil. Ambos os jornais constituíam instrumentos de coesão da colônia e de reprodução da ideologia salazarista. (RAMOS, 2004, p.82)

As principais lideranças dessa imigração oficial eram os chamados “Comendadores”, imigrantes portugueses ricos e portadores das comendas, ou do título honorífico, recebido do governo português, pelos “serviços prestados” na colônia e considerados os representantes oficiais dos imigrantes junto ao governo de Portugal. Era atribuído a esses comendadores um passado aldeão, bem explorado pela ideologia ruralista do salazarismo, pois muitos deles ascenderam socialmente no Brasil. Esses comendadores, com o intuito de promover a intensa propaganda a favor de Salazar, se aproximaram e exerceram forte influência sobre alguns meios de comunicação no Brasil, entre eles os jornais *O Globo* – de Roberto Marinho, *A Tribuna da Imprensa* – de Carlos Lacerda e os órgãos ligados aos *Diários Associados* – de Assis Chateaubriand. (SILVA, 2006, p.68 & RAMOS, 2004, p.82-83)

Como se vê, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Vítor Ramos e os demais militantes do jornal oposicionista estavam no centro do “embate de projetos hegemônicos”, uma luta muito difícil, na qual eles se envolveram com muita paixão. Inclusive, depois do golpe militar de 1964 no Brasil, muitos militantes ligados ao *Portugal Democrático*, além de serem todos fichados na PIDE de Portugal, também passaram a ser monitorados no Brasil pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS – seção São Paulo). Outros pesquisadores consultaram essas fichas do DEOPS e segundo eles os três intelectuais Casais, Sena e Ramos também foram fichados pelo órgão, sendo o último o que apresenta mais referências.

(RAMOS, 2004, p. 18-19 e 234-235 & SILVA, 2006, p.155) Num desses papéis do DEOPS, anexado na dissertação de mestrado de Ubirajara B. Ramos, datado de novembro de 1971, encontra-se a seguinte indicação feita por um investigador anônimo:

O Ministério do Exército, nos envia relatório de informações, com data de 27 de abril de 1964, sobre investigações procedidas na Universidade de São Paulo, ocasião em que vinham sendo constatados movimentos “comunistas”, com a participação de alunos e professores daquele e de outros estabelecimentos de ensino, constando em um de seus tópicos, a participação do professor “comunista” VÍTOR RAMOS da Faculdade de Assis, o qual mantinha ligações com o professor Barradas de Carvalho, de nacionalidade portuguesa que na oportunidade integrava o dispositivo “comunista” da Universidade de São Paulo. (RAMOS, 2004, anexos)

Com a situação exposta no documento acima e a consolidação da ditadura brasileira nos anos 1960, muitos intelectuais como Casais, Sena e Ramos partiram para um novo exílio nos Estados Unidos. Dos três, Jorge de Sena saiu em 1965 para não retornar mais ao Brasil e, depois de 1968 e do AI-5, Casais Monteiro e Vítor Ramos também se retiraram por um ano.

Um evento marcante ocorrido no Brasil em fevereiro de 1960 foi a “1ª. Conferência Sul Americana Pró-Anistia aos Exilados e Presos Políticos de Espanha e Portugal”, que contou com a participação de Jorge de Sena e, de modo geral, obteve ampla cobertura do jornal *Portugal Democrático*. O evento, ocorrido sob a presidência do embaixador Álvaro Lins – que também havia concedido asilo político ao general Humberto Delgado e a brasileiros que apoiavam as lutas antiautoritárias –, contou com delegações da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Venezuela. O Movimento Democrático Português e o jornal oposicionista colaboraram na organização do evento, no qual foi possível acionar toda uma rede de contatos com a resistência antifranquista espanhola. (SENA, 1999, p.274 & RAMOS, 2004, p.7 e 130)⁴⁷

Em janeiro de 1961, em Montevideo, ocorreu a “II Conferência Latino-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal”; evento para o qual o *Portugal Democrático* deu ampla cobertura e

⁴⁷ Inclusive em várias edições do *Portugal Democrático* encontram-se anúncios indicando a leitura do jornal dos antifranquistas no Brasil chamado *Democracia Espanhola*.

Adolfo Casais Monteiro e Vítor Ramos foram ao Uruguai como representantes dos oposicionistas portugueses de São Paulo. Destaca-se ainda as duas Conferências Europeias para a Anistia realizadas primeiro em Paris e depois em Oslo na Noruega, no mesmo ano de 1961. (RAMOS, 2004, p.132-133 & *Portugal Democrático* n°. 45/Fev.1961, p.02)

Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, que passaram alguns meses no Brasil no segundo semestre de 1960, declararam amplo apoio a essas conferências pró-anistia e aos exilados portugueses no Brasil. Adolfo Casais e Jorge de Sena se encontraram com o filósofo francês no 1º Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária do Recife – primeira parada de Sartre – conforme mostra a foto dele com ambos nesse evento. “Em 1960, Sartre vem ao Brasil num momento em que seu pensamento e sua ação como escritor e homem público de reconhecimento internacional passam por radical adesão ao marxismo.” Além disso, Sartre que estivera em Cuba nesse mesmo ano, a convite de Fidel Castro, polarizou, na passagem pelo Brasil, suas preocupações políticas em dois pontos: “o colonialismo” e a revolução “anti-imperialista”. Sua companheira Simone de Beauvoir, que também concedeu uma entrevista ao *Portugal Democrático* em 1960, relata no seu livro *Sob o signo da história*, o contato com os antifascistas portugueses que lhes informaram sobre a situação de pobreza, das prisões e da repressão em Portugal. (ROMANO, 2002, p.61 e 190; LEMOS & LEITE, 2003, p.43; BEAUVOIR, 1965, vol.1, p.36 & *Portugal Democrático* n°. 41/Out.1960, p.04)⁴⁸

Outro elemento que reforça o contato de Sartre e Simone com os exilados portugueses está no fato de Vítor Ramos ter traduzido *A Convidada*, de Simone de Beauvoir, obra, originalmente de 1943, traduzida por Ramos pela DIFEL, em 1956. Isso indica que a luta antifascista, além de apresentar conexões internacionais, também possuía uma rede de contato com os vários Partidos Comunistas da Europa.

⁴⁸ No Congresso de Crítica do Recife, Sartre apresentou a conferência *Literatura, Fato Nacional*, que essencialmente critica a literatura burguesa e defende a literatura popular como sendo a própria expressão da literatura nacional. (*Anais* do 1º. CBCHL, 1964, p.277-283) Entretanto, é preciso destacar que a perspectiva da análise de Sartre nesse artigo é distinta da perspectiva do realismo de Lukács, que veremos no terceiro capítulo.

O apoio dos intelectuais brasileiros, confirmado nas páginas do *Portugal Democrático* pelas inúmeras citações, menções e discursos, também foi fundamental para a comunidade de portugueses exilados do jornal oposicionista. Entre eles, encontram-se vários nomes como os de: Florestan Fernandes, Álvaro Lins, Lígia Fagundes Telles, Paulo Emílio Salles Gomes, Antonio Candido, Paulo Duarte, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Guilherme Motta, Carlos Drummond Andrade, Graciliano Ramos, Vinícius de Moraes, José Lins do Rego e o jornalista Cláudio Abramo, o editor Ênio Silveira, entre outros. (SILVA, 2006) Eram nomes importantes da intelectualidade brasileira de então e todos com inclinação socialista, ampliando assim a rede de apoio aos intelectuais portugueses.

Antonio Candido, por exemplo, foi figura chave da rede socialista que articulou a recepção e a ajuda a muitos intelectuais como Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos, pois, além de sempre explicitar sua posição socialista, destacou a importância do socialismo no passado e ainda hoje, numa entrevista concedida em 1993, na qual narra sua militância junto ao grupo que fundou a revista *Clima* e editou a *Folha Socialista* nos anos 1940, descrevendo sua trajetória e esboçando os princípios e a história dos regimes socialistas, como no fragmento a seguir:

Mas uma coisa eu digo a você [Décio]: na reunião que nós tivemos no Rio, fiz questão de dizer e faço questão de que fique gravado: eu continuo socialista. Entre outras razões pela seguinte: nós temos aqui na América um exemplo que Gilda e eu conhecemos bem, que é Cuba. E nisso Gilda está junto comigo. Nós assistimos, na América, a um pobre país pequeno, abandonado, perseguido, fazer uma revolução social e construir um regime igualitário. Não sei quanto tempo vai durar! Mas, se acabar o ano que vem, ficou provado que durante trinta anos um país de Terceiro Mundo ergueu um regime socialista, onde as coisas básicas – que são alimentação, escola, saúde, equivalência relativa de ganho e oportunidade para todos – de fato existem. Cuba me faz ficar cada vez mais convicto de que o socialismo é uma solução. E quanto à Rússia, eu diria o seguinte: o socialismo não é uma utopia para ser realizada em cem por cento! É sobretudo uma grande força de humanização da história. E tenho a respeito uma teoria meio complicada: o socialismo é irmão siamês do capitalismo! (...) ... o socialismo nasceu junto com o capitalismo, para combatê-lo; portanto, é intimamente ligado a

ele, mas como adversário. Para retificá-lo e, se possível, superá-lo. E se hoje se fala que o capitalismo liberal tem face humana, não foi por uma evolução lógica do liberalismo, e sim por causa das pressões sociais, inclusive socialistas, que durante cem anos restringiram, por exemplo, a jornada de trabalho a oito horas, permitiram à mulher grávida não trabalhar por três meses, impediram o operário de apanhar de chicote, exigindo para ele salário justo, férias remuneradas etc. Tudo isso foi resultado das lutas sociais, da consciência sindical, do socialismo. Não foi nenhuma consequência do liberalismo. Tudo isso foi arrancado a duras penas. Portanto, capitalismo e socialismo são gêmeos inimigos... O socialismo é uma grande força de humanização do Ocidente e, agora, do mundo inteiro! Mesmo sem tomar o poder ele retificou o capitalismo liberal. E onde tomou o poder fez o que foi possível, realizando as tarefas necessárias. (CANDIDO, 1993, p. 121-122)

Convém salientar que, quando Antonio Candido diz estas palavras no início dos anos 1990, alguns estavam a proclamar o fim da história. Assim, ele é contundente na defesa do socialismo, indicando que as reformas do projeto liberal foram motivadas pela luta de classes.

O apoio de jornais e editoras também é um ponto de destaque. Entre as editoras que davam apoio direto ao grupo de exilados estão a Editora *Paz e Terra* e a Editora *Civilização Brasileira*, que editaram vários livros relacionados às causas antissalazaristas. Outras empresas editoriais publicaram as obras de Casais Monteiro, Vítor Ramos e Jorge de Sena, como a Editora Agir, que publicou alguns volumes da Coleção *Nossos Clássicos* organizadas pelos três exilados e a Editora José Olympio – um espaço para crentes e descrentes, liberais e socialistas que editou, por exemplo, uma obra de Adolfo Casais Monteiro com várias referências marxistas.

O jornal *O Estado de S. Paulo* foi o principal espaço aglutinador dos intelectuais exilados e socialistas que colaboravam para o *Suplemento Literário*. Esse foi um aspecto ambíguo e controverso, pois as pesquisas relacionadas a esse jornal paulista apontam que: “Representante do pensamento liberal clássico do século XVIII, Julio de Mesquita Filho imprimiu ao jornal os conceitos fundamentais dessa corrente. Segundo Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado o direito de propriedade é o

conceito maior na ideologia do jornal.” (CAPELATO & PRADO *apud* LORENZOTTI, 2007, p.32)⁴⁹

Ainda sobre as características liberais e conservadoras do grupo proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, destaca-se um episódio ocorrido entre Sartre e Julio de Mesquita Filho. O filósofo francês Jean-Paul Sartre, em visita ao Brasil em 1960, esteve num jantar com Julio de Mesquita Filho, dono do jornal *O Estado de S. Paulo* e ambos teriam passado muito tempo conversando e as impressões de Sartre sobre tal encontro foi de admiração, não pela figura do jornalista, mas pelo fato de ter visto alguém tão conservador, tão reacionário, e complementou: “Por vezes pareceu-me estar ouvindo alguém da Idade Média.” Questionado por brasileiros sobre o fato de uma figura de esquerda como ele permitir essa aproximação, respondeu: “A despeito disso (Julio Mesquita pertencer ao patriarcado do café), a família Mesquita produziu muitos intelectuais.” (ROMANO, 2002, p.186-187)

O *Suplemento Literário* de *O Estado de S. Paulo* configura um rico documento que marcou época e foi modelo para os escassos cadernos culturais e folhas de resenhas de grandes jornais que existem até hoje. Entre os decênios de 1950 e 1970, o *Suplemento Literário* circulou uma vez por semana. O projeto foi idealizado por Antonio Candido e a direção do caderno literário ficou a cargo de Décio de Almeida Prado desde o início, em 1956, até 1966 e posteriormente foi conduzido por Nilo Scalzo até sua extinção e substituição por outro caderno cultural, em fins de 1974. (LORENZOTTI, 2007)

Os períodos de existência do *Portugal Democrático* e do *Suplemento Literário* constituem uma coincidência a ser esclarecida, uma vez que Adolfo Casais, Jorge de Sena e Vítor Ramos foram colaboradores nestes dois veículos, assim como vários outros intelectuais socialistas exilados e brasileiros nesse período. Jorge de Sena e Dante Moreira Leite mencionam o *Suplemento Literário* muitas vezes em suas correspondências, referindo-se, sobretudo à boa remuneração paga pelo caderno, o que pode ser confirmado em outras pesquisas sobre o suplemento e era responsável também por

⁴⁹ A referência de Capelato e Prado citada por Elizabeth Lorenzotti é: CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980; p.91.

atrair escritores de qualidade. (LEITE & SENA, 1996; LORENZOTTI, 2007, p.40)

Quanto ao fato de *O Estado de S. Paulo* na pessoa de Julio de Mesquita Filho ter abrigado muitos jornalistas lusitanos antissalazaristas, não só para o Suplemento Literário, mas para outras seções, “aventavam-se duas razões: por alimentar, à época, princípios democráticos, já que ele próprio se exilara e tivera o jornal confiscado pela ditadura Vargas durante anos; e por sua convicção de que os portugueses escreviam bem.” (GALVÃO, 2003, p.26)

O fato de muitos colaboradores do Suplemento Literário apresentarem inclinação política socialista estaria ligado à ideologia socialista de Antonio Candido (idealizador do projeto) e Décio de Almeida Prado (diretor do Suplemento), que assim convidaram alguns intelectuais da mesma tendência política para colaborar no espaço literário. Essa característica inclusive incomodava Julio de Mesquita Filho, porém ele respeitou Décio de Almeida Prado e não interferiu nas decisões do diretor do suplemento. Isso é verificado numa entrevista de Antonio Candido à Elisabeth Lorenzotti, na qual o crítico brasileiro conta:

O doutor Julio era um grande liberal. Muito avesso à esquerda, no entanto convivia com o pessoal da esquerda, e sempre respeitou. Houve um momento que o doutor Julio conversou com o Décio sobre um colaborador comunista que talvez valesse a pena não colaborar. O Décio disse, “não sei se é comunista, mas o fato é que não transparece nos artigos, é um grande crítico. Mas se o senhor achar necessário que ele não colabore mais, eu aceito e nesse caso apresento minha demissão.” O dr. Julio disse: “Não, Décio, está encerrado o assunto.” (LORENZOTTI, 2007, p.80)

Outra personagem importante nesse período foi Cláudio Abramo, que organizou a reforma de *O Estado de S. Paulo* nos anos 1950. Abramo iniciou seus trabalhos no jornal em 1948, recebendo convite de Sérgio Milliet e Paulo Duarte, ambos também apoiadores das lutas antissalazaristas. Também declaradamente de esquerda, cresceu em família de revolucionários, tendo convivido nesse período com outros importantes nomes socialistas, como Paulo Emílio Salles Gomes, Lívio Xavier, Mário Pedrosa e Hermínio Sacchetta, entre outros. Não foi por acaso que cedeu seu

nome ao cargo de diretor responsável na fundação de *Portugal Democrático*, em 1956, sem nele trabalhar porque a edição de um jornal no Brasil exigia como responsável um jornalista brasileiro. Trabalhando no *O Estado de S. Paulo* até 1964, Cláudio Abramo também enfrentou problemas com a ditadura brasileira e foi preso algumas vezes, passando a trabalhar na *Folha de São Paulo*, de 1967 até a década de 1980. (ABRAMO, 1988)

Paulo Duarte, editor da revista *Anhembí* e também presente nos jantares comemorativos do “05 de Outubro”, foi outro intelectual brasileiro que apoiou intensamente o grupo de exilados portugueses e, num desses jantares, fez um discurso ressaltando sua solidariedade aos exilados e afirmando conhecer a situação de exilado, uma vez que ele próprio tinha se exilado do Brasil durante o período varguista. (*Portugal Democrático*, nº. 42 – Nov/1960, p.2) Também na edição nº 58 da Revista *Anhembí*, de setembro de 1958, Paulo Duarte escreve sobre a presença de intelectuais pró-Salazar nas reuniões para organização de um congresso de escritores e tece duras críticas a tais intelectuais, num tom de denúncia.

Assim, ligados às grandes editoras e jornais, muitos intelectuais brasileiros de esquerda e socialistas e também os portugueses exilados antissalazaristas, transitariam num campo intelectual de um “mercado de bens simbólicos e culturais”, relacionado às demandas diretas de frações dominantes da burguesia, de acordo com as reflexões de Pierre Bourdieu. Entretanto, segundo o próprio Bourdieu,

...os escritores e artistas constituem, pelo menos desde a época romântica, uma *fração dominada da classe dominante*, que, em virtude da ambigüidade estrutural de sua posição na estrutura da classe dominante, vê-se forçada a manter uma relação ambivalente tanto com as frações dominantes da classe dominante (“os burgueses”) como com as classes dominadas (“o povo”), e a compor uma imagem ambígua de sua posição na sociedade e de sua função social. (BOURDIEU, 2007, p.192)⁵⁰

⁵⁰ Como se percebe, fiz a tentativa de dialogar com as categorias de Pierre Bourdieu, entretanto, se não ampliei esse diálogo foi por cautela, pois acompanho uma advertência de Alvaro Bianchi, e também constatei que esse autor não possui uma prosa fácil, possuindo uma teoria densa e complexa. Bianchi ainda critica o fato de conceitos como *habitus* saírem de suas páginas e “se transformar em moeda corrente no intercâmbio intelectual, inundando, primeiro, as revistas acadêmicas especializadas e, depois, as páginas dos suplementos culturais de jornais e revistas de grande circulação.” Segundo Bianchi, esse

Portanto, essa parece ser a imagem de muitos intelectuais nesse período, tanto estrangeiros quanto brasileiros, ou seja, uma atuação marcada pela ambigüidade de suas ações e relações, pois além de organizarem setores ligados às causas do “povo”, também transitavam pelo mercado literário da “burguesia”.

Quanto aos escritos políticos de Jorge de Sena, Vítor Ramos e Casais Monteiro, publicados no *Portugal Democrático*, segue abaixo a apresentação e descrição de cada um deles, com breves comentários sobre essa atuação política.

2.3. Os artigos de Vítor Ramos no *Portugal Democrático*

O intenso trabalho de Vítor Ramos no *Portugal Democrático* (PD) pode ser comprovado pelas dezoito (18) referências diretas deste autor encontradas no jornal, cuja maioria são os seus artigos assinados, porém há algumas notas sobre o intelectual.⁵¹ Abaixo, há a relação das edições em que Vítor Ramos publicou seus artigos e, na sequência, a transcrição de fragmentos desses textos com comentários sobre cada um deles.

- 1) A avozinha caduca – 12/01/1957, p. 7. (Publicado posteriormente no livro organizado *Salazar visto do Brasil -1962*, p.19-22)
- 2) Discurso de Vítor Ramos nas Comemorações do 5 de outubro em São Paulo, n.º 18, 11/1958, p. 2.
- 3) Um professor de democracia (sobre Jaime Cortesão), n.º. 40, 09/1960, p. 1 e 2.

movimento empobrece a teoria e estaria longe de satisfazer os requisitos de rigor e precisão proposto originalmente pelo autor. Bianchi acrescenta que “nesse processo, os conceitos deixam de expressar uma realidade complexa e multifacetada, adquirindo o status de slogans teóricos, marcas de distinção do bem pensar e bem falar.” Repare aqui que Alvaro Bianchi usa com ironia as próprias reflexões críticas de Bourdieu, sobre a distinção, para apontar que o destino de suas obras (Bourdieu) corre o risco ir contra a intenção do que elas tinham a dizer. (BIANCHI, 2008, p.13)

⁵¹ O pesquisador Ubirajara Bernini Ramos, na entrevista com Dulce Ramos, sugere que nos primeiros anos do jornal os editoriais pareciam apresentar “o toque” de Vítor Ramos. Tal especulação foi confirmada pela depoente Dulce Ramos, entretanto entendemos que se Vítor Ramos não assinou todos os textos que escreveu para o periódico oposicionista era porque estes editoriais ou artigos anônimos poderiam representar uma opinião coletiva. (RAMOS, 2004)

- 4) A República Morreu República Viva a República, n.º. 41, 10/1960, p. 1.
- 5) Carlos Maria de Araújo, n.º. 65, 10/1962, p. 2.
- 6) Unidade e Organização, n.º.76, 10/1963, p. 8.
- 7) As Manifestações dos Estudantes e os problemas do Ensino I, n.º. 92, 03/1965, p. 5 e 6.
- 8) As manifestações dos Estudantes e os problemas do Ensino II, n.º. 93, 04/1965, p. 5 e 7.
- 9) O Diálogo Impossível “Problemas do Ensino (III)”, n.º. 94, 05/1965, p. 5.
- 10) Reforma Universitária “Problemas do Ensino (IV)”, n.º. 96, 10/1965, p. 7.
- 11) Anistia: a grande tarefa unitária, n.º. 112, 11/1966, p. 2.
- 12) Vítor Ramos agraciado pelo governo francês, n.º. 132, 09/1968, p. 7.
- 13) Intervenção de Vítor Ramos nas Conferências da PUC, n.º. 134, 10/11/1968, p. 6.
- 14) Vítor Ramos vai para os Estados Unidos, n.º. 146, 12/1969, p. 6.
- 15) Fé no destino de Portugal, n.º. 163, 11/1971, p. 2.
- 16) Casais Monteiro – Ao companheiro, ao amigo (sobre a morte de Monteiro), n.º. 171, 08/1972, p. 1 e 3.
- 17) Vítor Ramos analisa a conjuntura (Intervenção do 05 de outubro), n.º. 181, 10/1973, p. 2.
- 18) Recordando Vítor Ramos (Sobre a morte de Ramos), n.º. 187, 06 e 07/1974, p. 6.

No artigo “A avozinha caduca”, (PD - 12/01/1957, p.7) Vítor Ramos analisa a situação cultural em Portugal e aponta como uma das causas da decadência do nível intelectual e cultural naquele país o exílio de diversos intelectuais, entre eles Jaime Cortesão, Fidelino de Figueiredo e Adolfo Casais Monteiro, que ele chama de pioneiros. Segundo um fragmento:

Pode parecer, portanto que, na medida em que surjam continuadores da obra destes pioneiros, a cultura portuguesa retomar a posição que lhe é devida. Ora, a verdade é que o problema apresenta ainda outras facetas, que o tornam mais complexo e de mais difícil resolução. Integrada, como deve estar, num sistema de relações entre os dois países, a questão tem de levar em conta, além do lado puramente cultural, certos aspectos sociológicos que lhe andam anexos. As últimas gerações portuguesas, por razões políticas, com evidentes

repercussões culturais, viram frustradas as suas melhores capacidades de realização. Não falemos já da trágica diáspora que espalhou pelas sete partes do mundo alguns dos melhores valores portugueses. Primeiramente nesta página formulou-se, há pouco, uma interrogação que é um grito de alarme, quanto ao destino de grandes cientistas nacionais forçados ao exílio. (*Portugal Democrático*, 12/01/1957, p.7)

Noutra matéria do jornal oposicionista, da edição nº 18 de 11/1958, p. 2, encontra-se uma nota que traz o discurso de Vítor Ramos nas “Comemorações do 05 de Outubro” daquele ano. Diz o fragmento:

Depois de recordar que era a quarta vez que se incumbia da missão de pronunciar algumas palavras nestas comemorações da implantação da República, Vítor Ramos pôs em destaque a diferença de situação entre os banquetes anteriores e o presente: “Enquanto anteriormente – disse – nós tínhamos no espírito apenas uma esperança, esperança que só no fundo do coração sabíamos ser realizável, esperança que alguns, mais céticos, poderiam mesmo considerar insensata, sem que pudessemos desmenti-los, ou antes, sem que conseguíssemos convencê-los do contrário, a não ser pela força do nosso entusiasmo e não pelo peso dos nossos argumentos, hoje, pelo contrário, podemos falar de uma certeza, podemos abrir o coração afirmando convictamente, com segurança, com firmeza, com base, que o regime português tem os seus dias contados, que o salazarismo está chegando à fase final da sua trajetória de dor para o povo português”. Apontou depois alguns elementos que o levaram a manifestar essa opinião, dando o devido relevo à carta do Bispo do Porto, cuja importância assinalou “lamentando embora que só passados 32 anos a hierarquia religiosa do nosso país tenha achado voz para formular uma crítica a um regime que, desde o início, se inscreveu em posição contrária aos mais elementares princípios cristãos”. (*Portugal Democrático*, nº. 18, 11/1958, p. 2)

Neste fragmento o autor celebra a esperança no fim do regime salazarista, dando grande respaldo a atitude do Bispo do Porto que, naquele ano, passava a criticar a ação da Igreja portuguesa em relação ao regime ditatorial de Salazar. Vítor Ramos continuou seu discurso colocando alguns questionamentos sobre quais seriam os rumos de Portugal com o fim do salazarismo e, principalmente, sobre quais consequências viriam com o advento da democracia. Observe o respectivo trecho:

Qual será o sentido da nova República portuguesa? perguntou. Trinta e dois anos de ditadura, viciaram completamente o sentido da vida política nacional. Trinta e dois anos sem imprensa, sem livre pensamento, sem vida sindical, sem livre discussão de qualquer problema de interesse para a vida nacional, deram ao português de hoje, forçosamente, uma visão deformada do mundo. Só o tempo mostrará os prodígios de engenho, de astúcia, os esforços dos portugueses para não se deixarem nivelar pela bitola medíocre do Estado Novo. Assim mesmo, e não esquecendo tais esforços, é lícito perguntar como poderá integrar-se no ritmo normal da democracia um povo que dela vive afastado a tanto tempo, que traumatismos essa integração provocará e em que sentido se realizará.

Paradoxalmente – afirmou – a salvação parece que há de vir exatamente da gravidade dos problemas que o país vai enfrentar. A nova República terá que ser um regime devotado em primeiro lugar à resolução dos angustiosos problemas econômicos da população portuguesa. Está nas nossas mãos fazer uma República que dure, que se irmane de tal forma com os interesses do povo português que nunca mais os seus inimigos possam pensar em derrubá-la. Se não queremos, passados alguns anos, sucumbir a um novo 28 de maio devemos, desde já, pensar em tudo isso.

Os milhares de pessoas que, a esta mesma hora, desafiando as rigorosas proibições policiais comemoram a data do cinco de outubro, nas ruas, em comícios, em reuniões, como as circunstâncias o permitirem, tem no fundo do coração uma imagem, talvez vaga mais segura, de um novo regime que traga para Portugal uma nova era, não só de ampla democracia política, mas também melhor padrão de vida, de acesso de todos os portugueses à saúde, à cultura, ao bem estar. É essa também a imagem do novo Portugal que está na mente da comissão Organizadora deste banquete, em nome da qual falei hoje aos nossos compatriotas aqui presentes. (*Portugal Democrático*, n.º. 18, 11/1958, p. 2)

Nesse discurso, das comemorações de 1958, o escritor tenta esboçar algumas respostas aos problemas levantados. No momento em que escreve, o regime salazarista apresentava claros indícios de crise e, no interior da oposição, cresciam os debates sobre os projetos para o período pós-Salazar. Nas eleições portuguesas daquele ano, Humberto Delgado saiu vitorioso, porém o regime não reconheceu.

No texto “Um professor de democracia”, (edição n.º 40, 09/1960, p. 1 e 2), no qual Vítor Ramos se manifesta sobre o falecimento de Jaime Cortesão no mês anterior, enaltecendo a figura deste como um militante da democracia e criticando a ação do septuagenário Salazar, que prendeu

Cortesão por ter se envolvido na campanha de apoio ao general Humberto Delgado.

Que a sua vida ia continuar a dar nos um exemplo de luta, prova-o a intrepidez com que suportou a prisão iníqua a que o submeteu após o regresso à Pátria, esse outro septuagenário que, porém, nunca foi jovem, esse valetudinário de espírito rancoroso e mesquinho que dirige os destinos do país. Prova-o mesmo a amargura de seu fim, que ocorre precisamente na altura em que um amontoado de leviandades, de faltas de dignidade, de desrespeito à luta do povo português pela sua libertação, vêm comprometer as relações luso-brasileiras, tão caras a Jaime Cortesão, minando a sua nunca desmentida confiança na democracia deste lado do Atlântico, e ferindo de morte o seu coração digno. (*Portugal Democrático*, n.º 40, 09/1960, p. 1 e 2)

Observe que Vítor Ramos ataca fortemente Salazar, citando suas “leviandades” e condenando a perseguição que este organizou contra Cortesão.

No texto “A República Morreu República Viva a República” (edição n.º 41, 10/1960, p. 1), Ramos reflete sobre os 34 anos do fim da república portuguesa e convida os antissalazaristas daquele momento a pensar sobre todo esse período e vislumbrar a construção de uma “nova república”.

“Carlos Maria de Araújo” (PD - n.º 65, 10/1962, p.2), um artigo de Vítor Ramos em homenagem ao poeta e jornalista português Carlos Maria de Araújo falecido naquele momento, ressalta a atuação deste que era considerado por Ramos um “intelectual engagé” junto ao *Portugal Democrático*.

Vítor Ramos participa dos debates sobre a organização da unidade oposicionista através do texto “Unidade e Organização”, no qual dá repercussão ao aniversário da república portuguesa e discorre sobre a construção da unidade oposicionista com os movimentos insurrecionais em Portugal, que estariam ficando mais fortes e organizados e, segundo ele, derrubariam o fascismo. Observe um fragmento:

Mas haverá razões, concretas e objetivas, para nos desanimarmos e exasperarmos? Recordemos primeiro, nesta data da República, o longo caminho percorrido, desde a manifestação do 5 de outubro, logo no após-guerra, junto do

monumento a Antônio José de Almeida, em que o entusiasmo e a coragem supriam a falta de organização, até os choques de rua verificados no ano passado em Lisboa e Porto, disciplinados e planejados, numa pré-configuração do movimento insurrecional que derrubará o fascismo. Não poderemos sem ingratidão e sem flagrante injustiça para com aqueles que sacrificaram a vida ou a liberdade, considerar inútil e infrutífero o trabalho lento e paciente que permitiu estruturar ações dessa envergadura. (*Portugal Democrático*, n.º. 76, 10/1963, p.8)

O autor continua o artigo com análises da situação mundial, da guerra fria, do processo de descolonização, etc., frisando que esta conjuntura, estaria bastante favorável para a derrubada do regime salazarista, conforme sugere o trecho abaixo:

Reconheçamos, além disso, que se o salazarismo tem sabido aproveitar as vicissitudes da situação internacional para manter flutuando o seu barco furado, e, usando métodos primários mais seguros para nos conservar divididos e enfraquecidos, é inegável que a conjuntura internacional, nos últimos tempos, voltou a apresentar um aspecto favorável a nossa ação. O desanuviamento do horizonte da guerra fria e o irreversível processo de descolonização, geraram condições em que o nosso trabalho se pode desenvolver com muito mais eficácia. Parece, portanto, que um exame lúcido da situação não nos colocará, forçosamente, em posição de desânimo. (*Portugal Democrático*, n.º. 76, 10/1963, p.8)

Ao mesmo tempo em que aponta a conjuntura favorável às movimentações insurrecionais, Ramos também alerta que é necessário ter muita calma com um certo clima de euforia que possa contagiar os militantes, a fim de evitar qualquer atitude prematura. O trecho abaixo ilustra essa posição:

Por outro lado, entretanto, é de conhecimento desta situação internacional favorável que, paradoxalmente, alguns de nós pretendem retirar elementos justificando a segunda posição de que se fala neste exame de consciência: a de exasperação. Em princípio, a impaciência daqueles que, aproveitando condições objectivas que consideram favoráveis, pretendem lançar-se já na luta final, é compreensível e respeitável. Quem define os que lutam desde sempre contra o salazarismo, não atravessou já uma fase semelhante? Só os adventícios (e os comodistas) não compreenderão esta vontade dos que se querem atirar ao combate direto, achando que a preparação da batalha já levou tempo demais.

Não será, entretanto, apressado e superficial esse conhecimento das chamadas condições objectivas que os leva a exigir, a todo o preço e para já, a luta que varrerá o regime? Pode a conjuntura internacional ser propícia, até certo ponto, aos nossos objetivos. A verdade, porém, é que ela não é o fator fundamental. E as notícias da frente interna, que é evidentemente onde tudo se decidirá, não são de molde a incitar-nos a falsas esperanças. Aqui, também, só os adventícios (e os irresponsáveis) recusarão reconhecer aquilo que a experiência largamente ensina: uma ofensiva prematura e mal estruturada não só está fadada ao insucesso imediato como poderá comprometer e adiar o golpe final. (*Portugal Democrático*, n.º. 76, 10/1963, p.8)

Por ser um texto escrito em 1963, explicita-se o debate sobre o encaminhamento das lutas antissalazaristas entre as correntes internas do movimento, um pouco divididas naquele momento.

Vítor Ramos publicou em sequência, nas edições n.º 92, 93, 94 e 96 do *Portugal Democrático*, durante o ano de 1965 (março, abril, maio e outubro), seus respectivos artigos “Problemas do Ensino I, II, III e IV” voltados para a valorização das manifestações estudantis que ocorriam em Portugal e para a denúncia ao regime de Salazar nas questões relativas à educação e a cultura. Observe alguns fragmentos desses artigos:

As últimas manifestações estudantis verificadas em Lisboa trouxeram para o primeiro plano da atualidade política um dos setores mais desprezados pelo regime de Salazar: o do ensino. Os movimentos dos estudantes têm recebido de Salazar, também, tradicionalmente apenas uma resposta: trata-se de manifestações de caráter político, que o governo não atenderá, a não ser com a força da repressão policial.

É evidente que as manifestações têm caráter político e só um governante cego e inepto como Salazar se admirará que assim seja: qualquer observador mediamente informado poderia prever que a Política, que Salazar um dia lançou violentamente pela porta fora, lhe entraria em casa no outro dia, também violentamente, pela janela. Que a política recomece a assumir a importância que na verdade lhe cabe na vida da nação é absolutamente normal: que ela tome a juventude como veículo, mais do que normal é salutar. (*Portugal Democrático* n.º. 92, 03/1965, p. 5 e 6)

Portanto, Ramos expressa sua empatia pelas mobilizações estudantis contra o regime salazarista, frisando o caráter repressor do Estado perante elas. Mais além, denuncia a precariedade das instituições de ensino em

Portugal, mostrando números concretos para legitimar seu raciocínio.
Observe:

Entretanto esse caráter das manifestações, normal e salutarmente político, não deve levar-nos a esquecer aquilo que diretamente se provoca: a situação angustiosa de todos os graus do ensino em Portugal. O índice de analfabetismo no nosso país (40% é vergonhoso, atendendo a que se trate de um país europeu) tem um caráter tão chocante que em geral os críticos do regime de Salazar não precisam utilizar mais do que esse elemento para mostrar o descalabro do sistema educacional do Estado Novo. É necessário, porém, ir mais longe, mostrando que a situação é igualmente chocante em todos os graus do ensino.

Observemos em primeiro lugar que das 160.000 crianças que se matriculam todos os anos na escola primária, 40.000 ficam pelo caminho, sem conseguir acabar esse ciclo: apenas 120.000 terminam a 4ª classe. A obrigatoriedade da instituição primária que é o mínimo exigível por qualquer país medianamente desenvolvido (recordemos que Portugal era ainda há pouco o país da Europa com menor escolaridade obrigatória: apenas 4 anos) não é portanto uma realidade entre nós para um quarto de nossas crianças.

(...) de 160.000 que entraram na escola primária apenas 40.000 podem aceder ao grau seguinte.

Quanto aos professores, e também só a título de exemplo, recordemos que enquanto em 1963 havia mais 20.371 estudantes do que em 1953, nesses mesmos dez anos o número de professores efetivos havia baixado em 57 unidades. As razões deste abandono da profissão docente devem procurar-se sobretudo na baixa remuneração dos professores. Após um curso de 6 ou 7 anos (4 ou 5 de Faculdade e 2 de estágio pedagógico) que a maioria só com grande sacrifício consegue fazer, o professor ingressa na carreira como agregado, com um vencimento de 3.333\$00 escudos por mês (cerca de 200.000 mil cruzeiros). A situação agrava-se ainda nos meses de verão em que nas chamadas férias grandes, é lançado compulsoriamente para o desemprego, pois o governo não lhe paga esse período em que “não trabalha”. Se esse mesmo professor, tendo-se distinguido no seu curso, tiver um convite para começar uma carreira universitária, essa distinção custar-lhe-á cara, pois entrará na Universidade, como segundo assistente ganhando ainda menos: 3.200\$00 escudos mensais, numa situação que se prolonga normalmente por muitos anos. (*Portugal Democrático* n.º. 92, 03/1965, p. 5 e 6)

As palavras acima expõem a situação dos professores em Portugal ao mesmo tempo em que a minúcia dos dados e a crítica do artigo testemunham a liberdade e a autonomia da política editorial do jornal

oposicionista publicado no Brasil, mas que circulava clandestinamente em Portugal.

Outros trechos do texto “O Diálogo Impossível – Problemas do Ensino (III)” (PD – n.º 94, 05/1965, p. 5), trazem os relatos do militante comunista acerca do “Congresso Nacional do Ensino Particular”, evento ocorrido em Portugal que convocava os professores para um diálogo com setores governistas portugueses, mas, segundo Ramos, o convite era para ouvirem um monólogo por parte do Estado sobre os problemas do ensino e suas mudanças. Para o articulista Ramos, o governo fascista, pressionado pelas manifestações, ensaiou uma possível reforma, mas o movimento não poderia se iludir com tal ação:

Forçado pela opinião pública a conceder algumas liberdades na apresentação de certas questões, como o ensino, que considera de menor importância e talvez de menos perigo para a sua sobrevivência o governo deixa que aparentemente as colunas dos jornais se abram à expressão do desagrado ou da crítica amena em relação a essas questões.

Não nos iludamos, porém: essas manifestações críticas que a leitura dos jornais nos revela não levaram até agora e cremos que não levarão ao diálogo que permitiria aclarar verdadeiramente situações e marchar para a solução de problemas. Para enquanto, trata-se apenas de um monólogo ou se quiserem de um diálogo de surdos. (*Portugal Democrático* n.º 94, 05/1965, p.5)

No final do artigo, Ramos complementa sinalizando que, além de manifestações estudantis bem organizadas, Portugal tinha também professores bem articulados, mas, de modo mais contundente, mostra que é impossível mudanças significativas em tal regime destrutivo:

Verifica-se pelo que acabamos de expor, que além dos estudantes cuja abnegação e espírito de sacrifício tantas vezes têm sido brutalmente postos à prova, existe em Portugal, nos três graus de ensino, um número apreciável de professores sobretudo jovens, interessados em renovar a estrutura, em fazer marchar a máquina emperrada. No entanto, se estes elementos sonham com o diálogo profícuo, fatos como o que relatamos vão se encarregando de os chamar à realidade. E cremos que não será abusivo concluir daqui que qualquer diálogo é impossível enquanto se mantiver de pé a estrutura de um regime que há quase quarenta anos vem sistematicamente

destruindo o sistema educacional português. (*Portugal Democrático* n.º 94, 05/1965, p. 5)

Esses mesmos artigos, que configuram um conjunto de textos sobre os temas da educação e da cultura em Portugal demonstram como Vítor Ramos era um interlocutor pontual e bem informado sobre a oposição em Portugal e inclusive começa a chamá-la para a ação mais direta.

O último texto dessa sequência de quatro, intitulado “Reforma Universitária – Problemas do Ensino (IV)”, (PD – n.º. 96, 10/1965, p. 7), no qual ele ataca o sistema educacional universitário português, Ramos questiona o fechado regime salazarista, afirmando que só haverá mudanças drásticas na educação portuguesa quando se modificar a forma de governo.

As várias informações desse conjunto de textos foram completadas com outras, como as da sua Conferência na PUC/SP, em setembro de 1968, que resultou no ensaio “Breve Análise da Repressão à Vida Intelectual em Portugal”, publicado na *Revista Paz & Terra* (Ano IV, n.º 10, Dez. 1969; p. 43-57), um número especial sobre os 43 anos de fascismo em Portugal.

A edição do *Portugal Democrático* n.º 134 (10, 11/1968, p.6) apresenta a transcrição da intervenção de Vítor Ramos nas Conferências da PUC. O antissalazarista e também professor da Universidade de São Paulo discorreu essencialmente sobre a repressão à vida intelectual no Portugal de Salazar. De acordo com ele

A cultura portuguesa em 1968 ainda tem que contar com um elemento que bate um triste recorde mundial: o da longevidade na coerção à expressão do pensamento. Estabelecida com o movimento militar de 1926, a censura à Imprensa e ao Livro, primeiramente responsável perante o Ministério do Interior, revestiu até 1933 o carácter de instituição excepcional. Em abril desse ano, o seu funcionamento foi regulado pelo decreto 22.469, que desde então rege, e que estabelece para a Comissão de Censura um regime de quase autonomia. É impossível deixar de estabelecer uma correlação entre a simultaneidade da sua estruturação e o movimento de consolidação do totalitarismo nazista, que em 1933 alcançou a sua maior vitória. (...) A sua acção, no entanto, nem por isso é menos nociva. As penalidades estabelecidas para quem ousar infringir as suas determinações são elevadíssimas e comportam, no mínimo, a suspensão ou o fechamento da publicação faltosa, independentemente da pena a aplicar ao

autor do artigo divulgado sem autorização. (*Portugal Democrático* n°. 134; 10, 11/1968, p.6)

Assim, Ramos descreve os abusos cometidos pela censura portuguesa, bem como as consequências àqueles que ousaram desafiar-la e explica porque a censura ser tão importante para o regime de Salazar. Segundo o crítico,

Mas a verdade é que os elementos mais lúcidos do salazarismo se encontram sempre perante o seguinte dilema: de um lado, verificam que o abafamento de toda a atividade intelectual lança na Oposição os melhores valores; por outro lado, porém eles vêem que o cerceamento da livre manifestação intelectual é indispensável à sobrevivência do regime. Eles sabem bem que, no dia em que for suprimida a censura ao jornal e a proibição da venda de certos livros nacionais e estrangeiros, o regime inexoravelmente cairá. (*Portugal Democrático* n°. 134; 10, 11/1968, p.6)

O último parágrafo dessa reportagem do *Portugal Democrático* sobre a conferência de Vítor Ramos aponta que sua fala foi inflamada e sintetizou também o problema das guerras coloniais:

A terminar, disse: “Os estudantes portugueses sabem que não haverá universidade livre em um país oprimido. Eles sabem que a ditadura que oprime os povos de Portugal, da Angola, da Guiné e de Moçambique é apenas símbolo de uma máquina a ser destruída. Eles sabem que a solução dos seus problemas passa pelo derrubamento da ditadura, e que o derrubamento desta passa pela insurreição armada. E sabem também que para virar a página da história da resistência em Portugal e dar lugar à história da ofensiva é preciso responder à violência reacionária com a violência revolucionária. Só o povo libertará o povo. Em Portugal como em qualquer outra parte do mundo!” (*Portugal Democrático* n°. 134; 10, 11/1968, p.6)

Este parágrafo explicita o Vítor Ramos revolucionário, quando aclama uma insurreição popular e armada para derrubar a ditadura de Portugal e as outras ditaduras “em qualquer outra parte do mundo”. O fato de um texto com esse teor circular num jornal produzido e distribuído no Brasil, num momento crítico como foi o de fins de 1968 em que houve o endurecimento da ditadura civil-militar brasileira e a instauração do AI-5, constitui uma raridade na história de Portugal e do Brasil naquele período.

Ruben de Carvalho, pesquisador da história do Partido Comunista Português, tendo investigado os programas e estatutos do PCP e as obras de Álvaro Cunhal, relata que o uso da força para derrubar o regime salazarista foi previsto a partir de 1964. De acordo com Carvalho, transcrevendo fragmentos da obra *Rumo à Vitória*, do líder comunista Álvaro Cunhal, as diretrizes do partido assim se esboçavam:

Para o derrubamento do fascismo e implantação de um regime democrático, considerava o PCP em 1964 que “o povo português há muito está convencido de que, para derrubar a ditadura fascista e instaurar a democracia, será necessário o recurso à força. Trata-se de uma conclusão geral e sobre a qual se não ouvem hoje vozes discordantes na Oposição.” (...) ..., o PCP defendeu que esse recurso à força deveria assumir as características de um “levantamento nacional”, “a insurreição popular, é a luta armada do povo e dos militares revolucionários, vencendo e destruindo o aparelho militar e repressivo fascista”. (CUNHAL, Álvaro *apud* CARVALHO, 1999, p.67)⁵²

Assim, considerada essa perspectiva de luta do partido, é possível perceber que Vítor Ramos não estava deslocado enquanto militante, pois igualmente conclama o povo à “violência revolucionária”.

No artigo “Anistia: a grande tarefa unitária” (PD – n.º 112, 11/1966, p. 2), Vítor Ramos discute as campanhas e o movimento pró-anistia e indica que essa luta começa a sair vitoriosa em alguns casos, mas alerta que ela precisa ser coletiva, conforme comprova o trecho seguinte:

A luta pela anistia aos presos políticos portugueses, que nos últimos anos tomou grande incremento. Vem conseguindo sucessivas vitórias. Premido pela força da opinião pública nacional e internacional, o Governo de Salazar tem sido forçado a libertar alguns dos mais destacados combatentes anti-fascistas. O último exemplo do valor da pressão democrática pela anistia foi a libertação de José Vitoriano. É necessário, portanto, que esta ação prossiga, até que seja posta em liberdade a última vítima do terror salazarista. Em Portugal, é animador constatar que forças de todas as correntes se unem nessa tarefa, que sendo simultaneamente humanitária e política constitui o trabalho unitário por excelência. (*Portugal Democrático* – n.º 112, 11/1966, p. 2)

⁵² CUNHAL, Álvaro. *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*. Edições “A Opinião”, Porto, Maio de 1975.

Uma notícia, intitulada “Vitor Ramos agraciado pelo governo francês”, também foi veiculada no *Portugal Democrático* (nº 132, 09/1968, p. 7). Tal matéria, acerca do trabalho de Vitor Ramos, informa que o militante antissalazarista recebeu um prêmio de distinção do Governo Francês por seu trabalho de difusão da cultura francesa. A nota ressalta o fato de Ramos ser um combatente direto ao regime fascista português. Observe:

Não foram apenas os representantes da Universidade de São Paulo e da colônia francesa que prestigiaram a cerimônia, comparecendo na Alliance Française. Achavam-se ali representantes dos democratas portugueses, orgulhosos com a distinção concedida a Vitor Ramos, pois vêem nele não apenas o professor universitário, mas uma das mais destacadas personalidades da oposição anti-fascista portuguesa no Brasil.

No final de 1969, encontra-se outra nota sobre a nova diáspora de Vitor Ramos, agora para os Estados Unidos. A notícia não menciona, porém, como se sabe, foi a intensificação da ditadura brasileira que obrigou muitos intelectuais como Ramos a exilarem-se em outros países. A matéria “Vitor Ramos vai para os Estados Unidos” destaca a contribuição dele para o jornal e para as causas democráticas de Portugal. Observe a transcrição desta notícia na íntegra:

Convidado pela Universidade da Califórnia (Davis), para ali reger um curso de licenciatura francesa, ausentou-se temporariamente para os Estados Unidos o nosso companheiro de Redação Vitor Ramos.

Dias antes da partida, em jantar de despedida, foi salientado o facto de Vitor Ramos ter sido um dos fundadores do “Portugal Democrático” há já 13 anos, e ter mantido uma constância invulgar na ajuda prestada tanto ao nosso jornal como às actividades daqueles que aspiram a um Portugal democrático.

A perda temporária da valiosa colaboração de Vitor Ramos para o nosso jornal representa um sério prejuízo. Entretanto, o prestígio que ele irá conquistar para o nosso país nos meios universitários norte-americanos, constitui uma grande ajuda à causa da democracia em Portugal. (*Portugal Democrático*, n.º 146, 12/1969, p. 6)

O artigo “Fé no destino de Portugal”, publicado por Vitor Ramos na edição n.º 163 (11/1971, p. 2) do jornal oposicionista, marca o seu retorno

ao Brasil depois de um ano e meio de exílio nos EUA. Este texto avalia o período Caetanista (Marcelo Caetano) e discute a possibilidade de um novo Portugal sem Salazar, mas reconhece que o país não sofreu mudanças na política de governo. Ramos fala até num crescimento do número de combatentes mandados para as Guerras na África com a liderança de Marcelo Caetano. Segundo Ramos:

A República portuguesa cedeu pois a passo não a outra República liberal, não aos velhos monárquicos que ela derrubara 16 anos antes, mas a uma composição de forças em que o elemento fascista dominava. E quando, 2 anos depois, Salazar é chamado ao poder, do fascismo italiano, ele copiara tudo, desde a estrutura econômica corporativa até as camisas das milícias juvenis ou adultas.

É portanto um regime deste tipo que, desde então, passa a dominar o país, assente numa organização policial térrea, numa total ausência de liberdade de expressão, na sufocação de qualquer esquema político, na organização de um sindicalismo vertical em que o sindicato é mais um órgão estatal de que uma representante de classe.

Com a queda de Salazar da cadeira de balanço em que gozava o repouso merecido por ter reduzido o país a esta brilhante situação, houve quem esperasse uma modificação no panorama.

Infelizmente, estas esperanças depressa foram desmentidas. As estatísticas das Nações Unidas para 1970 ainda não chegaram as minhas mãos, mas estou certo de que num ano esta situação não se modificou. (...) Por outro lado, num setor estou certo que o sucessor de Salazar desempenhou bem o seu papel: o número de homens em guerra na África aumentou para 150.000, que tantos são os portugueses combatendo nas três frentes de Angola, Moçambique, e Guiné. Este aumento, como é lógico, não deve ter contribuído para melhorar a trágica situação que apontamos nos outros aspectos.

(...)

O que mudou portanto em Portugal, após a morte de Salazar? Nada mudou, ou se quiserem, mudou o estilo de governo: o ditador provinciano, de bota de elástico, com o retrato de Mussolini em cima da mesa de trabalho, mas ao mesmo tempo com medo do contato físico com as multidões (que o ditador italiano não tinha); o guarda livros aplicado e medíocre, que dirigia Portugal como quem dirige uma pequena casa de comércio, o homem que para manter o mito da moeda forte arrastou o povo português ao nível de pobreza que já vimos e que, mantendo Portugal sob uma ditadura férrea foi entregando o país aos grandes interesses econômicos nacionais e internacionais, esse homem foi substituído por outro, mais novo, que sabe falar uma ou duas línguas estrangeiras, que é capaz de apresentar na televisão, que se veste num alfaiate melhor, que é mais mundano, que já viajou

no estrangeiro mais longe do que até Valladolid, que percebe que uma lei de Imprensa que força todos os jornais a trazer o dístico Visado pela Comissão de Censura é anacrônico e agressiva e que portanto a substitui por outra forças, de auto-censura, muito mais eficiente para ele; que percebe que a designação PIDE já adquirira uma conotação pejorativa e que a substitui pela de DGS mais neutra, mas mantendo grosso modo a mesma organização e os mesmos quadros. (*Portugal Democrático*, n.º 163, de 11/1971, p. 2)

Observe que neste artigo Ramos intensifica suas críticas ao regime e, sem meias palavras, classifica-o como fascista, apresentando os elementos que sustentam essa denominação.

Em meados de 1972, após o falecimento de Adolfo Casais Monteiro, Vítor Ramos assinou o artigo “Casais Monteiro – Ao companheiro, ao amigo”, no qual presta homenagens à memória do companheiro de luta, ressaltando a militância política de Casais contra o fascismo português e destacando seu trabalho como uma grande contribuição para a cultura portuguesa. Segundo alguns fragmentos desse artigo:

Com a morte de Casais Monteiro desaparece um companheiro e amigo que ao longo de muitos anos de ininterrupta fidelidade no combate ao fascismo português, sempre esteve do lado certo da barricada. (...) A sua participação na vida intelectual brasileira contribuiu como a de ninguém mais na sua geração, para a dignificação da cultura portuguesa neste país. (*Portugal Democrático*, n.º 171, 08/1972, p. 1 e 3)

Naquela que constitui a última publicação assinada de Vítor Ramos para o *Portugal Democrático*, há o artigo “Vítor Ramos analisa a conjuntura (Intervenção do 05 de outubro)” (PD - n.º 181, 10/1973, p. 2), que problematiza a situação econômica de Portugal, as liberalizações caetanistas e “o problema colonial”. Abaixo, os fragmentos do artigo permitem explicitar a discussão sobre estes elementos:

(...)

Este ano as comemorações da República coincidem com a campanha para as próximas eleições e esta apresenta problemas particulares, em relação aos quais pareceu interessante falar, mais interessante do que discorrer propriamente sobre a data que estamos comemorando. Julgo que se pode afirmar – e o que vou dizer vai tentar confirmar esta afirmação – que nunca uma campanha eleitoral, desde

1920, encontrou o governo em posição tão desfavorável. Esta posição pode ser analisada sob três aspectos; 1: O problema colonial; 2: a situação econômica; 3: a luta de Portugal para restabelecimento das liberdades fundamentais.

(...)

O problema colonial é não apenas mais importante, mas também o mais premente, pois coloca o governo português, no plano interno como no externo em situação extremamente difícil. Situação difícil para começar devido às vitórias, obtidas no terreno da guerra pelas forças que lutam pela independência, na Guiné, em Angola e em Moçambique.

(...)

E isto porque, admitindo, por absurdo, que os 150.000 jovens portugueses, sacrificados à cegueira dos governantes de Lisboa, conseguissem deter o ímpeto dos povos africanos que desejavam a independência, a vitória de Caetano seria a mais pírrônica das vitórias de Pirro, o mais ilusório dos triunfos. Os setores chave da economia de Angola, Moçambique e Guiné já não se acham nas mãos de portugueses, mas sim nas de companhias multinacionais dominadas sobretudo por americanos alemães. As guerras coloniais no fim das contas, travam-se, por pessoa imposta, entre os povos africanos e os interesses dessas companhias, que utilizam o Exército português como arma de defesa da exploração desses territórios. E Portugal mantém a guerra mais sem sentido da História, apenas para defesa destes interesses, camuflados atrás de uma noção de Imperialismo que é, pelo menos, totalmente anacrônica. Tentar prosseguir, como faz Marcelo Caetano quase no último quartel do séc. XX uma das mais sinistras formas de exploração do homem pelo homem, que é o colonialismo, mostra que os dirigentes portugueses não possuem o mínimo sentido da realidade histórica. (...) Aconteceu assim, no plano diplomático, com a proclamação recente da Independência da Guiné, ainda não discutida na ONU, mas já reconhecida, até agora, por 12 países. Esta proclamação da Independência, as repercussões internacionais que vai provocar, constituem o maior golpe desfechado este ano contra o governo Marcelo Caetano e bem merecem ser apontadas aqui como um ponto decisivo para o futuro da luta de Portugal, o Portugal europeu, pela sua independência, pela sua libertação, pois Portugal enquanto não resolver o problema colonial não poderá ser considerado um povo livre.

Perante esta situação o exército colonialista português é levado ao desespero, primeiro passo para o crime, para a chacina, utilizando do napalm, lancha-chamas contra populações camponesas totalmente desprovidas de defesa. (...)

Chegado a este ponto, o governo de Caetano nada mais podia esperar do que aquilo que está realmente acontecendo: um isolamento quase total no plano internacional, uma reação, cada vez mais marcada, no plano nacional.

É este último aspecto que hoje, na data do 5 de outubro, em pleno período eleitoral, nos interessa acentuar. Com efeito, em Portugal, a luta contra o colonialismo alastra as camadas cada vez maiores, atinge setores que antes não haviam tomado

consciência da gravidade do problema no plano interno. A pressa com que alguns pseudo-liberais do caetanismo procuram apagar as provas do seu furioso colonialismo de ontem, mostra que o caminho para a solução política do problema pode estar em breve desimpedido. Falta ver se esta solução ainda será possível e se a face hedionda do colonialismo caetano-salazarista não afastou para muito longe, ou talvez para sempre, uma colaboração, uma amizade entre o verdadeiro Portugal, libertado e redimido, e uma verdadeira Angola, um verdadeiro Moçambique e uma verdadeira Guiné.

(...)

O segundo ponto a que devo referir-me, diz respeito à situação econômica. Esta alias, como é fácil prever, relaciona-se diretamente com o que acabo de dizer: O surto inflacionário, que nos últimos tempos se verifica em Portugal, tem como causa primeira a guerra nas colônias. Reconhecendo embora que a inflação é hoje um fenômeno mundial, cabe acentuar entretanto que em Portugal ela assume proporções aflitivas, sobretudo nos setores que mais atingem os desfavorecidos da sorte, isto é, a alimentação, o aluguel, e os transportes. (...) Como se verifica atualmente, esta solução revelou-se contrária aos propósitos do governo português: as remessas dos emigrantes estão contribuindo afinal para acelerar a marcha galopante do processo inflacionário. Outrotanto acontece, com as mesmas esperanças e os mesmos resultados, com o aumento do turismo em Portugal que, de mirífico Eldorado se transformou num dos maiores elementos da irresistível subida de preços. Talvez estes dois fenômenos sejam um fator de enriquecimento do Estado. Mas do que não resta dúvida é que eles são um fator de pauperização do país.

Ligada também a guerra colonial, agrava-se a situação dos assalariados, cujas conquistas sindicais dos últimos anos, fruto inegável de um trabalho lento e paciente, vem sendo atacadas e diminuídas por uma política de congelamento de salários, por exigências de alta produtividade, que provocam aumento do desemprego, e até pela concorrência de trabalhadores negros e caboverdanos, importados em massa, numa manobra que atinge ao mesmo tempo duas frentes: a colonial, pela retirada de eventuais combatentes nacionalistas e a econômica, pela competição no mercado de trabalho do verdadeiro Portugal, de uma mão de obra mais barata:

A concentração da riqueza do país num número cada vez mais reduzido de empresas é um aspecto do fenômeno que não se deve negligenciar e que contribui sem sombra de dúvida, para que a economia portuguesa, sufocada a um ponto incrível no tempo de Salazar, se acha hoje, paradoxalmente, quase no mesmo tempo pagando o alto custo da inflação. (...)

Os efeitos da guerra em África e a catastrófica situação econômica influem diretamente no terceiro ponto: a luta pelo restabelecimento das liberdades essenciais em Portugal. Na verdade uma aparente liberalização do regime tem conseguido enganar observadores menos prevenidos. Os jornais portugueses, de um provincianismo doloroso há alguns anos, apresentam hoje um aspecto mais “europeu”. As casas

editoras mantêm uma linha editorial impensável no tempo de Salazar. Tais fatos, entretanto, significam apenas que a política do governo caetanista neste sentido, compreendendo que o ranço do período salazarista não podia durar, resolveu aliviar a tensão nalguns setores, sem contudo ceder o que for de decisivo no capítulo de uma verdadeira liberalização. (...) O aumento de repressão, que atinge camadas, como a Igreja, nunca ou raras vezes tocadas no tempo de Salazar, o aparecimento, com pleno beneplácito do Governo, de grupos de choque dos Antigos Combatentes do Ulmilitar que se encarrega, tal como nos primeiros tempos do fascismo italiano e do nazismo, na Alemanha, das tarefas mais sujas em que o governo não quer entrar diretamente, a proibição de entrada em Portugal do Prof. Ruy Luis Gomes, quando já se encontrava no Aeroporto de Lisboa, a repressão das manifestações que se surgiram ao Congresso de Aveiro, a prisão na semana passada, em plena campanha eleitoral de alguns candidatos, quando trabalhavam nas suas candidaturas, um deles, num comício de Sintra, apenas porque apontou, como eu estou fazendo aqui, as guerras de África como elemento mais importante na avaliação da situação nacional, a prisão de muitos trabalhadores de Cabo Verde atraídos à Metrópole com promessas de trabalho e levados ao desespero pelo desemprego que os atingiu em terra alheia, a instalação em algumas Faculdades dos chamados “gorilas” encarregados de perturbar e lançar a confusão que permitirá a posterior dissolução das reuniões legais das Associações estudantis, tudo isto mostra, se fosse necessário mostrar, que liberalização foi uma promessa totalmente não cumprida e que hoje, como Salazar, os portugueses não dispõem do uso dos direitos mais elementares.

(...) Cabe aos democratas utilizar este período fazendo com que o preço pago pelo governo português ao farisaísmo seja o mais alto possível, aproveitando este período para conquistar o maior número de posições no caminho da liberdade.

(...) Os sinais de falta de fôlego do caetanismo são evidentes: uma guerra em três frentes, uma situação econômica difícil, um isolamento internacional cada vez maior, um crescente repúdio interno. Com menos do que isso em 5 de outubro de 1910 implantou-se a velha república. Dentro das novas condições será esperar muito pensar para breve na instauração em Portugal da Nova República?

Vítor Ramos é preciso quando afirma que os interesses do grande capital são o único objetivo da Guerra Colonial, afirmando que o governo e o exército português serviriam de instrumentos para defender a exploração colonial de companhias multinacionais. Assim Vítor Ramos sustenta uma perspectiva de “luta de classes”, observada também nos artigos de Sena e Casais para o jornal oposicionista.

2.4. A presença de Jorge de Sena no *Portugal Democrático*

Jorge de Sena se considerava uma “pessoa politicamente envolvida e sempre independente”. (SENA, 1977, p.11) Como já foi visto, participou incisivamente do grupo organizador da tentativa de revolução “Conspiração da Sé” e sua esposa, Mécia de Sena, informa numa entrevista ao *Diário de Notícias* de Lisboa (1981) que, caso a revolução que planejavam ocorresse em março de 1959, Sena estava relacionado para ser o Ministro das Obras Públicas do novo governo. Mécia continua afirmando que seu esposo foi “homem de confiança de ligação interpartidária” e que naquele momento recebeu membros do PCP em sua casa, onde ocorreram muitas reuniões políticas do partido. (SANTOS, 1997, p.234)

Sena foi um homem de formação filosófico-marxista, tendo assumido declaradamente tal posição em seus textos. (SENA, 1977, p.15 e p.20) Entretanto, Dulce Ramos, viúva de Vítor Ramos e próxima da família Sena e dos demais companheiros de luta antissalazarista, afirma no seu depoimento que talvez ele nunca tenha sido um comunista de fato, pois, de acordo com ela, Sena “era um liberal, homem de esquerda que queria o socialismo, mas não tinha nada a ver com o esquema...”⁵³

De fato, Jorge de Sena era um militante socialista e pela democracia, mas não alimentava ilusões sobre ela. No prefácio de 1977, para a segunda edição de *Poesia I*, escreveu:

Mas, politicamente, sou contra qualquer espécie de ditadura (quer das maiorias, quer de minorias), e em favor da democracia representativa. Não tenho quaisquer ilusões acerca desta – pode ser uma máscara para o mais impiedoso dos imperialismos. Mas isso também o podem ser outros sistemas. Sou a favor da paz e do entendimento entre as nações, e espero que o socialismo prevalecerá em toda parte, mantendo todas as liberdades e a democracia representativa. (SENA, 1977, p.20)

Sena também admirava muito o Capitão João Sarmento Pimentel. Segundo Antonio Candido, Pimentel “foi uma espécie de decano da oposição

⁵³ Depoimento de Dulce Ramos em Abr/2003, anexado em apêndice na dissertação de mestrado RAMOS, 2004.

portuguesa em São Paulo. Jorge de Sena me falava dele porque o admirava como homem e intelectual. (...) ... era um dos esteios do jornal *Portugal Democrático*". (CANDIDO, 2002, p.20)

Sena escreveu o prefácio do livro *Memórias do Capitão* (1962), em Araraquara e dedicou 7 páginas de exaltação a essa obra de caráter autobiográfico e memorialístico, na qual aponta que Sarmiento Pimentel é singular ao saber “transformar em arte a história de que participou.” O compara a Camões, que “punha o dedo na chaga de nossa civilização...”, e afirma que a obra de Pimentel é “uma lição de coragem”. Criticando igualmente o salazarismo, Sena coloca que Pimentel “contraria a tradição de mediocridade de nossos homens públicos” que, segundo ele, não saberiam rememorar-se numa visão de sua pátria que demonstrasse o quanto são inferiores aos papéis que os chamaram a desempenhar. Sena enaltece repetidamente a profundidade do livro de Pimentel e o tem como “uma das raras obras da literatura portuguesa”. O prefaciador ressalta também que *Memórias do Capitão* constitui um documento histórico e uma das melhores descrições da Revolução do 05 de Outubro de 1910. (PIMENTEL, 1962, p.11-17)

Neste prefácio Sena explicita a questão do exílio presente na obra de Pimentel e mostra que tal tema merece uma atenção especial. De acordo com ele, as páginas de *Memórias* “são também as traições da política, quando ela era mais nobre, os horrores da guerra, quando ela era mais individual, as agruras do exílio, quando ele era mais cavalheiresco.” (Idem, p.15) Portanto, Jorge de Sena manifesta a difícil realidade do exílio, falando sobre o mais antigo dos exilados, Sarmiento Pimentel, liberal republicano que abrigou e auxiliou muitos exilados portugueses no Brasil.

Quanto à presença de Jorge de Sena no *Portugal Democrático*, encontramos treze (13) publicações assinadas pelo autor, entre os anos de 1959 e 1962. Na sequência observa-se a relação dos artigos de Sena para o jornal oposicionista e a respectiva explanação de seus conteúdos.

- 1) Desta vergonha de existir ouvindo... (Poesia), 10/1959, p. 5.
- 2) Uma ditadura de Juristas, nº. 35, 04/1960, p. 1 e 2.

- 3) O Infante Dom Henrique, n°.39, 08/1960, p. 3.
- 4) A Comunidade de Estados Portugueses, n°. 39, 08/1960, p.5-6.
- 5) Jaime Cortesão, o historiador, n°. 41, 10/1960, p. 3.
- 6) Mensagem de Jorge de Sena (Nas comemorações do 05 de Outubro), n°. 42, 11/1960, p. 3.
- 7) A Organização da Democracia Portuguesa, n°. 47, 04/1961, p. 8.
- 8) Política Externa Portuguesa, n°. 48, 05/1961, p. 7.
- 9) As Esquerdas, n°. 49, 06/1961, p. 3.
- 10) Uma denúncia! A política internacional de Salazar, n°. 58, 03/1962, p. 8. (Publicado posteriormente no livro organizado *Salazar visto do Brasil – 1962*, p.104-109)
- 11) O Pânico, n°. 62, 07/1962, p. 4.
- 12) Salazar e os Estados Unidos, n°. 63, 08/1962, p. 4.
- 13) A Unidade, n°. 65, 10/1962, p. 2.

O artigo “Uma ditadura de Juristas”, publicada na edição n° 35 (04/1960, p.1 e 2) é um texto que expõe toda a história da ditadura salazarista com ênfase no cinismo do regime, na intensa criação de leis e códigos e na participação decisiva das oligarquias financeiras na orquestração do regime. Sena, além de discutir os significados da Guerra Civil Espanhola para o salazarismo, observando que o Portugal de Salazar colaborou para a ascensão de Franco, também debate o significado do final da 2ª Guerra Mundial para Portugal que, segundo ele, abalou o regime, mas não o derrubou, concluindo que a repressão continuava implacável. Menciona ainda a fraude nas eleições em que Delgado venceu e indica que nenhuma corrente escapava da violência do regime, sugerindo ainda que Salazar jogava com a conjuntura de Guerra Fria.

No texto “O Infante Dom Henrique”, publicado na edição n°. 39 (Agosto de 1960), Sena reconstrói a trajetória desse personagem da história portuguesa, cuja morte completava 500 anos naquele momento, e enfatiza que sua memória não pertence ao Portugal de Salazar, mas ao Portugal democrático e das lutas liberais. Entretanto não deixa de mencionar que “cabe aos banqueiros colonialistas de Salazar comemorar o quinto

centenário da morte do homem que lhes abriu as portas da escravatura africana.”

Nas páginas 5 e 6 dessa mesma edição do *Portugal Democrático*, Sena publicou o texto “A comunidade de Estados Portugueses”, que discute a política externa portuguesa no geral e é dirigido à oposição democrática, que tem se confinado e se deixado confinar, quando “opta pelo silêncio – não exerce sua consciência democrática ao eximirem-se, em nome de uma unidade tática...” Para ele, não bastaria só acabar o regime, eliminando a censura e a opressão como queriam alguns criticados setores da oposição. Sena critica o discurso sobre a unidade dos territórios portugueses e a idéia de que Timor é tão Portugal como o Ribatejo. Para ele isso “seria uma coisa bonita e comovente, para sonhar acordado, entretanto trata-se de um hediondo disfarce de uma mentalidade colonialista.” Denuncia que Portugal não poderia arcar com “uma guerra da Argélia”, repetida em Angola, e nem com a ocupação indefinida da Índia portuguesa ou a Guiné. Sugere que o Exército deveria garantir, dentro de uma estrutura totalmente democrática, a formação urgente da “Comunidade dos Estados Portugueses”, sobre a qual elabora doze pontos que ainda poderiam ser reestruturados progressiva e democraticamente. Aqui se percebe que Sena ataca os setores oposicionistas ligados ao capitão Henrique Galvão, que lutava contra o salazarismo, porém mantinha aceso o projeto colonialista.

Na edição nº 42, (Novembro de 1960), nas páginas referentes às comemorações do 05 de outubro daquele ano, em São Paulo, uma pequena nota chamada “Mensagem de Jorge de Sena”, na qual ele, não estando presente, reconhece a importância deste evento para a República Portuguesa que naquele ano completava 50 anos.

O artigo “Organização da Democracia Portuguesa”, publicado em Abril de 1961, na página 08 do jornal, é um comentário sobre a repercussão de seu artigo anterior. Sena explica que nesse artigo expunha, sobretudo, uma orgânica que garantisse e defendesse o estabelecimento e o fortalecimento da Democracia Portuguesa. Adverte que não quer o regime atual nem um liberalismo inconsequente e indefeso que abra as portas ao retorno da violência e do autoritarismo, mas é necessária muita cautela para não fazer

funcionar uma estrutura democrática com elementos do salazarismo e implementar novamente uma pseudo-democracia.

No texto “Política Externa Portuguesa” (PD – nº 48, 05/1961, p.7), Sena descreve criticamente algumas características da política de relações internacionais de Salazar, a qual o autor caracteriza por: a) manter a aliança com a Espanha; b) associar-se com as potências colonialistas africanas; c) explorar o sentimentalismo do Brasil (que garantia a opção ou neutralidade benevolente da América Latina); d) anticomunismo feroz de origem fascista; e) integração no circuito hegemônico dos Estados Unidos e f) suspeição em relação a todos os novos Estados Afro-Asiáticos. Acrescenta ainda que a política externa portuguesa apresentava um desejo recalcado de fascismo e comenta o “apoio e a complacência dos presidentes Kubitschek e Eisenhower que acabaram com suas carreiras políticas fotografando-se ao lado do velho ditador português.” Na continuação deste texto, Sena se reporta algumas discussões da Assembléia Geral da ONU e sugere a proposta de que “a oposição pode, para uma política liberal e democrática, recuperar a solidariedade latino-americana.” Também elabora uma espécie de proposta diplomática e ecumênica, sugerindo que a oposição poderia apoiar-se na América Latina e na Comunidade Britânica, uma saída conciliadora contando com mediação da ONU e da Inglaterra. Preocupado com a guerra colonial portuguesa que se iniciava na África, Sena faz uma advertência aos Comendadores no Brasil para se manifestarem sobre este problema: “o sangue de brancos e negros vai cair irremediavelmente na cabeça de todos nós. Antes que seja tarde é preciso dizer basta. E é preciso fazê-lo por um imperativo de patriotismo e da dignidade de um povo.”

No texto “As Esquerdas”, publicado no *Portugal Democrático* (nº 49, 06/1961, p. 03), Sena faz uma intervenção nos debates sobre a unidade da oposição e, em tom conciliatório e esclarecedor sobre o termo esquerda, dirige-se aos vários setores que a compunham, ou seja, os socialistas, os liberais, os monárquicos e os católicos. Sena inicia o texto problematizando: “Afim, o que são essas ‘esquerdas’ que tem de organizar-se e unir-se, de proporem-se a tudo, de arcarem com tudo, sob pena de serem responsáveis por tudo o que os outros fizerem? Quando se fala tanto em esquerda (...)

impõe-se uma dúvida, que se comece por definir o ‘esquerdismo’. Em alguns fragmentos desse artigo, observa-se que,

... o pior inimigo de qualquer esquerda que se preze foi sempre o oportunismo (no mais elevado sentido da palavra, note-se). Porque o oportunismo, tentando com as possibilidades de realizar algumas reformas, a amarrou sempre aos compromissos da direita. (...) A verdadeira esquerda implica que os monárquicos reconheçam que não é possível por causa a legitimidade do regime republicano, (...) que numa comunidade de Estados se reconheça iniludivelmente o direito dos povos à autodeterminação, sem reservas de qualquer espécie. (...) que os católicos aceitem que o Estado é e não pode deixar de ser laico, (...) Implica que todos, sob pena de traírem suas convicções básicas da democracia, reconheçam que esta não tem o direito de constranger ou suprimir o exercício de qualquer das liberdades à qualquer cidadão, independente do seu partidário político. (...) Implica que os socialistas reconheçam que se não for possível a instauração de um Estado socialista, isso não os obriga a aderirem a um reformismo mitigado, ... (...) Implica que os liberais aceitem que a reconstrução político-econômica de um país subdesenvolvido, admitindo mesmo o auxílio financeiro externo em larga escala (e que esse auxílio não se condicionaria a sujeições políticas), não é possível em regime de total liberalismo econômico, mesmo com as nuances doutrinárias de um Keynes ou de um Ehrard. (...) Falar em “esquerdas”, sem que tudo isso fique previamente bem claro, sem que se postule uma intensiva reeducação política, sem que se exija a total despolitização das Forças Armadas (garantia contra golpes de duvidoso “esquerdismo”...) sem que haja um comprometimento firme quanto à eliminação (de uma vida política ativa) daqueles elementos que foram os serventuários dedicados ou cobardemente complacentes de uma “ordem” mantida sem complacência alguma, falar assim de “esquerdas” é o mesmo que falar de uma coisa que não existe. (*Portugal Democrático*, n.º. 49, 06/1961, p.3)

Portanto, Sena esboça um plano de ação e organização para as esquerdas da oposição portuguesa, apresentando diretamente uma crítica a todos os setores ligados a ela. Pelas características provocativas do artigo, transparece um Jorge de Sena independente e preocupado com os rumos da organização oposicionista.

O artigo “Uma denúncia! A política internacional de Salazar” (PD – n.º. 58, 05/1962, p.8) é um longo texto que discute essencialmente a política de relações internacionais de Portugal, abrindo para a exposição da conjuntura internacional mais ampla. Entre alguns pontos tratados por Jorge de Sena,

destaca-se a afirmação de que a Guerra Civil Espanhola teria se apoiado em Portugal e também que a vitória de Franco teria favorecido Salazar no convencimento da opinião pública portuguesa contra os comunistas. A denúncia propriamente dita, anunciada no título, gira em torno do fato de Sena apontar que Salazar joga politicamente com a Inglaterra e com os Estados Unidos, para poder manter seus interesses coloniais. Jorge reflete e exalta o movimento de independência de Angola e a invasão de Goa pela União Indiana, ambos episódios que abalaram e derrotaram o poder português nesses territórios – ocorrências que, segundo o autor, já eram previsíveis. Para ele, as manobras de Salazar em suas relações internacionais conseguiam o silêncio das grandes potências sobre a guerra em defesa dos territórios portugueses da África.

O artigo “O Pânico”, (PD – nº 62, 07/1962, p.4), constitui uma resposta a um outro artigo, intitulado “Quer ou não o Estado Novo defender-se e defender-nos?”, publicado num pasquim de Lisboa chamado *Agora*. Nele, Sena provoca o que seria a oposição velada de Portugal e inicia afirmando que: “Nas horas de aflição, os pasquins são muito mais significativos que a imprensa controlada. Esta continua a exibir um otimismo oficial de um regime condenado pela vida nacional e pela opinião pública;...” Sena reverbera o artigo supra citado, afirmando que o mesmo apresenta um tom de pânico, pois trata da crise portuguesa que começava a se expandir naquele momento, especialmente com a evasão de capitais portugueses. Entretanto o antissalazarista está ironicamente criticando o artigo, pois questiona: “então só agora tudo o que os opositoristas denunciaram nos últimos 30 anos passa a ser verdade reconhecida pelo pasquim português?” Sena pretende esclarecer a ocorrência de se poder publicar em Portugal tal manifestação, concluindo que isso significaria a manutenção no regime de uma “conivência calculista com a Oposição, a fachada férrea estalando por todas as juntas.” Isto é, Sena denuncia a farsa da oposição em Portugal, afirmando sobre o autor do referido artigo, cujo nome ele não cita, que “ninguém irá matá-lo. Apenas será aposentado com o cargo de ‘escarrador público’...”

Na edição nº 63 (08/1962, p.4), Sena publica um artigo intitulado “Salazar e os Estados Unidos”, no qual comenta um fato político daquele momento: a visita do “Secretário de Estado norte-americano Dean Rusk (Que em português significa Deão Pão Doce)” a Lisboa para uma entrevista com Salazar. Acrescenta que as agências noticiosas são sempre muito discretas sobre tais assuntos e que essa visita foi antecedida por um grande empréstimo dos banqueiros americanos ao governo de Salazar, a fim de manter seus tubarões monopolistas e a guerra colonial na África. De acordo com Sena, o secretário estadunidense viria selar o plano diplomático dos Açores, pois as bases dessa ilha têm enorme valor político para os Estados Unidos e também interessam aos monopólios internacionais que apoiavam Salazar. Ao tratar esse episódio Jorge de Sena analisa a conjuntura mundial, afirmando que toda a Europa estava apresentando um quadro próximo de convulsões e assim contribuía para as movimentações dos Estados Unidos, que, naquele momento de Guerra Fria, andavam temerosos de uma esquerdização da Península Ibérica. Portanto, segundo Sena, não poderiam relaxar sua influência na península e que “o comprometimento deles com Salazar e Franco é tão grande, que nenhum governo mais ou menos democrático poderá reconhecer-lhes as mesmas vantagens monopolistas de que hoje desfrutam.” Nesse texto, explicitamente dirigido contra a hegemonia dos Estados Unidos e também impregnado de antissalazarismo e anticolonialismo, o autor discorre sobre as condições imperialistas dos Estados Unidos em torno do empréstimo concedido a Salazar, entre elas “a renovação do contrato de arrendamento dos Açores.” O fragmento do artigo a seguir deixa evidente a crítica irônica e o espírito de resistência de Sena frente a toda aquela situação.

(...) De modo que, com lágrimas de emoção pela sorte das populações escravizadas (que o Departamento de Estado fará todo o possível para aliviar com remessas abundantes de latas de leite condensado), os Estados Unidos se viram obrigados a ceder, para preservar aqueles baluartes cuja integridade é a própria imagem da civilização que está em jogo.... Assim, do mesmo passo e em perfeita e lógica sincronia, se prestigia um regime cuja modificação pode acarretar o aborrecimento de

tratar-se com um povo soberano, se avisa o mundo de que os Açores e etc. são patrimônio da “civilização ocidental”, antes de o serem de seus habitantes e se arranja um álibi para o esfriamento dos entusiasmos anticolonialistas, esfriamento esse que havia de chegar e chegou, para concretizar-se melhor o processo de congelação a que está sendo submetida toda a África.

Do aspecto geral desse artigo de Sena, bem como da passagem acima, inicialmente fica evidente a ácida e irônica crítica sobre as relações de apoio dos Estados Unidos a Portugal e depois a denúncia de que a guerra fria estava tentando esfriar (com muito fogo) os ânimos anticolonialistas da África. Ironiza, sobretudo, quando trata das latas de leite condensado dos Estados Unidos para aliviar as populações africanas. Entretanto, na continuação do texto o autor afirma que a guerra colonial dos portugueses estaria fadada à derrota, porque, segundo ele: “Angola e Moçambique, será a curto prazo a derrocada deles.”

No último artigo de Sena no *Portugal Democrático* (nº. 65, 10/1962, p.2), intitulado “A Unidade”, o articulista, num tom muito amargo, problematiza as suspeições e desconfiças que vinham ocorrendo entre as correntes oposicionistas no processo de construção de uma unidade e, após esse artigo, se afasta do jornal oposicionista.

Os apontamentos a respeito dos textos acima mostram que Jorge de Sena é um intelectual orgânico desse processo, que trabalha no sentido de organizar a luta antissalazarista, demonstrando uma inclinação política liberal e socialista, cujos textos propõem a temperança em todos os setores, para obter êxito no processo de construção da unidade democrática da oposição portuguesa, um terreno difícil naquele momento, com as polarizações em torno de Humberto Delgado e Henrique Galvão.

2.5. A intervenção de Casais Monteiro no *Portugal Democrático*.

Como observado no primeiro capítulo, Casais, assim como Vítor Ramos, começou a se engajar politicamente desde muito jovem. Data de 1930 a atividade política de Casais no movimento *Renovação Democrática*, grupo orientado pelas teses anarquistas de Leonardo Coimbra, professor de

Casais na época. O grupo *Renovação Democrática* – antecedido por outro grupo efêmero, o *Ação Republicana*, de 1926 – surgiu em 1932 e foi extinto em 1935 e teve uma história atribulada e obscura, constituindo-se nesse período como um grupo de oposição ao Estado Novo. (LEONE, 2005, p.09 & LEONE, Carlos In: MONTEIRO, 2007, p.25-26)

Os estudiosos da obra do poeta e crítico português apontam que, “com o tempo, Casais afastar-se-á do fundo anarquista e da influência de Leonardo Coimbra.” (LEONE, Carlos In: MONTEIRO, 2007, p.27) Um desses conhecedores da vida e da obra dele, o pesquisador Carlos Leone, em 2005, num livro de bolso e introdutório sobre o crítico, afirma que em Portugal e depois no período de exílio foi nítido que Casais “nunca foi comunista nem, sequer, marxista.” (LEONE, 2005, p.10) Entretanto, o próprio Carlos Leone, dois anos depois, no prefácio de *O País do Absurdo*, volume das “Obras Completas de Casais Monteiro”, editado em Portugal, faz uma revisão e volta atrás, reconhecendo que Casais foi “o mais próximo de um ideário marxista de entre os directores da *Presença*”, ou ainda que, nos textos reunidos na referida obra, cuja maioria foi produzida no exílio, “Casais surge em plena reflexão teórica a caminho da Esquerda que hoje diríamos pós-materialista, entusiasmado com a renovação do pensamento marxista do final da década de 1960.” Frisa que nos textos de *O País do Absurdo* – organizado pelo filho de Casais, João Paulo Monteiro e publicado pela primeira vez em 1974 –, o “autor encontra-se dedicado ao marxismo”. (LEONE, Carlos In: MONTEIRO, 2007, p.12, 19 e 20)

Leone, biógrafo e analista que trabalha no processo de reedição dos textos de Casais – junto com outros, como João Rui de Sousa e José-Augusto França –, destaca amplamente a influência marxista do crítico exilado, lembrando que essa marca está presente nos textos reunidos no volume inédito *Melancolia do Progresso*, lançado somente em 2003. Cabe ressaltar também que, nos textos de Casais para o *Portugal Democrático*, não há qualquer tipo de manifestação contra o comunismo, pelo contrário, ele critica o anticomunismo presente entre os opositoristas no Brasil.

Comparado com Jorge Sena e Vítor Ramos, Adolfo Casais Monteiro é o autor que mais publicou artigos assinados no *Portugal Democrático*. Numa

pesquisa sistemática da coleção de 205 edições do jornal oposicionista encontramos 34 referências diretas a Monteiro, a maioria de artigos publicados entre os anos de 1956 a 1962. Segue abaixo a relação numerada dos artigos de Casais e das reportagens e entrevistas diretamente ligadas a ele, publicadas no jornal *Portugal Democrático*:

- 1) Notas Culturais sobre Casais Monteiro, 11/1956, p. 7.
- 2) Confronto de idéias, 02/1957, p. 7.
- 3) Intervenções na Atividade Cultural, 05/1957, p. 3 e 7. (Transcrito de *O Estado de S. Paulo*)
- 4) A Farsa da Ordem, 06 e 07/1957, p. 11.
- 5) Fernando Lopes Graça, 08 e 09/1958, p. 2. (Transcrito de *O Estado de S. Paulo*)
- 6) Integração e Isolamento, nº 18, 11/1958, p. 4. (Transcrito de *O Estado de S. Paulo*)
- 7) O Despertar da Igreja em Portugal, nº 18, 11/1958, p. 3. (Transcrito de *O Estado de S. Paulo*)
- 8) A Inocente “ANI”, 01/1959, p. 3.
- 9) Jaime Cortesão: o heroísmo sem alarde, 01/1959, p. 8. (Transcrito de *O Estado de S. Paulo*)
- 10) Salazaristas Teleguiados, nº 21, 02/1959, p. 4.
- 11) O confortável Mito, nº 22, 03/1959, p. 5. (Transcrito de *O Estado de S. Paulo*)
- 12) Um defensor do Sr. Salazar, nº 23, 04/1959, p. 8. (Transcrito de *O Diário de Notícias*)
- 13) “Quando os lobos uivam”, nº 24, 05/1959, p. 3. (Transcrito de *O Estado de S. Paulo*)
- 14) União pela liberdade, 07/1959, p. 5. (Posteriormente reunido no livro organizado *Salazar visto do Brasil -1962*)
- 15) O Colóquio e a Comunidade, 09/1959, p. 4.
- 16) Casais Monteiro diz porque há oposição no Brasil a ditadura portuguesa (entrevista), 09/1959.
- 17) Duas Mentalidades, nº. 29, 10/1959, p. 1.

- 18) O “SNI” e os artistas portugueses, n.º. 31, 12/1959, p. 6. (Transcrito de *O Estado de S. Paulo*)
- 19) Pela Anistia, n.º.33 02/1960, p.7.
- 20) Salazar, um mito para mediocres, n.º. 34, 03/1960, p. 1.
- 21) Retificação Necessária, n.º. 38, 07/1960, p. 7 e 8.
- 22) Um tratado contra a democracia, n.º. 38, 07/1960, p. 3.
- 23) Moral e Política, n.º. 40, 09/1960, p. 3.
- 24) Herói e Sábio, n.º.41, 10/1960, p.3.
- 25) O problema colonial, n.º. 44, 01/1961, p. 1 e 10.
- 26) As vésperas da derrocada, n.º 46, 03/1961, p. 7.
- 27) Os tiranos não tem pátria, n.º 48, 05/1961, p. 3.
- 28) Negado passaporte a Monteiro, n.º 48, 05/1961, p.8.
- 29) As soluções do Capitão Henrique Galvão para o Problema Colonial, n.º 50, 07/1961, p. 2.
- 30) Unidade: como e com quem?, n.º 53, 10/1961, p. 8.
- 31) Os inimigos da unidade desmascaram-se, n.º 54, 11/1961, p. 7.
- 32) Os assassinos no poder, n.º 55, 12/1961, p. 8.
- 33) Goa e a demagogia patrioteira, n.º 57, 02/1962, p. 8.
- 34) Casais Monteiro – ao companheiro, ao amigo, n.º 171, 08/1972, p.1 e 3.
(Texto de Vítor Ramos em homenagem a morte de Monteiro)

Da relação acima, com exceção das referências números 1), 16), 28) e 34) – que configuram uma entrevista concedida e três notas sobre Casais –, as demais indicações são essencialmente artigos políticos, nos quais os problemas mais presentes são a crítica ao regime fascista de Portugal e a conjuntura internacional dos anos 1950/1960 em relação ao salazarismo. Ressalte-se ainda que alguns desses textos foram publicados também no jornal *O Estado de S. Paulo* e 26 artigos foram recolhidos postumamente no livro *O País do Absurdo* (1ª ed., Editora República, Lisboa: 1974) cuja edição que logo se esgotou, sendo relançada somente em 2007.⁵⁴ Além dos textos do jornal oposicionista, esta obra traz outros artigos de Casais publicados na imprensa brasileira, também marcados pelo teor político de esquerda, como,

⁵⁴ Imprensa Nacional – Casa da Moeda (INCM), Lisboa.

por exemplo, os ensaios: “Os atrevidos lacaios de Salazar”, “Teatro e Censura”, “A universalização do marxismo” e “Uma teologia nacionalista”, entre outros. (MONTEIRO, 2007)

A seguir, é apresentado o conteúdo objetivo de algumas das notas sobre Casais, publicadas no *Portugal Democrático* (PD) e uma síntese dos artigos com eventuais citações dos mesmos. O método de exposição escolhido, de cada texto e em ordem cronológica de publicação – aplicado igualmente aos textos de Sena e Ramos para o jornal oposicionista –, pode ser considerado cansativo e repetitivo, porém possibilita o acompanhamento passo a passo da oposição antissalazarista no Brasil, nos anos de 1956 a 1962, percorrendo o contexto e os processos históricos do salazarismo e de sua oposição, bem como permite observar explicitamente as posições políticas desses três intelectuais.

Nas “Notas Culturais” (PD – 11/1956, p.7) um pequeno texto informa sobre um artigo de Casais Monteiro contra “a famigerada mostra dos Trinta Anos” da cultura portuguesa do Estado Novo, realizada em Portugal, no qual ele se indignava com “a anexação dos maiores valores intelectuais portugueses pelo salazarismo”.⁵⁵

No artigo “Confronto de Idéias” (PD – 02/1957, p.7), Casais Monteiro discute a proposta colocada por Eduardo Lourenço sobre a realização de um Congresso entre os escritores portugueses para debater a situação cultural em Portugal. Entretanto, Monteiro não acredita que tal evento poderia ocorrer na conjuntura do Estado Novo português, pois um “confronto de idéias” com os escritores ligados ao regime parecia inviável para ele. (MONTEIRO, 2007, p.213-216)

Em “Intervenções na Actividade Cultural” (PD – 05/1957, p. 3 e 7), artigo também publicado no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, o autor repercute a proibição pela PIDE de uma palestra de Antonio José Saraiva para a Academia de Coimbra. Casais Monteiro destaca trechos de uma carta que Saraiva enviou ao Ministro do Interior e ao *Portugal Democrático* para denunciar a censura e, em seguida, debate o conteúdo da

⁵⁵ Referencia provável ao artigo “O SNI e os artistas portugueses”, tratado mais a frente.

carta e aproveita para destilar sua crítica à censura da polícia política concernente a qualquer tipo de manifestação cultural. (MONTEIRO, 2007, p.209-212)

O texto “A Farsa da Ordem” (PD – 06 e 07/1957, p.11) é dirigido essencialmente àqueles portugueses defensores do regime de Salazar, que se explicam, segundo Monteiro, somente pela defesa da “ordem”, assim o crítico procura desconstruir esse conceito dentro da estrutura do Estado Novo, afirmando que esse argumento fundado na “ordem” “não possuía o menor conteúdo real” e considera que a “ordem” do regime salazarista é “a ausência de opinião”. (Idem, p.45-46)

O artigo intitulado “Fernando Lopes Graça” – transcrito de *O Estado de S. Paulo* e publicado na edição n.º. 16 de Agosto/Setembro de 1958 – trata da visita ao Brasil deste que, segundo Casais, era a “mais notável figura da música portuguesa contemporânea”, vindo a convite do Ministério da Educação, para fazer conferências no Rio, em São Paulo e Belo Horizonte. O autor argumenta que a imprensa brasileira não deu o devido valor a esse fato e também que o musicólogo e compositor Lopes Graça “tem merecido dos poderes públicos de Portugal, em vez do reconhecimento, as mais diversas formas de perseguição.” Casais repete, mais de uma vez nesse artigo, que Lopes Graça, também um escritor de primeira ordem, nunca foi “persona grata” ao regime salazarista e que por isso tem sofrido muitas perseguições.

A 6ª. aparição direta de Casais Monteiro no *Portugal Democrático* foi o artigo “Integração e Isolamento” (edição 11/1958, p.4), também publicado no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*⁵⁶, em outubro daquele ano. Tal texto refletia sobre a falta de unidade nacional no que se refere à intelectualidade em Portugal e denuncia o individualismo do intelectual português, indicando que, devido às tendências retrógradas e isoladas das elites intelectuais portuguesas, era muito difícil a integração da massa na

⁵⁶ Os ensaios “Integração e Isolamento” e “Intervenções na Actividade Cultural” também foram reunidos na obra: GONÇALVES, M.M.T., AQUINO, Z.M.T., BELLODI, Z.M. (ORGS.) *Artigos de Adolfo Casais Monteiro publicados no Suplemento Literário de “O Estado de São Paulo”. Cadernos de Teoria e Crítica Literária*, n.º. 12 (especial); 2 vols., Unesp: Campus de Araraquara/SP, 1983. (Edição Mimeografada).

cultura. Casais questiona o imobilismo e o insularismo cultural que constituiria também um provincianismo característico da cultura portuguesa e ainda afirma que a conjuntura salazarista garantia a permanência dessas características.

No artigo “O Despertar da Igreja em Portugal” (PD – 11/1958, p.3), publicado também em *O Estado de S. Paulo*, Casais reflete acerca do caso da carta do bispo do Porto dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros criticando o regime autoritário. O poeta concorda com as denúncias de Dom Antonio Ferreira Gomes, mas, na maior parte do texto, também cobra uma autocrítica da igreja católica na instauração e manutenção do regime de Salazar. (Idem, p.49-52)

Em “A Inocente ANI” (PD - 01/1959, p.3), Casais Monteiro critica duramente e com muita ironia dois fascistas: Dutra Faria e Barradas de Oliveira. O articulista discute a passagem do primeiro pelo Brasil e a entrevista concedida por ele para *O Globo*. Este homem, que Casais acusa de pertencer ao aparelho de censura, seria ligado à uma agência de imprensa de Lisboa responsável pelo repasse de notícias ao Brasil, porém o crítico indica que Dutra Faria e a ANI (Agência Nacional de Informação), não são tão inocentes e ingênuos como a entrevista quer transparecer. Dutra e a ANI seriam o mesmo que o SNI (Secretariado Nacional de Informação) e os demais tentáculos do regime salazarista. (MONTEIRO, 2007, p.59-62)

Já no texto “Jaime Cortesão: o heroísmo sem alarde” (PD – 01/1959, p.8), iniciado com críticas à censura e às mentiras do regime, observa-se uma espécie de saudosa homenagem de Casais a Jaime Cortesão, conhecido dele desde que tinha 17 anos, época já marcada por um contexto de luta. No aspecto geral, o artigo de Monteiro reflete o episódio da prisão de Jaime Cortesão, aos 74 anos de idade, em Portugal, após retornar do seu exílio no Brasil. Casais o tem como um herói e louva a atitude do historiador português em retornar ao país “sem prestar vassalagens ao ditador”. (Idem, p.301-304)

Casais publicou, em fevereiro de 1959 (PD, p.4), o artigo “Salazaristas Teleguiados”, no qual anuncia, em tom de esclarecimento, que é necessário explicitar o que ocorre realmente em Portugal, pois este aspecto, para ele,

ainda era obscuro para a opinião pública brasileira e portuguesa, principalmente para os portugueses salazaristas do Brasil. Também problematiza a manipulação das notícias vindas de Portugal que só difundiam o falso, enfatizando que a pobreza do país continuava e informando que toda a ditadura alimenta o objetivo de entregar o país nas mãos do grande capital. (Idem, p.141-144)

No artigo, também publicado em *O Estado de S. Paulo*, “O Confortável Mito” (PD – 03/1959, p.5) o autor critica o “confortável mito” em torno da figura de Salazar criado pelos portugueses no Brasil, que agora se encontrariam incomodados com o crescimento do prestígio e com a vinda ao Brasil do general Humberto Delgado, o oposicionista que passava a ocupar o exílio brasileiro. Segundo Casais, essas opiniões estão “em certo jornal salazarista do Rio de Janeiro”, acrescentando que os adeptos do ditador no Brasil não podem alegar ignorância do regime português. Assim, o autor elabora um ataque irônico ao silêncio dos portugueses e aos jornais pagos pelo regime, para “embalar a ilusão de Portugal estar livre dos partidos e para sempre livre de opinião.” (MONTEIRO, 2007, p.133-136)

Em “Um defensor do Sr. Salazar”, publicado no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro (26/03/1959) e depois no *Portugal Democrático* (04/1959, p.8), Casais Monteiro critica duramente o empresário do jornalismo Assis Chateaubriand e o seu respectivo artigo “Pouca Roupa”, publicado em *O Jornal* (12/03/1959), no qual este contesta a concessão de asilo político oferecida a Humberto Delgado pelo embaixador brasileiro Álvaro Lins. As denúncias de Casais, que não poupam nem mesmo os brasileiros “ilustres” que apoiavam o salazarismo, acusam Assis Chateaubriand de ser um defensor da ditadura portuguesa, afirmando que seu texto “parece ter saído dos próprios gabinetes em que se elaboram os comunicados oficiais portugueses, famosos pela arte de suprimir fatos e trocar sinais com a máxima desfaçatez.” (Idem, p.157-160)

“Quando os Lobos Uivam” (PD – 05/1959, p.3) constitui um artigo de repercussão do livro de Aquilino Ribeiro, que tem exatamente este título. Também publicado em *O Estado de S. Paulo* de 19/04/1955, o texto enaltece o lançamento dessa obra, de cujo autor, tinha-se “a impressão de que ele

continuava ‘fechado’ no mundo que acabara com o advento da ditadura”, reconhece que essa iniciativa literária de Ribeiro “foi a mais grata surpresa” naquele momento, porque, de acordo com o crítico:

... o novo romance de Aquilino é, sem favor, a melhor expressão até hoje surgida no romance do drama criado, independentemente dos conflitos de ordem política, pela imposição do salazarismo às comunidades rurais. É um romance que, pela verdade das situações, se torna um tremendo libelo. É um panfleto, de ser tão verídico. (...) O que está em acusação no romance de Aquilino não é apenas o sistema judiciário do Estado Novo. O que surge à vista é a total indiferença do regime perante as necessidades mais elementares dos serranos; depois de os ter deixado entregues à sua sorte sem escolas, sem obras sociais de qualquer espécie, só dá conta da sua existência para os aniquilar, para lhes tirar além da sua liberdade de serranos, o quase nada que a montanha ainda lhes dava. (*Portugal Democrático*, 05/1959, p.3)

Além dessas observações, Casais afirma com ironia que o “Estado Novo fez de Aquilino um ‘romancista social’, e não vai decerto tardar a chamar-lhe, se não chamou já, perigoso comunista...”

No artigo “União pela liberdade” (PD – 07/1959, p. 5), posteriormente foi reunido num livro intitulado *Salazar visto do Brasil* (1962), o militante Casais Monteiro convoca os jornalistas e escritores portugueses a não deixar dúvidas sobre a luta que se trava em Portugal, “que não é de uma facção contra a outra, mas de um povo inteiro contra uma oligarquia”. O autor, entusiasmado com as manifestações de oposição que crescem em Portugal naquele momento, critica a falsidade da propaganda salazarista sobre a situação econômica positiva, afirmando que o país continua muito pobre. Aponta ainda o “medo” como o principal suporte da ditadura e acrescenta que o povo português foi cobaia das experiências econômicas de Salazar. Esse artigo também está reunido em *O País do Absurdo*, entretanto apresenta diferenças, sobretudo da metade para o final do artigo. (MONTEIRO, 2007, p.71-74)

Uma entrevista concedida a Carlos d’Alge – e publicada em 19/07/1959 no jornal *O Estado*, o mais importante diário de Fortaleza (Ceará) – foi convertida em notas e publicada também na edição de

Setembro/1959 do *Portugal Democrático*, sob o título “Casais diz porque há oposição no Brasil à ditadura portuguesa”. As notas tratam basicamente da biografia de Casais Monteiro e destacam as palavras do crítico português sobre os intelectuais opositores ao regime e sobre a fraude nas eleições em que Humberto Delgado saiu vitorioso, indicando a importância deste episódio e da pessoa de Delgado para o movimento de oposição mais geral.

Também nessa mesma edição, na p.4, o artigo “O Colóquio e a Comunidade” configura um texto irônico referente ao “Colóquio Luso-Brasileiro” – evento ocorrido na Bahia meses antes que possibilitou a vinda de Jorge de Sena para o Brasil. Aqui, Casais informa que o evento contou com a presença de intelectuais oficiais do regime salazarista, pra quem ele dirigiu as críticas desse seu artigo. Monteiro não via a possibilidade de intercâmbio cultural entre uma ditadura e uma democracia e questiona a indiferença desses professores portugueses que silenciaram a respeito das demissões e perseguições de seus colegas. Entre algumas das palavras duras de Casais sobre isso, destaca-se a seguinte frase: “Esse alheamento político que julga poder justificar essa atitude chama-se covardia.” (MONTEIRO, 2007, p.145-147)

Sobre a repercussão do colóquio realizado em Salvador em 1959, na edição de outubro do mesmo ano (PD, p.1) Casais Monteiro publicou outro artigo, intitulado “Duas Mentalidades”, no qual se dedica exclusivamente à presença no evento de uma destacada figura política do salazarismo, Marcelo Caetano, segundo ele “o apontado sucessor de Salazar”, afirmação que se concretizaria mais tarde. Monteiro conta que Caetano enfrentou protestos brasileiros e que ele e seus asseclas ficaram desgostosos nessa passagem por aqui, pois, como o autor ironicamente acrescenta, talvez esse desgosto fosse pelo fato de verem tantos portugueses livres, publicando na imprensa brasileira. Casais desfere ataques ao regime salazarista, cuja base ele dizia ser o silêncio, pois naquele país “discutir é o crime”. Critica ainda “a mentalidade oficial salazarista”, empenhada em obscurecer qualquer questão. Dirige-se à delegação oficial portuguesa que acompanha Caetano chamando-a de “burocratas da cultura”. Casais ressalta que as personalidades altamente representativas da cultura portuguesa que

estiveram no Colóquio, não vieram pelas mãos do Estado Novo, mas convidados pela Universidade da Bahia, entre elas, apesar de não citado por ele, estaria também Jorge de Sena. (Idem, p.149-152)

Num artigo anteriormente publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, intitulado “O SNI e os Artistas Portugueses” (PD – n°. 31, 12/1959, p.6), Casais contextualiza que o final da 2^a. Guerra Mundial renovou a coragem do povo português e dá ênfase à manifestação de independência dos artistas portugueses que, naquele momento, faziam organizada oposição ao SNI e às antigas perspectivas de Antônio Ferro, ou a divisão de controle cultural, uma das frentes mais vitoriosas do regime salazarista. Monteiro elabora ampla discussão sobre “as bienais de arte portuguesas” e denuncia as fachadas de sua organização, destacando o fato de os artistas portugueses estarem se recusando a tomar parte desta.⁵⁷ Casais finaliza este artigo relatando sua própria situação, cujos artigos estariam proibidos em Portugal, afirmando que seu nome estava sendo perseguido e, de modo provocativo, conclui:

O ódio ao ‘nome’ é um princípio comum aos fascismos peninsulares. Ainda me lembro de que uma das primeiras “medidas” tomadas pelo franquismo, foi ... barrar a tinta preta o nome dos eruditos não-fascistas que prefaciavam os volumes da famosa coleção erudita “Clasicos Castellanos”. O prefácio, as notas, etc., lá estavam – mas desaparecia o nome. Boa idéia: vou ser autor anônimo, em Portugal, ou pseudônimo! Pois se o mal está apenas no nome! (MONTEIRO, 2007, p.240)

O primeiro artigo de Casais publicado no *Portugal Democrático* no ano de 1960 foi “Pela Anistia”(02/1960, p.75-78) e parece ser um texto escrito antes da realização da “1^a. Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos e Exilados Políticos”, ocorrida em fins de janeiro de 1960. Casais escreve sobre os propósitos gerais desse encontro, que segundo ele deveria exigir o fim do sofrimento de espanhóis e portugueses. O autor ainda critica

⁵⁷ O artigo “Retificação Necessária” publicado no *Portugal Democrático* n°. 38 de 07/1960, p.7-8, versa essencialmente sobre esse texto “O SNI e os artistas portugueses”, no qual o autor coloca que não foi muito bem sucedido neste artigo, uma vez que, mal informado, teria classificado injustamente alguns artistas portugueses : Lurdes Castro, Rene Bértholo e Eduardo Luiz, como sendo colaboradores do SNI e do regime. Casais conta que se utilizou de informação de segunda mão e por isso cometeu tal equívoco, que estaria então a fazer a “retificação necessária” para reparar seu erro e se desculpar com os artistas.

o anticomunismo presente naqueles tempos, inclusive em nações democráticas como os EUA e igualmente na península, assegurando que “essa conversa do anticomunismo serviria principalmente para encobrir as mais indignas perseguições.” Casais se dirige aos críticos da “Conferência de Anistia”, afirmando que nela não se vai defender uma ideologia contra a outra, mas defender os direitos humanos essenciais e também exalta o fato de a democracia brasileira poder mostrar ao mundo esse grande movimento de solidariedade que é a conferência. (MONTEIRO, 2007, p.75-78)

Na 20ª aparição direta de Adolfo Casais no jornal oposicionista editado em São Paulo (PD – 03/1960, p.1-2), ele publica o longo texto “Salazar, um mito para mediócras”. Neste, faz uma síntese histórica do regime português, tratando de vários pontos apresentados nos textos acima e no início deste capítulo. Num estilo áspero, Casais ataca Salazar, que segundo ele, surgiu em 1926 como uma “encarnação do ideal absolutista português de 1820”, relatando que o mesmo “nunca foi capaz de resolver qualquer problema, limitando-se a eliminá-lo” e faz essas afirmações para desconstruir o pseudo-êxito de Salazar com as finanças. Finaliza o artigo com a denúncia de que “as forças que apóiam o regime são aquelas forças que nunca apareceram na cena política, mas estiveram sempre por trás, se beneficiando do corporativismo, ou seja, o alto capital e a finança internacional.” (Idem, p.95-101)

Em “Um tratado contra a democracia” (PD – 07/1960, p.3), Casais Monteiro discute as maléficas consequências decorrentes da possível efetivação do “Tratado de Amizade e Consulta” entre Brasil e Portugal, fazendo dos dois países uma comunidade política, pois não vê este fato com bons olhos e teme que lentamente ocorra uma infiltração fascista nesse país democrático concluindo que esse tratado seria uma ameaça à liberdade democrática dos portugueses no Brasil. (Idem, p.153-155)

No artigo “Moral e Política” (PD – 09/1960, p.3) publicado na mesma página do jornal oposicionista em que figurou a publicação do poema inédito de Fernando Pessoa, intitulado “Salazar”, Adolfo Monteiro debate as questões do comunismo e do anticomunismo em meio às lutas antifascistas portuguesas. Segundo o autor, o comunismo, desde fins dos anos 1920,

nunca foi para ele e outros jovens liberais, visto como um inimigo. Destaca que a Guerra de Espanha foi um marco para a formação política de seu tempo. Casais reconhece o problema do estalinismo, porém não concorda com o anticomunismo, moda a qual muitos falsos opositoristas aderiram. Ressalta ainda que nesses anos de luta antissalazarista a “unidade de ação (não ideológica)” se deu em momentos como na vitória roubada de Humberto Delgado nas eleições de 1958. Monteiro conclui o artigo afirmando que: “Sob o anticomunismo, está na mesma a reacção.” (MONTEIRO, 2007, p.83-86)

Em outubro de 1960, Casais Monteiro publicou o artigo “Herói e Sábio”, na página 03 do *Portugal Democrático*, no qual dá repercussão à morte de Jaime Cortesão. O texto exalta a personalidade deste como “o poeta e soldado, exilado em Espanha e Brasil”, fato que, segundo Monteiro, enriqueceu a visão humanista desse homem. O articulista ainda apresenta e enaltece os trabalhos historiográficos que Cortesão elaborou sobre o Brasil no período de exílio vivido aqui e lembra que o Brasil prestigiou Jaime Cortesão durante as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo, o que teria também constrangido Salazar. (Idem, p.305-308)

No texto “O Problema Colonial” (PD – 01/1961, p.1 e 10) o crítico literário antissalazarista discute essencialmente o problema das Colônias da África, relatando portanto o contexto imediato em que se inicia a guerra de Salazar contra aos movimentos africanos de libertação. Explicita a posição dos democratas portugueses, que reconhecem o direito dos povos a serem nação, e denuncia o desastre que configura tal guerra que, segundo ele, irá desencadear o ódio consciente das populações escravizadas e isso seria o presente que a ditadura vai deixar a Portugal. (Idem, p.117-119)

Naquela que é a 26^a intervenção de Monteiro para o *Portugal Democrático* (nº 46 de 03/1961, p.7), o crítico propõe uma avaliação, ou um balanço dos 34 anos de ditadura em Portugal, num artigo intitulado “Nas vésperas da derrocada”. Na primeira parte do texto, o autor destila muitos argumentos contra o salazarismo, recuperando os 34 anos de história do regime e procurando enfatizar o aspecto de tirania que ele apresenta. Casais afirmava que além dos métodos policiais, da censura, das perseguições, do arbítrio e autoritarismo, Salazar também empobreceu o povo. Na segunda

parte, assegura que já ocorria a diminuição do número dos que mantinham esperanças acerca do regime salazarista, acrescentando que até os Estados Unidos começavam lentamente a rever suas posições sobre Salazar. Segundo Casais Monteiro, as mudanças que ocorriam no mundo sinalizavam para o fim da era dos ditadores e que “o sistema colonial” e “as seculares sujeições” começavam “a desabar por todos os lados”. Com isso, reafirma que a questão colonial passa a ser um elemento central para os destinos de Portugal, colocando que: “A liberdade das colónias portuguesas será a liberdade dos portugueses.” (MONTEIRO, 2007, p.103-108)

Como em artigos anteriores, no texto “Os tiranos não têm pátria” (PD – 05/1961, p.3), observa-se a mesma acidez contra Salazar, sendo que nesse artigo Casais o chama de tirano e o compara a Hitler, especialmente no que se refere à guerra colonial que o ditador português empreendia. Casais acusa Salazar, considerado por ele como “um dos últimos vestígios do fascismo”, de se dirigir ao povo português na mesma linguagem que as tropas de ocupação emitem aos cidadãos dum país estrangeiro, ressaltando assim que essa linguagem da violência não tem pátria. (Idem, p.109-111)

No artigo “As soluções do Capitão Henrique Galvão para o Problema Colonial” (PD – 07/1961, p.2), Adolfo Monteiro dá repercussão a um artigo de Henrique Galvão publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* e enfatiza os aspectos contraditórios desta liderança oposicionista, que sobre as colônias portuguesas na África dizia “ser adepto da autodeterminação, mas a considerava inviável.” Crítica duramente as idéias de Galvão que argumentava a favor do colonialismo por considerar que se tratava de “povos em minoridade política”. Assim, Casais denuncia com ironia a mentalidade colonialista de Henrique Galvão que, dessa forma, caía na mesma atitude dos ditadores. (Idem, p.121-123)

O artigo “Unidade: como e com quem?” (PD – 10/1961, p.8) constitui a interferência de Casais Monteiro nos debates internos sobre a construção da unidade entre os vários segmentos de oposicionistas, intensificados no *Portugal Democrático* naquele momento. Casais entende que a unidade deve se estabelecer num ponto, segundo ele, mais importante: o anticolonialismo. Para o escritor, se a unidade não se formasse em torno desse princípio ela

seria fictícia, e com isso ele adverte que para dar a condição de luta legítima aos democratas portugueses contra a ditadura era necessário incorporar a luta dos povos africanos. (Idem, p.169-171)

Este artigo sobre a unidade não cita Henrique Galvão, mas estaria dirigido a ele e ao seu grupo, também ligado por uma perspectiva colonialista. Tal afirmação advém do fato de Casais ter publicado na edição seguinte (11/1961, p.7), outro artigo sobre esse mesmo tema, intitulado “Os inimigos da democracia desmascaram-se”, que voltava a tratar do problema da unidade entre os opositoristas, afirmando ser esta “uma luta incansável contra os sucessivos assaltos do divisionismo.” Casais dirigia-se aos que ele denominava “herdeiros do tristemente famoso Mc Carthy, que vêm ‘comunistas’ por toda a parte.” Segundo o articulista, o anticomunismo entre os opositoristas colaboraria para a permanência da ditadura em Portugal. Conta ainda que, depois de Delgado e Galvão se exilarem no Brasil, parte dos opositoristas se aglutinaram em torno deles e, dessa forma, também se instrumentalizaram no personalismo, voltando a criticar Henrique Galvão por ser o que mais se alimentava desse personalismo, por ser também anticomunista e por ambicionar posturas ditatoriais, apontando que Galvão seria assim um desses inimigos da unidade. (MONTEIRO, 2007, p.177-180)

Em “Assassinos no Poder” (PD – 12/1961, p.8), o escritor militante destaca o aumento, em todo o mundo, da solidariedade aos presos políticos e exilados de Portugal e Espanha, advertindo que essa é uma luta maior, contra o fascismo de modo geral e que, portanto, se tratava de uma luta de todos os povos, que deveria ser reclamada pelos movimentos de anistia. Casais Monteiro revela que o “terrorismo oficial” implementado por Salazar em Portugal e nas colônias não era denunciado pelas agências telegráficas, segundo o autor, ligadas ao governo. Assim, Monteiro afirma que este seria o papel das Conferências de Anistia, ou seja, esclarecer a todos sobre o assassino que estava no poder em Portugal. O escritor ainda argumenta que o mundo seria conivente desse assassinato na medida em que não arrancava a máscara dele e conclui taxando o governo português de “quadrilha”. (Idem, p.113-115)

Na 33^a. e última aparição de Casais Monteiro no *Portugal Democrático*, (nº 57, 02/1962, p.8), encontra-se o seu artigo “Goa e a demagogia patrioteira”, no qual discute a notícia sobre a libertação de Goa (na Índia) do domínio português. O autor comenta sobre a teimosia de Salazar e sua consciência policialesca, que fingira querer negociar com os indianos. Para Casais a libertação indicava que o mito que Salazar criou para o uso interno em Portugal já passava a se tornar anacrônico no aspecto externo. No texto também sobram críticas a imprensa brasileira pró-salazarista, quando Monteiro afirma que “o jornal mais salazarista do mundo, não se publica em Portugal, mas no Brasil, *O Globo*,” jornal que, segundo o autor, tentava defender o colonialismo. (Idem, 2007, p.125-127)

A tese de que esses três professores exilados foram “intelectuais orgânicos” contrários à hegemonia do regime salazarista encontra nas páginas do *Portugal Democrático* a sua máxima expressão. Os textos de Casais, Sena e Ramos estão envoltos por ataques ao colonialismo e ao regime salazarista como um todo e pela oposição aos projetos hegemônicos das grandes potências, como os Estados Unidos, em forma de denúncia dos interesses imperialistas que esse país mantinha com Portugal.

O próximo capítulo tratará da outra face contrahegemônica desses autores, através da análise do teor marxista dos seus ensaios de crítica literária.

3. Os ensaios de Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos: Crítica Literária e marxismo.

O aprofundamento da leitura dos ensaios de crítica literária dos três autores exilados, feito neste capítulo, procurará mostrar como eles estavam ligados às principais linhas teóricas do período. Boa parte de suas obras do início dos anos 1960 dialogam com a tradição marxista, sobretudo com Lukács e Gramsci – dos quais é possível dizer que foram difusores no Brasil – e é provável que essa característica tenha se aprofundado no período em que eles estavam no Brasil, pois aqui tinham a liberdade negada em Portugal.

Antes de percorrer os textos e ressaltar a presença do marxismo especificamente nas obras de crítica literária dos autores em questão, é interessante tratar do contexto mais geral da difusão dos marxistas aqui, bem como do conceito de realismo em Lukács. Na sequência, as três partes relativas a cada autor apresentam e cotejam algumas de suas ideias com os citados referenciais marxistas e também de outros da história e da sociologia, que tratam dos temas aqui relacionados. Assim, pode ser constatada a atualidade e contribuição marxista dos ensaístas portugueses no Brasil para os estudos voltados à cultura e à literatura, entre os anos 1950 e 1960.

No cenário mais amplo da recepção dos autores marxistas entre os anos 1960 e 1970, percebe-se que poucos intelectuais “havam negociado, naquela altura, sua passagem pela obra de Lukács; Gramsci era então quase inteiramente desconhecido no mundo de língua inglesa e grande parte do melhor de Raymond Willians estava ainda por vir.” (AHMAD, 2002, p.76) O crítico indiano Aijaz Ahmad descreve tal situação para os jovens críticos anglo-americanos, porém, quando se trata de Brasil e dos intelectuais brasileiros ou de exilados que estavam no país, é possível afirmar que eles foram marcantes, mesmo que houvesse poucos grupos de teóricos amparados na tradição crítica marxista.

É necessário considerar que os intelectuais portugueses exilados provavelmente leram Antonio Gramsci imediatamente após a edição do

comunista sardo ainda na Itália. Quanto à difusão mais geral das obras de Antonio Gramsci o indiano Aijaz Ahmad aponta que:

Os escritos mais maduros de Gramsci tiveram um destino peculiar. Diferentemente de Marx, ou Lênin, ou Mao, cujos escritos políticos foram compostos e publicados para o debate imediato, houve um intervalo de diversas décadas entre o momento da escrita de Gramsci e o momento de sua disseminação massiva. O grosso de seus textos da prisão foi escrito entre 1929 e 1934, mas sua publicação, mesmo na Itália começou apenas no decênio de 1950 e, no que diz respeito à língua inglesa, que regula *nosso* acesso à sua obra, eu poderia apontar que, com a exceção de uma seleção muito pequena que já estava disponível por volta de 1958, a publicação de qualquer parte considerável dessa obra é um assunto, realmente, da década de 1970 em diante. (AHMAD, 2002, p.258)

A leitura de Gramsci já ocorria no Brasil, nos anos 1950, mas foi no início da década de 1960 que começou a se intensificar. Em pesquisas sobre a trajetória do italiano, Álvaro Bianchi, baseado nos estudos de Lincoln Secco e Carlos Nelson Coutinho, afirma que:

O nome de Gramsci já era, entretanto, conhecido aqui. Jovens intelectuais vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) passaram a citá-lo e o sardo encontrou maior espaço em revistas editadas por militantes do partido, como a *Revista Brasiliense*, dirigida por Caio Prado Jr. No final dos anos 1950, Elias Chaves Neto utilizava essas ideias em suas análises da política, além de citar Héctor Agosti. E no começo dos anos 1960, Antonio Candido, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder fizeram referências ao pensamento filosófico e à crítica literária de Antonio Gramsci. (BIANCHI, 2008, p.41)

O nome de Antonio Candido aparece na citação acima, pois, no início dos anos 1960, o crítico brasileiro tinha uma relação muito próxima com os intelectuais portugueses exilados, principalmente por ter trabalhado com Monteiro, Sena e Ramos no interior do Estado de São Paulo, nas Faculdades de Filosofia, setor das Letras e Crítica Literária e também na elaboração do Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*.

Mais além, Antonio Candido é considerado o primeiro a difundir, no Brasil, algumas ideias do húngaro Lukács, as quais praticamente nortearam a vida intelectual do brasileiro e de seus discípulos do Departamento de

Teoria Literária da USP, centrados no estudo das relações entre literatura e sociedade. No ensaio “A compreensão da realidade”, de 1957, reunido no livro *O Observador Literário*, de 1959, encontra-se aquela que é talvez a primeira referência as ideias de Lukács no Brasil. (FREDERICO, 1995, p.212) Tal artigo foi publicado originalmente no Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*, jornal do conservador Julio de Mesquita Filho – que colocou em prática o projeto desse Caderno idealizado pelo próprio Candido, e no qual encontramos as primeiras incursões do escritor marxista no Brasil. Observe:

Quase sempre os escritores alcançam a plenitude quando são capazes de passar do subjetivismo adolescente – que faz da realidade um conjunto de impressões e emoções – para uma posição de análise objetiva, que reconhece a existência própria do mundo onde o sujeito se insere. Muitos críticos já enxergaram em certas formas superiores de realismo o ponto culminante do romance moderno, que, segundo Lukács, não se encontra no naturalismo de Zola nem na introjeção de Joyce ou Proust, mas em Stendhal, Balzac, Tolstoi. (CANDIDO, 1992, p. 151-152)

O fragmento acima, que introduz o ensaio de Antonio Candido, deixa entrever o método lukacsiano do crítico brasileiro na leitura da obra de José Lins do Rêgo, buscando captar a construção do realismo na obra do escritor paraibano e o modo como ele vive essa transição ao longo da criação de suas obras, ou seja, “uma libertação progressiva da fixação autobiográfica”, mostrando que “o romancista aprendeu a descrever o mundo exterior como realidade que se compreende, – inclusive pela presença dos problemas sociais,...” (Idem, p. 155-156) Tal ensaio foi preponderante na elaboração de “O Estrangeiro na Obra de José Lins do Rego”, posterior artigo de crítica literária do comunista português Vítor Ramos que apresenta claros elementos de uma análise pautada no realismo.

No contexto de recepção das ideias de Lukács na universidade brasileira, Celso Frederico, historiador da inserção do marxista húngaro no Brasil, destaca a contribuição do exilado Adolfo Casais Monteiro no 2º Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, realizado na Faculdade de Assis/SP, em julho de 1961, com a apresentação da tese “A Crítica

Sociológica”, ensaio que faz um balanço das investidas sociológicas na literatura e destaca a contribuição de Lukács. (FREDERICO, 1995, p.212-213) Dentro da *História do Marxismo no Brasil*, uma série de 5 (cinco) volumes organizada por intelectuais brasileiros nos anos 1990, essa comunicação de Casais Monteiro parece ser a única menção a contribuição marxista dos portugueses exilados nessa série, mas tal participação foi mais expressiva.

A análise adiante procurou evidenciar que Casais Monteiro e Sena dialogam mais intensamente com a orientação de Lukács sobre o realismo. E o que significa o conceito de realismo em Lukács? Trata-se de um debate extremamente importante e complexo no âmbito das leituras referentes à categoria de estética no marxismo.

Lukács, na *Introdução*, assinada em 1945 do livro *Ensaio sobre el Realismo* (Trad. do Italiano de Juan Jose Sebrelli; Argentina: Ed. Siglo Veinte, s/d) apresenta sua organização de textos dos anos 1930/1940, nos quais estuda essencialmente Balzac e o realismo francês e o russo, com Tolstoi e Dostoievski. O húngaro afirma que sua obra pretende ser contribuição marxista para a crítica e a teoria literária e expõe como a estética e a teoria literária marxista funcionam. De acordo com ele:

Naturalmente la función indicadora del marxismo no se agota com esta definición general. Indica también el camino em la consideración de todas las particularidades, de todas las cuestiones del día. A la identificación constante de la ruta principal, une una valoración teórica y práctica da necesaria tortuosidad del camino: es una firme e sólida filosofía de la historia, construida sobre la base de un conocimiento y de un análisis elásticos de la historia. Esta – aparente – doble naturaleza, que em realidad no es más que una unidad dialéctica de la concepción materialista del mundo, es también el hilo conductor de la estética y de la teoría literaria marxistas. (LUKÁCS, s/d, p.11)

Posteriormente a essa passagem, Lukács explica a razão pela qual o marxismo sempre remonta aos clássicos, afirmando que esse movimento – a filosofia marxista da história – está ligado a uma análise do que ele chama de “homem total”. (Idem, p.12 e 15) Para Lukács, um dos processos

indicados para alcançar esse “homem total” estaria no realismo que, segundo ele, pode ser definido como:

reconocimiento del hecho que la creación no se fundamenta sobre una abstracta ‘mediana’, como cree el naturalismo; ni sobre un principio individual que se dissolve em sí mismo y se desvanece en la nada, sobre una expresión exasperada de aquello que es único e irrepetible. La categoría central, el criterio fundamental de la concepción literaria realista es el tipo, o sea, la particular síntesis que, tanto en el campo de los caracteres como en el de las situaciones, une orgánicamente lo genérico y lo individual. (Idem, p.13)

Para este marxista, um dos maiores críticos literários do século XX, a questão do realismo – no qual a sociedade é central e a política está indissolúvelmente fundida – foi um dos maiores problemas estéticos colocados nos últimos tempos, desde o século XIX e, primeiramente, por Engels. Segundo Lukács,

Engels demostró que Balzac, a pesar de que su concepción del mundo político fue el legitimismo, su obra contiene el más cruel desenmascaramiento de la Francia monárquico-feudal, la más potente y poéticamente impresionante representación de su condena a muerte. (...) Lo que Engels, hablando de Balzac, llama el ‘triumfo del realismo’ alcanza hasta las raíces de la creación artística realista, revela lo que el verdadero realismo significa: sed de verdad, fanatismo de realidad del gran escritor, cuya moralidad consiste em su honestidad de escritor. (Idem, p.19)

As sínteses do principal discípulo de Lukács, István MÉSZAROS (2006, p.177-181) podem auxiliar no esclarecimento das ideias daquele, pois, ao falar sobre “o conceito de realismo de Marx”, afirma que:

...o realismo revela, com propriedade artística, as tendências fundamentais e conexões necessárias que estão com freqüência profundamente ocultas sob aparências enganosas, mas que são de importância vital para um entendimento real das motivações e ações humanas das várias situações históricas. (...) O realismo é a noção central da estética marxiana, como Lukács deixou claro em vários de seus escritos. E não surpreende que esse conceito ocupe uma posição tão importante. Não poderia ser diferente, visto que para Marx o realismo não é apenas uma entre as inúmeras tendências artísticas, confinadas a um período ou outro (como ‘romantismo’, ‘imagismo’, etc.), mas o único modo de

reprodução da realidade adequado aos poderes e meios específicos postos a disposição do artista. (...) Mas apesar dos séculos e barreiras sociais, culturais, lingüísticas, etc. que os separam, eles podem ser reunidos num denominador comum porque, de acordo com os traços específicos de suas situações históricas, eles alcançam uma descrição artisticamente adequada das relações humanas e fundamentais de suas épocas. É por isso que podem ser chamados de grandes realistas. Assim, ‘realismo’ é equivalente a ‘adequação artística’, que é a reprodução artisticamente adequada das relações múltiplas e em constante transformação nas quais o homem se encontra. (MÉSZAROS, 2006, p.178-180)

Mészáros finaliza essa discussão sobre a estética marxista citando trechos dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Karl Marx, no qual o pensador alemão explicita a dialética da mimese. Marx disse:

“ser sensível é ser **padecente**. O Homem enquanto ser objetivo sensível é, por conseguinte, um **padecedor**, e, porque é um ser que sente seu tormento, um ser **apaixonado**. A paixão é a forma humana essencial que caminha energicamente em direção ao seu objeto.” (Idem, p.180 [grifos do livro] & MARX, 2008, p.128)

Mais esclarecimentos sobre Lukács e suas polêmicas e revisões com a vanguarda já no fim de sua vida, podem ser encontradas em Carlos Nelson Coutinho, num ensaio, sob orientação lukacsiana, que se propõe a observar as obras de Kafka e Proust, coisa que o próprio Lukács não fez. Neste texto, Carlos Nelson também ilustra o conceito de realismo. Segundo ele:

Se quisermos alcançar esse significado em sua riqueza, deveremos analisar estes dois excepcionais escritores à luz de uma poética do realismo, ou seja, de uma teoria da arte como representação (ou figuração mimética) da essência de uma realidade social e humana historicamente determinada. (COUTINHO, 2005, p.22)

Para encerrar essa longa e necessária exposição do conceito de realismo no marxismo, temos a síntese de Adriana Facina, em seu livro *Literatura e Sociedade*. No debate sobre materialismo e cultura, a autora indica que a crítica de Lukács ao pensamento reificado ressalta a necessidade da literatura realista para explicitar tais contradições da sociedade fragmentada. Ainda para o filósofo húngaro, a capacidade de

expressão realista independeria das intenções políticas de seus escritores. De acordo com Facina,

...Lukács desenvolveu uma crítica à consciência reificada (coisificada). Se o capitalismo fragmenta e reifica a vida e a experiência humanas, o pensamento reificado gerado nesse processo é incapaz de perceber a totalidade das relações sociais e econômicas. O papel da arte, em especial da literatura, seria o de reconstruir essa totalidade com as suas contradições, penetrando além de sua aparência superficial. Para Lukács, somente a boa literatura realista, e não um conteúdo ideológico específico, garantiria a realização dessa tarefa da arte. Ou seja, através da construção de personagens típicos, o realismo crítico teria a capacidade de expor as contradições da sociedade que escapam ao pensamento reificado. E essa capacidade independeria das intenções políticas de seus escritores. (...) Ao reconhecer essa importância, esses autores [Lukács e Brecht] complexificam a teoria do reflexo, pois a arte não é vista como algo secundário, 'apenas' uma superestrutura, mas sim como elemento com um potencial transformador inserido no processo histórico. (FACINA, 2004 a, p.20-22)

A seguir, a apresentação das urdiduras da obra crítica de cada um dos autores exilados – Monteiro, Sena e Ramos – tem por objetivo elucidar a aproximação deles com essa tradição crítica marxista, até mesmo com a tentativa de intercalar suas opiniões diretamente com as de outros autores, de modo a sedimentar essa constatação.

3.1. A presença de Lukács nos ensaios de Casais Monteiro.

Como já foi visto no primeiro capítulo, Casais Monteiro se caracterizou por uma postura sempre disposta ao debate, o que pode ser percebido de modo muito presente em seus textos, desde os primeiros escritos de teoria e crítica nos anos 1930 até os ensaios publicados no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, na década de 1960. Entretanto, por mais que sua trajetória crítica apresente a polêmica como um traço de coerência, observamos de outra forma, algumas mudanças em seus interesses intelectuais, mostrando que o período em que esteve no Brasil também foi importante na sua formação intelectual.

Nos ensaios reunidos em dois livros das décadas de 1930 e 1940, pode ser observado o interesse do jovem Casais Monteiro pelas discussões sobre

estética, escrevendo sobre a “criação e a liberdade na arte”, a função do artista, os problemas da arte e da literatura, da intuição, da arte popular, da poesia e do fazer poético, da “arte contra a ordem”, das “dificuldades da crítica literária” e da “da inquietação”.

Alguns dos temas relacionados acima são títulos de ensaios inseridos na obra *Considerações Pessoais*, publicada pela primeira vez em 1933, pela Imprensa da Universidade de Coimbra. Sobre essa obra, que reúne textos do final do decênio de 1920 e início de 1930, o prefaciador Carlos Leone, em 2003, sugere que é um livro revelador em dois sentidos: “por apresentar claras influências do Romantismo”, “podendo ser associado ao século XIX” e também por esclarecer aspectos da “diversidade própria do movimento da *Presença*”. (MONTEIRO, 2004, p.9-11) No ensaio “A arte contra ordem”, 1931-32, alguns fragmentos de Monteiro atestam essa postura ainda romântica, mas de autêntico combate pelo social e pela dialética no terreno da estética, como, por exemplo: “Pois que é o artista, em todos os tempos, senão o indivíduo ansiando por libertar-se, senão o revoltado?” (Idem, p.29) Ou ainda: “O artista é essencialmente o homem que desobedece.” (Idem, p.33) E sobre o significado social da arte, Casais Monteiro escreve que:

Uma obra de arte, já o disse, é sempre uma afirmação implícita ou explícita, de revolta: é a revolta do homem que quer renovar-se criando, que vê na arte uma forma de existência, e não um espelho de arrefecidos estados de alma; do homem, também, que tendo alguma coisa a exprimir, sente como que obrigação de a transmitir, de lhe dar existência para outros. É esse o verdadeiro significado social da arte: necessidade de comunicação, de fraternidade, anseio por fazer vibrar todos os outros homens em idêntica comunhão com a vida, naquela comunhão com a vida que o artista sentiu-se ao desprender-se-lhe das mãos generosas e maravilhadas a obra em que a vida, através dele, foi um amanhecer de beleza. (Idem, p.31)

Por estes fragmentos, pode ser verificado o viés do escritor como defensor da liberdade na arte, ressaltando ainda a função social desta no sentido de aproximar os homens, além de elementos do realismo discutidos anteriormente.

Noutro ensaio dessa obra, intitulado “Inquietação”, de 1933, continuamos a encontrar ideias semelhantes e de conteúdo dialético. Por

exemplo: “Penso, que o verdadeiro artista é sempre um inquieto; (...); e que não sendo a arte senão uma das faces da vida, criar é senão perder-se para se achar, e achar-se para de novo se perder.” (Idem, p. 145) Assim, para Casais Monteiro, o artista é o pivô do conflito com a sociedade conformista. De acordo com ele:

O artista é um homem que, vivendo intensamente, é sempre um porta voz da revolta, já que a sociedade em que vive o oprime. Sendo o artista uma consciência de extrema sensibilidade, reclamando liberdade para sua maneira de ser, é inevitável o conflito com a sociedade, que tende sempre para a estratificação e o conformismo. (...) Ser inquieto é possuir o sentido da vida, é viver constantemente no vértice da onda que avança. (Idem, p.147)

Visível neste trecho, o romântico entusiasmo de Casais Monteiro pela função libertadora da arte está bem presente em todos os ensaios de *Considerações Pessoais*. Ressalte-se que ele os escreve num momento oportuno, quando a liberdade em Portugal está se findando, com o advento do Estado Novo, preconizado pelo golpe de maio de 1926.

Essa nuance exaltada dos seus ensaios se repete em obra posterior, como em *De pés fincados na terra*, de 1941, que, dividido em duas partes, reúne ensaios sobre os problemas da crítica e da teoria da arte e da literatura e também sobre os problemas da criação e da crítica no universo da poesia. Este livro, que também traz uma referência a Julien Benda, se inicia como uma frase de efeito romântico, ressaltando o espírito intelectual livre e independente: “Criação e liberdade implicam-se: o artista, o filósofo, o homem de ciência, para se submeterem às forças do espírito, têm de ser insubmissos perante quaisquer forças exteriores que aspiram a ditar-lhes condições que só o espírito pode saber se são ou não válidas.” (MONTEIRO, 1941, p.9)

Verifica-se nessa frase uma clara influência de Benda nas formulações sobre a função do artista e do intelectual para Casais. Contudo, o livro reúne ensaios esparsos e publicados naqueles semanários portugueses combativos, como num folhetim de nome sugestivo chamado “O Diabo”, onde escreveu, em 1935, o artigo intitulado “A arte é, não serve.” Neste, Monteiro refuta a ideia de que a arte é um reflexo de algo ou que serve para

algo e defende os caminhos próprios da arte. (Idem, p. 34) É também de 1935, fruto de uma conferência, o ensaio “A Arte e o Povo”, no qual discute a literatura popular. É aqui que Monteiro cita Julien Benda para captar o clima do debate sobre os intelectuais:

E agora já não é sem tempo que lhes diga por que motivo associei estas duas palavras: arte e povo. Nós vivemos numa época que tende a exigir do artista, e, dum modo geral, daqueles a quem é costume designar como intelectuais, mais do que arte; pede-se lhe resposta a inquietações sociais. Já lá vão dez anos que Julien Benda, num livro que alcançou repercussão mundial, deu excepcional relevo a esse problema, que desde então continua a estar em lugar de honra entre os mais discutidos desta hora. Muitos, como Benda, exigem do intelectual e do artista o desinteresse, isto é, que não corrompam a liberdade, a independência de seu pensamento e da sua arte, descendo à praça pública, dando às suas obras e actos um carácter partidário. Outros, pelo contrário, renegam aqueles que se fecham numa torre de marfim onde não chegam sequer os ecos dos conflitos que agitam os homens: segundo estes, o artista que assim se negue ao contacto com a vida, que se isole, não poderá criar senão uma obra morta ao nascer, pois ela carecerá da seiva vivificante que só pode dar as suas criações aquêle artista que, lado a lado com os que sofrem e trabalham, tem da vida uma experiência real. (Idem, p.64)

Completando essas ideias, que carregam certa carga de atualidade, Casais assume que ambas as atitudes acima são aceitáveis e diz que é possível extrair os elementos necessários entre as duas posições. Afirma também que a “tão falada torre do marfim, sobre o artista estar completamente alheado do mundo não passa de uma imagem fácil”, defendendo assim algumas ideias da obra “A traição dos intelectuais” de Benda. Para Casais não existe a torre de marfim, pois “o artista cria *de acordo* com uma alma colectiva da qual participa, na qual *está*, e é por isso mesmo que a sua obra pode ser comunicada aos seus semelhantes.” (Idem, p.68)

Casais Monteiro é ao mesmo tempo adepto e contrário a Julien Benda. É importante contextualizar, como Casais indica acima e como já foi dito na introdução deste trabalho, que a obra de Benda exercia grande influência na época. Assim, tal reflexão permanece atual, uma vez que Benda continuou sendo reverenciado e discutido pelos intelectuais públicos, do pós segunda

guerra até o final do século XX, como Norberto Bobbio e Edward Said. (BOBBIO, 1997, p.55 & SAID, 2005, p.22)

Tal episódio gerou um debate intenso que merece ser explorado. Said por exemplo, defende Benda, que escreve *La Trahison des Clercs* (1927) mas reconhece o apelo elitista. Porém, tentando contextualizar suas ideias percebe que o escritor francês está querendo se proteger de algo que, no seu tempo, também cresce: “a organização de paixões coletivas”, tais como o sectarismo, o sentimento das massas, o nacionalismo beligerante, os interesses de classe. Segundo Edward Said, Benda, bem antes do advento da comunicação de massa, parecia prever que os intelectuais seriam convocados para dirigir e consolidar políticas governamentais, para expelir propagandas contra os inimigos e capazes de dissimular a verdade do que estava acontecendo. (SAID, 2005, p.22) E é nesse sentido que Norberto Bobbio ressalta a contribuição de Benda na luta antifascista, pois, ao advertir a não politização do intelectual, visava ao afastamento deste dos movimentos fascistas. Não deve ser esquecido também o fato de o fascismo ter sido fruto de um movimento de politização, porém da direita conservadora, que teve nos intelectuais sua principal corrente de transmissão. Pela leitura de Said, verifica-se seu esforço para aproximar Benda de Gramsci que, segundo ele, desenvolve o tema dos intelectuais posteriormente e melhor do que Benda. O italiano desenvolveu a tese dos intelectuais orgânicos, que na interpretação de Said seriam todos aqueles que trabalham em qualquer área relacionada à produção e divulgação do conhecimento, a serviço de uma indústria de conhecimento, trabalhando assim para a formação de um consenso hegemônico, com determinados valores e práticas. (Idem, p.24)

Entretanto, essa postura de Said associar Benda e Gramsci é duramente criticada na atualidade, como pelo crítico indiano e marxista de língua inglesa, Aijaz Ahmad, para quem tal característica é, por um lado, “uma maneira de domesticar o conteúdo revolucionário do pensamento de Gramsci (...) um dos mais perseverantes comunistas do século” e, de outro, lado, uma forma de ocultar do pensamento de Benda, seu anticomunismo e

seu conservadorismo dos estudos desinteressados e da beleza. (AHMAD, 2002, p.118-120; 220 e 255)

Talvez Casais Monteiro não tivesse total esclarecimento das posições conservadoras de Benda nos anos 1940 e toda a influência recebida pelo movimento desinteressado da arte e da literatura se deva em parte à crítica que está elaborando contra os intelectuais que se organizavam na construção da hegemonia do fascismo português. Reivindicava autonomia e liberdade nos semanários marginais de Portugal em oposição ao consenso de que os intelectuais alinhados ao regime de Salazar começavam a construir. A posição ambígua é constatada no livro *De pés fincados na terra*, porque, mesmo envolvido nessa atmosfera de Benda, falando inclusive sobre os dons e o gênio dos artistas e dos intelectuais – posições que ele parece ir abandonando, pois são menos recorrentes nos escritos do exílio no Brasil –, Casais Monteiro ainda escreve parágrafos belíssimos, como no artigo sobre a arte popular, no qual a defende como o meio principal para a existência plena do homem. Segundo Monteiro:

Porque a vida, a verdadeira vida, é mais alguma coisa do que o comer e o dormir, o trabalhar para se poder ter que comer e onde dormir. Isto é a vida imediata, a vida urgentemente material. Mas para além dela é que o homem existe com plenitude; e a arte é um dos mais poderosos meios que a humanidade dispõe para tomar pé nessa plenitude. (MONTEIRO, 1941, p.73)

Seu envolvimento com os paradigmas da primeira metade do século XX, os quais ele já parece debater e criticar, tendendo a rever e até abandonar alguns posteriormente, podem ser percebidos. Mas, mesmo assim, ainda há a marca que lhe será inalterada: a de defesa da arte frente a quaisquer tipos de controle.

Desse modo, nos textos produzidos nos anos 1950, no Brasil, Casais Monteiro parece amadurecer muitas daquelas posições da década anterior, inserindo novas referências e elegendo outro alvo para sua oposição e crítica. No livro de 1961, *Clareza e Mistério da Crítica*, editado no Brasil, o ensaio “A crítica e o ensino universitário” explicita seu contundente antagonismo à

especialização, que para ele seria a principal razão do declínio e crise da cultura. Segundo Monteiro:

A degenerescência da cultura caracteriza-se essencialmente pela substituição às fontes originais e criadoras duma luxuriante proliferação de comentários que, sobrepondo-se àquelas, as escondem, e tomam o seu lugar, sem poderem reproduzir-lhes a vitalidade, ou, pior ainda, empobrecendo-as, desnaturando-as e acabando por praticamente as suprimir. Não deixa de ter influído gravemente nessa degenerescência aquilo que devia supor-se favorável ao progresso da cultura: a extensão da investigação e, sobretudo, do ensino, aos variados campos de estudo, a multiplicação das especialidades e dos especialistas. (MONTEIRO, 1961, p.197)⁵⁸

O crítico literário português, que não fez nenhum curso profissional ou específico em teoria literária, mas se formou em meio à militância antifascista e aos debates literários nos semanários, revistas e jornais, estava incomodado com a crítica científica que começa a se desenvolver nas universidades nesse período, sobretudo nos Estados Unidos, que para ele era fundada num espírito positivista. Para Casais Monteiro “a invasão da crítica pelos professores não deu, como é fácil de perceber, nenhum brilho a crítica” e, assim, não acredita na possibilidade de se ensinar a crítica literária como qualquer outra disciplina escolar sistematizada. (Idem, p.203 e 205)

Tais observações acerca das especialidades na crítica literária são muito próximas das reflexões de Lukács, que também elabora semelhante crítica à especialização, quando disserta sobre a hostilidade da ordem capitalista à arte e à cultura. Segundo o marxista húngaro:

Do ponto de vista do nosso problema, vamos nos contentar em fixar aqui um só princípio, que será novamente, o princípio do *humanismo*, o princípio que a luta emancipadora do proletariado herdou dos grandes movimentos democráticos e revolucionários precedentes, herança elevada a um plano qualitativamente superior, ou seja, a reivindicação do desenvolvimento harmônico e integral do homem. Ao contrário, a hostilidade à arte e à cultura, própria do sistema capitalista,

⁵⁸ Destaca-se também que Casais Monteiro já fala da degenerescência e crise da cultura nos anos 1950, portanto antecedendo todo o debate sobre essa mesma questão que permanece na atualidade e que tentamos situar na introdução deste trabalho.

comporta o fracionamento da totalidade concreta do homem em especializações abstratas. (LUKÁCS, 2009, p.98)

Lukács e igualmente Gramsci, da “educação unitária”, escreveram numa perspectiva de construção socialista, na qual elaboram os princípios norteadores de uma ética e revelam as contradições do sistema capitalista. A especialização, portanto, que se manifesta na divisão capitalista do trabalho e é mais intensa no pós-guerra, é um elemento chave para fragmentar a totalidade do homem e, portanto, é adversária da arte e da cultura.

Leyla Perrone-Moisés discute o mesmo ensaio de Casais Monteiro, afirmando que o crítico “temia que o refinamento técnico excessivo, aplicado a textos de literaturas desprovidos de uma longa tradição crítica, acabasse por produzir estudos inúteis, que ocupariam o lugar das investigações de base” (PERRONE-MOISÉS, 2003, p.60). A estudiosa brasileira também destaca o relativo fragmento:

Acabariamos por ter equipes competentíssimas para investigar a importância do Tietê na obra de Mário de Andrade, da palavra *pedra* na poesia de Drummond, ou a frequência da palavra *anjo* na poesia de Jorge de Lima – mas incapacitada de explicar o sentido da obra de cada um deles, e de estabelecer a significação da sua obra, não só na evolução da cultura, mas até na da literatura brasileira. (MONTEIRO, 1961, p.201)

Perrone-Moisés acrescenta que o tempo infelizmente deu razão ao crítico, pois, “a proliferação dos cursos de pós graduação, nas universidades brasileiras, favoreceu essa tendência hiper-especializada que ele caricatura.” (PERRONE-MOISÉS, 2003, p.60) Essa tendência continua se manifestando fortemente em muitas áreas das ciências humanas e configura uma característica própria do capitalismo contemporâneo.

Nos ensaios de *Clareza e Mistério da Crítica* o ataque aos especialistas e profissionais da crítica e da estética são recorrentes, bem como as posições de “amplitude dos conhecimentos, de independência em relação a escolas e tendências, e a não limitação a leituras puramente *literárias*.” (MONTEIRO, 1961, p.71 e 63) No prefácio dessa obra, já há informações sobre a fundamental convicção deste autor, “de não ser possível um sistema, uma chave universal da crítica.” (Idem, p.09) Dessa forma, como se verá adiante,

o itinerário ensaístico de Adolfo Casais é similar aos ensaios de Jorge de Sena e de outros autores atuais, contrários à hegemonia da especialização nos estudos humanísticos, especificamente nos estudos literários. Entretanto, é também nessa obra do período de exílio, que podem ser encontradas as primeiras incursões de Casais Monteiro pelos debates marxistas bem como sua incisiva crítica ao marxismo vulgar. No ensaio “Real e Ideal na Concepção da Literatura”, há uma passagem esclarecedora:

Só muito mais tarde, em pleno século XX, um Antônio Gramsci, um Lukacs, e até certo ponto um Henri Lefebvre, nos dariam uma interpretação da arte e da literatura do ponto-de-vista marxista, isenta das influências que, no outro século, não permitiam ir mais longe do que está consubstanciado na conhecida definição popularizada por Plékhanov: “A arte é um reflexo da vida social” – frase na qual não há um átomo sequer de marxismo. (Idem, p.15)

Nesse texto, Monteiro aprofunda as discussões sobre a estética no âmbito do marxismo, tentando cercar o debate de seu tempo e as posições de Plekhanov, Henry Lefebvre e Lukács. No entanto, manifesta clara oposição ao também chamado “realismo socialista”, defendido por Plekhanov e parcialmente por Lefebvre, pois entende que essa corrente de interpretação “não oferece nada que esteja de acordo com os pontos de vista de Marx e Engels sobre tal matéria” e continua:

A verdade é que todos os movimentos literários de índice social, incluindo o realismo socialista, são de caráter quase exclusivamente prático, digamos assim, isto é, são dominados pela preocupação de enquadrar a literatura entre os meios de luta com vista à transformação da sociedade. (Idem, p.15-16)

Portanto, Monteiro também questiona o sectarismo do marxismo vulgar, a prática de enquadrar o que seria a literatura burguesa e a não burguesa, ou seja, a que serve para a revolução e a que não serve, deixando de entrever nelas o realismo sobre o qual falava Lukács. Casais afirma que o marxismo de matriz soviética não considerava a realidade concreta manifesta em determinadas obras de artes, ou seja, a realidade marcada pelo fato de continuarem belas por séculos afora e por possuir uma presença específica. Aqui, pode ser sentida a referência direta de Casais ao texto

clássico *Introdução à Crítica da Economia Política*, de Karl Marx, dos anos 1857/1858, no qual o alemão explicita as dificuldades inerentes à discussão sobre estética.⁵⁹ Em meio a essa exposição, Monteiro não deixa de mencionar, aliás com faz em vários outros momentos, a admiração de Marx por Balzac (Idem, p.21).⁶⁰ Não obstante, elabora um parágrafo, citado abaixo, que sintetiza suas breves definições e seu acordo com Marx:

As obras não só se “desligam do seu conteúdo histórico”, como está ainda de fato por explicar qual seja a espécie de relações que mantém com este. Enquanto a evolução das sociedades transforma as condições de vida do homem, a da literatura não altera o seu valor; Homero não está *atrasado* em relação a Shakespeare, nem Shakespeare em relação a Balzac. Há entre eles uma contemporaneidade que até hoje nenhuma teoria estética conseguiu explicar satisfatoriamente – e é um título de glória para Marx ter reconhecido a dificuldade em aplicar à arte e a literatura a teoria da formação das superestruturas. A verdade é que a pura e simples aplicação à arte e à literatura desta última só poderia resultar se elas fossem redutíveis a fenômenos históricos – e isto só teria sentido se, morta a sociedade que lhes deu origem, elas também morressem, ficando reduzidas à mera condição de documentos sobre essa época. (Idem, p.19-20)

Tal passagem completa o sentido de outros fragmentos destacados e esclarece a admiração de Monteiro por Marx. De fato, orientado pela inspiração do realismo de Lukács, ele procura defender o marxismo contra os marxistas vulgares e suas abordagens literárias estreitas e, ressaltando a relação da arte com a vida, procura atribuir vida a literatura e a arte. Segundo outros estudiosos de Monteiro, além do seu entusiasmo e paixão, essa parece ser uma característica constante em seus textos. (PERRONE-MOISÉS, 2003, p.60)

⁵⁹ Um fragmento desse texto comprova a inquietação de Marx em relação aos problemas estéticos: “Mas a dificuldade não está em compreender que a arte grega e a epopéia estão ligadas a certas formas do desenvolvimento social. A dificuldade reside no fato de nos proporcionarem ainda um prazer estético e de terem ainda para nós, em certos aspectos, o valor de normas e de modelos inacessíveis.” (MARX, 1999, p.48) Talvez Lukács tenha respondido parte dessa questão, apontando que é pelo realismo que entenderíamos a permanência da satisfação estética de uma obra de arte no tempo.

⁶⁰ Casais Monteiro volta repetir esse elemento, que igualmente é chave para Lukács, no livro *O Romance (Teoria e Crítica)* de 1964, em trechos dos primeiros dois ensaios teóricos (MONTEIRO, 1964, pp.15 e 32) e também na sua tese de 1968, convertida no livro *Estrutura e Autenticidade na Teoria e na Crítica Literárias*; MONTEIRO, 1984, p.68.

Monteiro continua, em 1964, a debater vigorosamente as questões acerca do marxismo e do realismo na crítica literária em seu livro *O Romance (Teoria e Crítica)* – Editora José Olympio. Por tratar diretamente dos problemas da “teoria do romance” é latente a sua aproximação com Lukács, que também publicou, em 1920, *Teoria do romance*, obra na qual procede a análise do realismo nos romances de Dostoievski.

O Romance, que reúne 30 anos de atividade crítica não-profissional, constitui a síntese de seu trabalho acerca do romance: seus autores, seus personagens, seus temas e seus problemas. O próprio Casais enfatiza o caráter não-profissional de sua atividade crítica, apontando a inexistência de uma unidade formal no livro, que, entretanto, acabou se tornando referência para a área, quase um manual didático. *O Romance* está dividido em quatro grandes partes: a primeira, e talvez a mais importante, congrega artigos mais teóricos, de ordem histórica e conceitual; a segunda traz o exame do romance contemporâneo – começando com Balzac, passando pelos russos Dostoievski e Tolstoi, por Proust e pelos romancistas ingleses e norteamericanos; a terceira e quarta partes tratam exclusivamente da análise dos romancistas das literaturas brasileira e portuguesa respectivamente, abordando o século XIX, mas enfatizando os escritores do XX.

Para o historiador das experiências e debates teóricos do século XX a primeira parte de *O Romance* é sem dúvida a mais importante, pois os dois primeiros ensaios “O Realismo e a Nossa Época” e “Sociedade e Indivíduo no Romance” foram produzidos após 1954, ou seja, no seu período de exílio, e neles há a síntese das principais controvérsias intelectuais do período, relacionadas especialmente ao marxismo. No primeiro destes artigos, Monteiro trata das confusões em torno do conceito de realismo, especialmente da parte de dois escritores portugueses, Gaspar Simões e Mário Dionísio, que tenderiam a reduzi-lo ao típico, à norma, e “o romance seria assim a expressão da média, recusando a exceção, pois esta não poderia ser tida como representativa.” Esta perspectiva, segundo Casais, aniquilaria a realidade, o concreto, por isso afirma que teve de se socorrer em Jorge Lukács, mais especificamente, em *O Marxismo e a Crítica Literária*,

atestando toda sua admiração pelo húngaro numa longa citação da “Introdução Aos escritos estéticos de Marx e Engels”, muito semelhante às citações do início deste capítulo, na qual Lukács fala da honestidade dos romancistas realistas:

Aquilo que a análise de Engels demonstra é, substancialmente, um fato simples e claro, cujo verdadeiro significado foi todavia pela primeira vez descoberto e analisado por ele e por Marx. Trata-se da honestidade estética incorruptível dos escritores e dos artistas verdadeiramente grandes. Pôr estes, a realidade, tal como é, tal como se lhes revelou na sua essência em resultado duma profunda indagação, antepõe-se a todos os seus desejos mais caros, mais íntimos, mais pessoais. A honestidade própria do grande artista consiste assim no fato de, logo que a evolução duma personagem vem contradizer as concepções ilusórias por amor das quais ele se tinha formado na fantasia do escritor, este deixar que a personagem em questão evolua livremente até as extremas consequências, sem querer saber se as suas mais profundas convicções se desvanecem assim em fumo, por estarem em contradição com a verdadeira e profunda dialética da realidade. Tal é a honestidade que podemos verificar e estudar em Cervantes, Balzac, Tolstoi. (LUKÁCS apud MONTEIRO, 1964, p.10)⁶¹

Com esse apoio, Casais Monteiro pretende esclarecer os equívocos acerca do realismo, colocados pelos dois escritores portugueses e compartilhados por muitos outros, uma vez que eles provavelmente eram adeptos do realismo dos detalhes dos naturalistas, denominado por eles de neo-realismo. Sobre o chamado neo-realismo e a literatura preocupada com a intervenção na luta social – ambos elementos que ainda hoje, no século XXI, agradam a muitos intelectuais marxistas –, Casais Monteiro destila sua acidez crítica elaborando um parágrafo esclarecedor:

A principal preocupação dos críticos que se declaram neo-realistas foi negar o valor das grandes obras, consideradas “introspectivas”, como sejam as de Joyce ou de Proust – nisso curiosamente de acordo com toda a crítica reacionária, para exaltar todas aquelas que, como as de Steinbeck, Cholókov, Graciliano Ramos, Aragon, Jorge Amado, Silone, Hemingway,

⁶¹ Confira outra versão dessa tradução em LUKÁCS, 2009, p.113. É necessário destacar que essa é uma tradução do próprio Casais Monteiro, pois no período as referências que ele consultou eram provavelmente traduções italianas ou espanholas da obra do marxista húngaro.

Ehrenburg, etc., lhes pareciam não sofrer desse “mal”, e serem, essencialmente, uma forma de intervenção na luta social. Ora, isso significava a adoção dum critério do qual não era o realismo a pedra de toque. Foi um critério sumamente utilitário, e por isso mesmo falível; sumamente político, e por isso sujeito a revisões que não se podem admitir, quando só o valor da própria obra, e não as opiniões políticas dos autores, deve ser tido em conta. Por isso mesmo, Steinbeck, Malraux, Silone e Hemingway deixaram de ser “gênios” para serem tidos como... traidores. (MONTEIRO, 1964, p.09)⁶²

É necessário completar que, na sequência, o crítico português esclarece que “não é ‘contra’ a literatura que fala do povo, que fale intencionalmente dele, pondo em relevo a sua condição”, lembrando que talvez ele tenha sido, sem arrependimentos, o primeiro em Portugal a tratar, com um apreço que muitos dos seus leitores consideravam excessivo, dos romances de Jorge Amado. (Idem, p.16) Por outro lado, Monteiro reconhece as dificuldades relativas às questões entre arte e povo. Segundo ele:

Porque não é falando do povo, nem tampouco para o povo, que se faz alguma coisa por ele. Pensar como se assim fôsse é o resultado da confusão mental que domina muita gente, cuja cultura, infelizmente, nem lhe chega para distinguir dois palmos adiante do nariz, e que fala dessas coisas como se o povo estivesse ansioso por ler os literatos que tão profundamente o amam. Não está nada, e não quer saber dessa espécie de salvadores. O problema é na realidade um pouco mais difícil... (Idem, p.17)

Esse caráter de “realismo do mundo representado através de detalhes naturalistas (que escamoteiam as forças motrizes essenciais dos fenômenos)” é, de acordo com Lukács noutra passagem da citada “Introdução...”, justamente aquilo que a estética marxista nega. (LUKÁCS, 2009, p.107) Desta forma, o húngaro ressalta que a representação fantástica de Balzac constitui ponto culminante da literatura realista, porque nesse autor,

⁶² Anoto aqui um aspecto contraditório, pois, com relação ao caráter introspectivo das obras de Joyce e Proust de que fala Casais Monteiro, questionando essa perspectiva de muitos críticos, observa-se anteriormente, na citação de Antonio Candido, do ensaio “A Compreensão da Realidade” de 1957, que essa era talvez uma visão muito difundida na época, pois o próprio Candido assim a endossa, e fundamentado em Lukács. Repetindo então o fragmento da citação verificamos: “Muitos críticos já enxergaram em certas formas superiores de realismo o ponto culminante do romance moderno, que, segundo Lukács, não se encontra no naturalismo de Zola nem na introjeção de Joyce ou Proust, mas em Stendhal, Balzac, Tolstoi.” (CANDIDO, 1992, p. 151-152) Portanto, a crítica de Monteiro aqui é dirigida também ao Antonio Candido de 1957 e à Lukács.

“precisamente em virtude da representação fantástica, as forças essenciais são postas em especial relevo.” (Idem)

Nos dois ensaios iniciais da obra *O Romance*, Casais Monteiro faz várias alusões ao conceito de realismo de Lukács, aproveitando para desferir o ataque à concepção marxista soviética, a qual Monteiro afirma ser “o pão nosso de cada dia em matéria de teoria marxista da literatura”. (MONTEIRO, 1964, p.13) Criticando um dos expoentes dessa vertente teórica marxista, Casais indica:

É muito confortável dizer que ‘a literatura e a arte são o espelho da vida social’ (Plekhanov). Pois são – e não serão mais nada? (...) Como se passa daquele reflexo para esta “coisa” a que chamamos arte e literatura? *Onde* está aquilo que distingue êsse tal reflexo de todos os outros reflexos? *Por que, como* se distingue? (...) Precisamente por a estética das “causas e resultados” ser um reflexo da concepção pseudocientífica da história como método indistintamente aplicável à interpretação de qualquer realidade “moral”... (Idem, p.27)

Não obstante, verifica-se que Monteiro provoca a crítica marxista vulgar, lançando inclusive um desafio a ela. De acordo com ele:

[...] tais teóricos deviam empenhar-se na tarefa de procurar, para o nosso tempo, para a literatura atual, interpretações equivalentes àquelas que, embora sumariamente, Marx e Engels semearam ao longo da sua obra. E, antes de mais nada, deviam tentar compreender a admiração de Marx por Balzac, e a maneira como a fundamentou. Onde está o teórico marxista que saiba fazer o mesmo em relação à obra de Proust – em vez de continuarem a demonstrar a sua própria incapacidade crítica, chamando-lhe escritor “burguês”? (Idem, p.15)⁶³

O próprio György Lukács não se ocupou da obra de Proust, entretanto sempre frisou essa noção de que Marx deve muito a Balzac, pois, para ele, “como pensador este escritor é fruto do ambiente de Bonald e De Maistre,

⁶³ O próprio Lukács não tratou da obra de Proust (que segundo Antonio Candido a considerava introspectiva), mas preocupado com tal aspecto Carlos Nelson Coutinho escreveu um ensaio, reunido no livro *Lukács, Proust e Kafka: Literatura e sociedade no século XX*, no qual empreende o método de análise do realismo para discutir a obra de Proust e assim tenta responder essa questão colocada por Monteiro, colocando, desse modo, o nome do autor de *Em busca do tempo perdido* no rol dos escritores realistas. Cf. COUTINHO, 2005.

mas como criador possui uma visão mais aguda e mais penetrante do que os pensadores políticos da direita.” (LUKÁCS, 2009, p.114)

As críticas de Casais Monteiro ao marxismo vulgar podem ser mais bem esclarecidas por um outro fragmento de Lukács, situando o realismo como uma ruptura em relação a tal concepção. Segundo o marxista húngaro: “Em sua acepção marxista, o triunfo do realismo significa um completo rompimento com aquela concepção vulgar da literatura e da arte que deduz mecanicamente o valor da obra literária a partir das concepções políticas do escritor, da sua pseudopsicologia de classe.” (Idem)

Convém acrescentar que nesses ensaios teóricos de *O Romance*, Monteiro novamente menciona, como no livro de 1961, o caso da “retificação” do crítico francês Henri Lefebvre, um dos difusores dessas teses de Plekhanov e do realismo socialista, que Casais chama de “absurda teoria”, conforme sugere o texto abaixo:

A atitude assumida por Lefebvre é apenas mais um caso numa série de “retificações” e “exames de consciência” que vêm pondo por terra o edifício policial da cultura estalinista. Esta, atacada desde sempre por todos quantos não confundiam o espírito do marxismo com a tirania oportunista, levou atrás de si grande número de espíritos, que, como o filósofo francês, tinham todavia as armas necessárias para se defender contra ele. Não resistiram porém ao apelo à “unidade”, que lhes apontava como mal menor calar a verdade, a bem da disciplina partidária. Em tempo algum pôde o mundo presenciar uma falsificação consciente de tais proporções. (...) Aceitaram trair o marxismo, em nome do marxismo... para salvar o marxismo. Onde se viu mais tenebrosa farsa? (...) Mas não será tarde para êle, e para todos os outros na mesma situação, quererem ser “homens novos”? (MONTEIRO, 1964, p.22-23)

É necessário recapitular que a intervenção de Adolfo Monteiro nesse debate contra o marxismo vulgar data publicamente de 1961, quando publica *Clareza e Mistério da Crítica*, no qual apresenta e discute a sua tese “A crítica sociológica” no 2º Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, realizado na FFCL de Assis/SP.⁶⁴

⁶⁴ No ensaio “A Crítica Sociológica”, publicado nos Anais do 2º. Congresso de Crítica e História Literária (1963), encontram-se as referências diretas de Casais as duas obras de Karl Marx e F. Engels, *Contribuição à Crítica da Economia Política* e *Sobre Literatura e Arte*, ambas de edições francesas. (Anais do 2º. C.B.C.H.L., 1963, p.116)

Wilson Martins, crítico literário paranaense de matriz conservadora, discorre sobre as contribuições de Adolfo Casais Monteiro para *A crítica literária no Brasil*, apresentando as primeiras obras publicadas aqui pelo crítico português no decênio de 1950. Entretanto, Martins dedica muitas páginas para destacar a presença e a intervenção de Casais Monteiro no 2º Congresso de Crítica e História Literária ocorrido em 1961, em Assis/SP, com a tese “A crítica sociológica”, que tratou das teorias de Lukács e motivou a manifestação de apoio de Antonio Candido. (MARTINS, 1983, p. 690-694)

Na sequência, há uma síntese sobre a intervenção do crítico lusitano no 2º Congresso de Crítica e os respectivos desdobramentos que ela desencadeou. (OLIVEIRA, 2002, p.117-126) Na segunda sessão plenária do Congresso de Assis, realizada na tarde de 24/07/1961, presidida por Sérgio Buarque de Holanda e com a mesa constituída por Antônio A. Soares Amora, Jorge de Sena e José Santilli, foi apresentado o relatório *A Crítica Sociológica* sob a responsabilidade de Adolfo Casais Monteiro. (Anais do 2º. C.B.C.H.L., 1963, p.95-117) Nessa tese Casais propõe apurar a situação da crítica sociológica e resolver seus mal-entendidos. De acordo com Monteiro, nem mesmo a crítica da primeira metade do século XX, representada principalmente pelo marxismo, escapou dessas confusões. Como exemplo, aponta o caso do russo G. Plékhanov, que desconsiderou em sua obra o elemento estético. Como oposição a este apresentou as ideias de Lukács que, para ele, privilegiou “os princípios de uma estética”, fornecendo mais elementos para a crítica literária. E assim Casais Monteiro definiu: “Pela primeira vez em toda a história do marxismo, Lukács aborda literatura como literatura.” (Idem, p.106) Sua exposição no congresso terminou com ele se concentrando no marxismo, criticando o condicionamento doutrinário de Plékhanov e ressaltando a importância da obra de Lukács. Conforme Casais,

Duma maneira geral, e nisto a exceção que a obra de Lukács constitui abre as perspectivas de um novo caminho, pôs mais empenho em encontrar na literatura o reflexo aparente dos fatores sócio-econômicos do que em investigar a transformação paralela destes e daquela, para se começar por saber em que medida e de que maneira a literatura se insere na vida humana, isto é, na realidade da consciência e da experiência do homem. (Idem, p.113)

Entre os debates que se seguiram após a exposição de Monteiro, destacam-se as ideias do concretista Haroldo de Campos, discordando “de que a posição de Lukács fosse isolada frente à ‘literatura oficial’ soviética, lembrando que no início do movimento futurista russo, a ideia de ‘vanguarda’ estava ligada à ideia de participação” e que esta teria sido lançada por Maiakowski. Significativa também foi a reflexão de Antonio Candido acerca da tese de Monteiro, a qual, por sugestão de Casais, transformou-se posteriormente, no ensaio *Crítica e Sociologia (Tentativa de Esclarecimento)*, reunido no seu livro *Literatura e Sociedade*, de 1965. Nesse ensaio, Candido vai conceituar o método estrutural de crítica literária, que constituiu um divisor de águas do período. Influenciado por Lukács, assim como Casais Monteiro, Antonio Candido formulou o princípio da crítica estrutural, afirmando que:

Quando fazemos uma análise deste tipo [estrutural], podemos dizer que levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de uma certa época ou de uma sociedade determinada; nem como enquadramento, que permite situá-lo historicamente; mas como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo.

Neste caso saímos dos aspectos periféricos da sociologia, ou da história sociologicamente orientada, para chegar a uma interpretação estética que assimilou a dimensão social como fator de arte. Quando isto se dá, ocorre o paradoxo assinalado inicialmente: o *externo* se torna *interno* e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica. O elemento social se torna um dos muitos que interferem na economia do livro, ao lado dos psicológicos, religiosos, lingüísticos e outros. Neste nível de análise, em que a estrutura constitui o ponto de referência, as divisões pouco importam, pois tudo se transforma, para o crítico, em fermento orgânico de que resultou a diversidade coesa do todo. (CANDIDO, 2000, p.8)

De acordo com Candido, tal ideia é a base da “orientação sociológica” e de uma vertente crítica que espera ir além de um “sociologismo crítico e sua tendência devoradora de tudo explicar por meio dos fatores sociais.” Esforçou-se também em distinguir tal postura estrutural das estruturalistas, afirmando que:

Esse estruturalismo radical, cabível como um dos momentos da análise, é inviável no trabalho prático de interpretar, porque despreza, entre outras coisas, a dimensão histórica sem a qual o pensamento contemporâneo não enfrenta de maneira adequada os problemas que o preocupam. (Idem, p.15)

Num depoimento oral, quarenta anos depois do Congresso de Assis, Antonio Candido ressalta a importância desses debates naquele momento histórico:

Dos debates do Congresso, o que eu me lembro é que para mim foi muito importante porque eu tomei a palavra numa discussão, acho que na comunicação do Casais Monteiro, que eu fiz a intervenção. Nos *Anais* ela não saiu muito bem, então eu redigi e publiquei depois. Isto foi importante porque essas minhas ideias foram definidas em Assis, isto é, eu amadureci essa ideia 'do interno e do externo' em Assis, durante o Congresso, quando eu formulei. (...) O ensaio *Crítica e Sociologia* é um texto bem teórico, entretanto, é uma teoria que traz um exemplo com o *Senhora* de José de Alencar. O que significa que eu não estou falando da boca para fora. (...) Então esse trabalho é uma teoria que remete ao meu esforço de sempre mostrar como é que você, na prática, mostra a transformação do externo no interno. Isso é o importante para mim. Não é a afirmação. No Lukács você já encontra coisa muito parecida com isso. 'O importante é: como é que você faz?', dizia ele. Isso é o que eu quero ver! (...) A minha preocupação foi sempre transformar a teoria em prática crítica. (...) Eu sempre me preocupei muito, vamos dizer, com aquilo que está antes do texto e aquilo que está depois do texto. Antes do texto você tem a personalidade do autor, tem o meio social do autor e as influências estéticas do autor. Depois do texto você tem: a ação sobre o público, o significado histórico, o destino da obra. Tudo isso forma o estudo da Literatura. Eu sempre fui contra a mutilação do Ensino de Literatura. Por exemplo, o grave erro do estruturalismo, a meu ver, foi querer encontrar uma espécie de absoluto universal que está por baixo de todos os textos. Dessa forma você mata a especificidade do texto. Hoje já passou o estruturalismo, mas naquele tempo eu ficava um pouco contristado de ler teses de estudantes daqui e de teóricos europeus, pois pareciam que todas as obras se reduziram a um modelo único. Se você reduz alguma coisa a algum modelo único você mata a coisa. (...) A estrutura profunda não é o essencial, o essencial é o que está revestindo essa estrutura. A compreensão desse revestimento também é necessária para entender a estrutura. O estruturalismo só considerava a estrutura, o esqueleto. Ninguém consegue fazer só isso, mas eles tendiam a isso. Os estruturalistas tinham aquela mania de dizer, que tudo é binário, que através de uma relação binária você entende todo o conto do século XIX, você reduz o conto popular a cinco

modelos, essas coisas todas. Existem, é claro, as tendências do espírito humano, tendências intemporais, arquetípicas, mas o importante é perceber como essas tendências arquetípicas revestem formas concretas de acordo com a época. Então aquela minha comunicação de Assis marcou um momento de amadurecimento destes meus pontos de vista.⁶⁵

Portanto, as formulações de Casais Monteiro no Congresso de Crítica vieram ao encontro das preocupações de Antonio Candido, que reconhece a contribuição dos debates com o crítico português para suas elaborações teóricas.

Assim os congressos de crítica literária apresentam um significado que só agora começa a ser pesquisado. Na sua última obra publicada em vida, o crítico literário palestino naturalizado americano, Edward W. Said, reuniu cinco ensaios resultantes de conferências na Universidade Columbia e na Universidade de Cambridge, sobre o papel do humanismo e suas práticas no final do século XX e início deste novo século. Num desses ensaios, intitulado *As novas bases do estudo e da prática humanista*, Said destaca a importância de se estudar os encontros de crítica literária para a observação da formação das tradições humanistas. (SAID, 2007, p.53) Analisando especificamente a atmosfera contemporânea da crítica literária nos Estados Unidos, Edward Said aponta o interesse do governo americano e da CIA no fomento de inúmeras conferências humanistas e acadêmicas, revistas literárias, prêmios, exposições de arte, concertos, competições musicais, além de financiar muitos eruditos, escritores e intelectuais individuais, tendo um profundo efeito sobre o tipo de obra cultural que era produzida. (Idem, p.56-57) Segundo Said, “os estudos da área de humanidades, por exemplo, a antropologia, a história, a sociologia, a ciência política e os estudos de línguas, para nomear apenas alguns campos, estavam comprometidos com os interesses da Guerra Fria.” (Idem, p. 59) Neste ensaio Said destaca ainda a alteração da paisagem dos estudos humanistas entre as décadas de 1950 e 1960, citando o nome de Lukács entre outros autores, como responsável por tais mudanças. (Idem, p.67)

⁶⁵ CANDIDO, A. Antonio Candido de M. e Souza: depoimento [nov. 2001]; op. cit.

A tese de Livre-Docência – defendida por Casais Monteiro na USP, em 1968, e editada com o título *Estrutura e Autenticidade na Teoria e na Crítica Literárias* – ajuda também a esclarecer alguns pontos do depoimento de Antonio Candido, pois, nessa obra, ele critica a corrente estruturalista e mais especialmente o “modelo único” do estruturalista francês Roland Barthes, que no período orientava a crítica literária. (MONTEIRO, 1984, p.120-124) Encontra-se novamente o ataque à crítica literária profissional, ao revisionismo do marxista Henri Lefebvre e a oposição à Plékhanov, além de inúmeras referências aos pensadores marxistas, tais como Raymond Williams, Lucien Goldmann, Lukács, Arnold Hauser, Sartre e Herbert Marcuse; de edições mexicanas, inglesas, francesas, belgas e estadunidenses. (MONTEIRO, 1984)

Nesta obra da maturidade do ensaísta, não há mais as referências e nem os elementos teóricos encontrados nos ensaios dos anos 1930/1940. Em *Estrutura e Autenticidade...* verificam-se inclusive as críticas de Casais ao excessivo entusiasmo de Lukács acerca das contribuições de Aristóteles à evolução da estética. (Idem, p.20)

Ainda em meio aos debates internos do marxismo, Casais Monteiro discute dois autores: Marcuse, de *Razão e Revolução*, e Arnold Hauser, de *História Social da Literatura e da Arte*, utilizando-se da crítica do progresso e da crítica do racionalismo do frankfurtiano para questionar o que ele chama de o “simplismo da interpretação” de Hauser. Nesta fase, Monteiro começa a alçar vãos mais altos ao reunir e discutir uma ampla gama de referenciais marxistas, que, pelo que se observa, era relativamente inédito em fins dos anos 1960. (MONTEIRO, 1984, p.32 e 49)⁶⁶

Finalizando essa seção sobre Casais, cabe ressaltar que os problemas que ele discute entre meados dos anos 1950 até fins dos 1960 – em *Clareza e Mistério da Crítica* (1961), “A Crítica Sociológica” (1961/1963), *O Romance (Teoria e Crítica)* (1964), e *Estrutura e Autenticidade na Teoria e na Crítica*

⁶⁶ Destacamos também nessa obra mais dois aspectos: a discussão que Casais elaborou sobre “a ironia enquanto elemento para explicitar a contradição”, segundo Kierkegaard, autor que ele havia traduzido e conhecia bem (p.142-143); e as referências ao exilado austríaco Anatol Rosenfeld e a tese “A Estrutura da Obra Literária” que este apresentou no 2º. Congresso de Crítica de Assis, e também ao crítico alemão Erich Auerbach, relacionando uma edição inglesa de 1957, da *Mimesis*.

Literárias (1968), também tratados por outros pesquisadores⁶⁷ – configuraram um dos debates mais importantes do marxismo naquele período, pois essa polêmica, também presente nas obras de Sena, foi amplamente discutida, em “Marxismo e Cultura”, pelo marxista inglês Raymond Williams, também avesso ao mecanicismo de Plekhanov nas questões de arte e cultura. (WILLIAMS, 1969, p.276-294)

Este enfrentamento continua a ser lembrado em obras mais recentes, que recuperam, por exemplo, a militância de Antonio Gramsci contra o materialismo cientificista e a ortodoxia de Plekhanov, como é o caso do livro de Álvaro Bianchi sobre a trajetória do marxista italiano. (BIANCHI, 2008, p.62-64) Fica clara, portanto, a contribuição intelectual e cultural desses professores portugueses exilados, pois eles se pronunciaram, quase simultaneamente, sobre o que ocorria em outros lugares do mundo e sobre o marxismo no âmbito universitário brasileiro dos anos 1960.

O marxismo hoje pode ser um assunto considerado, às vezes, banal, entretanto, para tratar destas questões no início do período da chamada “guerra fria” era necessária muita convicção e coragem. É importante frisar que as discussões sobre cultura e arte levadas a cabo por Lukács e outros como os da chamada Escola de Frankfurt, continuam a ser tratadas como questões secundárias por muitos marxistas até hoje.

3.2. Jorge de Sena, um intelectual amador.

Entre algumas características do ensaio de Jorge de Sena está sua perseverante busca de liberdade e autonomia. “Com os estudos camonianos ele procurou criar um original ‘método global de investigação crítica’ que aqueles estudos (lhe) requeriam.” (LOURENÇO, 2003, p.145) Assim, ele

⁶⁷ *Clareza e Mistério da Crítica* e alguns de seus respectivos ensaios também foram tratados em artigos por Benjamin Abdala JUNIOR (1981, p.37-40) e Leyla PERRONE-MOISÉS (2003, p.53-60). *O Romance (Teoria e Crítica)* também foi discutido por Maria Magaly Trindade GONÇALVES (1981, p.41-48) e Paulo RÓNAI (1981, p.60-67). Registre-se que nenhum destes pesquisadores aponta que os ensaios dessas obras, inclusive aqueles envolvidos em marxismo, também foram publicados como artigos do Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, na segunda metade da década de 1950. Acreditamos também que através da análise conjunta dessas obras, que elaborei acima, foi possível enfatizar mais o desenvolvimento da filiação marxista de Casais Monteiro, aspecto que não é central nesses artigos que relacionamos.

também expandiu este método para seus vários ensaios. Segundo Fazenda Lourenço, analista da obra de Sena, para explicar a “metodologia crítica dialéctico-estruturalista” desse autor sem haver confusão com o estruturalismo francês, é necessário observar o que ele entende por ensaio e crítica. Usando expressões do ensaísta, Lourenço afirma:

O ensaio, sendo para ele uma “meditação culta”, deve ser “antididáctico”, no sentido em que procura a revolução dos espíritos e a permanente reavaliação crítica dos saberes estabelecidos – um “ensaio-emoção-da-inteligência”. De igual modo, a crítica é-lhe uma pesquisa insatisfeita que, “sendo uma aplicação da própria experiência ao comentário da experiência dos outros”, exige, todavia, uma total fidelidade a “uma concepção fenomenológica da obra literária, sem a qual esta começa a não ser considerada como tal”. (...) E sendo que “a ideia de sistema é incompatível com a ideia de crítica, uma vez que o sistema começa onde a crítica acaba”, a solução está numa “crítica superativa”, isto é, numa metodologia crítica “em que a progressiva associação dos diversos níveis de investigação não apenas se acumule, mas se transforme dialécticamente numa *interpretação estrutural*”. (LOURENÇO, 2003, p.145)

Wilson Martins já classifica Jorge de Sena como pertencente à família crítica “espiritual estética ou formalista” dos anos 1960 e 1970. Este, que também havia trabalhado na Universidade de Madison, talvez tenha sido quem intermediou a aproximação de Jorge de Sena com os Estados Unidos. No volume 2 da obra *A Crítica Literária no Brasil*, Wilson Martins organiza uma releitura de seus próprios artigos publicados no *Suplemento Literário* de *O Estado de São Paulo*, entre os anos 1960 e 1970. Tais ensaios, que compõem um panorama da crítica literária brasileira no século XX, destacam a presença de Jorge de Sena em recorrentes menções ao escritor português. (MARTINS, 2002)⁶⁸

⁶⁸ Jorge de Sena é mencionado e discutido em várias páginas do segundo volume da obra *A Crítica Literária no Brasil* de Wilson MARTINS, 2002. Destacamos nessa nota algumas delas e a caracterização de Wilson Martins sobre Jorge de Sena e suas respectivas obras. Entre as páginas 122 e 123 Martins trata da “era do formalismo” de 1959/1960, situando o *Ensaio de uma Tipologia Literária* (1959) de Sena que, segundo ele, continha uma nova metodologia de análise estética. Na página 126 aponta Sena entre as grandes expressões críticas de 1961, com sua separata sobre Bernadim Ribeiro para o 2º. Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária. Nas páginas 137-140, que discute os estudos de crítica brasileira voltada para a estética barroca, relaciona, entre as produções de crítica essencialmente histórica com proposta de reconstrução da história, a obra *A Literatura Inglesa* (Cultrix, 1963) de Jorge de Sena. Entre a 157 e 158 destaca *A Canção de Camões*,

A partir da leitura das características gerais da crítica e do ensaio senianos, é presumível encontrar temas próximos aos que são observados nos ensaios de Casais Monteiro; entre eles a crítica à especialização e ao profissionalismo dos estudos literários, a interlocução com o realismo lukasiano, também a crítica à classificação em escolas e correntes literárias e a oposição às tendências imperialistas e colonialistas no estudo da literatura.

O primeiro tema é difícil, mas possível de ser estudado a partir dos escritos de Jorge de Sena, nos quais há uma pequena rede de pensamento do autor sobre essa questão intelectual. A definição de *amador* foi toda sintetizada num verbete elaborado por ele que recupera os sentidos mais antigos para este termo: primeiramente faz referência a “amante, ou o que tem especial gosto por algo”. De acordo com Sena, a acepção menos filosófica e mais genérica do termo desenvolveu-se em fins do século XVIII, na França, na qual o “amador é o apreciador de arte, que conhece e ama o que aprecia.” Esse significado inclui genericamente “os colecionadores, que seriam algo mais (ou às vezes menos) que apreciadores de arte, mas afortunados que formam importantes coleções de arte.” De acordo com o crítico português, depois de meados do século XIX,

o termo *amador* perdeu grande parte das acepções anteriores para adquirir um sentido *pejorativo*, indicador de pessoa de superficial habilidade, sem consciência ou intenção de ser um criador enquanto tal. E, assim, “amador” é o contrário de “artista”, “poeta”, “escritor”, etc., do mesmo modo que, num plano de especialização de qualquer tipo, é o contrário de “perito”. Actualmente, não é fácil, a não ser em casos muito definidos, distinguir o “amador” e o “profissional” em arte ou literatura, do mesmo modo que, proporcionalmente à massa das populações, o “amador” como colecionador de gosto rareia. Em contrapartida, os museus, o turismo artístico, as reproduções gráficas, os discos para a música, como as

de 1966, como obra que manifesta a tendência de constante identificação entre literatura e língua nos estudos literários de então. Nas páginas 181 e 182 Martins cita a tese de doutorado de Sena como participante da crítica formalista de 1969. Entre as páginas 224-229, analisa a obra *Dialécticas da Literatura* (1973) enfatizando a discussão de Sena sobre a dialética do termo ecletismo. (SENA, 1973, p.109-111) No trecho entre 252 e 258 os livros *Dialéctica Aplicadas a Literatura* (1977) é arrolado como uma “crítica impressionista estética”. Tratando a trajetória crítico estético-formalista dos anos 1980, Wilson Martins destaca os dois volumes de *30 anos de Camões* (1980) de Jorge de Sena, ao lado de impressionistas como Gilda de Mello e Souza com *Exercícios de Leitura*.

edições literárias de grande tiragem, ampliaram gigantesicamente o antigo mundo limitado dos “amadores”. (SENA, 1992, p.22-23)

Sena aponta a crise do sentido de amador enquanto o sujeito que cultivava as artes e as letras como passatempo, sem preocupação com o profissionalismo técnico e a exigência da formação cultural. (Idem) Sena parece dialogar com o ensaio *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*, de Walter Benjamin, quando afirma: “Isto, por outro lado, levou a certa geral insensibilidade em relação ao carácter ‘único’, irreproduzível, de uma obra de arte.” (Idem, ibidem) Quando situa o amador como o consumidor de artes ou literatura que coleciona um exemplar de uma tiragem de milhares, Sena estaria insinuando que o amador da modernidade é o sujeito que perdeu o seu “halo na sarjeta”? No final do verbete “Amador” (originalmente de 1970), ele demonstra simpatia com o escritor que se expressa livremente e sem pretensões, ainda que apresente alguma falta de cultura estética. Segundo Jorge de Sena:

Há, todavia, que ter presente que vários escritores da literatura universal não alimentaram qualquer pretensão de virem a ser reconhecidos publicamente como escritores – a história e a crítica literárias é que vieram a considerá-los como tal. Mas qualquer escritor – com desígnios públicos ou não (e o primeiro público de qualquer é sempre ele mesmo) – para quem exprimir-se ou inventar correlações expressivas seja uma imposição profunda da sua maneira de ser e da sua vida, se criará uma experiência pessoal da expressão, que o eleva acima do “amadorismo” puro e simples, ainda que quase sempre se possa reconhecer nele a falta de cultura estética que acaso não tenha, concomitantemente, procurado obter. (Idem, ibidem p.24)

Neste verbete, que apresenta outras referências e demonstra todo o cuidado erudito do autor, Sena tenta ressaltar os elementos positivos do amador em oposição a um profissionalismo da literatura e da arte, encarregado de produzir a cultura de massas, ou seja, o profissional escritor que se tornou hábil fabricante da literatura de consumo. (Idem)

A crítica aos profissionais é recorrente em *O Reino da Estupidez* (1961), no qual Sena configura o amador em oposição aos profissionais da intelectualidade portuguesa entre os anos 1940 e 1950. No ensaio “Amor da

Literatura” (1961), merece destaque o seguinte trecho: “É evidente que esse amor da literatura não pode ser – ou o nome dele deve ser outro – um amor profissional. Antes não tê-lo, então.” (SENA, 1961, p.104) Tal concepção, talvez signifique que o “amor profissional” seja o que impede o amor da literatura que “se conheça, se estude, se ensine e se viva” a literatura. Em um ensaio intitulado “Citar ou não citar – eis a questão” (1961), igualmente difícil, cheio de ironias, Sena defende o estilo ensaístico, livre. Veja:

E isto, afinal, é justo: se a pesquisa cada vez mais tem de ser colectiva, já que a imensidão dos materiais escapa ao âmbito de um homem só; e se a Cultura é cada vez mais uma intrujice curricular que, como credenciais, os “profissionais” trocam entre si – é perfeitamente justo que o futuro pertença aos habilidosos, aos impudicos, aos descarados, aos aventureiros, etc., etc. (SENA, 1961, p.124)

Num outro ensaio, originalmente de 1949, intitulado “Dificuldades da História (e de arte) terminando com uma digressão sobre alfaiataria contemplativa”, Jorge de Sena discute os problemas do fazer da história da cultura e da arte, criticando os especialistas e sua visão limitada sobre arte. Ele inicia o texto com a sentença: “Uma das enormes dificuldades com que se depara o estudioso das coisas de arte é a estreiteza de visão e de informação que geralmente afecta os especialistas e cujas obras é necessário recorrer.” (Idem, p.139) E segue criticando os especialistas em arte, afirmando que “a estreiteza de visão dos especialistas é, geralmente piorada por outra circunstância.” (Idem, p.140) Especificamente, Sena está se referindo ao ambiente intelectual português sob a influência salazarista, no qual ele, um engenheiro de formação e poeta por vocação e opção, também interfere intelectualmente.

Em “O amadorismo português”, texto de 1954 que mantém o mesmo tom mas traz uma ironia mais complexa, Sena parece criticar o amadorismo português nas questões poéticas e literárias. A primeira frase do ensaio é emblemática: “Portugal é um país de amadores.” (Idem, p. 145). Porém, no decorrer do ensaio ele ataca o profissionalismo excessivo:

Da situação dúbia que é a do amador, num mundo que exige a adequação da sociedade ao profissional, resulta naturalmente, uma obsessão de profissionalismo puro, isento, alheio, muito

semelhante à que, paralelamente, se observa nas mais recentes e acadêmicas manifestações poéticas. Não admira que assim seja: sempre foi de amadores *cristalizados* e não de profissionais em permanente e viva evolução, que se fizeram as Academias, esses dignos ornamentos das sociedades que, num desafio à humildade cristã, se querem supor exemplares e eternas. (Idem, p.147)

De acordo com os destaques acima, é possível observar um movimento dialético no qual tanto o profissionalismo puro, quanto o amadorismo vulgares são criticados. Portanto, fica evidente a posição de vanguarda de Jorge de Sena ao produzir ácida crítica ao academicismo poético português.

Assim, nos seis textos de Jorge de Sena, de 1940 a 1970, a questão do “amador” aparece frequentemente, pois é um termo sobre o qual se deteve ao perceber que tal conceito estava diretamente relacionado à vida intelectual e literária e, conseqüentemente, necessário no exercício da crítica. Além disso, seus estudiosos já observaram que Jorge de Sena sempre apresentou essa inclinação para estabelecer conexões entre as várias disciplinas. (WILLIANS, 2002, p.60) Todo o conjunto de sua obra também confirma essa tendência interdisciplinar, que por sua vez caracteriza o que seria o intelectual “amador”, apreciador e interventor em vários campos.

A atualidade das reflexões de Jorge de Sena sobre o referido tema pode ser comprovada através da comparação com alguns autores contemporâneos, como Richard Sennett e Edward Said.

Em uma obra que estuda o artífice, Sennett, sociólogo estadunidense, refuta as teses idílicas sobre o período artesanal e, contrapondo-se à sua antiga professora, Hannah Arendt, tenta provar que fazer é pensar. O autor afirma que o amadorismo era tido como motivo de orgulho no início do século XVIII, no universo da música, como no caso do virtuose Chambers. (SENNETT, 2009, p.133) Nessa discussão, Sennett está amparado pelas ideias do escritor inglês vitoriano (séc. XIX) John Ruskin, que defendia a radical tese de que “a sociedade moderna como um todo poderia e deveria retornar ao passado pré-industrial”. (Idem, p.125) Ainda segundo Sennett, Ruskin já tinha noção da decadência do artesanato e condenava o sentido romântico que o amador passava a ter em meados do XIX, sustentando a ideia de um meio termo – a “perícia artesanal” – nos direitos de um trabalho,

que não fosse amadorístico nem virtuosístico, ou especialista. Sennett recupera também a herança de Ruskin, apontando que em 1900 o sociólogo americano Thorstein Veblen, cujo herdeiro C. Wright Mills – em meados do século XX – afirmava que a máquina também é o instrumento da morte do artífice, também celebrou as virtudes ruskinianas do manufaturado sobre o mecanizado. Sennett destaca, porém, “que Mills reconhece que tal modelo de habilidade artesanal – apesar de profundamente realizado pelo trabalho, afeito à experimentação e à irregularidade, modesto nas intenções, cuidadoso e particular – tornou-se um anacronismo.” (Idem, p.135)

Ainda na discussão sobre a especialização e o especialista sociável e o antissocial, Richard Sennett afirma que “a questão da procedência e do prestígio do especialista é antiga, começando com as honrarias cívicas dos *demioergoi*.” Esse movimento, do artífice mestre como um especialista sociável, acaba por sufocar e extinguir a figura do amador. Considerando que a alternativa do especialista também não seja a melhor, escreve o autor:

Mais perto dos tempos modernos, o amador foi gradualmente perdendo terreno, especialmente no alvorecer da Era Industrial, parecendo a sua curiosidade exploratória de menor valor que o conhecimento especializado. Mas o fato é que o moderno especialista dispõe de poucos rituais sólidos para vinculá-lo à comunidade como um todo ou mesmo aos colegas. (SENNETT, 2009, p.274-275)

Portanto, mesmo sendo Sennett um pensador de matriz liberal, ligado à escola pragmática dos EUA e compartilhando parcialmente do movimento da especialização, percebe que, na extinção do amador, estão presentes a escassez dos vínculos e a individualização nas relações de trabalho. Ele estaria difundindo uma perspectiva desmobilizadora, já que em outros momentos de seu livro esboça críticas a Marx, mas também oferece elementos para refletir a construção coletiva do mundo e das ideias. Aproxima-se assim do que foi discutido a respeito da especialização e do tema do amador em Jorge de Sena, que apontou a transformação do sentido de amador, desde o século XIX até o valor depreciativo de hoje.

Entretanto, a intenção de recuperar o sentido positivo para o termo é ainda presente, como num ensaio dos anos 1990, de Edward Said, chamado

“Profissionais e amadores”. Nesse artigo, Said coaduna com a concepção de Jorge de Sena ao criticar o intelectual profissional ou o que ele chama de profissionalismo. Segundo Said:

A ameaça específica ao intelectual hoje, seja no Ocidente, seja no mundo não ocidental, não é a academia, nem os subúrbios, nem o comercialismo estorpecido do jornalismo e das editoras, mas antes uma atitude que vou chamar de profissionalismo. Por profissionalismo eu entendo pensar no trabalho do intelectual como alguma coisa que você faz para ganhar a vida, entre nove da manhã e cinco da tarde, com um olho no relógio e outro no que é considerado um comportamento apropriado, profissional – não entornar o caldo, não sair dos paradigmas ou limites aceitos, tornando-se, assim, comercializável e, acima de tudo, apresentável e, portanto, não controverso, apolítico e “objetivo.” (SAID, 2005, p.78)

O profissionalismo apontado por Said seria complementado por um conjunto de pressões sofridas pelo escritor ou intelectual e que podem ser contestadas pelo que ele chama de amadorismo, ou seja:

... o desejo de ser movido não por lucros ou recompensas, mas por amor e pelo interesse irreprimível por horizontes mais amplos, pela busca de relações para além das linhas e barreiras, pela recusa em estar preso a uma especialidade, pela preocupação com ideias e valores apesar das restrições de uma profissão. (Idem, p.80)

Para Said, tais pressões seriam basicamente três. Em primeiro lugar, a especialização, porque tende a limitar o estudioso a uma área de conhecimento relativamente restrita. De fato, no estudo de literatura a especialização significou um crescente formalismo técnico. “Ser um especialista em literatura significa, com demasiada freqüência, excluir a História, ou a música, ou a política.” Um intelectual especializado ficaria “domesticado para aceitar qualquer coisa que os chamados grandes especialistas nesse campo pontificam.” O autor ainda completa que a “especialização também mata os prazeres do arrebatamento e da descoberta, ambos irredutivelmente presentes na índole do intelectual.” (Idem, p.81) Em segundo, a expertise e o culto técnico ou perito credenciado que são pressões mais próprias no mundo do pós-guerra. É conveniente lembrar que é

também nesse clima de pós-guerra que Jorge de Sena escreve suas críticas aos especialistas observados acima. Finalmente, “a terceira pressão do profissionalismo é a tendência inevitável para o poder e a autoridade entre seus adeptos, para as exigências e prerrogativas do poder para se tornar diretamente empregado por ele.” (Idem, p.84)

Edward Said conclui esse ensaio, reunido em *Representações do Intelectual*, propondo que o intelectual tem que lidar com as restrições do profissionalismo, negar sua influência, mas com uma mudança de atitude, com um conjunto diferente de valores. Essa atitude ele chama de “*amadorismo*, literalmente uma atividade que é alimentada pela dedicação e pela afeição, e não pelo lucro e por uma especialização egoísta e estreita.” (Idem, p.86) Segundo Said:

O intelectual hoje deve ser um amador, alguém que, ao considerar-se um membro pensante e preocupado de uma sociedade, se empenha em levantar questões morais no âmago de qualquer atividade, por mais técnica e profissionalizada que seja. Essa atividade empenhada envolve seu país, o poder e o modo de interagir com seus cidadãos, bem como com outras sociedades. Além disso, o espírito do intelectual como um amador pode transformar a rotina meramente profissional da maioria das pessoas em algo muito mais intenso e radical; em vez de se fazer o que supostamente tem que ser feito, pode-se se perguntar por que se faz isso, quem se beneficia disso, e como é possível tornar a relacionar essa atitude com um projeto pessoal e pensamentos originais. (Idem, p.87)

Num contexto próximo ao de Jorge de Sena, a partir das ideias de Edward Said, fica evidente que a especialização, tão cara aos intelectuais, navega na contracorrente da liberdade intelectual reivindicada nos meios eruditos e por estes dois críticos literários do século XX, época do capitalismo triunfante.

Em tal debate, é importante relacionar alguns conceitos de Antonio Gramsci, quando reflete sobre a formação dos intelectuais, sobre a organização da escola e sobre o princípio educativo. Nas anotações de um dos *Cadernos do Cárcere*, analisa as tendências para a educação moderna e observa que as escolas profissionais se multiplicam, trazendo consigo um aspecto paradoxal, uma vez que são louvadas como democráticas, mas, na

verdade, são destinadas a perpetuar e cristalizar as diferenças sociais. (GRAMSCI, 2001, p.49) O pensador marxista afirma que a tendência é a abolição de qualquer tipo de escola desinteressada e formativa e de outro lado “é crescente a difusão de escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados.” (Idem, p.33) Gramsci é militante do que ele chama de uma escola unitária, que combinaria os conhecimentos mais específicos, técnicos e profissionais, como os conhecimentos mais gerais, humanistas, sociais e políticos. (Idem, p.36-39) Ele não está voltado exclusivamente para a questão da educação, porém valoriza o espaço escolar como um espaço orgânico, elaborando críticas ao sistema fascista de seu tempo e discutindo as possibilidades da escola para o socialismo.

As ideias gramscianas se aproximam das críticas de Jorge de Sena ao especialista e à burocracia do fascismo português, bem como das teorias de Edward Said opostas à tendência contemporânea e capitalista da especialização e do profissionalismo. Provavelmente ambos estavam um pouco influenciados pelo marxismo na elaboração de suas reflexões, uma vez que a essência dessa filosofia é a busca da totalidade do homem e, assim, a experiência do amador poderia constituir um instrumento para assegurar tal anseio.

Entretanto, para Pierre Bourdieu, que apresenta uma interpretação um pouco distinta sobre tal tema, a postura do esnobe ou dândi, característica da revolução industrial, é uma forma de distinção intelectual destes em relação às classes sociais pobres e incultas. Bourdieu observa que “os membros das classes cultivadas manifestam forte inclinação pelo diletantismo e por uma representação carismática da relação com a cultura.” E afirma que essa atitude dominante nos meios cultos depende do lazer e do tempo livre para adquiri-lo e, portanto, decorrente da “posição no sistema de produção”. (BOURDIEU, 2007, p.20-21) Assim, o sociólogo francês procura desconstruir as análises de obras e autores que passam pela perspectiva acima, “que regem a postura do amador esclarecido, ou do *expert* refinado”. Segundo Bourdieu, esse entendimento procura “excluir qualquer tentativa

de correlacionar escritores e obras às suas condições sociais de produção”. (Idem, p.184)

Portanto, evidencia-se aqui uma polêmica, uma vez que o conceito de amadorismo para Sena, Sennett, Said e Gramsci não se aproxima da leitura de Bourdieu. A perspectiva marxista de amador reivindica o “homem total” e conseqüentemente mais lazer e mais tempo livre para formá-lo, impondo assim uma contradição para a sociedade capitalista resolver: a da exploração e divisão do trabalho, que não permite tal tempo. O impasse e a contradição gerados implicariam em transformações, nas quais tais condições poderiam ser conquistadas. Nesse sentido, o amparo no diletantismo e no amadorismo significa uma postura de resistência a uma dada situação. É preciso ampliar e difundir essa perspectiva de cunho totalizante, que passa pelo contato com a arte e com a catarse, processos que poderiam mobilizar as classes sociais empobrecidas e abalar as classes estabelecidas e cultas. Bourdieu apresenta contribuições quando sugere pensar a posição social na qual se criaram determinados intelectuais e produções culturais, porém têm uma visão cristalizada das classes e não as insere dentro do movimento histórico e dialético, não reconhece que “nas classes cultas e esnobes” muitos fazem sua opção de classe e produzem para o proletariado, refletem a crise da burguesia e organizam a revolução.

Entre outras questões diretamente relacionadas às principais perspectivas de engajamento dos intelectuais da segunda metade do século XX e presentes nos ensaios de Sena, podem ser relacionadas as críticas ao imperialismo e ao nacionalismo exacerbado. No caso deste autor, trata-se mais apropriadamente de uma crítica ao imperialismo cultural e às tendências da historiografia literária que se pautam no evolucionismo e no nacionalismo. Em seu ensaio de 1970, *Sobre a dualidade fundamental dos períodos literários*, reunido no livro *Dialécticas da Literatura* (Edições 70, Lisboa, 1973), Jorge de Sena questiona a tendência, que ele atribui aos critérios nacionalistas, dos estudos literários à simplificação, à esquematização e à classificação da literatura em eras, períodos e escolas, pois acredita que a necessidade de classificar é perigosamente simplificadora

e esconde as continuidades e interpenetrações culturais. (SENA, 1973, p.161-163). Segundo ele:

O erro fundamental da historiografia literária está no critério ao mesmo tempo *evolucionista* e *nacional*, em que ela se tem baseado, criando ficticiamente, à escala de um país ou de uma língua, uma imaginária unidade evolutiva. *Nenhuma literatura em nenhum período da sua história se explica inteiramente por si mesma, e nenhum movimento estético, a não ser em raríssimos casos especiais, tem a sua história confinada ao país ou à língua da sua origem.* É a falta de erudição comparativista, e o excesso de erudição nacionalista, o que sustenta o mito de uma “evolução” *que nunca respeitou fronteiras nacionais ou linguísticas em época nenhuma.* (...) Quer isso dizer que as literaturas (ou qualquer outra forma de expressão) ocidentais são, desde a Grécia Antiga até aos desenvolvimentos do Romantismo uma vasta comunidade cultural cujos aspectos peculiares a cada momento e cada local só ficam perfeitamente situados em função do muito que os historiadores “nacionais” ignoram ou fingem ignorar. (Idem, p.165)

Além da crítica ao nacionalismo, está explícita nas linhas acima uma concepção inovadora do conceito de história, cuja produção, ele esclarece, está sempre atrelada a grupos e interesses definidos. De acordo com Sena, é objetivamente essa concepção que não estaria clara ou faltaria aos historiadores literários de seu tempo. Na sequência deste mesmo texto, o autor ainda adverte:

A consideração periodológica, porém, deve acautelar-se contra a atracção das periodologias históricas, em geral impostas segundo as conveniências imperialistas das Histórias nacionais das “grandes” culturas. Ou aceites pela tradição descuidada. Qualquer periodologia que não corresponda à História geral e a de todas as formas de expressão cultural (a ciência, a filosofia, as letras, as diversas artes, etc.) é por certo uma periodologia artificial que não entra em linha de conta com o carácter inevitavelmente global de todos os momentos da vida humana em sociedade. (Idem, p.168)

Sena acredita ser uma falácia a afirmação de que “os diversos campos do saber e da criação não ‘evoluíram’ *sincronicamente.*” (Idem) Para o crítico, em poucos casos a *diacronia* existe, mas não de forma absoluta e generalizante. Jorge de Sena explica parte desse processo de imperialismo cultural refletindo o caso brasileiro. Para ele:

As diacronias civilizacionais e regionais serão por certo uma injustiça social, mas são sem dúvida, também, um equívoco na avaliação das épocas culturais. Diríamos que o Brasil, capaz de produzir um escritor que resume em si oito séculos de potencialidades linguísticas, como Guimarães Rosa, está fora do circuito cultural do Ocidente, porque possui tribus índias que vivem na floresta amazônica, ainda na Idade da Pedra? (Idem, p.169)

Jorge de Sena critica veementemente o uso do conceito de evolução na crítica literária, apontando, entre as principais restrições ao seu uso, o fato de este trazer implícita a noção de progresso, que para ele, quando “jungida a critérios estéticos, é inteiramente sem sentido, se não se separa, claramente, o que seja a importância de novas *técnicas* e o que seja o *realizado com qualquer técnica existente*.” (Idem, p170)

No ensaio *Sobre a existência de valores literários e a sobrevivência da literatura*, (Diário de Notícias, Lisboa, julho de 1973), inserido em *Dialécticas da Literatura*, Sena disserta sobre os sintomas da crise da arte e da literatura, e, além de desferir ataques a cultura de massas e a sociedade de consumo, associa tal situação aprisionante e atomizada aos nacionalismos e imperialismos. Três parágrafos deste ensaio, além de evidenciarem mais elementos do caráter crítico e emancipador da obra ensaística de Jorge de Sena, também resumem o problema principal tratado no artigo. Observe:

Desde o século XVI, e decisivamente no século XIX, instituíram-se as histórias literárias nacionais, baseadas num critério de imposição de certos valores de continuidade cultural específica. Evidentemente que, num sentido razoável e lógico, nunca houve literaturas nacionais separadas umas das outras, porque todas as literaturas sempre se interpenetraram, com maior ou menor intensidade, e as continuidades culturais são às vezes (ou seriam, se os historiadores literários se ocupassem disso, e não de inventar nomes para encher os vácuos) mais fáceis de estabelecer de uma para outra, do que em sucessivos períodos de uma mesma literatura. Todavia, os homens cultos do passado, se o eram em suas línguas nacionais, participavam da universalidade de uma cultura comum, e em função dela podiam aferir mesmo as suas vaidades ou as suas mitologias nacionais. Isto perdeu-se, e foi precariamente e perigosamente substituído por influências político culturais, com algumas “grandes literaturas” impondo-se as outras e relegando-as para a sombra na curiosidade ou no conhecimento do mundo. Com, no século XIX, a

multiplicação de nações independentes da América Latina (e, no nosso século de nações africanas e asiáticas)), as literaturas *nacionais* multiplicaram-se ao infinito. E as vaidades regionais, provincianas e nacionalistas, juntamente com a perfídia cultural das grandes potências, mais atomizam e pulverizam o panorama literário.

Por outro lado, a massa de gente que, directamente ou indirectamente, tem hoje acesso à cultura literária, será proporcionalmente mais vasta do que o era em épocas passadas, embora devamos ter presente que, proporcionalmente nas camadas supostas educadas, o interesse por aquela cultura tenha dimiruído drasticamente. Basta, para ver se tal, comparar o número de assinantes das revistas do século XIX com o das famosas revistas de hoje. E, em sociedades que, no mundo inteiro, sucumbem às delícias e às maldições da *sociedade de consumo*, a cultura deixou de ser algo que tinha a ver com a educação da personalidade, para ser um produto comercialmente dependente das redes de interesses, dos grupos de pressão, da capacidade de transformação do próprio autor numa entidade a ser consumida e deitada fora, ao mesmo título que qualquer outra coisa.

Neste mundo monstruoso, a confusão das línguas não consegue vencer a barreira oposta pela surdez das vaidades nacionais, nem o imperialismo centrado sobre si mesmo das supostas grandes culturas. Estas, por sua vez, atomizam-se ao infinito, multiplicando a comercialização (ou a politização dirigida) dos seus produtos. (SENA, 1973, p.204-206)

Os fragmentos acima apresentam o mesmo tom melancólico já mencionado na introdução desta tese, todavia expressam toda a influência marxista de Sena, especialmente a gramsciana e a frankfurtiana. Relativamente à primeira, o crítico português considera a função orgânica dos intelectuais na “politização dirigida” das literaturas nacionalistas e, quanto à segunda, ele é sensível à “multiplicação da comercialização” e transformação da literatura e do autor em mercadorias descartáveis.

Frente a este quadro contemporâneo Jorge de Sena esboça as possíveis resistências para salvar a literatura do provincianismo e do imperialismo. De acordo com ele:

Qual solução existe para esta situação trágica? Antes de mais, a proposição insistente e sistemática do conceito de *literatura universal*, para o qual nenhum autor é de mérito apenas porque elucida com muito pitoresco e visão a vida dos planaltos do Tibete, do sertão da Baía, ou da aldeia de Paio Pires. Só este conceito pode salvar a literatura igualmente do imperialismo das grandes culturas e do provincianismo das

pequenas. E, depois, a criação de uma ciência da literatura, que na medida do possível, erga os juízos acima das referências e particularidades ditas nacionais (quanto disso é adaptação de outras nacionalidades!), como das subjectividades críticas ao serviço de todos os grupos de pressão social.

(...) Porque a noção de literatura universal implica a de uma sociologia da literatura que desmascare as pretensões e os preconceitos do gosto e da crítica, do mesmo modo que implica a integração de todos na humanidade em geral. (Idem, p.208-209)

As duas propostas acima, além de retratar sua personalidade multifacética e cosmopolita com o marxismo, reafirmam suas críticas aos dois pólos (nacionalismo e imperialismo) que estreitam o estudo da literatura. Mais do que isso, segue reivindicando a interdisciplinaridade, ou também “a totalidade do homem”, como ponto central da crítica literária. No ensaio, *Sobre o perspectivismo-histórico literário* (1973), Sena volta a tal questão quando escreve sobre a necessidade da perspectiva histórica nos estudos literários e afirma que é “decisiva uma *sociologia da cultura*, menos para suprimos as falhas de informação ou as generalizações precipitadas, *que para compreendermos porquê e para quê estas foram feitas.*” (Idem, p. 185-186)

Nas intervenções de Jorge de Sena relacionadas à proposição de uma literatura universal, pode ser observada a atualidade de suas idéias que vão ao encontro das do marxista indiano Aijaz Ahmad, numa entrevista em que este discorre sobre cultura, nacionalismo e o papel dos intelectuais. Segundo Ahmad:

Dentro dessa perspectiva, portanto, não posso abandonar a ideia de uma arte internacional e de uma “literatura universal”, independentemente do que você chama de “dominação cultural ocidental”. Não acho realmente que a dominação seja “ocidental” e pessoalmente não tenho nenhuma dificuldade em aprender uma coisa ou duas com os franceses, com os britânicos ou mesmo com os norte-americanos. O problema é o imperialismo. O que você chama de “dominação ocidental” é na verdade uma universalização capitalista, na qual as ideologias e os artefatos culturais dominantes são produzidos nos países do centro e são ou exportados ou copiados no resto do mundo. (...)

(...) O problema é como essa “literatura mundial” deve ser realmente ensinada e lida. A ideia de “literatura mundial” no

sentido tradicional *à la* Goethe, permanece profundamente canônica, até mesmo arnoldiana: tudo o que de melhor foi pensado e escrito deve agora ser selecionado não a partir dessa ou daquela nação, mas do “mundo”.

(...) Em resumo, então, a “literatura mundial” continua sendo o horizonte do desejo universalista. Mas a realidade chã é que não há de fato nenhuma alternativa além de escolher pequenos trechos e fazê-los bem, o que quer que chamemos esses trechos. (AHMAD, 2002, p.226-228)

Nacionalismo e imperialismo, discutidos por Aijaz Ahmad dentro de uma perspectiva dialética, são dois pólos em que um serve na construção da crítica do outro. Ahmad provoca seus críticos, acusando-os de

mal-equipados para entender minha abordagem em relação ao nacionalismo, por exemplo, pois vejo a questão do nacionalismo *historicamente* e portanto me oponho a muitas, muitas espécies de nacionalismo, mas também me agarro à importância do nacionalismo antiimperialista num mundo dominado pelo imperialismo. (Idem, p. 231)

Esse movimento de unidade dos contrários, manifestada pelo indiano e muito recorrente ao observarmos os anos 1960 e 1970, está implícito em Jorge de Sena, uma vez que este estava engajado na luta anticolonial e anti-imperialista portuguesa, mas para isso, de outra forma apegado aos valores culturais portugueses e ocidentais.

Um importante livro sobre outras inquietações políticas nos ensaios de Sena é *Maquiavel e outros estudos*, (Livraria Paisagem Editora. Porto:1974); que reúne tímidas reflexões sobre o tema da política a partir de estudos produzidos entre 1958 e 1968, muitos deles publicados em jornais e obras organizadas do Brasil. Segundo o autor, os textos desse livro são irmanados pelo

... facto de serem sobretudo orientados para a história das ideias ou da cultura, ao mesmo tempo centrando-se em obras ou personalidades de primeiro plano, e analisando o significado de umas e outras para a nossa experiência contemporânea. (SENA, 1974, p.9)

Entretanto, Sena não comenta no prefácio dessa obra, mas trata-se também de um agrupamento de textos teóricos com posições políticas marxistas, tanto que, só com o fim da censura, é publicada em Portugal. É

um livro “que remonta aos clássicos”, pois os ensaios desta obra percorrem a trajetória de homens e livros, entre eles Maquiavel e *O Príncipe*, Marx e *O Capital*, Miguel Ângelo, Shakespeare, Galileu, Rousseau e as *Confissões*, Chestov e Malraux. Jorge de Sena declara que, nessa coletânea, autores e obras “foram estimados e referidos em função de uma dialéctica histórica entre o tempo deles e o nosso.” (Idem, p.10)

Sena abre o ensaio *Maquiavel e O “Príncipe”* com um parágrafo sobre o verbete “maquiavelismo” que, nos dicionários, é sinônimo de velhacaria e de perfídia, ou é o mesmo que o sistema político de Maquiavel baseado na astúcia. Entretanto, ele indica que o escritor italiano “Nícolo Machiavelli” muito pouco ou nada tem a ver com isso. No decorrer do texto, apresenta alguns dados biográficos do autor, expõe toda sua obra e as características da Itália de seu tempo, ressaltando que o objetivo principal de suas reflexões políticas era a unificação italiana. Destaca também algumas qualidades de Maquiavel, conforme o texto abaixo:

A grande revolução operada por Machiavelli é essa, esse enorme escândalo que seu pensamento causou, ao desmascarar as hipocrisias do moralismo ou do legalismo: a colocação da política como atividade social e intelectual autônoma, decorrente de determinados interesses que a deveriam condicionar e guiar, sem subordinação ao que, desmascarado, não era mais que outra rede de interesses empenhada noutra acção política. (SENA, 1974, p.18)

Além de problematizar as relações entre Maquiavel e o Renascimento, período ao qual o autor italiano é comumente ligado, Sena também o defende, ou tenta “recuperar a dignidade de suas categorias” e intensificar sua contribuição para a ciência política. Segundo Jorge de Sena:

O pensamento de Machiavelli, como vemos, é o contrário daquilo que tem sido pejorativamente acusado de ser; e a exploração que tiranos e ditadores fizeram dele não passa de uma depravação criminosa da sua nobreza intrínseca, da sua coerência empírica, da sua dignidade fundamental. (...) ...Machiavelli foi, não menos que outros pensadores e até que muitos santos, vítima da sua própria honestidade intelectual. É perigosíssimo, para a integridade de um pensamento, que este analise em voz alta aquilo que, em voz baixa e a ocultas, todos pressentem e praticam. (Idem, p. 47)

Nota-se então o interesse de Jorge de Sena pela política ao reconstituir a trajetória de Maquiavel e contrapô-la às ideias sobre este autor no período coevo ao seu.

No ensaio *Miguel Ângelo, Shakespeare e Galileu* – publicado originalmente nos Suplementos Literários do *Diário de Notícias* de Lisboa e do *O Estado de S. Paulo*, em 06 e 15 de agosto de 1964, respectivamente – Sena indica que, no ano de 1964, celebravam-se três centenários destes “três maiores gênios que a humanidade produziu”, empreendendo uma análise sócio-histórica, ou seja, da relação entre tais personagens e o espaço e o tempo em que estão inseridos, revelando o quanto foram decisivos para a história e o quanto “continuam tão poderosamente vivos em nosso meio.” O olhar crítico permite notar que se trata de texto introdutório e didático, excessivo na exaltação dos personagens e dá destaque à noção de gênio. (Idem, p.55-67)

Nos artigos *Sobre Shakespeare* e *Sobre o realismo de Shakespeare*, Jorge de Sena, além de declarar sua admiração e simpatia pelo dramaturgo inglês, esboça um estudo teórico sobre o realismo, revelando igualmente sua filiação teórico-metodológica à Georg Lukács. No primeiro – publicado no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo* em 18/04/1964 –, também de tom introdutório sobre Shakespeare, Sena faz alusão a um de seus livros, o *História da Literatura Inglesa* (SP, 1963), que traz um capítulo inteiramente dedicado ao dramaturgo (Cap. IX). No segundo – publicado originalmente em Portugal, na revista *O Tempo e o Modo*, n°. 19, de Setembro de 1964 – Jorge de Sena desenvolve a carga de realismo presente nas obras do inglês e faz comparações deste com Camões, de modo a situá-los como nomes de ruptura do Renascimento, ao afirmar que ambos “são o princípio e o fim de uma época que perdeu as ilusões do Renascimento”. Acrescenta que o realismo psicológico de Camões e Shakespeare “caracteriza exactamente essa época de que os dois foram, provavelmente, os geniais marcos extremos, no âmbito de uma cultura literária que era, ao mesmo tempo, nacional e cosmopolita”, e que esse “é o realismo que observa o homem em situação, a contas com seu próprio destino, e não o que se ocupa com a

descrição das circunstâncias externas em que essa situação se configura”. (Idem, p.98)

A constatação do realismo shakespeariano é feita à luz da *Teoria do Romance*, de Georg Lukács. O parágrafo transcrito a seguir faz parte do ensaio no qual Sena cita o húngaro e explica o conceito de realismo.

Em crítica fenomenológica moderna, podemos sem dúvida e sem receio, proclamar que Shakespeare é um extraordinário escritor realista. Ele é-o tal como Dante, Petrarca, Camões ou Milton o são, ainda quando descrevem os círculos do inferno, ou a Queda de Adão, ou um consílio de deuses, ou as imaginações metafóricas de um poeta apaixonado. Mas nenhum deles o é por forma a contentar os adeptos obsoletos do Realismo... Porque o que dá o índice da capacidade de realismo crítico de um poeta não é sua atenção estrita às circunstâncias da realidade ambiente (ainda que para superá-las pelo formalismo metodológico que as convicções sócio-políticas lhe dizem), mas a categoria da sua criação estética, quando esta se formaliza em *estruturas significativas*, cujo dinamismo releva da superação formal da realidade social (cf. Lukacz, *Teoria del Romanzo*, trad. Italiana com introdução de Lucien Goldmann, Milão, 1962). Essa superação formal resulta da consciência estética de uma *dissonância* fundamental, porque, como diz Lukacz na obra citada, “a arte é sempre, em confronto com a vida, um *não obstante*” (pág. 110 da obra citada). E, como comenta Goldmann, “nenhum escritor pode dar, com efeito, vida a uma obra válida, pondo problemas que ele próprio já superou”. É nestes termos que nos cumpre entender o realismo shakespeariano, como o de todas as criações estéticas de alta categoria. O índice de realismo mede-se pela presença de uma insatisfação com o destino humano em situação; e essa insatisfação critica a realidade, opondo-lhe uma estrutura significativa, um “*não obstante*”... (SENA, 1974, p.105-106)⁶⁹

Observa-se, por esta passagem e pelo conteúdo geral do ensaio, que Sena incorpora e difunde as teses sobre o realismo do marxista Lukács. Nesse escrito o crítico português está atrelado a um importante debate da crítica literária da década de 1960, quando pretende afastar as confusões e simplificações associadas ao realismo. Primeiramente, condena a prática

⁶⁹Adriana Facina destaca a importância “do autor marxista Lucien Goldmann (mesmo que um tanto esquecido no Brasil hoje)”, por este defender “a ideia de que as visões de um mundo que se expressam nas obras literárias não são produto da consciência individual de seus autores, mas sim elaborações de uma coletividade.” (FACINA, 2004 a, p.52). Carlos Nelson Coutinho é outro que trata da aproximação metodológica entre Lukács e Goldmann. (COUTINHO, 2005, p.42)

simplificadora da crítica formalista de ver o realismo “como orientação de classe ou grupos em processo de ascensão revolucionária” e sustenta a tese de que o crítico deve ir além e considerar a relação de adequações recíprocas existentes entre as formas significantes externa e interna na análise literária. (Idem, p.115-116)

Na discussão seniana de Shakespeare, outro elemento que aparece em destaque são os temas políticos. Segundo o crítico português o realismo do dramaturgo inglês “estaria não no fato deste se lhe desinteressar de uma análise ou posição política, mas observar o caso de que a maior parte das suas tragédias não passa de comentário teatral das mais variadas situações políticas, conduzido com a mais penetrante atenção.” (Idem, p.114)

Do ensaio *As “Confissões” de Rousseau e o Problema da Sinceridade* – escrito para o prefácio da 3ª. edição da obra em português, do iluminista francês (Portugália, Lisboa, 1968 – Trad. Fernando Lopes Graça) – os problemas de fundo levantados por Sena são essencialmente o da biografia e da autobiografia. Todavia, o crítico está amparado, como sempre, no diálogo constante com outras disciplinas, tais como a psicanálise. (Idem, p.127-140)

Entretanto, é no artigo *Marx e O “Capital”* de 1962, que se verifica a admiração de Jorge de Sena pelo pensador alemão. Tal ensaio, assim como o de Maquiavel, foi preparado para o volume *Livros que abalaram o mundo*, organizado pela Editora Cultrix, SP, 1963. Talvez por compor uma obra voltada para o grande público, o aspecto geral do ensaio de 34 páginas de Sena sobre Marx preza pelo didatismo e pelo tom introdutório. Porém o autor é ousado ao combinar uma breve exposição biográfica de Karl Marx e Frederich Engels com a descrição do cenário histórico em que vão surgindo e sendo debatidas suas respectivas obras, sobretudo *O Capital*. Sena demonstra que a honestidade intelectual de Marx e Engels está documentada por meio da “história editorial” de suas obras, a qual ele percorre brevemente, afirmando que tal projeto levantou a tese de que “fora da *compreensão histórica*, qualquer expressão de pensamento não tem sentido concreto.” (Idem, p.156)

Além de defender Marx do que ele chama de “marxistas desastrados” (Idem, p.158), numa clara menção ao marxismo vulgar, Sena contextualiza a

recepção da obra de Marx, ressaltando que: “As falsas especializações culturais, que o desenvolvimento da sociedade capitalista criou e impôs, são em grande parte responsáveis pela incompreensão que rodeia a magna obra de Marx.” (Idem, p.159) Mais uma vez, surge o Jorge de Sena, um apaixonado pela literatura e preocupado com a exacerbação das especializações do capitalismo, considerando-as negativas para o conhecimento e a leitura de obras como as de Marx. Assim, o crítico português volta a questionar as dissociações metodológicas para a compreensão da realidade social humana, ressaltando o valor multidisciplinar de *O Capital*. Seguindo o espírito de análise seniano, cabe até mesmo dizer que Marx foi um intelectual amador (no melhor sentido do termo), “na sua triunfante e apaixonada ambição totalizante de entender e sintetizar o capitalismo no século XIX.” Essa especulação se justifica, pois, nas palavras de Sena:

A maior de todas (hipóteses que pesam sobre o reconhecimento da alta categoria especulativa do pensamento agente que presidiu à relação de *Das Kapital*) é que Marx não foi apenas um filósofo, um historiador, um economista, um sociólogo, um pensador político, que, longe de misturar os campos respectivos destas disciplinas (como tem sido metodologicamente acusado de ter feito), criou as condições em que elas, repudiando as pretensas dissociações metodológicas da cultura de base capitalista, *não extrapolam*, porque são aspectos de uma mesma e única realidade, que é a do mundo dos homens. O caso é que Marx foi, com a formidável capacidade de um sintetizador e transfigurador dialéctico de séculos de pensamento e de experiência humana, um agitador político. E um agitador cujas ideias, após décadas de aparente dormência, conheceram um triunfo sem precedentes, a ponto de o mundo se encontrar dividido, hoje entre os que se lhe opõem, e aqueles para os quais o pensamento de Marx e de Engels é a própria estrutura da vida. (Idem, 169-170)

Portanto, Jorge de Sena faz uma defesa veemente de Marx, endossando-o enquanto um pensamento vitorioso, pois tece considerações a respeito da guerra fria, que dividia o mundo em dois pólos no momento em que escreve, os países capitalistas e seus críticos, os países socialistas, mesmo que a maioria fosse de inspiração soviética. O ensaísta também explicita seu anticapitalismo quando ressalta o repúdio de Marx às “dissociações metodológicas”, que, poderíamos entender como sendo as

especializações, características da cultura capitalista, tão prejudiciais à compreensão da obra de Marx e à própria dinâmica capitalista.

Sena também escreve acerca dos vários problemas teóricos do marxismo, como a economia política, porém, outros lhe parecem mais inquietantes, tais como os problemas filosóficos e religiosos, sobre os quais argumenta, limitando-se ao ateísmo e ao materialismo na teoria marxista. De acordo com ele:

O marxismo, com efeito, faz tábua rasa do eterno, da existência de Deus; mas não expressamente, nem determinadamente. Não é o ateísmo que é basilar no marxismo, mas o materialismo, de que aquele ateísmo é então uma decorrência lógica. O ateísmo não foi, e historicamente não é, uma invenção polêmica do marxismo. (Idem, p.164)

Talvez por também se dirigir aos seus conterrâneos lusitanos há muito tempo cercados por um catolicismo sufocante, que na estrutura salazarista inclusive ocupava papel de destaque, tal temática fez parte das preocupações de Jorge de Sena, conforme é exposto no Prefácio de 1977, para a 2ª. edição de *Poesia I*, no qual o poeta e ensaísta se apresenta e fala sobre sua visão a respeito da religião:

Religiosamente falando, posso dizer que sou católico mas não um cristão – o que apenas significa que respeito na Igreja Católica todo o velho paganismo que ela conservou nos rituais, nos dogmas, etc., sob vários disfarces, tal como a Reforma protestante não soube fazer. Acredito que os deuses existem abaixo do Uno, mas neste Uno não acredito porque sou ateu. Contudo, um ateu que, de uma maneira de certo modo hegeliana, pôs a sua vida e o seu destino nas mãos desse Deus cuja existência ou não existência são a mesma coisa sem sentido. Filosoficamente, sou um marxista para quem a ciência moderna apagou qualquer antinomia entre os antiquados conceitos de matéria e espírito. (SENA, 1977, p.20)

De fato, Sena é insistente em manifestar seu ateísmo e, como provocação aos leitores, ressalta o paganismo que o catolicismo legou aos nossos tempos. Tais linhas indicam que o escritor, cuja obra está em sintonia com sua trajetória de vida militante, cumpria sua função enquanto marxista, poeta, artista e intelectual politicamente engajado num movimento antifascista.

Os dois últimos ensaios de *Maquiavel e outros estudos* são sobre André Malraux, autor francês cuja obra, *A condição humana*, traduzida e prefaciada por Sena, foi publicada em 1958 pela editora portuguesa Livros do Brasil.⁷⁰ O referido prefácio é enaltecedor, entretanto Sena friza as posições contraditórias do francês, mas ressalva que são uma incoerência natural, já que é “filho de uma sociedade que inventou por um lado o individualismo e por outro o culto a arte”. Destaca que Malraux e André Gide (o surrealista) foram “a Berlim protestar contra o processo subsequente ao incêndio do Reichstag, que consolidava Hitler no poder.” Também alerta que Malraux, um dos primeiros a denunciar ao mundo a existência de campos de concentração nazis, alistou-se como aviador ao lado da Espanha republicana. Sena conta que Malraux rompeu com o partido comunista quando a Rússia ocupou a Polônia e os Estados Bálticos e que “na resistência francesa comandou a brigada Alsácia-Lorena cuja acção foi célebre”, período em que se ligou ao general De Gaulle, de quem era o Ministro da Informação do Gabinete no momento em que Sena escreve. O segundo ensaio sobre Malraux, originalmente publicado no *Suplemento Literário* de *O Estado de S. Paulo* em 17 de outubro de 1959, narra o encontro frustrado do poeta com o Ministro de De Gaulle, no Rio de Janeiro, quando Sena admite que o viu de longe, com o “aparato policial, a imensa petulância do ministro pairando sobre a humanidade sofredora...” Tal episódio, segundo ele, levou-o a “meditar a Condição Humana – a do livro, a nossa e a de Malraux.” (SENA, 1974 a, p.205)⁷¹

⁷⁰ Jorge de Sena passou a ser consultor literário desta editora portuguesa em 1955. Na nota sobre este prefácio de 1958 afirma que era “director literário da empresa”. Há breves referências a tal editora nas suas correspondências com Dante Moreira Leite. (LEITE & SENA, 1996) A Livros do Brasil Editora, uma das mais importantes editoras portuguesas de literatura estrangeira, foi fundada em 1944 por Antonio Augusto de Souza-Pinto, com o objetivo de divulgar entre os portugueses as grandes obras da literatura clássica e contemporânea brasileira. (site na internet: <http://www.livrosdobrasil.com>) Essa mesma tradução de Jorge de Sena foi reeditada com a licença da Livros do Brasil, pela Editora Abril Cultural, para a coleção *Os Imortais da Literatura Universal*, sob o número 48, sendo a 1ª edição lançada em 1972.

⁷¹ Cláudio Abramo publicou um artigo no *Suplemento Literário* de *O Estado de S. Paulo*, em 22 de agosto de 1959, intitulado *A Influência de Malraux*, comentando que o autor francês usou duas personagens básicas nos seus três livros mais importantes: a revolução e a massa. Abramo sugere que no período em que escreve, e por pelo menos 20 anos anteriores, Malraux exerceu enorme influência sobre os jovens revolucionários. (ABRAMO, 1988, p.123)

Outro ensaio importante do volume *Dialécticas da Literatura* (SENA, 1973) é *Sistemas e Correntes Críticas*, publicado originalmente na revista *O Tempo e o modo* n°. 34/35, Jan/Fev 1966. No texto, bastante teórico, Jorge de Sena percorre as principais tradições da crítica literária, organizando um debate entre elas e situando as modernas tendências, com nomes como o de Erich Auerbach e Lukács, entre outros. Cabe lembrar que, no momento em que Sena o escreveu, a crítica e a teoria literárias começavam adquirir *status* de disciplina científica. Assim, novamente o autor volta a problematizar a questão do biografismo, posicionando-se contra os procedimentos biográficos para a análise das obras literárias, pois tal tendência é vinculada a crítica impressionista. Propondo uma crítica em torno da “estrutura significativa” de um “objeto estético”, destaca a importância dos vários campos científicos para a crítica (Idem, p. 118) e volta a ponderar que a “sociedade de massas em ascensão à cultura” nos nossos tempos, dá origem a uma nova cultura. De acordo com ele,

Nesta nova perspectiva de cultura, em que a cultura se tornou, estranhamente para alguns, um artigo de consumo (sem que por isso se degrade, já que a comida ou a bebida, tudo o mais que consumimos, têm a dignidade de serem necessárias), a arte em geral, e a literatura em particular, deixaram de ser úteis, ou de ser ornamentos dos ócios de classes restritas, para serem a *representação concreta* (que só abstractamente ou eventualmente haviam sido) da humanidade, no seu esforço e na sua exigência de reconhecer-se como tal. (SENA, 1973, p.115)

Além de reincidir em suas preocupações com a cultura na sociedade de massas, Sena discute a dialética implícita no termo ecletismo, debatendo acridamente com outras correntes e empreendendo um trabalho de rever o seu significado e sua importância para a crítica literária, conforme pode ser acompanhado nas suas reflexões abaixo:

Quer isto dizer que, onde e quando a crítica não seja precedida de exaustivas e monumentais investigações, o impressionismo pesa sobre ela como uma maldição das pretensões individualísticas do passadismo crítico? Ou que tal dilema só pode ser obviado por um algo suspeito ecletismo metodológico? De modo algum. O ecletismo só existe onde e quando seja expressão de um conformismo filosófico e de um hedonismo

esteticista, sem desejos de conhecimento ou de compreensão em profundidade. *Mas não*, quando seja sobretudo o reconhecimento de que a realidade é complexa, de que o conhecimento dela é convencional, e de que cada método só pode dar-nos entrada num dos planos ou dos aspectos para cuja investigação foi concebido. Se a fundamental atitude é metodológica e não sistemática (de redução a um sistema), o ecletismo não existe enquanto tal. Parece ser ecletismo o que é a única atitude científica possível: os métodos, se o forem, todos nos são úteis e fecundos, e todos não são demais para esgotarmos os múltiplos aspectos de uma realidade que é um objecto complexo. Nada mais complexo que uma obra de arte: é simultaneamente, uma “coisa” e uma “pessoa” no tempo e no espaço – o que nem as coisas nem nós conseguimos ser. (SENA, 1973, p.109)

É notável o fato de Sena ser um militante em prol de uma metodologia totalizante e livre, que se atenha, sobretudo à “estrutura significativa” da “realidade concreta”. Ainda neste artigo, posterior ao texto sobre o realismo em Shakespeare, Sena relata novamente a enorme contribuição de Lukács, enquanto fundador de uma singular sociologia da cultura. Segundo Jorge de Sena,

(...) Quando um Lukacs aplicou à estética, por uma forma sistemática, a filosofia marxista (e não apenas os dogmas simplistas do oportunismo comunista estalinista), automaticamente assumiu uma visão materialista dialéctica da literatura, que, todavia, nada tem que ver com a sociologia da cultura, como Weber ou Mannheim a desenvolveram. (...) Quando um Lukacs faz crítica “sociológica” de uma obra literária, ele não utiliza os métodos da sociologia, mas sim um método peculiar em que os parâmetros da apreciação e da investigação literária são os da sociologia. (SENA, 1973, p.126-127 e p.141)

Essas parecem ser as principais orientações de Sena à crítica literária, as quais, por sinal, ele estava absorvendo em seus vários caminhos do exílio, especialmente o brasileiro.

3.3. Os “clássicos esquecidos” na crítica literária de Vítor Ramos.

Embora não tenha produzido tanto quanto Casais Monteiro ou Jorge de Sena – e essa talvez seja uma das razões para seu esquecimento – Vítor Ramos, cuja obra demonstra suas “qualidades de pesquisador e crítico”, tem despertado a atenção de estudiosos os quais asseguram “que muito do que

ele escreveu ainda espera a merecida atenção editorial.” (PINTO, 2003, p.169). De fato, o que ele escreveu foi significativo, pois tratou de algumas expressivas, mas pouco freqüentadas, figuras literárias do século XVII, entre elas clássicos da literatura, igualmente marcados por perseguições, exílios e quase caídos no esquecimento.

Na relação, citada abaixo, de parte das obras que Vítor Ramos produziu em Portugal, na França e depois no exílio do Brasil, observam-se obras publicadas, conferências e traduções voltadas para o estudo da cultura e da história portuguesa e francesa.

- 1) “*Um article du Chevalier d’Olyveira dans lê Journal Encyclpodédique*” (opúsculo em francês, Livraria Bertrand, Lisboa – 1955).
- 2) *História da Cultura em Portugal*, obra dirigida por Antônio José Saraiva (colaboração no 2º. Vol.) Ed. Jornal do Foro, Lisboa – 1953.
- 3) *Encontros em Paris*, Mundo Literário, Lisboa, dezembro/1946.
- 4) *Critica Literária*, Portucale, Porto, 1950.
- 5) *Simone Beauvoir*, Paratodos, Rio, novembro/1956.
- 6) *Raymond Radiguet*, Paratodos, Rio, janeiro/1957.

Obras organizadas

- 1) *Teatro escolhido de Molière*, (com introdução) São Paulo, Papiros, 1965.
- 2) *Camões, Os Lusíadas*, (com introdução notas e glossário) São Paulo, Cultrix, 1966.
- 3) *Teatro cômico francês dos séculos XVII e XVIII*, (com introdução) São Paulo, Difel, s/d.

Conferências:

- 1) A moderna poesia francesa, na associação Acadêmica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em janeiro de 1948.
- 2) O Chevalier d’Olyveira em Londres, na British Broadcasting Corporation (BBC) de Londres, em abril de 1954.

Traduções:

- 1) *O silêncio do mar*, de Vercors, Difel: São Paulo, 1955.
- 2) *A Convidada*, de Simone de Beauvoir, Difel: São Paulo, 1956.
- 3) *História Geral das Civilizações*, vol. VII, O Período da Europa Feudal, Edouard Perroy (em colaboração).
- 4) *História Geral das Civilizações*, vol. IX, Os Progressos da Civilização Européia, por Roland Mousnier (em colaboração)
- 5) *História Geral das Civilizações*, vol. XI, O último século do Antigo Regime, por Roland Mousnier e Ernest Labrousse.
- 6) *História Geral das Civilizações*, vol. XII, A sociedade do século XVIII perante a Revolução, por Edições Difel: São Paulo, 1957-1958.
- 7) *A época contemporânea*, de Maurice Crouzet. (da série em 3 volumes – História Geral das Civilizações) Vol. 1 – O Declínio da Europa / O Mundo Soviético; Tradução com Jacó Ginsburg. Difel: SP, 1958.⁷²

Além dessas relacionadas, há outros trabalhos de destaque do período em que se exilou no Brasil, cuja maioria já apresenta edições esgotadas: *Estudos em Três Planos*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1966 a; *Cyrano auter tragique: L'expression de la verité humaine dans "La Mort d'Agrippine"*. (todo em francês) Publicações da FFCL de Assis (Coleção estudos e ensaios) – Governo do Estado de São Paulo: SP, 1966 b; *Cavaleiro de Oliveira – Trechos Escolhidos*. (nº. 99 da Coleção Nossos Clássicos) RJ: Livraria Agir Editora, 1968; *Routrou: um universo equívoco*. (Boletim nº.352) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971; *Edição de Língua Portuguesa em França (1800-1850) – Repertório geral dos títulos publicados e ensaio crítico* Fundação Calouste Gulbekian/Centro Cultural Português: Paris, 1972.

Muitas das obras acima são estudos sobre alguns clássicos da literatura mundial, cujo interesse configura uma postura marxista, lembrada por Lukács anteriormente quando assegura que é uma

⁷² Referencias encontradas no Fundo Digital de Pesquisas do Arquito Nacional; no currículo de Vitor Ramos, anexado ao processo nº. 23/58 (Sua contratação para reger a cadeira de Língua e Literatura Francesa) do Arquivo Permanente da FCL/UNESP-Assis/SP e também em RAMOS, 1971, p.05.

peculiaridade do marxismo sempre “se remontar aos clássicos”. Portanto, a relação desse autor com a crítica literária de inspiração marxista merece mais detalhes.

Precedida de um entusiasmado prefácio de Antonio Candido, no qual o crítico brasileiro afirma se tratar de importante contribuição no âmbito da crítica literária universitária daquele período, a obra mais madura e que sintetiza algumas perspectivas de Vítor Ramos é certamente *Estudos em Três Planos*. Candido discorre sobre os quatro estudos que compõem o livro, ressaltando as características analíticas e a erudição de Vítor Ramos. É necessário acrescentar que nesses quatro artigos, Ramos percorre os “três planos” de nacionalidades que marcaram seus interesses culturais e literários: as literaturas e culturas brasileira, francesa e portuguesa.⁷³

Segundo Candido, o ensaio “A presença do estrangeiro no mundo de ficção de Lins do Rêgo”, preocupado com a estrutura, deixa transparecer “a cada passo a utilização do dado [do estrangeiro] como elemento para compreender e explicar o processo.” Ainda para o prefaciador, o método aplicado permite “conclusões pertinentes, que levam ao cerne da composição de José Lins do Rêgo, mostrando que, no seu universo fechado, o estrangeiro pode ser símbolo de alteração, destruição e, portanto, alvo de ressentimento ou de uma adoração que capitula.” (CANDIDO, Antonio In: RAMOS, 1966 a, p.06)

Nesse ensaio, no qual analisa 14 obras de Lins do Rêgo, Vítor Ramos explora ao máximo os elementos estrangeiros presentes na ficção do paraibano, indo dos personagens estrangeiros, passando pelas coisas, as mercadorias e os instrumentos estrangeiros, até chegar às ideias presentes na literatura, nos tratados políticos, na música e no cinema europeus que são lidos, vistos e discutidos pelos personagens das ficções de Lins do Rêgo.⁷⁴ Ele também destaca que até aquele momento nenhum crítico havia

⁷³ De acordo com a classificação de outro crítico literário, Wilson Martins, a obra *Estudos em Três Planos* de Vítor Ramos se relacionaria junto à produção crítica da década de 1960 no Brasil que estaria “na confluência de ramos colaterais, legítimos e bastardos de gramáticos, humanistas e formalistas.” (MARTINS, 2002, p.158)

⁷⁴ José Lins do Rêgo (1901-1957) nasceu em Pilar, Estado da Paraíba, porém viveu sua infância no Recife, onde também se formou em Direito. A partir de 1936 passou a viver no Rio de Janeiro, onde faleceu. Suas obras datam do início da década de 1930, apresentam

tratado esses elementos numa obra que era considerada “exemplo de puro brasileirismo”. Quanto às gentes, Ramos indica que há momentos em que os estrangeiros, como os judeus, são tratados com muita simpatia por Rêgo, escritor “avesso a qualquer preconceito racista”, porém, noutros passos de sua obra, “o sentido popular de homem mau” para o judeu, surge em contraposição ao cristão, por “ser diferente”, estrangeiro e, por isso, mau. (RAMOS, 1966 a, p.24-25) Frente a isso, destaca Antonio Candido que Ramos elabora uma problematização acerca do procedimento do estrangeiro. Segundo Vítor Ramos:

Por que razão esta hostilidade? Talvez porque o mundo dos sêres de José Lins do Rêgo é um sistema que o autor sente precariamente harmônico, sôbre o qual pesa a espada de um destino inexorável, que um dia lhe destruirá o equilíbrio. Ora, o estrangeiro pode vir a ser, e na maior parte das vezes é, o agente dessa destruição. Esse universo parado é, pois, inimigo dos que vêm de longe e pretendem agitá-lo: o estrangeiro traz consigo o movimento e a morte. (RAMOS, 1966 a, p.25)

Vítor Ramos, de forma quase poética, destaca a característica da agitação e do elemento de mudança trazido pelo estrangeiro em oposição ao campo harmônico e parado. No entanto, Vítor Ramos constata que a presença dos objetos estrangeiros na ficção de Lins do Rêgo difere da hostilidade em relação aos personagens, pois as coisas estrangeiras simbolizam a opulência dos ricos e senhores de engenho. “O vinho francês, o queijo da Dinamarca, o chá da Índia, são provas de conforto e de bem-estar. São aliados do homem, não seus inimigos; são coisas que vêm de longe para ficarem ao seu serviço;” (Idem, p.29)

Neste texto, Vítor Ramos aproveita para criticar Gilberto Freire e sua fala sobre “a elite bacharelesca afrancesada” do Recife, afirmando que a expressão é pejorativa e que não se aplicava certamente a Lins do Rêgo, mesmo que este escritor tenha se formado na tradição francesa. (Idem, p.30) Discorre ainda sobre os vários personagens de Rêgo que liam, aprendiam e falavam francês, mas o crítico literário militante comunista se exalta ao

características regionalistas, como Graciliano Ramos e Jorge Amado, também prestigiados nesse gênero. Fundamentado em memórias e reminiscências, Lins é considerado o romancista da decadência dos senhores de engenho do nordeste brasileiro.

verificar a aproximação entre Lins do Rêgo e Balzac, por quem ele mesmo nutria certa admiração. De acordo com Vítor Ramos:

José Lins, quando menino, leu pois Balzac e “botou prosa” entusiasmado pelas descrições do deserto feito pelo mestre. Não deixa de ser interessante vir a encontrar, na aurora literária de um dos maiores temperamentos de romancista que o Brasil já teve, a semente lançada pelo maior arcabouço romanesco do mundo moderno. (RAMOS, 1966 a, p.34)

Na obra *Doidinho* (1960), a qual Ramos diz ser autobiográfica, o personagem afirma ter lido um livro em que havia a história de uma pantera e um caçador. Tal referência permite a Vítor Ramos esclarecer que se trata de *Une passion dans le désert* (Uma paixão no deserto), de Balzac. Assim, a admiração do crítico Vítor Ramos por Balzac é explicitada nessas linhas, nas quais o chama de “mestre” e “maior arcabouço romanesco”, transferindo tais adjetivos também para José Lins do Rêgo.

A referência a Balzac atribui mais um traço marxista ao trabalho de Vítor Ramos, especialmente se considerarmos as discussões teóricas efetivadas no início deste capítulo. De outro modo, a perspectiva de abordagem crítica de Ramos também estaria relacionada ao ensaio de Antonio Candido, de 1957, que igualmente trata da obra de Lins do Rêgo e dos elementos de realismo proposto por Lukács nela presentes. Portanto, Ramos está atento as perspectivas de Lukács, pois procura compreender como os personagens estrangeiros contribuem para a construção dos personagens de Lins bem como de que modo influem na ação romanesca. Segundo Vítor Ramos:

a presença do estrangeiro não serve apenas para alardear cultura; ela penetra sub-repticiamente no espírito das figuras de Lins do Rêgo e, por esse caminho influi na ação. (...) Mas Carlinhos [personagem de *Água Mãe* (1941)] é um moço impressionável, toma a literatura a sério e busca nos livros aquilo que a vida não lhe dá. (Idem, p.34)

Portanto, Vítor Ramos verifica que os personagens e ficções estrangeiras absorvidos pelos de José Lins são “pretexto para sonho e identificação”, uma vez que “no nordeste de ritmo monótono, os livros constituem uma possibilidade de desdobramento, de viver uma segunda (e

mais brilhante) existência.” (Idem, p.37) Assim, o crítico português, também comunista e marxista, sensibiliza-se com a vida difícil e sem brilho vivida no nordeste brasileiro, representada pelas personagens de Lins.

Ainda citando trechos do livro *Doidinho* (José Olympio/RJ, 1960), Vítor Ramos dá ênfase aos personagens militantes que Lins recupera das leituras estrangeiras:

Os *Miseráveis* [Vitor Hugo] deslumbram os meninos de Itabaiana, arrastam-nos “para um mundo de homens grandes demais e de homens pequenos como víboras (...) A história toda arrebatava nossa imaginação para os perseguidos, para os que roubavam porque tinham fome, para os que protegiam os pobres ou morriam nas ruas pela liberdade.” (José Lins do RÊGO, 1960, p.209/210 *apud* RAMOS, 1966 a, p.37)

A passagem acima, que demonstra o interesse marxista de Ramos, além de ressaltar o caráter político das lutas em prol da liberdade na obra de José Lins, também destaca a aproximação de Vítor Ramos da perspectiva gramsciana, quando o crítico português explicita que investiga “o setor da cultura popular” na obra de Lins do Rêgo, por meio dos contos populares entre aqueles que não tinham acesso à leitura ou ao cinema. Entretanto, Vítor Ramos esclarece que: “Interessa-nos registrar aqui este setor da cultura popular apenas nos seus aspectos relacionados com o estrangeiro.” (RAMOS, 1966 a, p.39) Mesmo que estritamente, Ramos também considera a presença dos contos populares na ficção de José Lins, destacando que nessa tradição os elementos estrangeiros estão presentes. Para Antonio Gramsci, a cultura popular é um elemento central a ser desenvolvido no processo de construção da hegemonia das classes trabalhadoras, então, de alguma forma, Vítor Ramos incluiu essa perspectiva na sua crítica literária.

Vítor Ramos desenvolve uma crítica literária militante e engajada em suas análises sobre o debate político na obra de José Lins, ao afirmar que, em *Moleque Ricardo* (1935), “as lutas sociais pernambucanas que o livro retrata são diretamente inspiradas pelo exemplo da revolução russa de 1917. O vento de esperança desencadeado no mundo pela queda dos czares atinge o Recife. A Rússia longínqua, desconhecida, fascina o proletariado recifense.” (RAMOS, 1966 a, p.41)

Ao final do ensaio, Vítor Ramos cita a influência do trabalho de Antonio Candido a respeito de Graciliano Ramos, intitulado *Ficção e Confissão*, no qual Candido aponta que as colunas mestras das obras de Graciliano vivem, “alternada ou simultâneamente, da invenção e da recordação.” Segundo Ramos, essas mesmas características são encontradas em Lins do Rêgo, (RAMOS, 1966 a, p.43) conforme comprova o parágrafo abaixo, no qual Vítor Ramos analisa a relação com a memória e destaca um episódio da história política de Portugal presente na obra de José Lins. De acordo com Ramos:

As referências à cultura estrangeira, pelo contrário, são as provas mais cabais da utilização do segundo processo, pois constituem, quase sempre, puras reminiscências, simples atos de memória. E que memória! Quem se lembraria no Brasil, quando Lins do Rêgo escreveu *Moleque Ricardo*, que houve em Portugal um presidente da República chamado Sidônio Pais? Sidônio dirigiu esse país, num regime autoritário, prefiguração do fascismo italiano, da ditadura espanhola de Primo Rivera e do Estado Novo de Salazar, num período relativamente curto, de um ano, entre 8 de dezembro de 1917 e 14 de dezembro de 1918, data em que foi morto a tiro em Lisboa. José Lins coloca a referência a Sidônio Pais no momento histórico exato, na boca do português exato, cuja mitificação da “ordem” permitiu o aparecimento do fascismo. Um pormenor destes não se inventa: Lins do Rêgo ouviu a frase, com certeza, no Recife de sua juventude, dita por algum português “amante da ordem”. Ocorre o mesmo com as referências aos livros e aos filmes do período nordestino. (Idem, p.43)

O português Vítor Ramos está atento à política estrangeira nas memórias e personagens de José Lins, especialmente quando essa diz respeito ao seu país. Assim, ele finaliza o ensaio alertando também para não se concluir deste seu artigo “que a obra de Lins resume xenofobia”, pois nela nada há em especial contra o estrangeiro, mas sim, “um clima de animosidade contra tudo o que, em geral, veio a alterar o *statuo quo*”. (Idem, p.44) Segundo Ramos, o seu ensaio sobre Lins do Rêgo seria apenas mais uma contribuição, pois, na sua perspectiva:

A estraneidade seria, assim, apenas um dos elementos particulares duma situação geral, que mereceria ser estudada (...) em caráter mais largo, sôbre a luta entre os conceitos de permanência e de mudança, sôbre o choque entre aquilo que

existe, e se quer manter, embora se saiba infalivelmente condenado a perecer e a ser substituído, e aquilo que, inexoravelmente, virá proceder a essa renovação. (Idem)

Vitor Ramos destaca também o movimento, a história, os conflitos relacionados ao estrangeiro na prosa de Lins do Rêgo e enfatiza esse elemento na construção dos romances. O ensaio “A presença do estrangeiro no mundo de ficção de Lins do Rêgo”, sem dúvida um dos principais de Vitor Ramos no período de Brasil, demonstra o grande interesse do crítico estrangeiro pela literatura brasileira e pela desigualdade no nordeste, sem negligenciar outras questões sociais e políticas, como a situação da ditadura em Portugal.

Outro ensaio de destaque de *Estudos em Três Planos* é “Chateaubriand: duas versões do episódio da Graciosa”, publicado anteriormente na *Revista de Letras* da FFCL de Assis (1960), no qual Vitor Ramos percorre a cultura francesa e investiga parte da trajetória intelectual e de vida do diplomata, ensaísta e escritor François-René de Chateaubriand (1768-1848), analisando duas versões de uma narrativa deste autor do romantismo francês: a primeira da mocidade (1797) e a segunda da maturidade (1822) da edição de “Memórias de Além Túmulo” – um diário biográfico, no qual há o relato de sua passagem por uma ilha, a Graciosa, dos Açores. Segundo o prefácio de Antonio Candido, através desse empreendimento comparativo, Vitor Ramos “acompanha as influências que as convicções exercem na expressão, contribuindo para filtrar a capacidade de ver o mundo. Estilística e história se combinam, facultando uma aproximação adequada do fato literário.” (CANDIDO, A. In: RAMOS, 1966, p.06)

O interesse do comunista Vitor Ramos por Chateaubriand – especialmente por dados de sua biografia, como a emigração, aos 23 anos para os Estados Unidos e depois para Londres, que, segundo Ramos, ocorre “mais por espírito de aventura do que por necessidade, econômica ou política” (Idem, p.49) – suscita questionamentos. Vitor Ramos não explora tanto as informações enciclopédicas a respeito de Chateaubriand, mas o que ele escreve de biográfico se confirma nas sínteses sobre esse filho da aristocracia francesa, de inspiração eclesiástica, personalidade apaixonada e

relativamente próximo do poder de então. Ramos mostra que na versão de juventude, Chateaubriand está “entusiasta e ingênuo, recheado de afirmações ousadas, na parte política, e pouco ortodoxas, no campo religioso.” (Idem, p.52) Assim, o português descreve a pouca repercussão que as obras daquele tiveram na transição dos séculos XVIII e XIX e parece desejar uma reabilitação do jovem Chateaubriand que ele chama de “*bien pensant*, muito diferente daquele iconoclasta, que em 1791, embarca para a América.” (Idem, p.70) Nessa análise, Vítor Ramos menciona ainda os vários aspectos contraditórios da relação de Chateaubriand com Napoleão, de sua personalidade política e de seu “espírito atormentado”, também relacionado ao seu anticlericalismo. Ramos afirma que o confronto entre as versões por ele propostas no artigo é observado sob “os pontos de vista estilístico e ideológico”. (Idem)⁷⁵

Os ensaios referentes aos problemas literários portugueses, da obra *Estudos em Três Planos*, são: “O problema das Cartas de Sórora Mariana”, que versa sobre a questão da autoria das Cartas de uma religiosa portuguesa em fins do século XVII e sobre a condição humana, o amor, o ódio, o desprezo, “em linguagem ao mesmo tempo elevada e cotidiana” (Idem, p.73); e “As *Novelas do Minho* de Camilo e a integração rural no romance português do século XIX”, no qual Vítor Ramos expressa suas preocupações sociais e sociológicas, acerca da obra do escritor português Camilo Castelo Branco (1825-1890).

Nesse último ensaio de crítica, cuja elaboração iniciou-se em Portugal ao final de sua licenciatura, Vítor Ramos, destacando a interpenetração entre política e literatura nas novelas de Camilo, compara Camilo e Julio Dinis e recupera aspectos da biografia camiliana, frisando que ele viveu mais tempo no campo que na cidade. Além disso, afirma que a obra *Novelas do Minho* registra a história política de Portugal no século XIX, especialmente

⁷⁵ No livro, entre as páginas 53 e 59, há a apresentação gráfica justalinear com as duas versões em francês. De imediato percebe-se que a versão de 1822 de Chateaubriand é mais sintética que a primeira. Ainda dessa segunda versão, Ramos se utiliza de uma edição francesa da *Mémoires d'Outre-Tombe* da Bibliothèque de la Préiade, 1958; da primeira versão de 1797, Ramos se utiliza do volume *Essai Historique* da edição das *Obras Completas de Chateaubriand* da Granier de 1861, ou seja, praticamente as primeiras das edições das obras completas desse escritor, reunidas inicialmente em 20 volumes por Saint-Beuve entre 1859-1860.

em torno da questão da terra, dos camponeses e da inserção do capitalismo no campo. No prefácio, Antonio Candido louva o êxito de Vítor Ramos em observar os elementos de realismo presentes na obra de Camilo e, desse modo, demonstrar que ele foi “o escritor (do século XIX português) que melhor soube incorporar o material campesino à estrutura da obra.” (Idem, p.05)

A atenção de Vítor Ramos voltou-se também para outros personagens literários da França pré-iluminista, entre eles Cyrano de Bergerac e Jean Rotrou, sobre os quais é necessário comentar brevemente para continuar questionando e refletindo sobre o fascínio que esses homens exerceram em Vítor Ramos.

Mais do que o personagem da peça de Edmond Rostand no século XIX, o escritor e duelista Hector Savinien de Cyrano de Bergerac (1619-1655) existiu de fato e motivou Ramos a escrever um doutorado na área de francês (defendido na USP em fins de 1961) sobre sua obra mais significativa, a única tragédia escrita por ele.

Das informações colhidas na introdução de *Cyrano auter tragique: L'expression de la verité humaine dans “La Mort d’Agrippine”* (FFCL de Assis. Coleção estudos e ensaios – Governo do Estado de São Paulo: SP, 1966 b) e noutras breves sínteses biográficas sobre Cyrano, conclui-se que este poeta e livre pensador tem uma trajetória marcante na historiografia francesa da era moderna. Cyrano, filho de uma aristocracia proprietária de terras e próxima ao parlamento e ao Rei, concluiu seus estudos em 1638, passando a jogar e a freqüentar as tabernas. Nesse período, também acrescenta ao seu nome a expressão “o Bergerac”, relativa à propriedade que pertencera aos seus pais. Naquele tempo, Cyrano assinava suas obras com pseudônimos que combinavam as duas expressões acima. É de aproximadamente 1645, o lançamento do *Le pedant Joue (O pedante enganado)*, escrito para ridicularizar Jean Grangier, seu contemporâneo professor de retórica. Combateu vigorosamente como espadachim, adquirindo ferimentos graves que o levaram a morte. O principal exército de que fez parte foi a “Compagnie des Gardes, comandada por M. Carbon e composta de fidalgos gascões”. Esse contato influenciou sua obra, pois Cyrano incorpora elementos da

literatura popular do interior da França, como o estereótipo do herói gascão, habitante da Região da Gasconha, que correspondia a um tipo fanfarrão.

Após a morte do pai, em 1648, Cyrano recebe sua parte na herança das rendas familiares, entretanto esses recursos serão rapidamente dilapidados na boemia. É dos anos 1650 o aparecimento dos seus escritos mais significativos e políticos, primeiramente favoráveis à Fronda e contrários ao Cardeal Mazzarino e, posteriormente, alinhados com este, elogiando a monarquia absoluta. Cyrano criou polêmicas com vários pensadores de seu tempo, através das discussões relacionadas à religião e as crenças tradicionais. Sua peça *A Morte de Agripinna*, encenada pela primeira vez em 1653, apresenta muitos elementos satíricos, com críticas zombeteiras e picantes à moral da época, comportando um estilo propenso ao ateísmo e ao anticlericalismo, que o aproximava dos libertinos. A crítica literária atual já considera que o verdadeiro Cyrano Bergerac, bem mais complexo que o simpático e lírico personagem de Edmond Rostand, expressa as contradições de sua época e de sua classe e apresenta de modo vanguardista o pensamento racionalista do iluminismo, que só começou um século após sua morte. (BERGERAC, 2007)

Nos últimos anos de sua trajetória de burguês decaído, Bergerac lança as obras relacionadas ao que ele chama de “O Outro Mundo” e “As viagens e as histórias dos Estados da Lua”, sendo considerado, por Ítalo Calvino, o verdadeiro precursor da ficção científica, pois essas obras parecem inaugurar o gênero de ficção científica. No século XVII, Cyrano aprendia e bebia nas *Narrativas verdadeiras* de Luciano de Samósata (cerca de 125-181)⁷⁶, nas teses do astrônomo Johann Kepler e no clássico *Orlando furioso* (1516), de Ariosto; passando a influenciar obras posteriores, como as de Edgar Allan Poe, Julio Verne, H.G. Wells. (BERGERAC, 2007, p.09)

No início da década de 1960, a tese elaborada por Vítor Ramos sobre *A Morte de Agripinna* também recupera muitas informações biográficas sobre Cyrano e promove o debate sobre a fortuna crítica produzida a respeito desse

⁷⁶ Luciano (cerca de 125-181), oriundo da Samósata, província romana da Síria, escreveu em grego e exerceu influência em vários outros escritores do Renascimento, e se tornou conhecido por seus diálogos satíricos. Satirizou e criticou acidamente os costumes e a sociedade de seu tempo, que transcorreu durante o reinado de Marco Aurélio.

autor até aquele momento. Na introdução do livro, Ramos discorre sobre outros aspectos da peça e de seu “autor trágico”, afirmando que sua pesquisa “trata de um tema de literatura francesa do século XVII, escrita fora da França e longe das fontes bibliográficas”, com o objetivo de perscrutar “a expressão estética da verdade humana nas obras de Cyrano.” (RAMOS, 1966 b, p.05)⁷⁷ O crítico português insiste que o esquecido Cyrano mereceria mais atenção, e nos esclarece sobre a situação de sua obra em 1961. Segundo Vítor:

Depois de 1961 pouca coisa foi escrita sobre nosso autor. E nos será mais fácil alargar a bibliografia que está no final deste trabalho. Todavia, nós pensamos sempre que Cyrano, autor trágico, não recebeu ainda a atenção que ele merece. E nos parece que este trabalho pode ser útil, apesar do intervalo de cinco anos entre a defesa e a publicação, imposto pela dificuldade de edição de uma tese em francês no Brasil. (RAMOS, 1966 b, p.05)

Ramos menciona o esquecimento acerca das obras do Cyrano em outros trechos da introdução, apresentando uma informação chave, inclusive para realçar o ineditismo de sua tese, de que “esta peça só foi apresentada três vezes, a primeira provavelmente quase no fim de 1653, a segunda dois séculos depois, em 1872, e a terceira em abril de 1960.” (Idem, p.07). Tal esquecimento é muito explorado por Ramos, especialmente a ausência de edições de obras desse autor durante o alto iluminismo francês e o período revolucionário, por isso afirma que: “para nosso conhecimento, não houve edições de Cyrano justamente entre 1741 e 1855. Mais grave ainda: não há referência conhecida sobre nosso autor entre 1755 e 1838.” (Idem, p.09) Entretanto, a admiração de Vítor Ramos por Cyrano é expressa em dois parágrafos, nos quais ele continua a analisar o processo das edições e a freqüentação deste autor no decorrer dos tempos, mencionando a importância da peça de E. Rostand no século XIX para fomentar o interesse pelo intelectual libertino. Segundo Ramos:

⁷⁷ Esta edição está em francês, portanto os fragmentos e citações na sequência relativas a essa referência são resultantes da minha tradução para o português.

Em efeito, só no início do século XIX que procurou-se chamar a atenção do público sobre este autor, que consideramos injustamente esquecido: Charles Nodier publica em 1838, dentro do *Bulletin des Bibliophiles*, um artigo generoso, que foi seguido em 1844, do capítulo acordado ao autor do *Pedant Joué* de Théophile Gautier, no *Les Grottesques*.

O espírito clássico de Saint-Beuve não compreende essa tentativa, o que não impede a publicação, em 1855 e em 1858, de duas novas edições da obra de Cyrano: aquela de Le Blanc e aquela de Paul Lacroix Jacob, sobre o qual já falamos. Cyrano mereceu, perto do fim do século, em 1894, a atenção de um universitário, Pierre Brun, que lhe consagrou uma tese que leva em consideração, por ser a primeira vez, dois manuscritos de *L'Autre Monde*, de *Pedant Joué* e das *Lettres*, que descansavam na Bibliothèque Nationale. Finalmente este crescimento do interesse por Cyrano toca num ponto culminante em 27 de dezembro de 1897, data da primeira apresentação da peça de Rostand que, dando uma ideia falsa da figura de Bergerac, conseguiu fazê-lo conhecido do grande público o nome do nosso autor e consegue despertar um certo interesse em torno de sua obra. De Nodier a Rostand se pode distinguir duas fases dentro do processo: a de reabilitação do homem Cyrano, do aventureiro, do extravagante, do poeta em luta contra a sociedade; e aquela do romancista filósofo, do ateu, do precursor da ciência da ficção. (RAMOS, 1966 b, p.9-10)

O modo apaixonado com que Vítor Ramos descreve o sujeito em luta, ateu e precursor, demonstra que Ramos buscou nesses homens a inspiração para o espírito de luta, indo muito além dos interesses literários e profissionais na escolha dessa figura como objeto de estudo. Além disso, o ateísmo, presente na peça de Cyrano, é considerado na análise do crítico português. Ainda segundo Vítor Ramos:

O bibliófilo Jacob que reeditou em 1858 toda a obra de Cyrano, fala de uma conjuração geral contra Bergerac, baseada nas irreverências contidas em sua obra. E dentro desse amontoado de irreverências, o ateísmo manifestado em *A morte de Agripina* tem um papel muito importante. (Idem, p.07)

Assim, o intelectual exilado do país de catolicismo conservador e exacerbado, reúne elementos de ateísmo para desenvolver seus estudos sobre a França pré-iluminista e pré-revolucionária, tentando talvez encontrar, além dos indícios das revoluções burguesas, algumas lições para

a luta antissalazarista na qual esteve engajado durante a escrita de seu doutorado em 1961.

Entre as suas muitas referências bibliográficas para a pesquisa sobre a tragédia de Bergerac, destaca-se a presença de Lucien Febvre e o *Problema da descrença no século XVI*, Lucien Goldmann, Henri Lefebvre, Maquiavel, Leo Spitzer e Roland Barthes, entre outros. (Idem)

Rotrou: Um universo equívoco publicado pela USP/FFLCH, Boletim n°. 352, São Paulo, 1971, é talvez a obra mais difícil de Vítor Ramos, em cujo prefácio escrito em francês Vítor Ramos explica a origem do trabalho:

Este trabalho é uma tese de livre docência escrita entre Paris e São Paulo entre 1962 e 1965 e defendida em 1966 na Universidade de São Paulo. As exigências dos regulamentos universitários brasileiros me forçaram a escrever em português. As dificuldades de edição no Brasil de uma tese sobre um escritor como Rotrou se percebe pelo fato de que ela só foi publicada depois de quatro anos de sua defesa. (RAMOS, 1971, p.07 – tradução do francês para o português de minha autoria)

Vítor Ramos diz também que, no intervalo de quatro anos (1966-1970), surgiram poucas teses sobre Rotrou, baseando sua perspectiva teórico metodológica da seguinte forma:

Colocado sobre o plano das estruturas significativas interiores e dos movimentos psicológicos, creio poder encontrar dentro da noção de equívoco o elemento chave que permitirá oferecer uma visão de conjunto da obra de Rotrou. (...) Para mim, o equívoco em Rotrou é uma forma de comportamento, capaz de denunciar um dos movimentos, que me parece o mais importante, o da consciência criativa do autor. (RAMOS, 1971, p.07)

Neste trabalho, embora possam ser observadas perspectivas semelhantes ao trabalho com Cyrano, há a presença de críticos literários brasileiros entre suas referências bibliográficas, especialmente alguns de seus colegas docentes na Faculdade de Assis/SP e na FFLCH/USP, como Antonio Candido (*Tese e Antítese*, 1964), Júlio Garcia Morejón, Erwin Theodor Rosenthal, Alfred Bonzon. Ramos manteve alguns referenciais anteriores como Lucien Febvre, Lucien Goldmann e Leo Spitzer, porém

consultou também edições francesas de *O Ser e o Nada*, de Jean-Paul Sartre; de *História da Loucura*, de Michel Foucault; e de alguns números da revista *Annales*, como a que abriga o artigo de Pierre Francastel, sobre barroco e classicismo, de 1957. (Idem)

Ainda no prefácio, algumas passagens destacam o plano de exposição da tese de livre-docência de Vítor Ramos:

Tendo encontrado em todos os lugares, os três gêneros dramáticos cultivados por Rotrou, propus analisar o alcance e o funcionamento, sobretudo no que concerne as noções do amor, do poder, da morte e da arte, apresentando os como elementos de uma estrutura de incertezas, cujas ambigüidades nós espreitamos a cada passo. Adotando depois um procedimento de ordem psicológica, estudei a ação do equívoco sobre a personalidade, nas comédias, nas tragicomédias e nas tragédias. (Idem)

Nas demais partes do livro, escritas em português, Ramos deixa claro que seu trabalho sobre a noção de equívoco também pressupõe breves diálogos entre o literário e o filosófico e anuncia que se trata de uma análise da obra teatral de Rotrou, especialmente de três delas, *Iphigénie*, *Bélissaire* e *Venceslas*, nas quais Ramos observa que “parece existir, por parte de Rotrou, uma flutuação quanto à noção de tragédia e tragi-comédia”. (Idem, p.13)

Outro aspecto determinante na comédia ou na tragédia de Rotrou é a ambigüidade, a duplicidade de sentido denominada por Ramos de “a peripécia anfibológica”. Por isso, Vítor Ramos acrescenta que “tentará encontrar a pulsação comum que anima as peças do autor, o ritmo estrutural de Rotrou.” Assim, ressalta sua perspectiva marxista, quando afirma que “partindo de um princípio metodológico segundo o qual, pela detecção de um dos seus elementos fundamentais, se pode atingir a estrutura interna da obra”, acrescentando que seu estudo poderá demonstrar ou não, “se o equívoco é realmente o elemento que permitirá passar do particular ao universal nesse mundo que é a obra de Rotrou.” (RAMOS, 1971, p.15, 18, 24)⁷⁸

⁷⁸ Pelo ambicioso empreendimento de Ramos, verifica-se que ele contou com o apoio de alguns outros professores e críticos, para os quais explicita seu agradecimento no prefácio.

A observação da trajetória do poeta e dramaturgo Jean Rotrou (1609-1650), próximo do Cardeal Richelieu e da Corte absolutista francesa, mostra que ele apresenta perfil semelhante aos outros escritores estudados por Vítor Ramos, principalmente por pertencer ao século XVII. Rotrou, que se ligou ao teatro muito jovem, trabalhou com os atores do *Hôtel de Bourgogne* e escreveu sua primeira peça aos 18 anos de idade. No total, foram atribuídas a sua autoria cerca de 35 peças, porém é sabido que vendeu algumas e outras foram perdidas. Sua obra alterna-se entre o gênero cômico e trágico, transitando entre os estilos clássico e romântico. Perspectiva que parece ser a responsável pelo esquecimento de sua obra, estudada novamente somente no século XIX. Mesmo que tenha sido um magistrado sediado no interior e próximo ao poder, cuja obra apresenta características próximas de Jean Racine e Pierre Corneille, ele não passou para a posteridade como um dos maiores de seu tempo e, ao tentar fugir da peste negra de Dreux (a comuna em que vivia, a 82 Kms de Paris), foi contaminado e morreu.

Segundo Vítor Ramos, que sustenta a tese de que Rotrou estaria ligado ao movimento estético do barroco, o engano, o fingimento, a manha, o logro e a mentira estão espalhados pela obra de Rotrou como marcas de um pessimismo sobre as relações entre o amor e o dinheiro. Portanto, o crítico literário destaca a expressividade da obra de Rotrou, artista controverso cujas personagens são marcadas pelo paganismo, enquanto uma obra de transição, que comportaria também elementos de realismo. (RAMOS, 1971, p.50-51, 96 e 119)

Para finalizar a exposição a respeito dos escritores pelos quais Vítor Ramos se interessou, é necessário expor brevemente o “Cavaleiro de Oliveira”, mais precisamente, Francisco Xavier de Oliveira – Lisboa/1702 a 1783/Londres, seu conterrâneo do século XVIII, por quem não esconde a veneração e de quem Vítor Ramos levantou a biografia na apresentação e nos dados biográficos elaborados para o volume *Cavaleiro de Oliveira* –

(RAMOS, 1971, p.8-9) Entre eles destacamos o nome do crítico e tradutor húngaro Paulo Rónai (1907-1992), também exilado no Brasil durante a 2ª. Guerra Mundial, tendo desenvolvido aqui muitas atividades literárias, das quais a mais significativa foi talvez a coordenação da tradução dos livros da *Comédia Humana* de Balzac, pela Editora Globo de Porto Alegre, juntamente com outros tradutores brasileiros. Rónai escreveu todos os prefácios dos volumes traduzidos.

Trechos Escolhidos, n.º. 99, da coleção *Nossos Clássicos* da Livraria Agir Editora: RJ, 1968.

Vítor Ramos, que na biografia de Oliveira destaca a situação histórica do século XVIII propícia à revolução, informa que o Cavaleiro de Oliveira foi filho de um pequeno fidalgo de Lisboa e viveu os primeiros trinta anos de sua vida em contato com a nobreza provinciana de Portugal. Em 1729, foi agraciado com o grau de Cavaleiro de Cristo, título que deu origem ao nome Cavaleiro de Oliveira, mas migrou para Viena em 1734, assumindo uma secretaria na embaixada portuguesa três anos depois. A partida para a Holanda se dá em 1740, onde permanece por quatro anos vivendo de seus escritos. Em 1744, migra para a Inglaterra e se converte ao protestantismo dois anos depois, no entanto é preso por dívidas e passa 18 meses na cadeia de Fleet em Londres.

O terremoto que destruiu Lisboa em 1755 propiciou a produção de vasta literatura filosófica, da qual o Cavaleiro de Oliveira participou. Inclusive Vítor Ramos destaca que esse evento marcou uma espécie de transição das características na sua obra. Segundo Ramos: “A sapiência séria substituiu a erudição sorridente, o tom profético, apelando para as terríveis vinganças do Deus dos Exércitos, surge no lugar da *nonchalance* do discreteador de salão, o candidato ao estoicismo toma a vez do epicurista, o cético cede passo ao crente.” (RAMOS, 1968, p.13)

De acordo com a pesquisa de Vítor Ramos, “a vida de boêmia colocou-o em contato com meios cuja descrição constitui hoje um dos aspectos que mais nos prendem à sua obra.” Ramos destaca ainda “o vigor polêmico” do autor e menciona que ele “combateu sozinho, com vigor e denodo que hoje nos comovem, uma instituição tão poderosa como era a Inquisição.” (Idem, p.08) Ramos também escreve sobre as ambigüidades desse autor, enfatizando que Oliveira foi um “escritor mundano, o primeiro que o é verdadeiramente na língua portuguesa, tomou as principais lições de mundanismo em Viena, (...) exilado, escritor cosmopolita”, que transitou entre Lisboa, Áustria, Holanda e Inglaterra, mas manteve-se em toda vida, “sentimentalmente bem português”. (Idem, p.09)

A reverência de Vítor Ramos à Oliveira continua em toda a apresentação que escreveu para os “trechos escolhidos” (Editora Agir), acrescentando que o Cavaleiro de Oliveira esteve ligado à cultura francesa e foi:

um século antes de Garrett e século meio antes de Eça de Queirós, o criador de um estilo português que é, pela primeira vez, europeu e moderno; boêmio, “plumitivo” ligeiro, de salões e vida airada, entrou na História como um fundibulário temível no plano ideológico, cujos ataques foram levados tão a sério pela superior hierarquia católica portuguesa, que a Inquisição acabou por queimá-lo “em estatua”. [Num Auto de Fê de 1761, em Lisboa.] (Idem, p.09 e 13)

Ramos ressalta que Oliveira nutria profundo gosto “pela erudição, pelo estudo, pelo trabalho de biblioteca”, mas, por outro lado, manifestava “certa simpatia pela velhacaria” e conclui dizendo que este é “um dos escritores portugueses mais sedutores dêsse século XVIII português tão mal estudado.” A admiração de Vítor Ramos pelo aventureiro é explícita na afirmação que diz que “há em Francisco Xavier de Oliveira algo de Diderot”, pois ambos possuíam um misto de seriedade e de astúcia. (Idem)

Vítor Ramos esclarece que os “trechos escolhidos” de Oliveira para a coleção *Nossos Clássicos*, são os do “epistológrafo gracioso e leve”, pois “as *Cartas* de Oliveira representam, naquele tempo, o único espécime do gênero na nossa literatura e, convenhamos, não nos deixam mal, em relação à epistolografia europeia.” Ramos comenta ironicamente que Oliveira foi uma espécie de “pioneiro”, pois já sabia lidar com a censura no século XVIII, entretanto, nos informa que, mesmo com a prudência que Oliveira tinha em compor e difundir sua obra a partir do exílio, não pôde evitar que suas obras fossem “apreendidas e mais tarde queimadas pela Inquisição.” (Idem, p.10, 11 e 14)

Segundo Ramos, a querela protestantismo-catolicismo (principal tônica de Oliveira) deixou de motivar os ânimos europeus no final do século XVIII, a partir daí, os livros do protestante português caíram no limbo, voltando a ter reeditadas partes de sua obra somente em 1922. O certo esquecimento de Oliveira estaria ligado, primeiro, à sua trajetória de vítima

da intolerância, por atacar a Inquisição e defender os judeus e, segundo, por ter escrito em francês.

Ramos afirma que a obra de Francisco Xavier foi “o grito de um coração magoado” e realça que essas razões para seu esquecimento configurariam também a maior riqueza do escritor exilado, afirmando que ficou para a posteridade não as obras do velho e ortodoxo Oliveira que morreu envolto em “cheiro de santidade anglicana”, mas os seus “primeiros livros, recheados de libertinagem e de heterodoxia.” (Idem, p.14)

Maria Cecília de Moraes Pinto, estudiosa de Vítor Ramos, ao tratar dessa antologia comenta sobre o artigo *Deux Lettres du Chevalier d’Oliveira emputées à Cyrano de Bergerac* – publicado na *Revue de Littérature Comparée*, em dezembro de 1967-⁷⁹, no qual “Vitor Ramos prova que a autoria de duas das missivas das *Cartas familiares, históricas, políticas e críticas* (volume publicado por Oliveira em 1763) cabe a... Cyrano de Bergerac, o mesmo que a França cem anos antes julgava imoral.” Maria Cecília afirma também que sobre os escritos do Cavaleiro de Oliveira até o iluminista francês Voltaire teria escrito uma “Épître au Chevalier d’Olyveira”. (PINTO, 2003, p.170)

Os aspectos sobre exílio do Cavaleiro de Oliveira tratado por Ramos e a análise da antologia *Edição de Língua Portuguesa em França (1800-1850)*⁸⁰, na qual Ramos apresenta essencialmente as obras e os escritores exilados portugueses da primeira metade do século XIX, encontram-se no capítulo seguinte, que discorre sobre o aspecto geral do exílio intelectual e de como essa condição aparece nas obras dos três intelectuais portugueses: Casais, Sena e Vítor Ramos.

Por fim, convém fazer a reflexão acerca dos motivos que levaram o militante comunista e crítico literário a se interessar por autores pouco

⁷⁹ Na bibliografia final da antologia organizada por Vítor Ramos ele arrola esse seu artigo e outros dois de sua autoria sobre o Cavaleiro de Oliveira, que seriam: *Um article du Chevalier d’Oliveira dans lês Journal Encyclopédique*, “in” *Bulletins des Etudes Portugaises*, Lisboa, 1955 & *Um depoimento francês sobre a Inquisição em Portugal no século XVIII*, “in” *Revista de História*, São Paulo, 1963.

⁸⁰ RAMOS, Vítor. *Edição de Língua Portuguesa em França (1800-1850) – Repertório geral dos títulos publicados e ensaio crítico*. Fundação Calouste Gulbekian/Centro Cultural Português: Paris, 1972.

lembrados, exilados, rebeldes, desiludidos, passionais, cheios de paradoxos em suas carreiras.

Talvez esses autores foram, cada um a sua maneira, pré-revolucionários, contestadores e propagadores do conflito ideológico que irá alimentar indiretamente todo o pensamento revolucionário dos séculos seguintes. Assim, Vítor Ramos parece querer também enfatizar isso, reabilitá-los e fazer, a partir deles, uma história das lutas antiautoritárias e antihegemônicas. E por explicitar, no que escreveu sobre eles ou sobre José Lins, o conflito e as contradições, cabe dizer que esses são elementos fortes para a caracterização da perspectiva marxista da crítica literária de Vítor Ramos.

Ainda que os debates sobre os paradigmas das ciências humanas e da filosofia fosse uma tradição restrita aos meios intelectuais, esses escritores exilados e alguns brasileiros marcaram uma trincheira de amplo diálogo com a sociologia e a crítica da literatura e da arte de inspiração marxista, por isso suas obras configuraram uma fortuna crítica de perspectiva estrutural. Ressalte-se ainda o difícil terreno em que desenvolveram esse diálogo, ou seja, em meio a duas ditaduras – a portuguesa e a brasileira – e a correntes da crítica literária hegemônicas: uma a ligada ao marxismo estalinista e a outra à crítica literária estruturalista francesa.

O conflito é um elemento presente nos trabalhos de Casais, Sena e Ramos, portanto é possível afirmar que seus escritos correspondem a uma manifestação contra a hegemonia política e da crítica literária na segunda metade do século XX, mas que, em certa medida, ainda permanece em nosso tempo.

Nas Ciências Humanas e, mais especificamente no campo da história, um dos termos mais recorrentes é a noção de conflito. “História e Sociologia, por exemplo, emergem como disciplinas constituídas ao longo do século XIX procurando explicar conflitos que aparentavam cindir as sociedades.” É uma categoria fundamental, que reflete a transformação, o papel que as lutas e enfrentamentos significam no interior das sociedades e do conhecimento. “A hierarquizada sociedade do Antigo Regime procurava afastar a noção de conflito da dimensão social.” No entanto, na formação clássica da Ciência

Política – desde Maquiavel e principalmente com Thomas Hobbes e John Locke na Inglaterra – percebe-se uma elaboração mais aprofundada e uma detecção clara do conflito no cotidiano da sociedade. (FONTES, 1998, p.34-39)

No século XIX, Karl Marx é o autor que vai condensar ainda mais a noção de conflito, fazendo do movimento dialético conflitante e da luta de classes os principais elementos do seu pensamento. “Transita, assim, da imediatez de cada conflito pontual para a busca das matizes contraditórias que organizam e modelam a estrutura dos conflitos nos diversos períodos históricos.” (Idem, p.47) As categorias de Marx, que como seus antecessores também elaborou suas ideias em meio as lutas políticas de sua época, continuam a orientar a reflexão crítica, apesar das investidas contrárias, como a tese do “fim da história” ou das ideias difundidas por professores que

escrevem uma prosa esotérica e bizarra, dirigida principalmente para a promoção acadêmica e não para a mudança social”, (...) ou os “técnicos de sala de aula, altaneiros e impossíveis de compreender, contratados por comissões, ansiosos para agradar a vários patrocinadores e agências, erçados com credenciais acadêmicas e com uma autoridade social que não promove debate, mas estabelece reputações e intimida os não-especialista. (SAID, 2005, p.77)⁸¹

O próximo e último capítulo versará sobre a discussão acerca do exílio intelectual, enquanto tema característico de um tipo de intelectual do século XX, sobre as impressões de Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos acerca do tema do exílio, bem como sobre as opiniões deles sobre o Brasil.

⁸¹ Edward Said apresenta essas ideias que são do livro *Os últimos intelectuais* (1987), de Russell Jacoby, intelectual americano e ex-militante de esquerda, que defendia a tese de que nos Estados Unidos “o intelectual não acadêmico tinha desaparecido completamente, não deixando ninguém no seu lugar.” (SAID, 2005, p.75) É necessário registrar que, já em 1951, outro intelectual americano, Wright Mills, um dos poucos marxistas nos Estados Unidos daquele tempo, discutiu a “ascensão do técnico”, no capítulo “A Sociedade Anônima dos Intelectuais”, do livro *A Nova Classe Média*. Segundo Charles Wright Mills, falando sobre o ambiente intelectual estadunidense daquele período: “Nessa atmosfera, toda atividade intelectual que não tem relevância para a riqueza e o poder estabelecidos tende a ser pouco valorizada. Nessa ‘capitalização do espírito’, como observou George Lukács, o talento e a ideologia tornam-se bens de consumo. Escrevem-se circulares para dizer aos outros o que eles devem fazer, em vez de livros para explicar aos outros como é o mundo. (...) A nova estrutura estabelece os padrões de valor econômico e prestígio social, tornando cada vez mais difícil para o intelectual fugir do pânico ideológico rotineiro criado pelo demiurgo administrativo.” (MILLS, 1969, p.175)

4. Reflexões sobre o Exílio: o Brasil e a Poesia nas obras de Casais, Sena e Ramos.

A discussão acerca do exílio precisa começar pela observação de que o século XX foi, sem dúvida, “a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa.” (SAID, 2003, p.47) E ainda, segundo observações a respeito do mundo do século XXI, que se inicia, a perspectiva é de contínua produção e aumento do número de dezenas de milhões de refugiados. (HOBSBAWM, 2007, p.45) É muito provável que entre essas dezenas de milhões, alguns milhares sejam exilados intelectuais ou opositores políticos.

Neste capítulo será feita uma breve contextualização da condição do exílio na história, especialmente o intelectual, e também uma apresentação das impressões sobre o Brasil presentes em alguns escritos de Jorge de Sena, Casais Monteiro e Vítor Ramos, uma vez que este tema é latente na produção deles, conforme se nota pelas expressões *estrangeiro*, *andanças* e *perseguição*.

A orientação teórica sobre o exílio compreende muitos pensadores, um deles é Edward W. Said (1935-2003), também exilado intelectual, que foi crítico cultural radicado nos Estados Unidos e militante da causa palestina, tendo reunido em livros muitos ensaios acerca do tema intelectuais e exílio. Erudito, ele embasa sua obra em romancistas e pensadores que refletiram sobre o mesmo tema, tais como, Adorno, Gramsci, Sartre, C. Wright Mills e Noam Chomsky, entre os últimos, e Flaubert, James Joyce, Turguêniev e Virgínia Woolf entre os primeiros. Com uma prosa de perspectiva crítica, Said pensa o intelectual contemporâneo a partir das representações e da necessidade deste manter distanciamento de nações e tradições, do exílio do intelectual e do amadorismo e do profissionalismo do trabalho intelectual. Aponta a necessidade de o intelectual enfrentar o poder e de lutar por seu espaço de intervenção e critica o profissionalismo e a especialização dos conhecimentos universitários que, segundo ele, são fechados num elenco de autoridades e ideias canônicas. (SAID, 2005)

No ensaio *Reflexões sobre o Exílio* o autor disserta sobre a terrível e traumática experiência do exílio e questiona o motivo de este problema ter se tornado um tema vigoroso e enriquecedor da cultura moderna. Pondera que o exílio é uma experiência bem característica do século XX e dá exemplos de intelectuais e escritores orientais e palestinos mais próximos de si, mas a reflexão é universal. Esboça um debate sobre o nacionalismo e o exílio, condições que se relacionam, segundo ele, mas sublinha que tal interação “é como uma dialética hegeliana do senhor e do escravo, opostos que informam e constituem um ao outro.” Nessa mesma perspectiva, aponta a noção de não pertencimento do exilado e a situação descontínua do exílio em contraposição ao nacionalismo. Também problematiza que “no exílio emergem: um sentimento de solidariedade de grupo e uma hostilidade exaltada em relação aos de fora do grupo, mesmo aqueles que podem, na verdade, estar na mesma situação que você.” (SAID, 2003, p.51)

Said tece considerações sobre a definição e a distinção dos termos exilado, refugiado, expatriado e emigrado. Segundo o autor, o exílio tem origem na velha prática do banimento, na qual o exilado leva uma vida anômala e infeliz, com o estigma de ser forasteiro; já os refugiados são uma criação do século XX, a palavra refugiado tornou-se política e sugere grandes rebanhos de gente inocente e desnordeada que precisa de ajuda internacional; os expatriados moram voluntariamente em outro país, geralmente por motivos pessoais ou sociais; os emigrados gozam de uma situação ambígua, por não saírem de seus países com banimento, mas por outro motivo como trabalho, escolha, etc. Para Said, o que distingue o exilado dos demais termos é que ele traz consigo um toque de solidão e espiritualidade, por isso mostra que “não surpreende que tantos exilados sejam romancistas, jogadores de xadrez, ativistas políticos e intelectuais”, uma vez que “essas ocupações exigem um investimento mínimo em objetos e dão um grande valor à mobilidade e à perícia.” Destaca, não obstante, a ampla visão e a gama de experiências acumulada pelos exilados. (Idem, p.54) Tais ideias aproximam-se da temática abordada neste trabalho, pois o Portugal de Salazar produziu retirantes de todos estes tipos classificados por Said.

Citando um trecho de Hugo de Saint Victor, monge da Saxônia que viveu no séc. XII, recuperado e citado em obra de Eric Auerbach, Said dá orientação aos historiadores. Veja abaixo o fragmento de Hugo Saint Victor e as respectivas reflexões de Said:

Portanto, é fonte de grande virtude para a mente exercitada aprender, pouco a pouco, primeiro a mudar em relação as coisas invisíveis e transitórias, de tal modo que depois ela possa deixá-las para trás completamente. O Homem que acha doce o seu torrão natal ainda é um iniciante fraco; aquele para quem todo solo é sua terra natal já é forte; mas perfeito é aquele para quem o mundo inteiro é uma terra estrangeira. A alma frágil fixou seu amor em um ponto do mundo; o homem forte estendeu seu amor para todos os lugares; o homem perfeito extinguiu isso. (Idem, p.58)

As palavras do monge demonstram que há muito tempo os meios intelectuais cultuam a figura do sujeito errante e solitário, que traz em si o sentimento de pertencimento universal, o espírito de cidadão do mundo, em oposição ao sentimento provinciano. Também sugerem que o homem perfeito é aquele para o qual o mundo todo é um lugar estrangeiro. Complementando a ideia de Saint Victor, Edward Said procura esclarecer o sentido que ele tem para o crítico alemão Erich Auerbach. Segundo ele,

Eric Auerbach, (...), citou este trecho como um modelo para quem queira transcender os limites nacionais ou provinciais. Somente ao adotar essa postura o historiador pode começar a captar a experiência humana e seus registros escritos e sua diversidade e particularidade; de outro modo, permanecerá mais comprometido com as exclusões e reações de preconceito do que com a liberdade que acompanha o conhecimento. (Idem, p.59)

No ensaio do qual extraímos o fragmento acima, Edward Said, que está voltado para o humanismo e o cosmopolitismo característico de algumas correntes intelectuais do século XX, frisa que a liberdade de conhecimento está sempre além das fronteiras, e aponta que o exílio jamais se configura como o estado de estar satisfeito ou seguro, pois esta seria uma vida fora da

ordem habitual, nômade, descentrada, contrapontística que, uma vez que vira costume, a força desestabilizadora entra em erupção novamente. (Idem)

Essa inquietação citada por Edward Said está presente na prática dos três professores exilados tratados aqui, pois a trajetória de exílio é bem característica de intelectuais, poetas e ativistas políticos e, certamente, foi muito intensa no século passado, com as guerras e os deslocamentos de proporções inéditas na história. Jorge de Sena, Casais Monteiro e Vítor Ramos apresentam características típicas desse intelectual exilado produzido no século XX, bem como apresentam um envolvimento com uma enorme comunidade de imigrantes políticos portugueses, ocupando nela o papel de “intelectuais orgânicos”. No aspecto político, o exílio possibilitou maior liberdade de militância socialista exercida por eles.

O italiano Norberto Bobbio, escrevendo de forma geral sobre a comunidade dos intelectuais, destaca a intervenção destes, via manifestos, nos grandes temas da convivência humana, ou seja, nos problemas que não têm fronteiras. Segundo ele: “A comunidade dos intelectuais, que é por excelência uma comunidade fora das pátrias, uma comunidade cosmopolita, parece particularmente adequada para intervir no debate sobre esses grandes temas.” (BOBBIO, 1997, p.59)

O historiador Carlo Ginzburg num ensaio a respeito da obra *History: The last Things before the last* [História: as últimas coisas antes das últimas] livro póstumo de Siegfried Kracauer - publicado pela primeira vez em 1995 - trata da trajetória desse autor contemporâneo e de suas reflexões sobre a história. Estudioso do cinema e da fotografia, Kracauer também se exilou na França e nos Estados Unidos nos anos 1940, aspecto considerado por Ginzburg ao analisar sua obra. Os elementos destacados pelo historiador italiano sobre o exílio de Kracauer podem ser observados no seguinte fragmento:

Para o exilado Kracauer, era óbvio identificar-se com o estrangeiro, o estrangeiro, ou até mesmo com o judeu errante Assuero, que aparece no título de um dos capítulos do livro póstumo sobre a história. (...) Kracauer frisava que o estrangeiro, aquele que está à margem, aquele que “não é de casa”, é capaz de compreender mais e mais profundamente. O

instante do não-reconhecimento abre para o olhar de estranhamento do espectador o caminho da iluminação cognoscitiva. Não é por acaso, observa Kracauer, que os grandes historiadores, de Tucídides a Namier, eram exilados: “É somente nesse estado de auto-anulação, ou nesse ser sem pátria, que o historiador pode entrar em comunhão com o material que concerne a sua pesquisa. [...] Estrangeiro em relação ao mundo evocado pelas fontes, ele deve enfrentar a missão – missão típica do exilado – de penetrar as suas aparências exteriores, de modo a poder aprender a compreender esse mundo de dentro.” (...) A identificação do historiador com o exilado é o ponto de chegada de uma reflexão prolongada sobre a fotografia. A atitude de “passividade ativa” que Kracauer recomenda aos historiadores reelabora (como notou com exatidão Volker Breidecker) uma página de *Theory of film* sobre as desoladas fotografias urbanas de Marville ou de Atget. A “melancolia” que foi reconhecida nessas paisagens parisienses, observa Kracauer, “favorece o auto-estranhamento, o qual por sua vez impõe a identificação com todo tipo de objeto. É provável que o indivíduo deprimido se perca nas configurações casuais do ambiente, absorvendo-as com uma intensidade desinteressada que não é mais determinada pelas suas predileções anteriores. Esse tipo de receptividade recorda a do fotógrafo de Proust, visto no papel do estrangeiro.” (GINZBURG, 2007, pp.238-239)

Carlo Guinzburg ressalta o aspecto melancólico do exílio para Kracauer, característica também presente nas reflexões dos exilados portugueses, quando discutem essa situação.

Sobre o tema em voga, cabe salientar a figura de Erich Auerbach, grande crítico literário influente em tantos outros dessa época, que escreveu sua obra mais significativa, *Mimesis*, no exílio em Istambul durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Edward Said (2007, pp.110-146), essa obra apresenta notável erudição e seus alcance e ambição vão longe e, citando a conclusão da mesma, nos informa:

que primeiro por estar em Istambul no tempo da guerra, não empregou muitos recursos eruditos, pois não tinha acesso às bibliotecas ocidentais para realizar consultas; segundo, porque se tivesse sido capaz de usar referências de uma literatura secundária volumosíssima, o material o teria tragado e ele nunca teria escrito o livro. Assim, além dos textos primários

que traziam consigo, Auerbach se baseou principalmente na memória e no que parece ser um talento interpretativo infalível para elucidar as relações entre os livros e o mundo a que pertencem. (SAID, 2007, p. 112-113)

Said continua a apresentar e a refletir sobre a trajetória intelectual do alemão Auerbach, nome obrigatório nos estudos de crítica literária, e conta também sobre o exílio desse autor, cuja obra apresenta traços desse período. Segundo ele,

Em 1935, ele foi forçado a abandonar o seu cargo em Marburg, vítima das leis raciais nazistas e de uma atmosfera de cultura de massa cada vez mais xenófoba, dominada pela intolerância e pelo ódio. Mais tarde foi lhe oferecido um cargo para ensinar literaturas românicas na Universidade Estatal de Istambul, onde alguns anos antes Leo Spitzer também ensinara. Foi enquanto estava em Istambul, Auerbach nos conta nas páginas finais de *Mimesis*, que ele escreveu e terminou o livro, publicado na Suíça um ano depois do fim da guerra. (...) Considerem, em primeiro lugar, que *Mimesis* seja o produto de uma educação extraordinariamente completa e esteja saturado de uma interioridade e familiaridade sem paralelo com a cultura européia, é o livro de um exilado, escrito por um alemão afastado de suas raízes e de seu meio ambiente nativo. (Idem, pp. 122-123)

De acordo com Edward Said, noutro texto, Leo Spitzer e Erich Auerbach, filólogos das línguas românicas e estudiosos de literatura comparada, enriqueceram também as universidades americanas com o talento e a experiência trazida do Velho Continente. (SAID, 2005, p. 59) Auerbach ficou nos Estados Unidos até sua morte, em 1957.

Outra referência da crítica literária que destaca o sujeito deslocado é a complexa obra de Györg Lukács, *Teoria do Romance*, publicada pela primeira vez, em 1916, (como artigo) e depois, em 1920, (como livro) e também o marco inicial das preocupações lukasianas em torno do realismo. Neste livro, é visível a reflexão de um autor que posteriormente enfrentaria o exílio, mas que já tinha claro este sentimento solitário em seu esquema teórico, uma vez que percebeu que a imanência da história para com a literatura faz com que

o “romance seja uma expressão do desabrigo transcendental”. (LUKÀCS, 2000, p.37/38)

Quanto aos aspectos políticos e coletivos relacionados ao exílio, Andrée Bachoud, historiadora francesa, especialista em história contemporânea da Espanha, num artigo sobre os intelectuais e o franquismo, trata sobre os intelectuais republicanos exilados e aponta alguns aspectos sobre a formação das redes de apoio:

O poder do intelectual exilado foi significativo no exterior. Seu afastamento do país natal, expressão de coragem e de independência, oferece-lhe uma audiência importante no estrangeiro. Ele se beneficia de redes de apoio: as internacionais comunistas, as internacionais liberais, os partidos e os sindicatos irmãos etc. (BACHOUD, 2003, p.181)

O exílio dos intelectuais portugueses apresenta indícios da interação das redes de sociabilidades intelectuais e da solidariedade da militância de esquerda internacionalista, apresentando um quadro de como as identidades políticas eram configuradas numa dimensão internacional.

Os estudos brasileiros voltados estritamente para a questão do exílio, como a obra *Exílio: Entre Raízes e Radares* (1999), da historiadora Denise Rollemberg, que investiga o exílio de intelectuais e artistas brasileiros durante a ditadura militar, também contempla um capítulo inicial dedicado a temática do exílio de modo amplo. Neste sentido, no seu primeiro capítulo “Exilados, estrangeiros e apátridas” Denise afirma que “o exílio sempre acompanhou a história da humanidade”, lembrando que ele também estrutura as tramas mitológicas da *Odisséia* de Homero e igualmente das tradições e escritos judaico-cristãos. Rollemberg amplia seu argumento sobre a presença do exilado na história, recorrendo às muitas referências literárias e intelectuais, tais como: a obra *O estrangeiro*, de Albert Camus, “cuja morte da mãe já marcaria a ‘origem perdida”, a definição de apátrida nas *Memórias de um revolucionário*, de Victor Serge, o austríaco Stefan Zweig, o português Miguel Torga (companheiro de Adolfo Casais), entre muitas outras referências historiográficas e sociológicas, que discutem o exílio. Denise Rollemberg esboça algumas definições do sujeito exilado,

porém aqui é considerada somente uma delas, na qual a autora, apoiada noutros pesquisadores como Gilberto Velho, Ana Vasquez e Ana Maria de Araújo, levanta a hipótese de que o exilado é o portador de um projeto, ou segundo a autora: “O *exilado* tem um projeto sócio-político para a sociedade. É a derrota deste projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado.” (ROLLEMBERG, 1999, p.45)

As referências apresentadas acima, de modo semelhante, caracterizaram o universo intelectual de exílio como uma experiência de desconcerto, permeada de viagens e encontros, de obras e autores, de “afinidades eletivas” políticas e literárias.

4.1. O Exílio nas obras de Sena, Casais e Vítor Ramos

A questão do exílio nos escritos de Jorge de Sena é observada principalmente através de sua produção do Brasil e dos Estados Unidos, porém é necessário lembrar que o poeta já carregava consigo o sentimento de exilado mesmo em Portugal. Sena também escreveu sobre o Brasil e essas impressões foram reunidas no volume organizado postumamente, por Mécia de Sena, em livro intitulado *Estudos de Cultura e Literatura Brasileira* (SENA, 1988). Sobre a organização dos textos dessa obra, Mécia anuncia que,

Esta coletânea contém 48 estudos, resenhas ou crônicas que sobre o Brasil ou a propósito do Brasil Jorge de Sena escreveu, e cremos que nada ficou de fora. Alguns deles são comunicações a congressos ou colóquios que, porque obrigavam a panoramas gerais como ponto de partida, por vezes, num ou noutro passo, se repetem. Mas talvez não seja sequer um inconveniente porque há verdades difíceis de ouvir e outras não menos difíceis de aceitar – funcionando umas e outras igualmente, mas em sentido reciprocamente inverso, para as duas margens do Atlântico. (Idem, p.11)

E ainda em dois longos parágrafos, datado de fins de 1974, que ficou “Em forma de Prefácio” para essa edição de textos relacionados ao Brasil, o próprio Jorge de Sena recorda que, quando criança, sempre lia os livros brasileiros das estantes da família e lembra que o primeiro contato com a

moderna literatura brasileira ocorreu quando esteve pela primeira vez no Brasil, como cadete da Marinha portuguesa, entre 1937 e 1938. Sena destaca a enorme importância que poetas como Manuel Bandeira, Carlos Drummond Andrade, Cecília Meireles, Murilo Mendes, Jorge de Lima e Ribeiro Couto, tiveram para os poetas portugueses entre os anos 1930 e 1940. (Idem)

Sena também trata de sua situação deslocada de exílio, ao relatar seu processo de obtenção de cidadania, concedida em 1963, e de como poderia ser marginalizado tanto em Portugal como no Brasil, o que ele mesmo considerava “uma situação que é típica das contradições luso-brasileiras”, pois, segundo Mécia de Sena, no prefácio que complementa esses dois parágrafos, o nome dele foi afastado de alguns prêmios, em 1969, por esta razão. (SENA, 1988, p.10 e 11) Um trecho pode ser esclarecedor da situação do escritor exilado. Acompanhe:

(...) No Brasil, porque continuei sempre a ser, o escritor português que não podia deixar de ser, sistematicamente se ignorou e ignora que eu seja um cidadão brasileiro. Se eu fosse estrangeiro de outra origem, talvez isto se não ignorasse tanto, mas sou português, qualidade mais do que suspeita para lá de almoços oficiais que sempre combati, de um lado e de outro do Atlântico. (Idem, p.10)

Essas palavras, um tanto amargas, demonstram que a situação de exílio não era tão confortável como pode parecer para alguns analistas desses portugueses exilados, pois alguns depoimentos e estudos procuram minimizar tal sentimento, colocando que “eles nunca se sentiram no exílio”, como é o caso de uma afirmação de Eduardo Lourenço. (LOURENÇO, E. In: JUNIOR, 2003, p.15-16 e p.37-45) Este português conviveu com os exilados e se correspondeu com Jorge de Sena, talvez essa proximidade com eles o faça pensar assim, mas esse aspecto deve ser reavaliado.

Existem vários textos sobre o Brasil nessa enorme coletânea sobre a cultura brasileira, sobretudo aqueles no qual o autor escreve sobre os poetas e escritores brasileiros, como os citados acima e outros como Alberto de Serpa, José Osório de Oliveira e Raquel de Queirós. Nos textos sobre Cecília

Meireles, Sena manifesta toda sua admiração pela poetisa brasileira e faz questão de lembrar que, em 1944, ela o inseriu na antologia de jovens poetas portugueses, sem conhecê-lo e sem ter visto sequer resenhas acerca de seu primeiro livro de poesia. (SENA, 1988, p. 34) Sena também escreveu artigos sobre Manuel Bandeira, poeta pelo qual nutria enorme simpatia, sobre o realismo e o modernismo em Brasil e Portugal, entre outros temas.

Entretanto, para um exame mais detalhado, dessa obra recorta-se apenas os textos da 2ª parte do volume, intitulada *Cartas e Crônicas*, oriunda de publicações em revistas portuguesas, entre 1961 e 1963.⁸² Esta parte do volume reúne um total de 11 textos e, excetuando-se os dois primeiros de 1947 e 1948, os demais têm como características principais a livre impressão do escritor sobre o Brasil, sua intelectualidade e o panorama literário e cultural do início da década de 1960.

Escritos que também atestam o espírito ensaístico do autor, o primeiro deles, assinado em Assis/SP, Janeiro de 1961, é o artigo “Brasil – 1960”, no qual ele avalia as contribuições literárias do ano de 1960, destacando o aparecimento de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, e o mais premiado do ano, Antonio Candido, com a obra *Formação da Literatura Brasileira*, lançada em 1959, cujo reconhecimento aconteceu no ano seguinte. Lembra que o grande êxito de livraria continua a ser Jorge Amado e escreve com entusiasmo sobre a produção de ficção e de teatro no Brasil daquele ano. Destaca por exemplo, que “nesse modo ofensivo, o especialista ainda é o teatrólogo Nelson Rodrigues, grande figura da dramaturgia brasileira, cujo *Asfalto Selvagem* está tendo o merecido êxito popular entre os adolescentes e os tímidos...” (SENA, 1988, p.64) Acrescenta que o ano de 1960 foi importante, pois Brasília foi inaugurada, ocorreu o 1º. Congresso de Crítica do Recife e “o Sr. Jânio Quadros ganhou as eleições presidenciais para angústia de amigos e inimigos.” (Idem)

Em “Primeira Carta do Brasil”, de janeiro de 1961, Sena se reporta aos portugueses, afirmando que “Portugal não faz uma ideia clara do que seja a actividade intelectual e literária do Brasil”. Comenta sobre a transferência da

⁸² *Brasil Cultural* – Porto; *Boletim Bibliográfico LBL*; *Gazeta Musical e de todas as Artes*; *O Imparcial* – Araraquara/SP.

Capital do país para Brasília e sobre o peso político-econômico do Estado de São Paulo. Sobre o Rio de Janeiro, acrescenta que

deixará de ser o luzeiro ofuscante onde se fazem e desfazem as reputações *nacionais*, para continuar a ser, apenas, a 'Cidade Maravilhosa' aonde se manterá – ao contrário de S. Paulo, em que isso se perdeu já – a graça do convívio, do 'bate papo', sem o que a literatura e as actividades correlatas passam a ser um *struggle-for-life* impiedoso e efêmero, apenas equilibrado pela actividade das universidades que, no Brasil, participam da vida pública e da vida intelectual, numa escala que em Portugal, também se não concebe. (Idem, p.67)

Na passagem acima Sena expressa que o clima carioca daquele momento é propício às actividades literárias, mencionando o importante papel que a universidade desempenha no país e continua suas impressões sobre a vida intelectual brasileira, apontando que

o curioso é que, tão grande sendo o Brasil, a vida intelectual ainda assenta, dadas estas imensidades e regionalidades descritas, no conhecimento pessoal, na relação pessoal, na interdependência de interesses pessoais pessoalmente firmados e estabelecidos.

É, de resto, essa uma das sujeições mais típicas da vida brasileira, e uma das mais estranhas para o europeu. Sem dúvida que o brasileiro é muito sensível ao autêntico valor intelectual, e o reconhece, em público ou em privado, com uma espontaneidade que à mesquinhez europeia ou portuguesa parece ingenuidade. (Idem, p.68)

Jorge de Sena ressalta a característica do personalismo e da pessoalidade das relações intelectuais no Brasil, entretanto reconhece que tais aspectos não prejudicam a capacidade do trabalho intelectual dos brasileiros, destacando a produção científica do país. Segundo ele:

No Brasil, os estudos sociológicos, culturais, literários, a par do mais pedante aventureirismo que se dissimula na informação copiosa em catadupas de notas, possuem uma solidez de informação e de estrutura, que deixa a perder de vista o improvisado brilhante em que se confina tanto, mercê das

mais variadas circunstâncias, a intelectualidade portuguesa.
(Idem, p.69)

Como pode ser observado, Sena vai analisando comparativamente as características intelectuais dos dois países: louvando o Brasil e criticando Portugal.

Na “Segunda Carta do Brasil”, de março de 1961, observa que, na comparação entre os países das Américas, como os Estados Unidos, as regionalidades brasileiras têm um papel essencial na caracterização do país, aspecto que, segundo o escritor português, é singular. Comenta ainda outros elementos culturais do país, como a dieta do brasileiro, sinalizando que “o Brasil inteiro alimenta-se de arroz e feijão e carne seca, numa monotonia irracional em que as verduras e os legumes só agora começam a penetrar.” (Idem, p.73) Insistindo na peculiaridade da formação da sociedade brasileira, Sena menciona que “o ‘mundo que o português criou’, imaginado por Gilberto Freyre, que tanto lisonjeia a vaidade portuguesa e o sentimentalismo imperialista do Brasil, *é e não é* uma realidade.” Portanto, Sena estaria criticando o historiador brasileiro, pois vislumbra que este mundo não é necessariamente criado pelos portugueses e que os brasileiros tendem a superar aqueles em vários setores.

A “Terceira” e a “Quarta” das “Cartas do Brasil” tratam de problemas da língua e da literatura portuguesa e da relação entre Brasil e Portugal, na qual a questão das “migrações outras que não a portuguesa no Brasil” demonstram o interesse de Jorge de Sena pelo tema do estrangeiro e, mais além, o autor procura rastrear o significado dessas migrações para a língua portuguesa que se encontrava numa nova realidade no Brasil. (Idem, p.75-85) Mantém nessas cartas, entretanto, uma posição contrária ao lusotropicalismo freyreano e destaca radicalmente a importância de Guimarães Rosa, observando que,

as virtualidades potenciais da língua culta e da língua popular portuguesas se fundem numa síntese magnífica, em que o português atinge uma independência artística como desde o classicismo quinhentista e o barroco subsequente não tivera, ... (Idem, p.80)

De outro modo, na “Quarta Carta do Brasil”, manifesta-se preocupado com a dificuldade de difusão da literatura brasileira em Portugal e com o pouco interesse dos lusitanos acerca desta. Porém, um parágrafo, ao seu estilo de parágrafos longos, mostra um quadro bem detalhado das faculdades e universidades do Brasil, nos anos 1960, e de como a literatura portuguesa era trabalhada neste país, conforme se observa no trecho abaixo:

A literatura portuguesa, no Brasil, não tem difusão popular. Camões é lido nos liceus, e Herculano, e Júlio Diniz, tal como em Portugal, reafirmando o aluno secundário na ilusão de que a literatura portuguesa é (como também é para o aluno secundário português) um manancial de chatos escrevendo uma linguagem obsoleta, *ante-brasileira*; e, quando o aluno prossegue estudos superiores de letras – e dá literatura portuguesa em todos eles – o panorama não se modifica. Mas, aqui, um outro fenômeno muito importante intervém. A expansão do ensino superior no Brasil, feita desordenadamente por vezes, ou irresponsavelmente (já que as faculdades particulares, muitas delas sem nível, dão também títulos de doutor e fazem concursos de cátedra), é uma realidade gigantesca. O Brasil tem hoje, entre faculdades nacionais (as que dependem do Governo Federal), faculdades estaduais (as que dependem dos governos Estaduais, o que não significa 2ª. classe em relação às anteriores, mas apenas status administrativo, já que por exemplo, a Universidade de São Paulo, uma das mais importantes das Américas, é estadual), faculdades laicas independentes (como por exemplo, as sustentadas pela Fundação Makenzie), faculdades católicas, faculdades pertencentes a ordens religiosas e até faculdades municipais (que as há), uma infinidade de escolas de ensino superior, entre as quais cerca de 70 faculdades de Letras. (SENA, 1988, p.83)

Avaliando as palavras acima, é possível afirmar que Sena expressa sua crítica a alguns aspectos da difusão da literatura no Brasil e do seu ensino, entretanto, mesmo considerando ser irresponsável uma determinada expansão do ensino superior, tende a considerá-la positiva, uma vez que ele mesmo estava fazendo parte de um projeto de expansão pública no Estado de São Paulo. Essas preocupações de Sena com a expansão sem qualidade, mantêm sua atualidade, pois ainda são muito presentes neste início do

século XXI, no qual as faculdades particulares multiplicam-se vorazmente, fazendo do ensino superior um negócio extremamente rentável, porém de qualidade duvidosa.

Em dois textos, “Crônica do Brasil” e “Carta do Brasil – Balanço 1961”, a primeira escrita em agosto e a segunda em fins de Dezembro daquele ano, o autor lusitano elabora um panorama da crítica literária, de eventos e obras do ano que se encerrava.

Na “Crônica do Brasil”, Sena faz a avaliação de dois principais eventos literários ocorridos naquele ano: o 2º Congresso Brasileiro de Crítica Literária de Assis/SP e o Festival do Escritor Brasileiro do Rio de Janeiro, dois eventos representativos dos dois pólos sobre os quais se move a atividade intelectual, do balanço crítico e do balanço comercial. Aqui, aponta que o segundo foi marcante pela vendagem e lançamentos de livros e pela presença de mais de quatrocentos escritores. O congresso de crítica, com pouco mais de uma centena de críticos foi importante pelas elevadas discussões literárias acerca da poesia concreta entre outros temas de interesse na área. Menciona ainda, nesta crônica, a importância de alguns escritores brasileiros como Guimarães Rosa, Lygia Fagundes Teles, Cyro dos Anjos, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos e Clarice Lispector. Finaliza o texto saudando a memória do crítico Brito Broca, um dos secretários da *Revista do Livro* e autor de *A vida literária em 1900*, o qual Sena considerava um dos mais finos críticos de Machado de Assis e que havia falecido “num estúpido atropelamento no Rio de Janeiro” meses antes.

Na carta “Balanço 1961”, Sena é mais objetivo na descrição das obras literárias e peças teatrais que apareceram naquele ano e, além dos escritores já citados aqui, o crítico cita também Jorge Amado, Octávio de Faria, José Geraldo Vieira, Herberto Sales e Moacyr Lopes, Osman Lins, Dinah Silveira de Queiroz e Amando Fontes. Entretanto, chama a atenção a referência à reedição de *Irmão Juazeiro* de Francisco Julião, pois mostra, segundo o crítico português, que “o grande líder camponês é um excelente romancista ‘comprometido’”. Sobre as peças teatrais cita *A Escada*, de Jorge Andrade, e *A semente*, de Gianfrancesco Guarnieri, e dos poetas destaca “*Ramo de Rumos*, de Paulo Bonfim, *Ode Fragmentária*, de Hilda Hilst, e o excelente e

político *Os Poemas Reunidos*, de José Paulo Paes.” (SENA, 1988, p.87-94) Pela referência a essas últimas obras, manifesta-se o interesse de Sena pela literatura de inspiração política e engajada.

A “Quinta Carta do Brasil”, originalmente enviada para a revista *Ocidente*, em 1963, acompanhada de carta do autor, trata das relações entre Portugal e Brasil no que se refere aos estudos linguísticos e literários e também diplomáticos. Sena problematiza a história dessa relação, destacando as migrações, porém analisa-as a partir de uma perspectiva crítica. O último artigo dessa parte II do volume *Estudos de Cultura e Literatura Brasileira* (1988) é “Tennessee Williams e Araraquara”, no qual o também crítico teatral narra o episódio de uma peça do dramaturgo Tennessee Williams apresentada pelo TECA de Araraquara/SP, em 1961. Neste, que é um artigo publicado originalmente em *O Imparcial* de Araraquara, em 15/10/1961, Sena indica que: “(...) Aquela ‘marginalidade’ simbólica de T. Williams que o acaso das denominações após no Brasil à sua primeira peça de êxito vim assistir a ela em Araraquara, posta em cena pelo TECA.” Finaliza o artigo destacando a qualidade do grupo que rodeia a estrutura do Teatro daquela cidade e afirma que “A qualidade do Teatro é, em qualquer parte, o mais certo sinal do índice de civilização.” (Idem, p.102-103)

Outra demonstração do interesse de Jorge de Sena por intelectuais exilados e também pelo existencialismo é observada num ensaio do volume *Maquiavel e outros estudos* (1974), sobre o escritor anárquico e nihilista cético, Leon Chestov (1866-1938), pseudônimo de Lev Isaalcovitch Chvartsman, um ucraniano da virada de séculos XIX para XX exilado em Paris depois da Revolução de 1917, contra a qual se posicionou. Segundo Sena, em seu nihilismo e virulência Chestov “desencadeou meditações existenciais de grande valor”. (SENA, 1974 a, p.181-188)

Portanto, Jorge de Sena refletiu sobre sua condição de exílio e, mesmo que não tenha escrito ensaios diretos sobre tal tema, manifestou-se sobre o país que o acolheu e se interessou por escritores exilados, fato que aparece mais claramente em algumas poesias de Jorge de Sena.

Em Adolfo Casais Monteiro, observa-se também que, assim como em Sena, essa questão já estava presente desde a década de 1940, como pode ser constatado pelo ensaio “Ocaso duma idéia: O poeta, exilado na terra” (1940), reunido no livro *De pés fincados na terra* (1941), no qual ele discute a teoria da arte e da poesia e situa que a idéia de “exílio” – segundo ele, espalhada depois de Baudelaire, principalmente entre os simbolistas e modernistas portugueses – corresponderia ao fato de que este tipo de “artista” carregaria consigo uma variante muito rica, conforme comprova o trecho seguinte:

O tipo do “artista exilado na terra” é uma variante, embora mais rica, do “artista imitador do belo ideal”. É mais rica porque lhe acrescenta esta *nuance*: o dobre duma angústia incurável na terra. O “exilado” vê na sua arte o canto de saudade e de esperança (ou apenas de saudade desesperada) por um paraíso perdido. É a origem dos versos célebres de Baudelaire, referindo-se ao poeta:

“Exilé sur le sol, au milieu des hueés,
Ses ailes de géant l’empêchent de marcher”.

Baudelaire é o poeta que mais belamente representa esse tipo de artista a que me estou referindo. Ao escrever os versos que acabo de citar, e tantos outros que abordam o mesmo tema, ou análogos, pensou talvez ter-se referido ao drama essencial do artista, ter definido o artista em geral: aquele que vive no exílio, que arrasta na terra uma inconformidade incurável, a quem nada deste mundo pode satisfazer, cuja voz é uma repercussão informe, por mais bela que seja, do mundo a que pertence realmente. (MONTEIRO, 1941, p.288)⁸³

Ainda que amparado num certo romantismo, Casais Monteiro procura a definição de sua própria arte, e de sua própria condição, refletindo que,

⁸³ Nossa tradução para o fragmento foi: “Exilado sobre o chão, no meio das vaias, / Suas asas gigantes o impedem de marchar.” Este fragmento em francês compõe – segundo Antonio Candido, no ensaio “O Albatroz e o Chinês” – um dos poemas mais conhecidos de Baudelaire, chamado *O Albatroz*. Segundo Candido, trata-se da alegoria de um pássaro, o albatroz, que no chão de um navio não consegue andar devido a suas enormes asas. Essa seria, para Baudelaire “a alegoria do poeta em meio à turba que não o compreende”. Para Candido essa seria “a idéia romântica do gênio incompreendido” que estaria presente em outros poemas do livro *Flores do mal* (1857) e “que descrevem o conflito da vocação com a sociedade.” Porém os mesmos versos foram citados e traduzidos por Antonio Candido no seu ensaio, e apresentam diferenças, veja: “Isolé sur le sol, au milieu des hueés, / Ses ailes de géant l’empêchent de marcher. – Isolado no chão, no meio dos apupos, as asas gigantes impedem-no de andar.” (CANDIDO, 2004, p.13)

num país de regime autoritário, um poeta poderia se enquadrar como um exilado em sua terra, um incompreendido.

Mais tarde, Casais viveria de fato o exílio no Brasil, país onde pôde não só viver novas experiências e ter mais liberdade, mas também passar por situações embaraçosas e ruins. Um desses episódios desagradáveis foi o seu impedimento de retornar a Portugal, fato noticiado pelo jornal *Portugal Democrático*. Segundo a nota integral do veículo antissalazarista:

O Consulado de Portugal negou visto ao passaporte do escritor e poeta Adolfo Casais Monteiro, alegando que ele é anti-salazarista. Casais Monteiro que desejava viajar a Europa “apenas para rever o filho e a mãe”, dos quais está separado há sete anos, recorrerá agora ao Itamarati, para obter passaporte “amarelo” que o Ministério das Relações Exteriores concede a estrangeiros, em casos de viagem especial.

Recentemente o consulado de Portugal negara visto ao passaporte do escritor e jornalista Paulo de Castro, que obteve posteriormente do Itamarati o passaporte “amarelo” para viajar.

O nosso companheiro do Conselho de Redação Adolfo Casais Monteiro, que é colaborador de “O Estado” e de vários jornais nacionais e estrangeiros, foi revalidar seu passaporte e obter visto para viajar à Europa.

O escritor “estranha” a recusa do visto, porque não tem intenção de voltar a Portugal e não está “coordenando nenhum golpe” contra Oliveira Salazar.

Finalmente, o escritor foi informado no consulado de que seu visto havia sido negado, embora um funcionário chegasse a lhe sugerir que “escrevesse ao primeiro-ministro para lhe pedir o visto”, limitando-se Casais Monteiro a sorrir, em resposta. (*Portugal Democrático*, nº. 48, 05/1961, p.8)

O fato é que a situação de exílio não era cômoda, além disso, a negação dos passaportes parecia ser uma estratégia muito utilizada pelo regime salazarista para retaliar seus opositores, pois a mesma situação ocorreu com Paulo de Castro.

Outra ocorrência desagradável na trajetória de Casais no Brasil, também ligada à sua condição de estrangeiro exilado, foi a reação nacionalista que ele enfrentou de alguns críticos brasileiros, que “protestaram contra o fato de uma coleção antológica chamada *Nossos*

Clássicos ter sido iniciada por um volume dedicado a Fernando Pessoa”. (MONTEIRO, 1961, p.139) Casais, que também era o organizador desse volume, ficou indignado com tais críticas, não uma indignação expressada no ressentimento pessoal ou lusitano, mas teria ficado pasmo com o aspecto intelectual. Casais frisava que o “nossos” estaria mais ligado à língua e a cultura portuguesas que, segundo ele, transcendia os nacionalismos de Brasil e Portugal. Antinacionalista por princípio, no que se referia à arte e à literatura, reagiu a tais críticas e se posicionou contra as tendências nativistas dos críticos e historiadores brasileiros. (PERRONE-MOISÉS, 2003, p.57)

Quanto à produção de Casais Monteiro no exílio, seus estudiosos apontam que este foi um período importante para sua atividade ensaística. Carlos Leone, crítico português, afirma que “o ensaio de Casais desenvolve-se em quantidade e, sobretudo em qualidade, desde sua partida para o Brasil” e também que “é do trabalho no exílio que nos chega o mais significativo da sua crítica para a posteridade.” (LEONE, 2005, p.8; 55-56) Tentando detalhar a contribuição ensaística de Monteiro, informa:

Em todo o caso o estrangeiramento de Casais Monteiro trouxe-lhe dois benefícios (pelo menos): a liberdade de expressão e a liberdade de pensamento (uma distinção falaciosa, mas aqui aceitável, cremos). Não só *Clareza e Mistério da Crítica* mas também *Melancolia do Progresso* (inédito, só publicado em 2003, nas *Obras Completas*) são fruto de uma liberdade de expressão, na imprensa brasileira, de todo modo impossível na sociedade portuguesa das décadas de 1950 e 1960. Em ambos, mas sobretudo nesse último, se nota a real distância do autor perante o regime ditatorial de Portugal mas também face ao marxismo soviético (veja se em especial as partes I e II do volume). (Idem, p.65)

Quanto a *Melancolia do Progresso* (2003), que reúne os ensaios de Casais produzidos no exílio, é um livro que esteve inédito até o início do século XXI e assim como outros que recolheram sua produção do Brasil, observa-se neste que Marx é largamente citado, o que atesta a filiação marxista do crítico. (MONTEIRO, 2003) Porém, tal livro está envolto em mais pessimismo do que outros, pois, entre os textos reunidos nessa obra,

incluindo o próprio ensaio “Melancolia do Progresso” há críticas à noção de progresso, verificando que esse seria o “progresso dos negócios – mas não é progresso, no sentido nobre da palavra”. Menciona ainda “a triste fisionomia das nossas cidades”, citando a metrópole onde estava exilado como “a ex-maravilhosa cidade de S. Sebastião” (o Rio de Janeiro) e criticando principalmente as “exalações do ônibus” e o barulho, que conforme o crítico, tomava proporções catastróficas. Refletindo diretamente sobre a crise da arte na conjuntura capitalista, Monteiro afirma que: “Num mundo de caixeiros-viajantes, a mentalidade do caixeiro tinha que prevalecer sobre a do artífice, quanto mais sobre a do artista!”; considerando assim, que de modo negativo, a mentalidade capitalista superava a mentalidade artesanal e artística. (MONTEIRO, 2003, p.27-30)

Melancolia do Progresso, que apresenta o mesmo teor amargo e pessimista de outras obras, reúne alguns artigos de antes do exílio, porém a maioria deles foi composta no Brasil. Essa obra póstuma de Casais Monteiro está dividida em 3 partes: a primeira é uma organização de textos mais filosóficos e voltados para a modernidade e suas crises, apresentando clara influência dos frankfurtianos; a segunda é composta por alguns textos recolhidos na edição de 1974 de *O País do Absurdo* e consistem nas reflexões de Casais sobre o papel, a função e a relação dos intelectuais com a vida, denotando um ensaísta propositor e militante do que seria a atuação engajada destes; a terceira parte são os ensaios voltados ao problema do ensino, da universidade e da cultura, nos quais o crítico, além de discutir a crise da cultura na modernidade, lança a proposta de uma educação humanista e fala brevemente sobre a realidade da universidade brasileira. (MONTEIRO, 2003)

Entre os ensaios que compõem a primeira parte do livro, merece destaque “O homem mutilado” em que é possível perceber o debate do autor em torno da busca do equilíbrio entre o ideal e o real entre os homens. No artigo “O Aventureiro, o Militante e o Burocrata”, Casais faz reflexões sobre essas três condições a que estariam condenados os homens modernos, especialmente os intelectuais. O ensaio “Crise” constitui a elaboração de uma crítica de Monteiro à propaganda ou também à indústria cultural,

afirmando que esta causaria um aniquilamento maior do que a bomba atômica na sociedade. (Idem)

Nos textos da segunda parte, que retomam os debates sobre os intelectuais e referenciam Julien Benda, Miguel Torga, Jean-Paul Sartre e Marx, Casais vai esboçando sua posição favorável ao intelectual militante, entendendo que o ato de escrever consiste numa tomada de consciência e partido, pois “Escrever é tomar partido. Quero eu dizer que quem escreve, seja poeta ou crítico, romancista ou historiador, jornalista ou dramaturgo, não pode deixar de pôr no que faz a marca de uma orientação, dum sentido em que caminhe: dum escolha entre mil caminhos possíveis.” (MONTEIRO, 2003, p.131) Para o Casais de antes do exílio – deste ensaio “Felicidade, Felicidade... (sobre algumas ingenuidades dum idealista)” –, o autor que não pode ou não ousa escolher seria “um conformista” que ele critica duramente, pois essa situação cômoda também é uma escolha, ou um “sim a determinadas atitudes perante as quais o silêncio significa fatalmente assentimento. Assim pois o homem que se recusa a afirmar vem afinal a poder ser catalogado ainda com mais precisão do que qualquer outro.” (Idem, p.131-132)

Monteiro disserta no ensaio “A Função dos Intelectuais” que a palavra “intelectuais” estaria desmoralizada, por isso defende que a função principal destes é a de salvaguardar a inteligência. Aqui também apresenta elementos que demonstram um Casais atento ao debate sobre intelectuais e classes sociais, como se pode notar:

Certas ideias mal entendidas, e muita confusão em torno da palavra “burguesia”, são responsáveis pela suposição de que, vivendo numa sociedade burguesa, o escritor a “representa”. Ora, essa é uma suposição absurda. Nenhuma sociedade é dum peça só; dentro dela, a tensão das tendências opostas é permanente. Mais do que nenhum outro dos seus membros (da sociedade), o intelectual é, pela natureza da sua actividade, um “resistente”. (Idem, p.143)

Monteiro tem clareza das disputas que ocorrem no interior da sociedade e igualmente no interior do segmento intelectual e procura desconstruir a interpretação mecanicista de associar diretamente o

intelectual à burguesia. Na conclusão deste ensaio, Casais considera também que nem sempre o intelectual acerta ao decidir se alistar num partido, pois assim correria o risco de vê-lo pedir emprestado sua pena para elogiar um fundamento no qual ele próprio não teria ilusões. (Idem)

Na terceira parte do livro *Melancolia do Progresso* o crítico literário escreve sobre educação e ensino, deixando entrever suas impressões sobre a educação no Brasil, como se observa no ensaio “Pensamento e acção de Anísio Teixeira”, no qual Monteiro presta uma homenagem ao educador brasileiro, exaltando suas ações. No atual artigo “Porque a mocidade não lê”, Casais reflete sobre a diminuição da leitura entre os jovens e sobre como estes estariam mudando seus valores em relação à cultura e a leitura, considerando ainda que talvez o ensino que se fazia não estaria relacionado à realidade mesma da sociedade e que por isso os jovens estariam assumindo uma postura mais pragmática, voltada ao dinheiro. (MONTEIRO, 2003, 199-202) Ainda nessa derradeira parte, encontram-se textos nos quais Casais discute a cultura popular e também desfere críticas à tendência da especialização. Porém, um fragmento que chama muito a atenção vem do ensaio “A Função Universitária”, pois discute a expansão do ensino superior no Brasil. Segundo Casais:

A criação de universidades não tem, por si só, o poder milagroso de criar o espírito universitário, como parece ser crença bastante espalhada. E sem espírito universitário, não só é inútil, mas, muito pior, será perigosa para a cultura brasileira, a difusão indiscriminada de universidades, a qual, em vez de renovar, servirá apenas para estratificar deficiências endêmicas, já que promoverá a ilusão de terem sido satisfeitos os objetivos a que se destinaria a sua constituição. (Idem, p.227)

No início do século XXI é talvez possível afirmar que Casais tinha razão quando escreveu essas linhas, pois a grande expansão de faculdades particulares no Brasil, de fins do século XX até agora, têm mostrado que o objetivo principal destas não é a formação crítica e emancipada do indivíduo, mas a formação técnica, voltada para o mercado de trabalho. Assim, as idéias de Casais se aproximam das críticas de Gramsci às escolas técnicas e

da defesa da escola unitária, pois o italiano verifica que muitas iniciativas educacionais que apresentam a ilusão e a intenção de democratizar e incluir, estariam ligadas a um processo de cristalização e estratificação das posições de classe na sociedade. Além disso, fica claro nas palavras de Casais que “o espírito universitário” que ele reivindica corresponderia à emancipação e à tomada de consciência crítica pelo indivíduo e não simplesmente à emissão de diplomas. Contudo, esse ensaio expõe as intervenções do autor num debate para se construir um projeto de universidade brasileira.

Assim como Casais Monteiro, o comunista Vítor Ramos também elegeu muitos perseguidos e exilados para objeto de seus estudos histórico-literários e, mesmo que também não tenha escrito diretamente sobre o tema do exílio, optou por escrever sobre escritores igualmente marcados por esta condição, como por exemplo, o Cavaleiro de Oliveira, cujo significado do exílio é superestimado pela análise de Vítor Ramos verificando que: “O exílio deu à sua voz uma independência e uma isenção que a tornam única.” (RAMOS, 1968, p.12) Além disso, num dos “Trechos Escolhidos” por Vítor Ramos para a antologia do Cavaleiro de Oliveira, o crítico português seleciona a carta “À Senhora Condessa de Roccaberti sôbre o destêrro”, na qual o libertino português do século XVIII escreve sobre o exílio e afirma:

O mundo é a pátria natural, universal de todos os homens. O destêrro não é mais que uma passagem feita de uma província para a outra. Esta outra província onde se acha o desterrado é o país de todos aqueles que nasceram nele, e também o poder ser do desgraçado, se êle tiver entendimento para se acomodar com a sua sorte. (...) É uma fraqueza de ânimo considerar-se o homem perdido quando se vê em lugar onde nunca esteve. O homem deve imaginar que em todo o mundo tem a mesma natureza, que todo êle está debaixo do mesmo Céu, e que em tôda a parte se encontram homens da mesma espécie. (Cavaleiro de Oliveira In: RAMOS, 1968, p.31)

Esta carta de Oliveira data de outubro de 1736, portanto do seu período de juventude e do início de seu exílio, iniciado em meados de 1734, período que Vítor Ramos também considera de maior liberdade do autor em seus escritos. Oliveira adverte nessa carta que se trata de um pedido da

citada Condessa, para que ele expressasse o que diria para consolar um desterrado. E assim o Cavaleiro prossegue, envolvido em muita religiosidade:

Achai-vos banido por um tirano? Considerai quantos estão banidos da sua pátria pela sua própria avareza, que é ainda a maior tirania, porque a fim de enriquecerem se expõem a mil perigos, sofrendo infinitas incomodidades. (...) O homem que sofre impacientemente o desterro mostra que não compreende bem a condição com que os fiéis estão no mundo, e que ignora qual seja a pátria dos servos de Deus. O Céu é o seu país, a vida a sua peregrinação, sendo estrangeiros não só nos mesmos países de seus nascimentos, mas nos seus próprios corpos. *Enquanto moramos nos corpos somos estrangeiros do Senhor*, diz S. Paulo 2. Corint. 5.6. (Cavaleiro de Oliveira In: RAMOS, 1968, p.32)

Portanto, a opção de Ramos por esta entre tantas outras cartas do erudito moderno, demonstra que, no mínimo, havia uma curiosidade ou um interesse em conhecer o que os modernos pensavam sobre o exílio ou ainda em identificar quais foram as perseguições desse período e as estratégias para driblá-las.

Outra manifestação do interesse explícito de Vítor Ramos pelos exilados está na sua obra editada na França *A Edição de Língua Portuguesa em França (1800-1850)* (Paris, 1972). Neste, um livro de consulta e referências, Vítor Ramos levanta toda a produção bibliográfica de língua portuguesa editada na França na primeira metade do século XIX, que totaliza, segundo ele, cerca de 550 títulos. Este número de impressos portugueses na França demonstraria, de acordo com Ramos, “um tipo especial de relações intelectuais que não é comum na história do intercâmbio cultural entre as nações.” (RAMOS, 1972, p.33) A maior parte desse livro consiste na catalogação de Ramos dessas várias obras, organizadas cronologicamente, com cada bibliografia eventualmente seguida de um curto comentário do crítico literário português. Entretanto, na introdução ele indica que a maioria dessas obras estaria ligada aos emigrados ou exilados (palavra que se repete constantemente nesse texto) portugueses e brasileiros naquele país. Segundo Vítor Ramos: “Circunstâncias históricas, sobretudo as guerras civis, estão na base, como

vimos, de boa parte dessa edição que o emigrado português escrevia, traduzia, ou simplesmente lia.” (Idem) Assim, Ramos atribui destaque aos conflitos no recorte que delimitou, ressaltando sobretudo a presença dos “emigrados políticos” em meio aos autores e leitores portugueses da França.

Ao elaborar aquilo que seria o panorama histórico-político das publicações portuguesas na França, Vítor Ramos anuncia que é possível desmembrar esse período de 50 anos e suas respectivas obras em dois segmentos. O primeiro seria composto pelas obras de cunho histórico e político, surgidas principalmente a partir de 1820, após a chamada Revolução do Porto em Portugal – um dos movimentos políticos de ascendência liberal mais significativos durante o século XIX, que teria despertado o interesse pelas questões sociais e políticas. O segundo ângulo, no qual se poderia classificar as obras levantadas na pesquisa de Ramos seria o literário, principalmente no que tange às traduções para o português organizadas na França desse período. No entanto, Vítor Ramos, que parece mais interessado no político, verifica que este ângulo literário também estaria contaminado pelo político, pois “a ligação com a política” estaria presente na escolha de muitas obras francesas pelos tradutores portugueses, algumas delas de autoria dos enciclopedistas e iluministas franceses, como Diderot, Voltaire e Rousseau.

Assim, parece claro que essas duas obras de Vítor Ramos são as que mais se interessam diretamente pela questão do exílio e dos exilados.

4.2 A Poesia de Jorge de Sena e de Casais Monteiro

Seria impossível dar conta da obra poética de Casais e Sena num só trabalho, entretanto essa seção destina-se a tecer breves comentários sobre as poesias dos dois, sobre o que a crítica existente sintetiza sobre elas e sobre como eles próprios se posicionam a respeito dessa forma de expressão. Evidentemente, o enfoque recairá sobre as poesias que apresentam claramente o tom político ou que tratam dos temas do exílio, das perseguições e da história e que indicam alguma manifestação engajada.

Jorge de Sena sempre se considerou, acima de tudo, um poeta, e, de acordo com Jorge Fazenda Lourenço, organizador da antologia de Sena, a

“sua produção poética totaliza cerca de 1600 poemas.” (SENA, 1999, p.12) Na área de Letras, talvez a poesia seja o segmento mais estudado e analisado da volumosa obra deste autor.

Segundo o próprio poeta e também segundo seus estudiosos, o fato que proporcionou o arrebatamento que o teria encaminhado para o estudo da arte e para a composição da poesia, ocorreu quando ele era ainda um estudante de música e piano e pôde ouvir e estudar a obra do compositor Claude Debussy (1862-1918), mais especificamente a música *La Cathédrale Engloutie*, sobre a qual escreveu inclusive uma poesia, assinada de dezembro de 1964 e reunida no livro *Arte de Música*, de 1968. (SENA, 1999, p.127 & SANTOS, 2002, p.76) Segue abaixo a transcrição de uma estrofe (ou fragmento) de sua poesia “*La Cathédrale Engloutie*” de Debussy, que enaltece essa obra de música clássica e expressa bem esse processo de desencantamento e esclarecimento com o espírito do tempo vivido pelo poeta:

(...)
 Ante um caderno tentei dizer tudo isso. Mas
 só a música que comprei e estudei ao piano mo ensinou
 mas sem palavras. Escrevi. Como o vaso da China,
 pomposo e com dragões em relevo, que havia na sala,
 e que uma criada ao espanejar partiu,
 e dele saíram lixo e papéis velhos lá caídos,
 as fissuras da vida abriram-se-me para sempre,
 ainda que o sentido de muitas eu só entendesse mais tarde.
 (...) (SENA, 1999, p.126)

Percebe-se a cena cotidiana das aulas de piano preenchida de sentido pela projeção dele no tempo, os “papéis velhos” surgidos do vaso quebrado abrem as fissuras do seu entendimento. É marcante a música de Debussy para Sena, que assim manifesta seu arrebatamento sobre o caso da “catedral submersa” que emite uma “música sombria e luminosa” de “vácua solidão tranquila” e é “agonia doce e calculada!” (Idem)

A força da poesia de Jorge de Sena está também na combinação de vários temas que, de certa maneira, comprovam a aproximação de sua poesia com a música. De outro modo, o poeta expressa toda a angústia do século XX, considerando parcialmente as indicações de Theodor Adorno,

quando escreveu em 1949: “Escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de porque hoje se tornou impossível escrever poemas.” (SELIGMANN-SILVA, 2009, p.14) Para Jorge de Sena, não foi impossível escrever poemas após o nazismo, pois sua poesia fecundada sob o salazarismo é uma denúncia dos regimes fascistas e, desse modo, é também um documento da barbárie.

A primeira vez que publicou no jornal *Portugal Democrático* foi a poesia II do livro *Evidências* (1955), em outubro de 1959 (p. 05), cuja chamada principal era “Uma frente de batalha chamada poesia”, com mais seis sonetos de conteúdo igualmente político assinados por outros poetas. Acompanhe na sequência a transcrição do soneto de Sena:

Desta vergonha de existir ouvindo,
amordaçado, as vãs palavras belas,
por repetidas quanto mais traindo
tornadas vácuas da beleza delas;

desta vergonha de viver mentindo
só porque escuto o que dizeis com elas;
desta vergonha de assistir medindo
por elas as injúrias por trás delas

ao mesmo sangue com que foram feitas,
ao suor e ao sêmen por que são eleitas
e à simples morte de chegar-se ao fim;

desta vergonha inominável grito
e a própria vida com que as coisas fito:
calai-vos ímpios, que jurais por mim!

É enfático o modo como Jorge de Sena denuncia poeticamente o amordaçamento promovido pelas “vãs palavras belas” do regime de Salazar, que são feitas de sangue e injúrias, segundo o poeta.

Jorge de Sena também publicou, no *Portugal Democrático* (nº 40, 9/1960, p.3), o poema inédito de Fernando Pessoa, intitulado *Salazar*, no qual grande poeta lusitano, falecido em 1935, escreveu:

I

Antonio de Oliveira Salazar.

Três nomes em sequência
regular...

Antonio é Antonio.

Oliveira é uma árvore.

Salazar é só apelido.

Até aí está bem.

O que não faz sentido

É o sentido que tudo isto tem.

II

Este senhor Salazar

É feito de sal e azar.

Se um dia chove,

A água dissolve

O sal,

E sob o céu

Fica só o azar, é natural.

Oh, c'os diabos!

Parece que já choveu...

III

Coitadinho

Do tiraninho!

Não bebe vinho,

Nem sequer sozinho...

Bebe a verdade

E a liberdade,

E com tal agrado

Que já começam

A escassear no mercado.

Coitadinho

Do tiraninho!

O meu vizinho

Está na Guiné,

E o meu padrinho

No Limoeiro

Aqui ao pé,

Mas ninguém sabe por quê.

Mas, enfim, é

Certo certo

Que isto consola

E nos dá fé:

Que o coitadinho

Do tiraninho

Não bebe vinho,

Nem até

Cafê.

Vinculado à tradição realista do século XX, Jorge de Sena entende a poesia como uma frente de batalha na luta antifascista e, assim, recorre ao mestre Fernando Pessoa que, em poucos anos de vivência do regime tirano português, observa que a verdade e a liberdade iam se escasseando. A crítica de Pessoa ao regime salazarista, ao projeto colonialista, a desinformação e a manipulação do regime português é clara quando o poeta diz que “o vizinho está na Guiné e ninguém sabe por quê”.

Grande parte das poesias de Sena foram sonetos nos quais alguns temas são muito frequentes, tais quais o amor, a morte, a sexualidade, o erotismo, a divindade, o tempo e o espaço. (LOURENÇO, 2003, p.147)

As pesquisadoras Maria Lúcia O. FERNANDES (2002, p.203-222) e Ana Maria GOTTARDI (2002, 237-247) estudaram a poesia de Jorge de Sena e destacaram alguns pontos importantes para a compreensão do seu universo temático.

A primeira, voltada para a “metamorfose da terra na poesia seniana”, indica que “uma energia telúrica” anima as poesias dos primeiros livros de Sena e “Na poesia cosmogônica de Jorge de Sena, tudo é matéria, produzido por matéria, não havendo lugar para nenhuma alma imaterial, e nenhum deus criador. Se existe algum Deus, este é estranho ao universo material ao qual pertence o homem.” (FERNANDES, 2002, p.206) Analisando o livro *Coroa da Terra* (1946), a autora indica que o poeta “busca o sentido da condição humana e da vida na própria matéria, configurando uma espécie de busca cosmogônica para a compreensão da existência...” (Idem, 213)

Ana Maria destaca a tensão interna da poesia de Sena como um princípio formador, no qual a estrutura rítmica e as temáticas essenciais são resultantes “de uma consciência que sofre e contesta as limitações humanas, movida pelo desejo de plenitude.” (GOTTARDI, 2002, p.238) A autora enfatiza o experimentalismo da poética seniana, e também elabora um parágrafo discutindo a proximidade do pensamento de Jorge de Sena com o de Adorno. Segundo Ana Maria Gottardi:

Trata-se de um pensamento que se aproxima, e muito, do pensamento de Adorno sobre a lírica, caracterizando-a como uma disposição anímica do ser contra a prepotência das

coisas, como uma forma de reação à coisificação do mundo. As expressões “testemunho”, “humildade expectante” remetem às reflexões de Adorno sobre ser o poema não meramente a expressão de impulsos e experiências individuais, mas ser, no seu profundo mergulho no individual, uma elevação ao universal. (Idem, p.246)

Antes da observação de algumas poesias de Jorge de Sena, convém destacar o prefácio para o livro *Peregrinatio ad loca infecta*, intitulado de *Isto não é um prefácio – 1969*, que, por sinal, trata exclusivamente das peregrinações do poeta e está coligido em *Poesia III* (1978) e mostra uma face sombria e pessimista dele, tal como Theodor Adorno, o que permite concluir que, além da “loca infecta” da alma que sempre tem percorrido, também viveu “no lugar infecto que é nosso mundo hoje”, esse “tirânico vale de lágrimas.” Ao contrário das opiniões que não atribuem agruras aos exílios destes portugueses, Jorge de Sena, em pleno 1969, neste seu “não prefácio”, explicita os problemas do exílio. De acordo com ele:

(...) Acrescente-se que esse período de 1959-1969 foi e tem sido, principalmente e sobretudo, o dos meus “exílios” americanos (do Sul e do Norte), com tudo o que de difícil e de complexo uma tal situação implica, pela confrontação com diversas culturas (ainda que, ironicamente, elas nos sejam familiares) que, para quem, não vive nelas em carácter evidentemente provisório, colocam agudamente dolorosos problemas de identidade, e nos levam a meditar diversamente sobre quem somos. (SENA, 1978, p.22-23)

Novamente Sena se queixa da sensação de deslocamento, manifesta igualmente em suas cartas e crônicas sobre o Brasil. De outro lado, em meio a essa exposição, reconhece que falar das peregrinações infectas “seria injusto e ingrato para com as alegrias e triunfos que o Brasil e a América do Norte lhe proporcionaram”. (Idem, p.23) É implícita, além da língua portuguesa, também as familiaridades autoritárias, na experiência destas andanças. Ao refletir esse destino no plano existencial e associar ao infecto, à doença, Sena testemunha o exílio do século XX em suas diversas dimensões, o que pode ser observado em alguns poemas da parte Brasil,

deste livro das peregrinações poéticas de Sena, nos quais o poeta se refere ao exílio, à política e aos sofrimentos. Observe:

Quem muito viu, sofreu, passou trabalhos,
Mágoas, humilhações, tristes surpresas;
e foi traído, e foi roubado, e foi
privado em extremo da justiça justa;

e andou terras e gentes, conheceu
os mundos e submundos; e viveu
dentro de si o amor de ter criado;
quem tudo leu e amou, quem tudo foi –

não sabe nada, nem triunfar lhe cabe
em sorte como a todos os que vivem.
Apenas não viver lhe dava tudo.

Inquieto e franco, altivo e carinhoso,
será sempre sem pátria. E a própria morte,
quando o buscar, há-de encontrá-lo morto.
(SENA, 1978, p.51)

A catarse desencadeada pela poesia de Jorge de Sena está relacionada com uma mistura bem sucedida de inquietações humanas - como a morte, o trabalho, as traições e injustiças - com o amor, as andanças por terras e gentes, submundos e criações, universo dos “sempre sem pátria” em sua poesia.

Já na última estrofe de *Súplica Final* (também de 1961, como o anterior), que expressa a metáfora da censura, o poeta, em forma de oração, pede o silêncio, porque também já calou anteriormente e falar não adianta. Pelo fato de ter sido músico, o silêncio também tem significados mais profundos para Sena. Observe:

(...)
Senhor: não peço mais que o silêncio do mundo,
o silêncio dos astros, o silêncio das coisas
que outros homens fizeram, e o das coisas
que eu próprio fiz. E o teu silêncio
de senhor que já foi. Não peço mais.
Não é nada que peço. Dá-me

o silêncio. Dá-me o que não fui:
 silêncio (porque calei tanto):
 o que não sou (pois que calo tanto):
 o que hei-de ser (já que falar não adianta):
 silêncio.
 Senhor: não peço mais.
 (Idem, p.52)

Desta mesma parte Brasil, mas assinado em 1964, *Os nocturnos merecem respeito ou a salvação do Brasil em 1º de Abril* é a manifestação contra os acontecimentos dessa data. Um poema curto:

Como podem chamar noite
 a isto?
 Há uma dignidade e uma nobreza
 das trevas.
 Isto
 É outra coisa: a luz do dia
 lá fora (onde?),
 o amor
 lá fora
 (onde?)
 e a vergonha
 lá fora
 (aqui).
 Como podem chamar noite
 a isto?
 (Idem, p.68)

Sena defende um especial espírito noturno, porém não o que se movimentou naquela noite entre 31 de março e 1º de abril de 1964. Assim, o intelectual que diz não se informar e se manifestar sobre política no Brasil se solta nas poesias.

Para encerrar a apresentação acerca das poesias de Jorge de Sena, a primeira estrofe de “Em Creta com o Minotauro”, de 1965, também da parte Brasil do livro *Peregrinatio ad loca infecta* (1969) é representativa. Essas poesias significam apenas parte das poesias pesquisadas para este trabalho, mas diretamente voltadas ao exílio e a política. Nesta última, o poeta problematiza o exílio num movimento que afirma que o homem é sua própria

pátria. O poeta humanista que tem raiva da pouca humanidade do mundo se expressa:

Nascido em Portugal, de pais portugueses,
 e pai de brasileiros no Brasil,
 serei talvez norte-americano quando lá estiver.
 Colecionarei nacionalidades como camisas que se despem,
 se usam e se deitam fora, com todo o respeito
 necessário à roupa que se veste e que prestou serviço.
 Eu sou eu mesmo a minha pátria. A pátria
 de que escrevo é a língua em que por acaso de gerações
 nasci. E a do que faço e de que vivo é esta
 raiva que tenho de pouca humanidade neste mundo
 quando não acredito em outro, e só outro quereria que
 este mesmo fosse. Mas, se um dia me esquecer de tudo,
 espero envelhecer
 tomando café em Creta
 com o Minotauro,
 sob o olhar de deuses sem vergonha. (Idem, p.76)

Portanto, essa estrofe apresenta marcas características da poesia seniana: como o amor, a morte, a condição da existência, porém também trata do exílio e mostra um Sena preocupado em denunciar a desumanidade, acreditando de outra forma nas criações humanas, em seus mitos, num misto de lirismo e realidade presente, angústia e esperança. De alguma forma, as poesias de Sena apresentam muitos paralelos com a de seu companheiro de luta, Casais Monteiro.

Considerando então a obra poética de Adolfo Casais Monteiro, observa-se que, como Sena, ele também foi relacionado na antologia *Poetas Novos de Portugal* (1944), organizada pela brasileira Cecília Meireles que assim se manifesta sobre o poeta Casais Monteiro:

Tão diverso de seus companheiros na sua visão de mundo! – desencantado e esperançoso, à mercê da vida que o vai levando, deixando-se ir pela mão de um destino que não distingue bem, mas obedece, – narra sua aventura poética num grande abandono técnico, numa linguagem fluída e nebulosa, que se desenrola e perde, sugestiva e esparsa como

o fumo das viagens humanas. (MEIRELES, Cecília. In: MONTEIRO, 1993, p.235)⁸⁴

Ainda em 1944, o próprio Casais, no prefácio para a edição de *Versos* (reunião de seus três primeiros livros de poesias), afirmava que seus poemas nasceram “quase sempre de um estado de insatisfação, de descontentamento, de desequilíbrio”, acrescentando que eles seriam a “voz da sombra, da melancolia, do desespero e da ansiedade”, com alguns elementos de “exaltação e êxtase”. Monteiro também apresenta suas concepções de arte neste prefácio, ressaltando o fato de esta estar diretamente ligada com a vida. Menciona o debate que polarizava os meios artísticos: a tendência de a arte ser alheia ao imediato e as perturbações do cotidiano, (“a arte pela arte”?) ou a de se exigir dela e se exercer com a arte uma ação no plano social. O poeta diz fugir dessa dicotomia, entretanto se considera mais próximo do segundo pólo, ou seja, defende uma arte engajada. Neste texto do decênio de 1940, Monteiro já recuperara uma carta de Engels, para ponderar sobre a cautela do autor ou artista em relação à suas posições políticas e sociais presentes em suas obras de arte, citando a frase e a referência: “Quanto mais as opiniões (políticas) do autor estiverem ocultas, melhor será para a obra de arte. (F. Engels em carta de Abril de 1888, a Miss Harkness).” (MONTEIRO, 1993, p.216-218)

Algumas características da obra poética de Casais Monteiro, apresentadas por seus críticos e estudiosos contemporâneos, como João Rui de Sousa – na Introdução da edição *Poesias Completas* de Adolfo Casais Monteiro (Lisboa, INCM, 1993) –, indica que a poesia do exilado português é uma obra “perturbante”, sem uma unidade simplificadora, contendo até mesmo ambigüidades. (SOUSA, João Rui de. In: MONTEIRO, 1993, p.7)

Quanto à primeira publicação de *Poesias Completas* em Portugal, outro pesquisador, Carlos Leone, afirma: “Depois de décadas sem que a censura permitisse, sequer, a publicação do seu nome, em 1969 a Portugália

⁸⁴ O fragmento citado é da seguinte referência: *Antologia Poetas Novos de Portugal*, Seleção e Prefácio de Cecília Meireles, Col. Clássicos Contemporâneos, dirigida por Jaime Cortesão, Rio de Janeiro, 1944, p.51. Este trecho está reunido na parte “Marginália – Excertos Críticos sobre a obra poética do autor” no final do volume *Poesias Completas* (1993) de Adolfo Casais Monteiro.

Editora lança o volume *Poesias Completas*, marcando a recepção da sua obra pela geração que fará o 25 de Abril.” (LEONE, 2005, p.13) *Poesias Completas* foi relançado em 1993, reunindo nove livros de poesias do autor: *Confusão* (1929), *Poemas do Tempo Incerto* (1934), *Sempre e Sem Fim* (1937), *Canto da Nossa Agonia* (1942), *Europa* (1946), *Simples Canções da Terra* (1949), *Noite Aberta aos Quatro Ventos* (1943 e 1959), *Voo Sem Pássaro Dentro* (1954) e *O Estrangeiro Definitivo* (1969). Perante essa obra poética, o crítico João Rui de Sousa constata que a mesma “é caracterizada por despreocupações formais” e que também “reflete ou parece definir uma recusa fundamental: a de toda a unilateralidade de visão, a de qualquer pressuposto dogmático que impeça ou deforme o florescer, para a criação artística...” (SOUSA, João Rui de. In: MONTEIRO, 1993, p.8-9)

João Rui procura classificar esses 40 anos de poesia de Casais Monteiro em quatro fases, pois, de acordo com ele, nos primeiros livros, o poeta se depara com os embates do ego entre o real e o ideal, apresenta traços de solidão e de interiorização; na segunda fase, que Sousa chama de “confusionista”, o poeta explicita “os sinais de uma dialética de vivência que se poderia designar por estados de confusão e claridade”; percorre depois um terceiro estágio em que o poeta estaria passando por uma “tendência clarificadora”, buscando alguma esperança num universo dominado por trevas e finalmente o quarto período, que João Rui chama de “o momento de protesto”, no qual “a via de clarificação e o espírito de combate atingem a máxima exuberância afirmativa”. (SOUSA, João Rui de. In: MONTEIRO, 1993)

Destacando algumas poesias dessa primeira fase observamos uma atmosfera boêmia, como nos poemas “Cerveja”, “Fantasmagoria”, “Entulho”, “Álcool”, “Abandono”, de *Confusão* (1929). Em “Escavações”, também reunido neste primeiro livro, o poeta deixa aparecer as oscilações dialéticas de seu tormento. Veja:

Fico às vezes sozinho.
Entretanto à minha volta
o mundo vive esquecido,
perdido na indiferença
da sua inútil verdade.

Receio perder o contacto
 Com as coisas mais reais
 – que podem ser irreais –
 do mundo que não é apenas
 o mundo dos meus sentidos:
 nesta fugida de mim
 receio de atingir-me.
 (MONTEIRO, 1993, p.41)

Portanto, o poeta está envolto em romantismo, orientado pela idéia do “sujeito incompreendido em confronto com o mundo”, demonstrando suas inquietações existenciais.

Quanto às poesias que sintetizam a esperança em meio ao caos, localizamos, em *Canto da Nossa Agonia* (1942), fragmentos do poema “Esta é a hora incerta entre a derrota e um sonho incerto de redenção!” que demonstram essa posição esperançosa e também repercutem o clima obscuro do regime salazarista. Observe:

...
 É a hora da salvação difícil em que tudo é perigo iminente
 de não haver mais senão um vazio insondável
 coalhado de cadáveres ao fundo,
 de cadáveres que fazem todos os gestos da vida,
 mas não passam afinal de sombras despegadas da vida...
 É a hora...
 terá de ser a hora da ressurreição
 em que a carne espezinhada a vida enfim reverdeça,
 fênix invencível.
 ...
 (MONTEIRO, 1993, p.118-119)

De modo geral, os poemas dessa obra já marcariam a guinada nos interesses poéticos de Casais Monteiro, que, mantendo o amargor dos primeiros anos, passava a caminhar para o protesto, pois o momento em que compunha coincide com o advento da barbárie nazi-fascista que ameaçava o mundo, portanto mereceu a atenção do poeta.

Europa (1946) é talvez a manifestação que mais explicita esse cenário de guerra naquele continente e no qual se encontra um esboço do desejo de Casais pela unificação europeia. Na primeira estrofe isso já é perceptível:

Europa, sonho futuro!
 Europa, manhã por vir,
 fronteiras sem cães de guarda,
 nações com seu riso franco
 abertas de par em par!

Em outro fragmento ele atribui a culpa pelas agruras européias à avareza e aos cofres:

Europa, tu virás só quando entre as nações
 o ódio não tiver a última palavra,
 ao ódio não guiar a mão avara,
 à mão não der alento ao cavo som de enterro
 dos cofres digerindo o sangue do rebanho
 – e do rebanho morto, enfim, à luz do dia,
 o homem que sonhaste, Europa, seja vida!
 (MONTEIRO, 1993, p.127-128)

Assim, o poeta não se exime de fazer arte com os elementos mais prementes de seu tempo e de sua realidade, mantendo visível uma fenda de esperança. O crítico João Rui de Sousa, discorrendo sobre o longo poema *Europa*, afirma ainda que ele trata essencialmente do protesto:

Protesto contra a indiferença (*o sangue podre e venenoso da indiferença*), aquele quase distraído acumular de cobardias quotidianas que é sempre um primeiro passo para a vitória das tiranias e, em consequência, para a derrota dos direitos do homem. Protesto enfim, contra a opressão em seus diversos níveis e metamorfoses, contra o policiamento das idéias, (...) ... [este poema] demarca em Casais Monteiro a fronteira ideológica entre o isolacionismo psicológico e moral que uma franja larga da sua poesia carrega e uma nítida tomada de posição frente às alienações e ao despotismo. (SOUSA, João Rui de. In: MONTEIRO, 1993, p.23)

Outra definição da obra poética de Casais é fornecida por Ernesto M. de Melo e Castro que, seguindo as trilhas de João Rui, procura sintetizar o significado que tal obra teria para seus leitores. Segundo Ernesto Castro:

Reler criticamente a obra poética de Casais Monteiro, através de todos os seus dualismos e contradições, do seu apelo europeizante e da sua necessidade constante de redefinir-se como poeta produtor de poesia, nos seus apelos dramáticos à liberdade e à dignidade, na sua tristeza reflexiva e interiorizada, é hoje, tanto como já desde os anos 60, uma experiência aberta de reconhecimento de nós próprios. (CASTRO, 2002, p.106)

Assim, o crítico ressalta a permanência e a atualidade das poesias de Casais, que igualmente seriam dirigidas ao público amplo, pois é uma poesia envolvida em modernidade e humanismo, capaz de causar empatia imediata nos leitores do século XX e XXI.

Nenhum desses dois comentadores da obra poética de Casais Monteiro, Castro e Sousa, menciona o espírito de exílio que poderia estar presente nos poemas. Entretanto em consulta aos dois últimos livros - *Voo Sem Pássaro Dentro* (1954) e *O Estrangeiro Definitivo* (1969) - ambos escritos no exílio, é possível encontrar várias citações ou referências da condição de exilado nos versos de Monteiro. Do livro de 1954, por exemplo, no poema “Permanência”, no qual canta sobre o ser poeta:

Não peçam aos poetas um caminho. O poeta
 não sabe nada de geografia
 celestial. Anda
 aos encontrões da realidade
 sem acertar o tempo com o espaço.
 Os relógios e as fronteiras não têm
 tradução na sua língua. Falta-lhe
 o amor da convenção em que nas outras
 as palavras fingem de certezas.
 O poeta lê apenas os sinais
 da terra. Seus passos cobrem
 apenas distâncias de amor e
 de presença. Sabe
 apenas inúteis palavras de consolo
 e mágoa pelo inútil. Conhece
 apenas do tempo o já perdido; do amor
 a câmara escura sem revelações; do espaço
 o silêncio de um vôo pairando
 em toda parte.

Cego entre as veredas obscuras é ninguém e nada sabe

– morto redivivo.
(MONTEIRO, 1993, p.183)

Assim, o exilado anda sem acertar, não reconhece as fronteiras e “seus passos cobrem distâncias”, “pairando em toda parte”. O poeta é para Monteiro um viajante sem caminho.

Também em “Identidade”, do mesmo livro *Voo Sem Pássaro Dentro*, encontra-se nos últimos quatro versos:

...
O mundo não é apenas cinza do passado.
Além-fronteiras da indiferença correm
as águas da nascença. Olhai
e as portas se abrirão.
(MONTEIRO, 1993, p.187)

Desse modo o poeta estaria esperançoso e convidando a continuar, a olhar para além das fronteiras, onde é possível encontrar portas abertas e renascer.

No livro *O Estrangeiro Definitivo* (1969), é também possível destacar versos de poemas que se referem ao exílio. No “O Homem sem Espelhos” existem alguns versos como:

...
Morto já, na ciência de mim mesmo,
como um corpo correndo atrás da alma parada
e ela nunca lá está, quando ele chega.
Sempre é outro o lugar,
a hora sempre errada
e a alma parada não sei onde...
...
(Idem, p.204)

Tais versos representam uma consciência deslocada, que se procura e não se encontra, pois “sempre é outro o lugar” e fora de hora.

Para finalizar, devem ser citados os últimos três versos de “Quanto Não Soube” em que ele diz:

...
Deve haver um gesto que nunca aprendi
E quando alguém me acenou, fui sempre embora
Para parte nenhuma

(Idem, p.208)

Tais versos sugerem a transitoriedade, o movimento, a despedida, elementos que aparecem levemente no interior dos poemas de Casais, nessas duas obras que configuram o seu movimento de exílio, porém aspectos semelhantes são encontrados nos livros anteriores, como *Sempre e Sem Fim* (1937), no qual se vislumbra o conjunto de poemas “Andanças do Poeta Solitário” cheios de versos nos quais as palavras encontros e abandonos estão presentes.

Convém dizer que o encerramento deste trabalho se deu com as poesias, para que não se esqueça que os antissalazaristas, Casais e Sena, foram acima de tudo poetas que fizeram de suas poesias armas contra a tirania de Salazar e manifesto do sentimento de exílio, bem como narração da história de Portugal e do mundo do século XX. Suas manifestações poéticas também constituem documentos contemporâneos, empenhados em desnudar a gentileza e a barbárie da humanidade.

Considerações Finais

O estudo, por meio de biografias e obras, da trajetória dos três professores portugueses exilados no Brasil, demonstra que o século XX produziu um tipo muito característico de intelectual, envolvido intimamente com as principais tramas de seu tempo e marcado pela tendência multifacética e totalizante, com atividade política engajada que lhes rendeu uma vida de exílios e fugas. Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos foram intelectuais dessa cepa, que refletiram as questões amplas e internacionais, mas que não descuraram dos problemas nacionais de seus países de origem e de exílio; que, mesmo estando no campo literário e erudito, preocuparam-se com as questões sociais e políticas e interessaram-se pela cultura popular; eram poetas e romancistas, mas igualmente ensaístas e críticos literários; jornalistas, funcionários públicos, professores, mas, também, militantes políticos antifascistas.

Como a trajetória intelectual desses homens poderia nos ajudar hoje? Qual seria a herança desse passado intelectual? Qual o significado da presença de intelectuais estrangeiros no Brasil em meados do século XX?

Essas são questões que se pretendeu responder, mesmo que implicitamente, neste trabalho. Entretanto, se não foi possível cumprir essa tarefa, esta tese já configura um caminho, ou uma contribuição para ampliar a reflexão acerca do tema dos intelectuais. Contudo, procurou-se enfatizar aqui a noção de que o intelectual, mesmo que absorvido pelas tarefas de seu campo de atuação, seja ele qual for, não deve se isentar das questões sociais que o cercam, atitude que é visível em Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos que, mesmo sob as situações mais adversas, demonstraram que o intelectual deve ser um membro atuante em sua comunidade.

Neste trabalho, defendi a idéia de que lutaram pela democracia e pela implementação da igualdade social em Portugal e foram “intelectuais orgânicos” que, naqueles anos, organizaram e formaram, direta ou indiretamente, os movimentos contrários às hegemonias vigentes em seu tempo.

Acrescente-se que o tema compreende as relações entre dois países de mesma língua, no contexto da história contemporânea, a guerra fria, durante a qual Portugal, Brasil e América Latina estavam sob regimes autoritários e também atravessavam um período de transição do capitalismo. Portugal, o mais resistente às mudanças, acumulava crises desde início de 1960, enquadrando-se depois de 1975 às dinâmicas do capitalismo expansivo neoliberal. Nesta conjuntura autores e obras e, mais precisamente seus textos políticos, são protagonistas na luta anticolonial e antifascista.

Além disso, a trajetória desses três é totalmente adversa ao tipo tradicional de intelectual caracterizado por Antonio Gramsci, que constituía o perfil dos intelectuais na América Latina, na primeira metade do século XX. Segundo o comunista italiano:

Na América do Sul e na América Central, a questão dos intelectuais, ao que me parece, deve ser examinada levando-se em conta as seguintes condições fundamentais: também na América do Sul e na América Central inexistem uma ampla categoria de intelectuais tradicionais, mas o problema não se apresenta nos mesmos termos que nos Estados Unidos. De fato, encontramos na base do desenvolvimento desses países os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos Séculos XVI e XVII, caracterizada pela Contra-Reforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações, ainda hoje resistentes nesses países, são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas na forma da metrópole europeia. A base industrial é muito restrita e não desenvolveu superestruturas complexas: a maior parte dos intelectuais é de tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas, estes intelectuais são ligados ao clero e aos grandes proprietários. (GRAMSCI, 2001, p.30-31)

Essas categorias de Gramsci esclarecem a questão da “organização da cultura”, promovida pelos intelectuais portugueses: junto à comunidade de exilados, aos jornais, à universidade, as editoras e também à cultura brasileira. Monteiro, Sena e Vítor Ramos combatiam o tipo de intelectual tradicional descrito por Antonio Gramsci que, muito provavelmente, existiria nos anos 1960 e 1970, no âmbito acadêmico brasileiro e também em Portugal, na estrutura salazarista, a fim de romper com esta dinâmica intelectual latino-americana.

A tensão dialética entre modernidade e tradição, característica do período, também contemplada nas reflexões de Gramsci, ajuda a compreender, depois de 1964, a introdução das propostas dos Acordos MEC-USAID (acordos entre o Ministério da Educação e Cultura brasileiro e a United States Agency for International Development – Agência Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional), indicando que a modernidade permeada pela ditadura civil-militar foi conservadora e impôs à educação brasileira um pragmatismo técnico oposto à dinâmica humanista e de crítica social, pela qual os letrados portugueses se orientavam e vinham trabalhando. Estes três professores e intelectuais, em organização com outros brasileiros, imprimiram um espírito cosmopolita e engajado na universidade brasileira que surgia.

Como o francês Braudel afirmou, a história é a indagação do passado em nome dos problemas do presente, assim o historiador Eric Hobsbawm também verificou que toda história é história contemporânea disfarçada (HOBSBAWM, 1998, p.243), isto é, ambos estão indicando que o presente é o elemento central da produção historiográfica, pois é nele que brota a intenção e a intuição para observar e questionar o passado. Portanto, este trabalho está preocupado com a situação da crítica cultural e dos movimentos intelectuais e sociais organizados da atualidade.

De outro modo, Hobsbawm adverte que “o ofício do historiador é lembrar o que outros esquecem”, salientando assim o papel da memória na atualidade, principalmente porque em nosso tempo atual “os jovens crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem.” (HOBSBAWM, 1995, p.13). Relacionado a essa idéia de um presente contínuo está a constatação semelhante de Fredric Jameson, ao dissertar sobre o pós-modernismo e a sociedade de consumo. Nas palavras de Jameson:

Acredito que o surgimento do pós-modernismo está intimamente relacionado com o surgimento desse novo momento do capitalismo multinacional. Creio também que os seus aspectos formais expressam de muitos modos a lógica mais profunda desse sistema social particular. Entretanto, só serei capaz de demonstrar isso em relação a um único tema

maior, a saber, o desaparecimento do sentido de história, o modo pelo qual todo o nosso sistema social contemporâneo começou, pouco a pouco, a perder a capacidade de reter o seu próprio passado, começou a viver em um presente perpétuo e em uma mudança perpétua, que obliteram as tradições do tipo reservado, de um modo ou de outro, por toda a informação social anterior. (...) É tentador dizer que a função própria da mídia jornalística é a de relegar tais experiências históricas recentes ao passado o mais rápido possível. A função informativa da mídia seria, portanto, a de nos ajudar a esquecer, a de servir como os agentes e mecanismos de nossa amnésia histórica. (JAMESON, 2006, p.43-44)

Para Jameson a fragmentação do tempo em uma série de presentes perpétuos seria um aspecto do pós-modernismo, junto com a transformação da realidade em imagens, que ele estuda em sua obra *A virada cultural* (2006). Contudo, Hobsbawm e Jameson problematizam a amnésia da atualidade. E, desse modo, este trabalho espera contribuir para a lembrança de que existiu uma ditadura de quase 50 anos em Portugal durante o século XX e, sobretudo, lembrar que a queda desse regime só foi possível através da luta de muitos intelectuais como os que foram estudados nessa tese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- AHMAD, Aijaz. *Linhagens do Presente – Ensaios*. Org. Maria Elisa Cevasco. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- ALMADA, João de. *Salazar (1889-1970)*. Apresentação: Paulo Mendonça. São Paulo: Editora Três, 1994.
- AMORIM, Orlando Nunes. *A polifonia dos Sinais de Fogo, de Jorge de Sena*. (p. 263-272) In: GOBBI, Márcia V. Z., FERNANDES, Maria L. O. & JUNQUEIRA, Renata (orgs.) *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. SP: Edusc – Unesp, 2002.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Casais Monteiro e o Brasil*. (p.18-20) In: Cadernos de Teoria e Crítica Literária n.º. 10 – “Casais Monteiro Vivo”. Organização: Zina Maria Bellodi – Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação / UNESP – Araraquara/SP, 1981.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda*. (Coleção Baderna) São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- BACHOUD, Andrée. *Intelectuais e franquismo*. In: BASTOS, Elide R.; RIDENTI, Marcelo & ROLLAND, Denis. (Orgs.) *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- BEAUVOIR, Simone de. *Sob o signo da História*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: DIFEL, 1965.
- BERGERAC, Cyrano de. *Viagem à Lua*. Trad. Fúlvia M. L. Moretto; introdução e posfácio M. da C. P. e Jacyntho Lins Brandão. (Clássicos Globo) – São Paulo: Editora Globo, 2007.
- BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BOBBIO, Norberto.et. al. *Dicionário de Política*. Trad. Carmem C. Varriale et. al. Brasília: Editora da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 12^a. ed; 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. (Coleção Estudos; 20) São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: *Usos e Abusos da História Oral / Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras*. – 8ª.ed. RJ: Editora FGV, 2006.

BRAUDEL, Fernand. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: A revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odália. Ed. Unesp: SP, 1990.

CAMPOS, Regina Salgado. *Ceticismo e responsabilidade: Gide e Montaigne na obra crítica de Sérgio Milliet*. SP: Anablume, 1996.

CANDIDO, Antonio. *Casais*. (p.27-34) In: *Cadernos de Teoria e Crítica Literária n°. 04 – “Casais Monteiro Vivo”*. Organização: Maria M.T. Gonçalves, Zélia M.T. de Aquino e Zina M. Bellodi – Depto. de Letras/Setor de Teoria da Literatura; FFCL-Araraquara/SP, 1974.

CANDIDO, Antonio. *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Entrevista a Décio de Almeida Prado*. In: *3 Antonios e 1 Jobim: histórias de uma geração / O encontro de Antonio Callado, Antonio Candido, Antônio Houaiss, Antonio Carlos Jobim; entrevistas Zuenir Ventura; organização e apresentação Marília Martins, Paulo Roberto Abrantes*. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8ª. Ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro) Publifolha, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. In: GOBBI, Márcia V. Z., FERNANDES, Maria L. O. & JUNQUEIRA, Renata (orgs.) *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. SP: Edusc – Unesp, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Prefácio*. In: LEMOS, Fernando & LEITE, Rui Moreira (orgs.) *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. SP: Editora da Unesp e Edusc, 2003.

CANDIDO, Antonio. *O Albatroz e o Chinês*. RJ: Ed. Ouro sobre o Azul, 2004.

CARVALHO, Ruben. *O Partido Comunista Português e a Conquista da Democracia*. (pp. 63-75) In: *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa 23 a 28 de Novembro de 1998 organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Univ. Nova de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri, 1999.

CASTRO, Ernesto M. de Melo e. *Adolfo Casais Monteiro: poeta*. (99-110) In: GOBBI, Márcia V. Z., FERNANDES, Maria L. O. & JUNQUEIRA, Renata (orgs.) *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. SP: Edusc – Unesp, 2002.

CLÍMACO, Cristina. *A imigração política portuguesa em França (1927-40). Fontes e bibliografia*. (p.153-177) In: Revista *Penélope*, n.º. 16, Lisboa, 1995.

COURI, Norma. *O último crítico*. (Entrevista com Sábato Magaldi) In: Revista *Piauí* n.º. 24 – Setembro/2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Lukács, Proust e Kafka: Literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DARNTON, Robert. *Os dentes Falsos de George Washington*. Trad. José Geraldo Couto. SP: Cia. das Letras, 2005.

FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004 a.

FACINA, Adriana. *Santos e Canalhas: uma análise antropológica da obra de Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 b.

FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro. *A metamorfose da terra na poesia seniana*. (203-222) In: GOBBI, Márcia V. Z., FERNANDES, Maria L. O. & JUNQUEIRA, Renata (orgs.) *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. SP: Edusc – Unesp, 2002.

FONSECA, Eduardo. *Concha Existencial – Perfil Benedito Nunes*. (p. 28-31) In: Revista *Cult* n.º. 141 / Nov. 2009.

FONTES, Virgínia. *A luta popular hoje deve ser anticapitalista* – Entrevista à Revista *Caros Amigos*, (pp.12-16) Ano XIII, n.º. 150, Setembro/2009.

FONTES, Virgínia. *História e Conflito*. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

FREDERICO, Celso. *A presença de Lukács na Política Cultural do PCB e na Universidade*. In: MORAES, João Quartim de. (org.) *História do Marxismo no Brasil – Vol. 2 Influxos Teóricos*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995.

GALVÃO, Valnice Nogueira. *O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro*. In: LEMOS, Fernando & LEITE, Rui Moreira (orgs.) *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. SP: Editora da Unesp e Edusc, 2003.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os Rastros*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

GONÇALVES, Maria Magali Trindade; AQUINO, Zélia Maria Thomaz de; BELLODI, Zina M. (ORGS.) *Artigos de Adolfo Casais Monteiro publicados no Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo". Cadernos de Teoria e Crítica Literária*, n.º. 12 (especial); 2 vols., (Edição Mimeografada)Unesp: Campus de Araraquara/SP, 1983.

GOTLIB, Nádía B. *Casais Monteiro nos "Cafés" de Lisboa: Encontros e Desencontros Literários*. (p. 49-59) In: Cadernos de Teoria e Crítica Literária n.º. 10 – "Casais Monteiro Vivo". Organização: Zina Maria Bellodi – Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação / UNESP – Araraquara/SP, 1981.

GOTLIB, Nádía Batella. *Casais e o Brasil*. In: GOBBI, Márcia V. Z., FERNANDES, Maria L. O. & JUNQUEIRA, Renata (orgs.) *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. SP: Edusc – Unesp, 2002.

GOTTARDI, Ana Maria. *Poesia de Jorge de Sena*. (237-247) In: GOBBI, Márcia V. Z., FERNANDES, Maria L. O. & JUNQUEIRA, Renata (orgs.) *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. SP: Edusc – Unesp, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. (pp. 13-53) In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere, Vol. 2*. Trad. Carlos Nelson Coutinho – 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* (tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. *O presente como história*. (pp. 243-255) In: _____. *Sobre História*; Trad. Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. *Globalização, democracia e terrorismo*. Trad. José Viegas. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

HOMEM, Amadeu Carvalho. *Liberalismo, Democracia e Socialismo na História Contemporânea de Portugal*. In: *Portugal e Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia* / organização Christiane Marques Szesz, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Sandra Maria L. Brancato, Renato Lopes Leite, Arthur C. Isaia. (Coleção História) Bauru, SP: EDUSC, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. *A História no Brasil*. (p.266-301) In: FERRI, Guimarães & MOTOYAMA, Shozo (coords.) *História das Ciências no Brasil (v.1)*. São Paulo: Editora da USP, 1979.

JAMESON, Fredric. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo*. Trad. Carolina Araújo; revisão técnica Danilo Marcondes. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JUNIOR, Benjamim Abdala. (org.) *Incertas Relações – Brasil e Portugal no século XX*. SP: Editora Senac, 2003.

KUNDMAN, Maria Sabina. *Língua e Literatura Francesa*. In: *Estudos Avançados* (ISSN:0103-4014) vol. 8, nº. 22, SP: 1994.

LEITE, Dante Moreira & SENA, Jorge. *Correspondência: registros de uma convivência intelectual*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEONE, Carlos. *O essencial sobre Adolfo Casais Monteiro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. In: *Usos e Abusos da História Oral / Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras*. – 8ª.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LORENZOTTI, Elizabeth. *Suplemento Literário, que falta ele faz!: 1956-1974 – Do artístico ao jornalístico: vida e morte de um caderno cultural*. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

LOURENÇO, Jorge Fazenda. *Jorge de Sena: o brilho dos sinais*. (p.223-236) In: GOBBI, Márcia V. Z., FERNANDES, Maria L. O. & JUNQUEIRA, Renata (orgs.) *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. SP: Edusc – Unesp, 2002.

LOURENÇO, Jorge Fazenda. *Uma inteligência amorosa (Introdução a Jorge de Sena)* pp.135-152 In: LEMOS, Fernando & LEITE, Rui Moreira (orgs.) *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. SP: Editora da Unesp e Edusc, 2003.

LUKÁCS, G. *Ensaio sobre el Realismo*. Trad. do Italiano de Juan Jose Sebrelli; Argentina: Ed. Siglo Veinte, s/d.

LUKÁCS, György. *Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967 / organização, apresentação e tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto*. (Pensamento Crítico, 13) – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LUKÁCS, *Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. – (Coleção Espírito Crítico) São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

MALATIAN, Teresa Maria. *A biografia e a História*. In: Cadernos CEDEM, (<http://www.cedem.unesp.br/cadernoscedem.pdf>), nº.01, Dez. 2007.

MARTINS, Wilson. *A Crítica Literária no Brasil*. (Vol. 2) Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1983.

MARTINS, Wilson. *A Crítica Literária no Brasil*. (Vol. 2) Ed. Francisco Alves, RJ & Imprensa Oficial do Paraná, PR; 2002.

MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política*. Trad. Edgard Malagodi. In: *Marx – Vida e Obra*. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. 2ª. Reimpressão. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado: Revolução e Democracia em Portugal*. Trad. Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MÉSZÁROS, István. *A Teoria da Alienação em Marx*. Trad. Isa Tavares. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais á brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MILLS, C. Wright. *A Nova Classe Média*. Trad. Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MONTEIRO, Adolfo Casais. *De pés fincados na terra*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941.

MONTEIRO, Adolfo Casais. *Clareza e Mistério da Crítica*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

MONTEIRO, Adolfo Casais. *O romance (teoria e crítica)*. RJ: Livraria José Olympio, 1964.

MONTEIRO, Adolfo Casais. *Estrutura e Autenticidade na Teoria e na Crítica Literárias*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

MONTEIRO, Adolfo Casais. *Poesias Completas*. Introdução de João Rui de SOUSA. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

MONTEIRO, Adolfo Casais. *Melancolia do Progresso*. Prefácio de José-Augusto FRANÇA. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

MONTEIRO, Adolfo Casais. *Considerações Pessoais*. Prefácio de Carlos Leone. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

MONTEIRO, Adolfo Casais. *O País do Absurdo – Textos Políticos*. Prefácio de Carlos LEONE. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

NETTO, José Paulo. *Portugal: do fascismo a revolução*. (Revisão, 20) Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

OLIVEIRA, Fábio Ruela de. *História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (1958-1964) – Memória da formação de um instituto superior no interior paulista*. 160p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP); Assis/SP, 2002.

PASCHKES, Maria Luisa de A. *A Ditadura Salazarista*. (Coleção Tudo é História, 106) São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PAULO, Heloísa. *Entrevista com a historiadora Heloísa Paulo*. In: Revista Tema Livre, Ano VI – Edição n.º. 12 – Niterói/Rio de Janeiro, <http://www.revistatemalivre.com/heloisa12.html>, 2007.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *A crítica viva de Casais Monteiro*. (p.53-60) In: LEMOS, Fernando & LEITE, Rui Moreira (orgs.) *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. SP: Editora da Unesp e Edusc, 2003.

PIMENTEL, João Sarmento. *Memórias do Capitão*. Editora Felman-Rêgo, São Paulo, 1963.

PINTO, Maria Cecília de Moraes. *A missão de Vítor Ramos*. (p.167-170) In: LEMOS, Fernando & LEITE, Rui Moreira (orgs.) *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. SP: Editora da Unesp e Edusc, 2003.

PIRES, Francisco Quinteiro. *Momentos decisivos da História de Antônio Vieira*. In: *Jornal O Estado de S. Paulo – Cultura*, p. D9; de 13/07/2008.

POULANTZAS, Nicos. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha*. Trad. Lia Zatz. 2ª. ed. (Col. Mundo Hoje, v.11) Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

RAMOS do Ó, Jorge. *Salazarismo e Cultura*. (p.391-454) In: ROSAS, Fernando. *Portugal e o Estado Novo*. (Coleção “Nova História de Portugal” – Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques) Lisboa: Editorial Presença, 1992.

RAMOS, Ubirajara Bernini. *“Portugal Democrático” – Um Jornal de Resistência ao salazarismo publicado no Brasil*. (Dissertação de Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica (PUC): São Paulo/SP, 2004.

RAMOS, Vítor. *Breve Análise da Repressão à Vida Intelectual em Portugal*. In: *Revista Paz & Terra – (Especial 43 anos de Fascismo em Portugal)*, Ano IV, n.º. 10, Dez. 1969.

RAMOS, Vítor. *Cavaleiro de Oliveira – Trechos Escolhidos*. (n.º. 99 da Coleção Nossos Clássicos) Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1968.

RAMOS, Vítor. *Cyrano auter tragique: L'expression de la verité humaine dans "La Mort d'Agrippine"*. (Coleção estudos e ensaios) Publicações da FFCL de Assis (Governo do Estado de São Paulo): SP, 1966.

RAMOS, Vítor. *Estudos em Três Planos*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1966.

RAMOS, Vítor. *Routrou: um universo equívoco*. (Boletim n.º.352) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971.

RAMOS, Vítor *Edição de Língua Portuguesa em França (1800-1850) – Repertório geral dos títulos publicados e ensaio crítico* Fundação Calouste Gulbekian/Centro Cultural Português: Paris, 1972.

RAMPINELLI, Waldir José. *A revolução traída*. (Resenha) In: Revista *Lutas Sociais* n.º. 17/18, PUC/SP, 2007.

RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

RODRIGUES, Miguel Urbano. *Portugal Democrático – um jornal revolucionário*. In: LEMOS, Fernando & LEITE, Rui Moreira (orgs.) *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. SP: Editora da Unesp e Edusc, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

ROMANO, Luís Antônio Contatori. *Sartre e Simone de Beauvior pelo Brasil em 1960*. Campinas/SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2002.

ROSAS, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*. Vol. VII da *História de Portugal* – Direcção de José Mattoso, Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

SAID, Edward W. *Humanismo e Crítica Democrática*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: As Conferências Reith de 1993*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Gilda da Conceição. *Para saber a cor da imprescindível liberdade ou alguns (des)caminhos de Jorge de Sena*. In: *O Mestre / Coordenação, organização e edição Maria Helena Nery Garcez, Rodrigo Leal Rodrigues*. – (Vários autores. Academia Lusitana de Ciências, Letras e Artes; Centro de Estudos Portugueses – FFLCH/USP. “Homenagem das Literaturas de Língua Portuguesa ao Professor Antônio Soares Amora”) São Paulo: Green Forest do Brasil Editora, 1997.

SANTOS, Gilda. *Sinais de Fogo: do livro ao filme*. (p.71-82) In: GOBBI, Márcia V. Z., FERNANDES, Maria L. O. & JUNQUEIRA, Renata (orgs.) *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. SP: Edusc – Unesp, 2002.

SANTOS, Milton. *O professor como intelectual na sociedade contemporânea*. In: *Ciência Geográfica – Bauru – VII – vol. II – (19): Maio/Agosto – 2001*.

SCHWARZ, Roberto. *Seqüências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SECCO, Lincoln. *25 de Abril de 1974: a Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços, tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Crítica e Rememoração*. In: *Cult*, edição especial Escola de Frankfurt, SP, 2009.

SENA, Jorge de. *Amor e outros verbetes*. Lisboa: Edições 70, 1992.

SENA, Jorge de. *Amparo de Mãe (Teatro)*. Lousã: Plátano Editora, 1974 c.

SENA, Jorge de. *Andanças do Demônio – Ed. Estúdios Cor*: Lisboa, 1960.

SENA, Jorge de. *Antologia Poética*. Porto: ASA Editores, 1999.

SENA, Jorge de. *Dialécticas da Literatura*. Lisboa: Edições 70, 1973.

SENA, Jorge de. *Estudos de Cultura e Literatura Brasileira*. Lisboa: Edições 70, 1988.

SENA, Jorge de. *Maquiavel e outros estudos*. Porto: Livraria Paisagem, 1974 a.

SENA, Jorge de. *O Reino da Estupidez*. (Coleção O Tempo e o Modo n.º. 12) Livraria Moraes Editora: Lisboa, 1961.

SENA, Jorge de. *Poesia I*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

SENA, Jorge de. *Poesia III*. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

SENA, Jorge de. *Sobre Adolfo Casais Monteiro*. In: *Cadernos de Teoria e Crítica Literária n.º. 04 – “Casais Monteiro Vivo”*. Organização: Maria M.T. Gonçalves, Zélia M.T. de Aquino e Zina M. Bellodi – Depto. de Letras/Setor de Teoria da Literatura; FFCL-Araraquara/SP, 1974 b.

SENA, Jorge de. *Uma Canção de Camões*. Lisboa: Edições 70, 1984.

SENNETT, Richard. *O Artífice*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Agostinho da. *Alguma nota sobre Casais*. (p.15-26) In: Cadernos de Teoria e Crítica Literária n°. 04 – “Casais Monteiro Vivo”. Organização: Maria M.T. Gonçalves, Zélia M.T. de Aquino e Zina M. Bellodi – Depto. de Letras/Setor de Teoria da Literatura; FFCL-Araraquara/SP, 1974.

SILVA, Armando B. M. *Uma experiência presidencialista em Portugal (1917-1918)* In: *Portugal e Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia / organização* Christiane Marques Szesz, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Sandra Maria L. Brancato, Renato Lopes Leite, Arthur C. Isaia. (Coleção História) Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1975*. (Col. Estudos e Investigações; 42) Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

SILVA, Douglas Mansur da. *Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural, Século XX*. (Tese Doutorado – UFRJ/Programa de Pós-Graduação/Museu Nacional) – Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. (pp. 231-269) In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. – 2ª. ed. RJ: Editora FGV, 2003.

VASQUES, Eugénia. *O Teatro no Brasil e a questão dos fascículos senianos* In: GOBBI, Márcia V. Z., FERNANDES, Maria L. O. & JUNQUEIRA, Renata (orgs.) *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. SP: Edusc – Unesp, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade*. Trad. Leônidas H. B. Hegenberg; Octanny S. da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

WILLIAMS, Frederick G. *O período americano de Jorge de Sena: um testemunho pessoal*. In: GOBBI, Márcia V. Z., FERNANDES, Maria L. O. & JUNQUEIRA, Renata (orgs.) *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. SP: Edusc – Unesp, 2002.

Sites:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Luciano_de_Samósata

http://pt.wikipedia.org/wiki/Francois-René_de_Chateaubriand

http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Xavier_de_Oliveira

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_Rotrou

http://pt.wikipedia.org/wiki/Savinien_de_Cyrano_de_Bergerac

Documentação e Fontes

Depoimentos Oraís

- CANDIDO, A. Antonio Candido de M. e Souza: depoimento oral [nov. 2001]. Entrevista e transcrição: Fábio Ruela de Oliveira, São Paulo/SP. 2 fitas cassete. Entrevista concedida ao autor.
- Três depoimentos orais, dos quatorze que foram colhidos pelo pesquisador Ubirajara Bernini Ramos, durante a elaboração de seu mestrado. Consultamos apenas as entrevistas de Fernando Lemos (11/03/2003), Dulce Ramos (17/04/2003) e João Alves das Neves (22/01/2004), anexo em CD-Room In: RAMOS, Ubirajara Bernini. *“Portugal Democrático” – Um Jornal de Resistência ao salazarismo publicado no Brasil*. (Dissertação de Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica (PUC): São Paulo/SP, 2004.

Anais

- CONGRESSO BRASILEIRO DE CRÍTICA E HISTÓRIA LITERÁRIA, 1º., 1960, Recife/PE. *Anais...* Recife: Universidade do Recife, 1960. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1964. 318p.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE CRÍTICA E HISTÓRIA LITERÁRIA, 2º., 1961, Assis/SP. *Anais...* Assis: IIESESP – FFCL, 1963. 663 p.

Jornais e Revistas

- Coleção do jornal *Portugal Democrático* (205 edições) – Acervo do “Centro Cultural 25 de Abril”, Butantã, São Paulo/SP.
- Folha de São Paulo* – Edições de Fevereiro de 2009 e de 05 de março de 2009.
- Revista *Carta Capital* – Edições do primeiro semestre de 2009.
- Revista *Carta Capital*, Edições de 24/10/2007, p.54; 28/11/2007, p.62 e 05/03/2008, p.54.
- Revista *Piauí* nº. 40, Janeiro/2010. Texto *O Disforme* de Bruno Moreschi, sobre o artista plástico brasileiro Nuno Ramos.

Outros

- Currículo de Jorge de Sena, anexado ao processo nº. 84/60, do Arquivo Permanente da FCL/UNESP-Assis/SP.
- Currículo de Vítor Ramos, anexado ao processo nº. 23/58, do Arquivo Permanente da FCL/UNESP-Assis/SP.
- “Ficha Funcional” de Adolfo Casais Monteiro. Guardada nos arquivos administrativos permanentes do Campus da UNESP de Araraquara/SP.
- *Salazar Visto do Brasil*. Obra organizada; 1962.
- As obras de cada um dos autores constituem fontes deste trabalho, entretanto optamos por mantê-las em meio às referências bibliográficas, nas páginas anteriores, para facilitar o leitor na consulta às remissões indicadas no meio do texto.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

O48 Oliveira, Fábio Ruela de.
Trajetórias intelectuais no exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1974) / Fábio Ruela de Oliveira. – 2010.
264 f.
Orientador: Adriana Facina.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.
Bibliografia: f. 254-263.

1. Intelectual e política. 2. História. 3. Exílio. 4. Ditadura - Portugal. I. Facina, Adriana. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 301.445

FÁBIO RUELA DE OLIVEIRA

**TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS NO EXÍLIO: ADOLFO CASAIS MONTEIRO,
JORGE DE SENA E VITOR RAMOS (1954-1974)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Aprovada em _____ 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a ADRIANA FACINA GURGEL DO AMARAL - Orientadora
(UFF)

Prof. Dr. RENATO LUIS DO COUTO NETO E LEMOS
(UFRJ)

Prof. Dr. HÉLVIO ALEXANDRE MARIANO
(UNICENTRO/PR)

Prof. Dr. DOUGLAS MANSUR DA SILVA
(UFV-MG)

Prof. Dr. GELSOM ROZENTINO DE ALMEIDA
(UERJ)

SUPLENTES:

Prof^a. Dr^a. MAGALI ENGEL
(UERJ)

Prof. Dr. MARCELO BADARÓ MATTOS
(UFF)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)